Histórias de Pessoas e Lugares

Memórias das comunidades de Manguinhos

Histórias de Pessoas e Lugares

Memórias das comunidades de Manguinhos

Tania Maria Fernandes
Renato Gama-Rosa Costa

Aos moradores de Manguinhos que resistem
e lutam por cidadania e inclusão social

Favela oi, favela,
Favela que trago
No meu coração.

Ao recordar com saudade,
A minha felicidade
Favela dos sonhos de amor
E do samba-canção.

Minha favela querida
Onde eu senti minha vida
Presa a um romance de amor
Numa doce ilusão

Nenhuma saudade bem rara
Na distância que nos separa
Eu guardo de ti
Esta recordação.

Roberto Martins e Valdemar Silva

Sumário

Prefácio

Quando um homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar,
cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha,
esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação.

Milton Santos

Este belo livro de Tania Maria Fernandes e Renato Gama-Rosa Costa busca reconstituir a história de pessoas e lugares do território de Manguinhos, que, até bem pouco tempo, era mais reconhecido pelas instituições e empresas nele presentes do que pelas populações que o habitavam.

O contexto urbano complexo e vulnerável do qual fala a obra envolve diversas favelas ao redor da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com seus inúmeros problemas socioambientais e sanitários. A preocupação de alguns pesquisadores da Fiocruz sobre os desafios do que e como fazer frente a esta realidade acabou gerando um projeto intitulado Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM), desenvolvido na Fiocruz, uma parceria entre a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp), a Escola Politécnica Joaquim Venâncio (EPSJV), a Casa de Oswaldo Cruz (COC) e o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict). Parcerias estas que, desde 2003, vêm se estabelecendo através de um tortuoso, difícil, porém desafiador e gratificante percurso de pesquisa-ação.

O presente livro é um dos resultados da parceira entre o LTM e a COC. Resulta não apenas do trabalho acadêmico dos autores, mas do acolhimento de Nísia Trindade Lima, então diretora da COC, que compreendeu a importân-

cia da história das pessoas e seus lugares de vida na constituição de processos virtuosos de promoção da saúde, vislumbrando como um trabalho importante também para a COC. A proposta do LTM e alguns frutos deste trabalho podem ser vistos no portal da Internet <www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br>.

O LTM é um projeto-processo que busca criar bases conceituais e operacionais para uma promoção da saúde emancipatória, de base territorial, contextual e dialógica. Para nós, ela é entendida como processo dinâmico de mediações e constituição de campos relacionais, cognitivos e éticos, entre sujeitos individuais e coletivos para solidariamente estabelecerem mecanismos de compartilhamento dos recursos disponíveis na sociedade. Uma promoção da saúde repensada como processo dialético voltado à produção de conhecimentos e práticas que favoreçam a constituição de espaços, em busca de conquistas para a liberdade e o exercício dos direitos humanos fundamentais, tendo por mote temas de saúde e seus determinantes socioambientais.

A reconstituição das histórias do lugar tem uma importância central para a promoção da saúde emancipatória. Essa centralidade nos é inspirada por vários autores, em que destacamos Paulo Freire, Boaventura de Souza Santos, Marilena Chauí e Milton Santos, bem como pelas abordagens ecossociais em saúde. Todas essas abordagens ressaltam a importância da história de forma similar ao conceito de "sistema de críticas", trazido por Tania e Renato. Para nós do LTM, reconstituir as histórias de Manguinhos é fundamental para fortalecer a cidadania e a solidariedade na construção da memória coletiva do Rio de Janeiro como uma cidade saudável para todos.

É a partir da integração às condições do seu contexto que os seres humanos se apropriam do domínio da história e da cultura, criando-as e transformando-as. Tornar os seres humanos sujeitos da sua inserção na história ainda se apresenta com a mesma urgência, pois os avanços da democracia da nossa sociedade, da ciência e da técnica não significaram a apropriação dos temas fundamentais do próprio homem, tampouco a redução dos excluídos, como nos fala Paulo Freire.

No contexto do LTM, têm importância não apenas o conteúdo do livro, isto é, as histórias de Manguinhos, mas também o processo de reconstituição e apropriação dessas através das memórias de seus moradores. A história tomada como instituinte e inaugural, que faz deste lugar um resultado da transformação e criação, ao contrário de imaginá-lo como progresso ou de-

senvolvimento. Ou seja, conhecer a história e não confundi-la com destino, mas perceber a historicidade dos processos de construção do território e da sociedade. A história como passado vivido e como um espelho retrovisor, que nos situa no presente para pensarmos um futuro emancipador, e não como negação do presente, é o que nos ensina Marilena Chauí.

Como um território em disputa, Manguinhos vive a eterna busca de sua vocação e suas funções na cidade ao longo da história, que passam do lixão a bairro industrial e área de transição para alocação de removidos. Um típico bairro de periferia que retrata uma triste realidade de exclusão social e discriminações. Sob a ótica da ecologia política e da justiça ambiental, espaços como estes resultam de um processo histórico marcado por discriminações, racismo, baixos salários, falta de ofertas de políticas urbanas e de habitação para as classes populares.

Uma questão de fundo na criação do LTM envolvia nossas avaliações críticas sobre os discursos e programas não só de promoção de saúde, mas da prática científica e das políticas públicas em geral, que acabavam por reproduzir conhecimentos e práticas de forma descontextualizada e burocrática, sem efetivamente trabalharem junto com as populações. Para além do campo da saúde coletiva, nossas preocupações e intenções apontavam para a superação de uma forma especializada e fragmentada de se fazer ciência, a qual coloca cientistas aparentemente 'objetivos' e 'neutros' de uma forma afastada ou mesmo 'acima' das populações e das 'pessoas-objetos' de suas investigações. O desafio, portanto, é construir uma prática de produção de conhecimentos sensível e cidadã, solidária e compartilhada, antenada com o mundo das necessidades e possibilidades a partir de cenários por vezes tão cruéis, mas acima de tudo humanos. Enfim, contribuir para o que Paulo Freire denominou de "inéditos viáveis".

A saúde pública no espaço das favelas se insere num contexto socioambiental que faz parte de um complexo ciclo vicioso: o ambiente é caracterizado pela falta de saneamento básico, de condições precárias de moradia e transporte, pela poluição e enchentes. Todos estes riscos ambientais geram múltiplos problemas de saúde, que, junto com os demais problemas relacionados à pobreza, acabam por desembocar numa infra-estrutura pública bastante limitada de assistência à saúde. E para tornar o quadro ainda mais complicado, novas territorialidades foram geradas nas últimas décadas em

conseqüência da ausência do Estado e do crescimento de vários comércios ilícitos – em especial o das drogas, ironicamente alimentado pelos consumidores de fora das favelas. Os movimentos sociais que, no âmbito das associações e federações de moradores, constituíram importante instrumento de resistência e redemocratização nos anos 70 e 80, passaram a enfrentar enormes dificuldades para organizar os interesses legítimos das populações aviltadas tanto pelo narcotráfico como pelas próprias instituições políticas e de segurança pública. Territórios e populações vulneráveis como Manguinhos reforçam a necessidade de aprofundarmos a democratização do Sistema Único de Saúde (SUS) e os objetivos da saúde coletiva.

Os territórios da exclusão têm não somente um vazio de direitos, uma ausência do Estado e de políticas públicas consistentes; mas também um vazio recorrente de memória que forneça os sentidos de pertencimento e as bases sociais, culturais, políticas e cognitivas constituintes dos sujeitos coletivos e movimentos sociais. Reconstruir a história do lugar com os moradores, como um processo contínuo não apenas de dar voz a estes, mas como forma de se contrapor ao discurso hegemônico, um lado apenas da história – aquela contada pelos 'fortes', pelos 'vencedores'. Esse vivenciar coletivo da história do lugar, acreditamos, é um caminho seguro para a construção de sujeitos individuais e coletivos autônomos, com auto-estima suficiente para a luta política, para se contrapor, como nos fala Milton Santos, às fabulações de um mundo imaginário. Tal mundo é possibilitado pelas ciências a serviço da ideologia dominante, que escamoteia as desigualdades sociais e homogeneiza os lugares, como se iguais fossem e não contivessem diversidades e potenciais criativos, essenciais para a transformação da sociedade e produção de uma outra história humana.

As histórias destes territórios sistematicamente permaneceram ocultas para o Estado, cujas políticas públicas buscavam atender mais aos interesses das elites da cidade. Quando não esquecidos, os moradores de Manguinhos eram tratados ora com estigma, ora como simples alvos de filantropia mantenedora do *status quo*, ou ainda de barganha eleitoral. Nesse sentido, Manguinhos é mais que um espaço singular: sua história é também, de muitas formas, a história das populações que vivem nos territórios periféricos da exclusão no Rio de Janeiro e em tantas outras cidades do Brasil, país que em pleno século XXI ainda permanece com enormes desigualdades sociais.

Ao resgatar o passado entendemos melhor o presente e nos capacitamos conscientemente para o exercício de transformá-lo em busca dos sonhos que nos fazem humanos. Trabalhar na reconstituição da história de Manguinhos significa também uma redescoberta do lugar por parte dos jovens moradores, bolsistas do LTM, expressa nas falas do Wagner: "Descobri que meu pai foi quem instalou a primeira banca de jornal na Vila Turismo (...). Fiquei alegre em saber que meu pai participou desta história"; da Consuelo: "Estou aprendendo que a verdade não é única, que existem várias histórias. E estou louca para chegar no Nelson Mandela para eu poder também apresentar a minha verdade e aprender com as outras" e da Silvana: "O trabalho trouxe a oportunidade de conhecer comunidades que eu tinha receio de visitar".

Como nos dizem Tania e Renato, este livro aponta para uma "nova perspectiva de pesquisa histórica com um objeto avistado pela janela de nossas salas de trabalho e que nos parecia tão distante". Para nós que idealizamos o LTM, Manguinhos não é apenas o contexto empírico do nosso trabalho: nosso engajamento implica uma ciência sensível e cidadã, construída com afetos e laços de solidariedade.

Manguinhos é, portanto, um lugar e um contexto para se pensar a produção de conhecimentos e para a nossa militância como servidores públicos engajados na luta pela recriação de novos caminhos para a história deste lugar e da sociedade em geral.

Foi com essa perspectiva que iniciamos a implementação do LTM, um projeto de pesquisa-ação que reúne pesquisadores de diversas unidades técnico-científicas da Fiocruz e moradores de Manguinhos para a produção compartilhada de conhecimento e de informação. Tal produção significa tomar este território como objeto de aprendizagem, não apenas dos pesquisadores, mas também dos moradores que nele vivem. É fazer do território o laboratório de todos para a transformação pela ação coletiva. É tornar possível revelar suas dinâmicas sociais, ambientais, políticas e culturais pelo olhar daqueles que o constroem e o vivenciam, e não pelo olhar externo e estranho à vida que pulsa no lugar. É tomar Manguinhos como um grande laboratório vivo, que expressa a complexidade das tramas socioambientais e possibilita o entendimento (das ciências) da vida. O LTM se propõe, então, a construir uma promoção da saúde que integre ciência e cidadania, invista na formação de sujeitos coletivos e redes sociais, resgate a memória coletiva

das comunidades, sistematize conhecimentos sobre o lugar e acompanhe, de forma crítica e propositiva, políticas públicas relevantes para a população de Manguinhos, construindo, assim, um modelo solidário de conhecer e interagir nos territórios em que vivemos.

O percurso do LTM e deste livro foi iniciado em 2003 com o Mapa da História de Pessoas e Lugares, que juntamente com outros três (Mapa da Saúde Ambiental, Mapa da Comunicação e Mapa do Ciclo das Substâncias Químicas) inauguraram o LTM.

O Mapa da História de Pessoas e Lugares configura-se como uma pesquisa baseada em documentos, iconografia e, principalmente, em entrevistas com moradores das comunidades, tendo como questão central as problemáticas urbanísticas, ambientais, sociais e identitárias. Associando, também, estas questões às políticas públicas direcionadas às áreas de grande exclusão social e violência urbana, no Rio de Janeiro, voltadas para as comunidades em estudo. A construção coletiva do conhecimento expresso no livro foi um trabalho principalmente dos pesquisadores Tania Maria Fernandes e Renato Gama-Rosa Costa, mas também dos moradores, tanto os pesquisadores do projeto LTM quanto aqueles que participaram das entrevistas. A equipe, por nós denominada de comunidade ampliada de pesquisa-ação, foi constituída ao longo do tempo de construção do livro pelos dois pesquisadores, coordenadores científicos do trabalho, pelos jovens moradores Michele Soares, Silvana Nascimento Modesto e Wagner Lira Martins, bolsistas do Programa de Vocação Científica para o Desenvolvimento Local (Provoc DLIS), pelas pesquisadoras-moradoras Gleide Guimarães Alentejo e Consuelo Nascimento, pelos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), estudantes de graduação da área de história, Graziela Barros e Fabio Souza Corrêa Lima.

Este livro retrata uma das muitas histórias que são e serão contadas. Mais que isso, traz a nossa própria descoberta de Manguinhos, com o privilégio da convivência cotidiana com os moradores, pesquisadores do projeto. É o lugar onde trabalhamos, ajudamos a transformar e testemunhamos suas mudanças, pois desde os anos 80 passamos grande parte de nossas vidas por aqui. É por tudo isso que este livro, para nós, tem o sabor do "inédito viável".

Foi um trabalho que nos envolveu e nos envolve a todos pelos caminhos de Manguinhos, com a força emancipatória que pulsa em muitos dos seus

moradores. A alegria, a serenidade e a capacidade intelectual da jovem moradora Consuelo Nascimento, que desde o início de nossa convivência teve como sonho reconstituir a história do bairro onde nasceu e vive, é a energia inaugural deste trabalho. E através dela que homenageamos todas e todos os jovens moradores de Manguinhos, que dividem conosco o cotidiano do LTM neste percurso que, esperamos, contribua para nos levar a um futuro mais digno e saudável para este lugar e toda a cidade. E também através da Gleide Guimarães, pesquisadora-moradora sênior do LTM, que carinhosamente chamamos de nosso "livro vivo" de Manguinhos, e da grande âncora da Tania e do Renato, agradecemos e homenageamos a todos os moradores de Manguinhos que participaram da construção deste texto.

Histórias de Pessoas e Lugares representa um acervo, uma fonte de conhecimento e informação, mas também um marco de uma nova concepção de construção desse conhecimento e dessa informação, a reconstituição da história do bairro e da cidade. História essa que está em pleno processo de mudanças pelas intervenções do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que desde março de 2008 vem mudando a paisagem do lugar, mas não temos certeza se mudará a qualidade da vida das pessoas que nele moram. Em 1941, como nos conta o livro, já havia planos do Estado com promessas de "que valorizaria e embelezaria a região", sendo descrito como "magnífico". Os lugares poluídos ou insalubres, maltratados e abandonados, como era apresentado este espaço, seriam "transformados em recantos belíssimos e habitados". Esta publicação é um resultado que contém também todo o aprendizado de um caminhar na construção compartilhada da história do lugar.

A importância da história para uma promoção da saúde emancipatória está sintetizada por Fabiana Melo Sousa, moradora de Manguinhos e pesquisadora do LTM, quando escreve:

> a história de Manguinhos é um resumo da história do país e das políticas habitacionais do estado do Rio de Janeiro. A semelhança entre as histórias da década de 1960 e a dos jovens de agora nos revelou um retorno. Um sentimento de que aquele passado de dificuldades, num espaço-tempo tão próximo, não está distante do nosso presente. Mas, acima de tudo, o que nos anima na concepção do LTM é a esperança, transmitida pelos próprios moradores de que nem tudo está perdido, apesar das inúmeras dificuldades que

rodeiam a comunidade de Manguinhos: “O Brasil ainda tem jeito, minha filha” – diz Nelson Soares aos 76 anos, um dos colaboradores do livro, em pé com a bandeira do Brasil no fundo, aberta na estante de sua casa. Quem somos nós para duvidar?

Fatima Pivetta e *Marcelo Firpo Porto*
Coordenação do Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM), Ensp/Fiocruz

Apresentação

Histórias de "pessoas" e de "lugares" de Manguinhos compõem o tema desta publicação que visita cem anos de ocupação urbana, a partir de abordagens da história, da memória e do urbanismo. Analisar o processo de ocupação desta área, em especial das moradias populares, que se iniciou nos primeiros anos do século XX e se deu através de iniciativas individuais e de grupos, ou de políticas públicas, constituiu o centro de nossa pesquisa que visa a contribuir para o exercício de cidadania e a melhoria das condições de vida, com perspectiva de um desenvolvimento sustentável via ações e debates no campo da saúde pública.

Quando aceitamos desenvolver esta pesquisa[1] sobre a região de Manguinhos, não imaginávamos que se descortinaria à nossa frente uma história centenária, complexa e múltipla, com imagens, muitas vezes, incompatíveis com a vida humana, se observadas por uma lente simplista. A credibilidade no poder da memória, como elemento propulsor de mudança, por parte dos moradores que atuaram diretamente nesta investigação, e sua participação aguerrida nos levaram a um envolvimento pleno com o que, de início, era somente um objeto de investigação – a história de uma região favelizada.

[1] Os resultados desta investigação, até o presente, configuram além desta publicação, o vídeo-documentário "Manguinhos: histórias de pessoas e lugares", e o *site* <www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br>, elaborado, como fruto da parceria entre a Fiocruz e algumas instituições que atuam nas comunidades, como RedeCCAP (organização da sociedade civil de interesse público que atua em Manguinhos) e Atrever (empreendimento integrado que desenvolve trabalho de produção audiovisual com jovens moradores).

Como leque documental para este trabalho, nos valemos da realização e análise de depoimentos orais e gravações em vídeo com moradores da região e alguns profissionais ligados ao tema, bem como da apreciação de documentos oficiais, legislação, cartas e jornais. Os depoimentos e as imagens em movimento, além de fotografias, nos permitiram ampliar o ângulo de observação, na medida em que proporcionaram o contato com diferenciadas versões da história em que se mesclam lugares, pessoas, idéias e ideais. Neste estudo, especificamente, tais documentos se tornam ainda mais relevantes por se tratarem de uma parte da história urbana marginalizada e, portanto, pouco documentada. As matérias de jornais e os documentos oficiais utilizados normalmente estão vinculados a processos de remoção e conflitos por ocupação de espaços e a incidentes, incêndios e alagamentos, além de inaugurações oficiais ou visitas de políticos.

Os depoimentos, as imagens fotográficas, além das visitas locais, nos impuseram o desafio de buscarmos retratar a vida das pessoas, onde as imagens do ambiente, muitas vezes degradantes, contrastam com a alegria expressa pela maioria dos entrevistados. A gravação oral e visual destas narrativas, associadas em vídeo ao registro do ambiente das comunidades, se propõe, ainda, a estimular discussões não só no meio acadêmico, como na própria comunidade, na interseção da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) com sua vizinhança.

Para esta publicação especificamente, foram realizadas 26 entrevistas com moradores das diferenciadas comunidades, cujas narrativas apresentam características específicas e abordagens bastante distintas conforme a singularidade de cada depoente. O espaço físico onde ocorreram as entrevistas também contribuiu para a diversidade das narrativas, sendo algumas, inclusive, gravadas fora das comunidades diante da impossibilidade de termos acesso, em alguns momentos, ao seu interior, dada a situação de conflito decorrente do tráfico de drogas. Os entrevistados convidados a participar do trabalho, em geral indicados pelos moradores participantes da equipe, eram residentes na comunidade, diretores de associações de moradores ou representantes de lideranças das invasões mais recentes. Alguns dos próprios técnicos de pesquisa que moram nas comunidades também compuseram o leque de depoentes, por serem partícipes dos vários episódios que compõem esta história. Entrevistaram-se ainda profissionais que atuaram em

órgãos públicos, bem como profissionais especializados em temas correlatos e técnicos da Prefeitura que atuaram em projetos nas favelas cariocas nas últimas décadas, visando a incorporar não só pareceres oficiais e análises dos processos de intervenção protagonizados por eles, mas também informações, já que muitos documentos foram extraviados, descartados ou não estavam acessíveis à consulta.

Por tratar-se de um leque bastante diferenciado de localidades, buscamos realizar entrevistas com pelo menos dois personagens de cada comunidade. Diante dos vários fatores relacionados ao processo de entrevistas, como esquecimento, digressões e intencionalidade, bem como dos diferentes perfis dos depoentes e das narrativas, algumas entrevistas contêm cerca de trinta minutos e outras chegam a três horas de duração. Apreendemos em todos os depoimentos dos moradores, versões e sentimentos diversificados acerca de alguns dos temas que se constituem em objeto da investigação, tais como: a origem de Manguinhos; a constituição da comunidade onde vivem; a conquista da moradia; as disputas políticas e jurídicas; a ilegalidade da habitação provisória ou permanente; a convivência de amigos e vizinhos; a participação em espaços culturais e de lazer como a escola de samba, o forró, as festas e os bares; os conflitos provenientes do tráfico de drogas; as comemorações e a atuação dos órgãos públicos. Enfim, versões e sentimentos expostos em narrativas que, longe de se constituírem como conjuntos de 'casos', vêm nos auxiliando no processo de compreensão histórica da configuração destes 'lugares'. Importante ressaltar que toda narrativa é uma construção social, em que tanto o narrador como o pesquisador ocupam espaços específicos, que conformam a elaboração narrativa, configurando-se assim a entrevista como um trabalho coletivo.

Entre as lembranças e as vivências narradas surgiram, em alguns momentos, referências à violência e ao comércio ilegal de drogas. Entretanto, este tema não constitui o ponto central de análise desta investigação e poderia expor o entrevistado, por apontar referências de um cotidiano conflituoso. Por isso, em alguns casos, esses trechos foram completamente retirados, tanto do processo textual analítico que compõe o estudo, como da entrevista editada, permanecendo somente na entrevista gravada e no texto transcrito.

Importa destacar que a Fiocruz apresenta um forte vínculo com estas comunidades. A partir de meados do século XX, a instituição vem desenvol-

vendo variados projetos de pesquisa, com perspectivas bastante diversificadas, desde a utilização das comunidades como campo e objeto de investigação, até a formulação de projetos cuja preocupação central pauta-se no exercício da cidadania e no desenvolvimento sustentável, vertente em que se inclui este estudo. A participação de moradores – alunos de ensino médio e técnicos de pesquisa – plenamente incluídos como parte da equipe, nos auxiliou na compreensão do nosso objeto de investigação e na localização de possíveis entrevistados. Favoreceu também a construção do vídeo-documentário, elaborado pela própria comunidade a partir das discussões travadas durante o desenvolvimento deste projeto.

Acrescentamos, ainda, que estes moradores já constituíam a equipe do projeto do Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM), ao qual a Casa de Oswaldo Cruz (COC) se associou para incorporar a abordagem histórica ao projeto original, cuja perspectiva pautava-se na inclusão social como exercício de cidadania, via saúde pública e melhoria das condições de vida com expectativa de um desenvolvimento sustentável.

Esta publicação está dividida em quatro capítulos. No primeiro apresentamos a base teórica do estudo, calcada nas questões que envolvem urbanismo, história e memória, além de discutir os temas que dão consistência ao uso da metodologia de história oral, aqui vastamente aplicada. Ainda neste capítulo, elaboramos um debate acerca da problemática e da história das favelas no Rio de Janeiro, diante das políticas públicas a elas direcionadas ao longo do século XX e início do XXI. Delimitamos o início da discussão sobre as favelas a partir dos debates detectados nos primeiros anos do século XX, mesmo percebendo que nesse momento Manguinhos ainda não se configurava como tal. Buscamos articular as questões referentes à habitação às que se relacionavam à urbanização para a área e que são mais detalhadas no capítulo seguinte.

No segundo capítulo, discutimos os projetos de urbanização e habitação elaborados e implementados na cidade do Rio de Janeiro que se relacionavam com a região de Manguinhos. Há neste capítulo uma marcante diferença em comparação ao anterior, no que se refere ao conjunto documental utilizado, principalmente diante do descarte de documentos oficiais que, sem dúvida, se constituiriam em importantes fontes históricas. No capítulo seguinte, observamos o processo de demarcação e de ocupação pelo qual se deparou

cada uma das comunidades de Manguinhos, destacando a possível relação existente entre esses processos e os diferentes contextos históricos, sociais e urbanos nos quais se constituíram. Neste capítulo foram fundamentais as entrevistas gravadas com moradores e profissionais ligados ao tema e as instituições públicas que nos proveram de versões e informações valiosas para nossa análise.

No quarto capítulo, apresentamos uma breve discussão acerca da memória, da narrativa e do processo de transcrição e edição de entrevistas. Construímos, também, uma resumida trajetória de cada entrevistado destacando as principais questões apontadas por cada um, a partir das entrevistas, que foram editadas e organizadas tematicamente, em formato de texto narrativo, e que compõem o *site* <www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br>, além de estarem disponibilizadas no acervo da COC.

Muito temos a agradecer a oportunidade de participar deste projeto que, certamente implica a incorporação de novas linhas de pesquisa na COC, a partir de uma perspectiva de análise histórica de um objeto avistado pela janela de nossas salas de trabalho e que nos parecia tão distante. A memória desta região se constitui como um ponto importante nos debates da história da saúde pública e na sua relação com o exercício da cidadania, contrapondo políticas públicas às precárias condições de saúde, habitação, educação e agressão ao meio ambiente.

Agradecemos aos coordenadores do LTM/Fiocruz, Fátima Pivetta e Marcelo Firpo Porto, pelo convite para participar deste trabalho, denotando a extrema sensibilidade no que diz respeito às reflexões de cunho histórico, o que possibilitou a construção de uma nova parceria, que se mostrou extremamente profícua. À Fátima, pela confiança e entusiasmo que sempre dedicou ao estudo, e ao Marcelo, pelas contribuições em torno da problemática do meio ambiente nestas comunidades. Aos membros da equipe, em particular às técnicas de pesquisa e moradoras Gleide Guimarães e Consuelo Guimarães, que ligadas por laços familiares caminham juntas, com entusiasmo e credibilidade na mudança e no direito à cidadania, vinculando reflexões acadêmicas à luta popular cotidiana. À Isabel Martins, também moradora e técnica de pesquisa, que nos forneceu um panorama político do cotidiano de Manguinhos e nos ensinou como um sonho vislumbrado desde menina transformou-se em realidade, mesmo diante de todas as armadilhas que a

vida nestas comunidades lhe conferia, lutando, ainda, contra o preconceito que o mundo universitário lhe impôs durante a sua formação acadêmica. Ao Fábio Souza, que muito nos ajudou enquanto, ainda, estudante de história, no levantamento de fontes que abordassem nosso tema, alçando vôo próprio na busca da compreensão de uma parte do panorama que envolve a criminalidade nas favelas. À Fabiana Melo Souza, que, de forma apaixonante, se enveredou pelas comunidades buscando imagens em movimento para compor um quadro tão bem definido no vídeo-documentário “Manguinhos: história de pessoas e lugares”, antes mesmo de se estabelecer como moradora do local. Aos jovens moradores, Michelle S. Silva, Silvana Modesto e Wagner Martins, que, como estudantes do ensino médio e participantes do Programa de Vocação Científica, da Fiocruz, olhavam curiosos para o mundo acadêmico, particularmente à Michelle, que nos auxiliou na seleção dos narradores.

De forma muito especial, somos gratos aos entrevistados, moradores de Manguinhos, pela disponibilidade em transformar suas experiências em narrativas, permitindo que construíssemos uma versão desta história impregnada de solidariedade, parceria, confrontos, alegrias, tristezas, sonhos e expectativas de mudança.

Agradecemos também à Maria Lúcia (Lu) Petersen, à Marcia Garrido, Izabel Tostes, José Ricardo de Araújo, Celso Caseiro e José Stelberto Porto Soares, que nos concederam entrevistas e elucidaram questões acerca dos programas da Prefeitura do Rio de Janeiro voltados para as comunidades populares, apontando as particularidades de Manguinhos nos planejamentos do governo municipal a partir das análises que cada um construiu em seu próprio campo de atuação profissional. Devemos agradecimentos, ainda, a Elmo Amador que nos apresentou suas reflexões acerca do processo de degradação secular vivenciada pela baía de Guanabara e pelos manguezais que configuravam seu entorno.

Gostaríamos de agradecer, ainda, a todos os que participaram pontualmente da equipe do projeto nas suas diferentes fases. A Alexandre Pessoa e Juliana Pavan, pela elaboração dos mapas, que permitem visualizar a ocupação da área e a distribuição das comunidades. À Claudia Trindade, pela leitura atenta e crítica deste trabalho, pelas contribuições fundamentais e pelas informações preciosas sobre o Programa de Aceleração do Crescimento

(PAC) em Manguinhos, entusiasmada com os possíveis desdobramentos acadêmicos deste projeto. À Suely Lamarão e Vivian Hinterhoff, pelo trabalho exaustivo e cuidadoso dedicado a transcrever e editar as entrevistas, buscando sempre uma aproximação entre o texto narrado e a escrita acadêmica. Incluímos neste agradecimento pesquisadores da Fiocruz, como Lenira Zancan, que nos apoiaram e que, entusiasmados, aguardaram a conclusão deste estudo, que, esperamos, venha contribuir para a nossa inserção como pesquisadores destas comunidades. Somos gratos também à jovem Viviane Nonato, que vem dedicando seu olhar artístico a retratar sua comunidade através de pinturas, tendo nos cedido um de seus olhares para a capa deste livro.

À Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp), agradecemos o apoio, em especial, financeiro, que viabilizou parte do custo desta publicação.

Enfim, almejamos que estas reflexões, longe de serem conclusivas, sirvam de subsídios e despertem interesse pelos estudos históricos, tanto no âmbito acadêmico, como no interior das comunidades, e que, sobretudo, auxiliem na busca pela mudança desta realidade.

Introdução

O espaço em análise: Manguinhos e suas comunidades

Manguinhos, como qualquer área considerada como favela, no Rio de Janeiro, sofreu com a dessimetria e com o descompasso entre a formulação e a prática das políticas públicas, fossem elas habitacionais, urbanas ou sociais. Ao longo de cem anos de ocupação paulatina, foram elaborados projetos visando a transformar a região, pela via do saneamento, do planejamento urbano, do zoneamento e da industrialização, em "uma zona digna de figurar entre as melhores urbanizadas" (Reis, 1943: 94). O resultado, por motivos diversos, não se deu como previsto nos vários projetos, e a situação de pobreza e de abandono de tais comunidades é o reflexo dessas propostas frustradas e das relações conflituosas por interesses antagônicos.

As problemáticas urbanísticas, habitacionais, ambientais e sociais, historicamente vinculadas a áreas de grande exclusão social e violência urbana, configuram-se como um foco importante nos estudos sobre comunidades populares. Nas últimas décadas novas questões foram agregadas ao leque de análises sobre estas áreas, que se tornaram palco de disputa dos grupos organizados em torno da criminalidade, inclusive policial, e do comércio ilegal de drogas, como Manguinhos. Não obstante considerarmos relevante a discussão e a atualidade dos temas relacionados ao comércio ilegal de drogas nas favelas, presentes inclusive nas falas de alguns dos moradores

entrevistados por nós, esta pesquisa não assumiu as questões referentes à criminalidade como foco de análise. Destacamos a especificidade do tema no que diz respeito ao referencial teórico próprio desta discussão e a existência de pesquisas consolidadas sobre a violência urbana e o tráfico de drogas ilícitas, que não se inclui em nosso leque temático. Ressaltamos também, neste sentido, nossa preocupação em preservar os entrevistados, moradores das comunidades, por este conflito se apresentar de forma concreta no cotidiano.

As políticas habitacionais, os processos de ocupação e invasão, além das particularidades relacionadas às instalações físicas, algumas provisórias, outras definitivas, próprias deste tipo de comunidades, se configuram como centro deste estudo. Não nos limitamos à constatação da pobreza e da exclusão social, óbvia nestas localidades, e, sim, nos detivemos em perceber a ação governamental, o processo de ocupação e algumas das possíveis formas de identificação dos moradores com seu espaço e sua história. Incorporamos à discussão os principais debates, gerados ao longo do período, acerca das favelas e das comunidades populares, do crescimento urbano e dos projetos de esquadrinhamento destes espaços específicos, tomando como foco central da análise aqueles que envolveram diretamente as comunidades de Manguinhos.

Buscamos, ainda, estabelecer relação entre as questões próprias destas comunidades e o contexto mais geral que as envolve, e ressaltar a ação e o papel do Estado no que diz respeito às políticas públicas direcionadas a estas áreas e a seus moradores, formuladas pelo governo federal e, em especial, pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Destacam-se na análise algumas questões territoriais que envolveram diretamente as comunidades de Manguinhos e que promoveram articulações e embates institucionais, em particular a estabelecida com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), tendo em vista a proximidade e a articulação da instituição com os moradores das localidades próximas ao *campus* da fundação.

O bairro de Manguinhos é uma área do subúrbio carioca, na Zona Norte do Rio de Janeiro, próxima à baía de Guanabara (Figuras 1 e 2), que apresenta uma densa ocupação popular e onde se localizam várias empresas e indústrias.

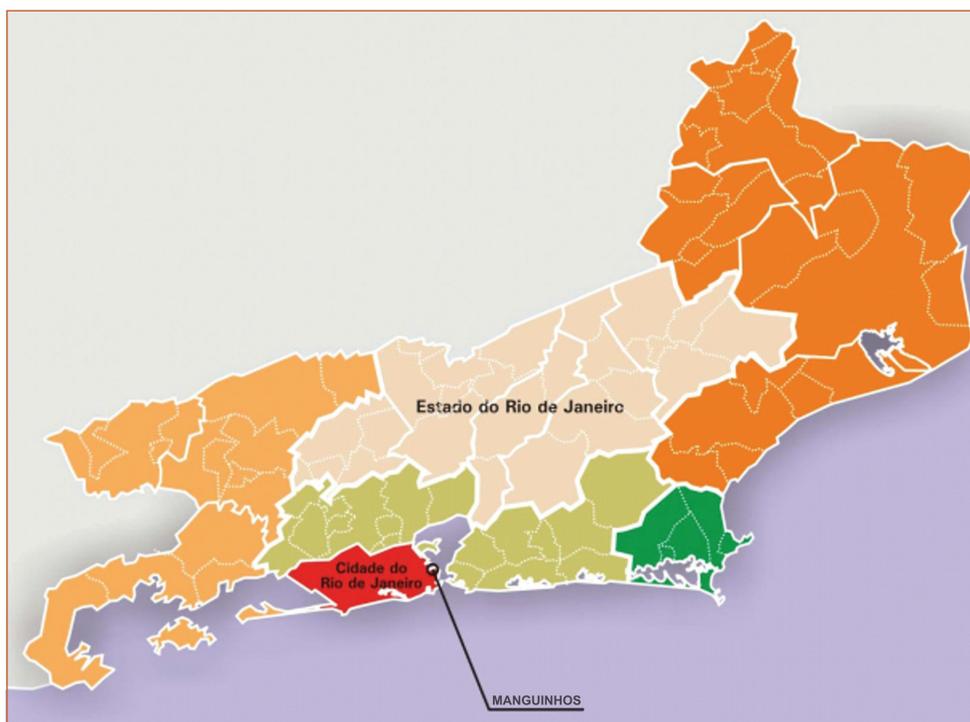
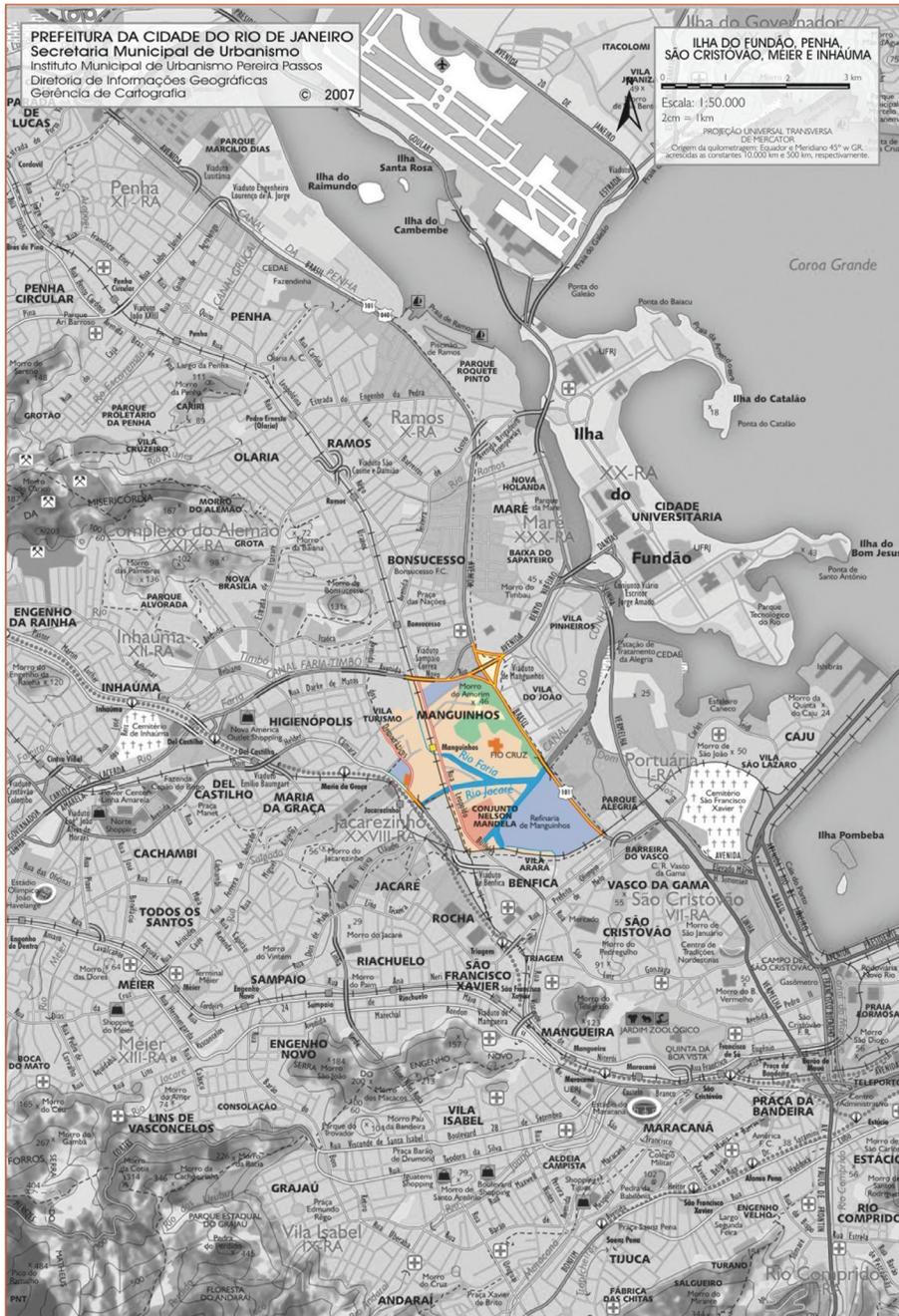
Figura 1 – Mapa com localização de Manguinhos na cidade do Rio de Janeiro, 2007

Os dados demográficos da região são bastante divergentes entre si, pois foram construídos a partir de conceitos diferenciados acerca, principalmente, da moradia e do cidadão das áreas de habitação popular e de favelas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base no Censo realizado em 2000, indicou uma projeção da densidade demográfica para o ano de 2007 em 37.544 habitantes. O Instituto Pereira Passos (IPP), com base em índices de fecundidade, previu para o ano de 2009 um quantitativo em torno de 43.000 moradores. O Centro de Saúde Germano Sinval Farias, da Fiocruz, levando em conta o cadastramento para o Programa de Saúde da Família, sob sua responsabilidade, que apresenta uma cobertura de 60% da população local, indicou, para junho de 2009, o valor de 24.448, o que nos sugere um total em torno de 53.000 habitantes.

Figura 2 – Mapa com a delimitação de Manguinhos sobre base cartográfica, 2007

Secretaria Municipal de Urbanismo/Prefeitura do Rio de Janeiro

A área ocupada por estas comunidades teve seus limites definidos somente a partir de 1988, através de uma política que passou a incluir as favelas no processo de oficialização dos bairros da cidade,[2] indicando para Manguinhos uma extensão que congrega onze comunidades. Reconhecemos os limites instituídos pela legislação de 1988 como definidores espaciais para a nossa análise, porém incorporamos a comunidade Vila União,[3] que compõe, a partir da mesma legislação, o bairro de Benfica, situado ao lado de Manguinhos, no leque de comunidades apreciado, por constituir parte da memória e da trajetória de alguns moradores. Desta forma, nossa análise contempla 12 comunidades.

Apesar de englobadas em uma única região, as comunidades de Manguinhos apresentam intensa diversidade e particularidades referentes não só ao perfil atual, mas também às propostas de cunho governamental e ao processo de ocupação em articulação com os determinantes político-sociais. Configuram-se como pertencentes a um espaço social heterogêneo e dinâmico, com um território vulnerável em constante reestruturação e com uma realidade socioambiental-sanitária bastante específica, com características do que se percebe, no momento, como favelas, no que diz respeito, principalmente, às construções, arruamento, comércio, serviços urbanos, sociabilidade, violência e comercialização ilegal de drogas e de alguns bens de consumo, como gás de cozinha e sinal de TV a cabo.

A região é cortada pelo rio Jacaré e pelos canais do Cunha e Faria-Timbó, responsáveis por grande parte da poluição da baía de Guanabara, uma vez que a maioria dos dejetos, tanto originários das fábricas como das moradias, são neles lançados *in natura* caracterizando-se, neste momento, como a segunda área mais poluída do Rio de Janeiro.

---

[2] A delimitação do bairro de Manguinhos segue a descrição: "da confluência do Canal do Cunha com a Avenida Brasil seguindo por esta (incluída) até o Ramal de Minérios de Arará; por este (incluído) até o entroncamento com o Ramal Leopoldina da RFFSA; seguindo pelo leito deste, até o cruzamento com o Rio Jacaré; pelo leito deste até a Avenida Suburbana; por esta (excluída) até a Rua José Rubino; por esta (excluída) até a Avenida dos Democráticos; por esta (incluído apenas o lado par) até a Rua Capitão Bragança; por esta (incluída, incluindo a Rua Hespéria), atravessando a Rua Uranos, até o Ramal Leopoldina da RFFSA; pelo leito deste, até o prolongamento do alinhamento da Rua Eurico Souza Leão; por este e pela Rua Eurico Souza Leão (incluída); Avenida Novo Rio (incluído apenas o lado ímpar) até a Avenida Brasil por esta (incluído apenas o lado ímpar, incluindo o Viaduto de Manguinhos) até o ponto de partida" (Decreto n. 7.980, de 12 de agosto de 1988).

[3] A comunidade Vila União localiza-se à margem direita do rio Jacaré, que a separa de duas comunidades de Manguinhos (Centro de Habitação Provisória 2 – CHP2 – e Parque João Goulart), segundo consta na lei complementar n. 17, de 29 de julho de 1992.

A ocupação Manguinhos assistiu, ao longo do século XX, a uma profunda mudança na conformação original da baía de Guanabara, de suas enseadas e dos manguezais, que foram destruídos por aterramento e ocupação sucessivos. A enseada de Inhaúma, que marcava o litoral desta região, segundo o estudioso Elmo Amador (2005), alcançava o bairro de Maria da Graça e apresentava uma vasta área de manguezais e pequenas ilhas que formavam o arquipélago do Fundão. Na descrição de Amador, os manguezais se estendiam até o interior, com algumas interrupções arenosas constituindo bancos de areias, praias e mangues em um "conjunto harmonioso de sistemas". Em Manguinhos havia uma área conhecida como Prainha, uma dessas configurações arenosas que foi aterrada e ocupada.

As intervenções implementadas na cidade e no fundo da baía, desde o início do século XX, produziram profunda alteração e deterioração no ambiente original, sendo justificadas oficialmente pela necessidade de sanear a cidade. Na opinião de Amador, tratava-se de um saneamento "totalmente equivocado em termos ambientais", na medida em que se baseava na utilização do solo para o crescimento da cidade sem considerar a própria natureza e sua função no meio ambiente. Ao longo do século XX, a área mais próxima da baía foi gradativamente ocupada de várias formas, principalmente por moradias, através de processos diversificados, até a destruição completa do manguezal. A denominação de Manguinhos deixa clara a conformação original da região, que foi aterrada com lixo e material de várias origens.

Propostas e projetos para o território

Ao longo do processo de ocupação de Manguinhos observam-se mudanças significativas na utilização do espaço, com profundo adensamento populacional e instalação de empresas e indústrias. Inicialmente ligado à atividade de produção de alimentos, característica das fazendas originais, e à fabricação de soros e vacinas, pelo Instituto Oswaldo Cruz (IOC), esse território deparou-se com vários projetos urbano-sociais que percebiam esta área como uma extensão da região do porto, até o quadro atual identificado como um complexo de favelas.

Entre as décadas de 1920 e 1940, foram formulados projetos de saneamento e urbanização que alteraram o perfil de Manguinhos, sem que,

no entanto, fossem viabilizados nas suas proposições mais significativas. De projetos grandiosos, restaram somente os trabalhos de retificação de três rios, áreas vazias e pretensões desperdiçadas. Percebe-se aqui o germe de uma lógica perversa que se repetiria em algumas áreas da cidade: locais 'vazios', sem dono e sem propostas de urbanização e de uso, se tornam lócus privilegiado de ocupação.

Os projetos habitacionais direcionados para as favelas, ao longo das décadas de 1940 e 1950, pautavam-se em torno da discussão acerca de sua permanência ou não no espaço urbano e apontavam para soluções que propunham retirar do corpo da cidade, em especial das áreas com valorização imobiliária, estes grupos populacionais considerados marginais à organização social urbana. Manguinhos, nesse contexto, como um espaço pouco valorizado, abrigou projetos de implantação provisória de população e migrantes de várias áreas da cidade e do país.

Foram envolvidas, ao longo de sua constituição, diversas instâncias governamentais, instituições de assistência, Igreja, empresários, planejadores urbanos, em busca de uma 'solução' para o que era visto como um problema, a partir de projetos de remoção e da construção de conjuntos habitacionais e parques proletários, em sua maioria provisórios. Ao mesmo tempo, a política do presidente Getúlio Vargas (1930-1945; 1951-1954) voltava-se para a habitação popular para grupos específicos, através dos Institutos de Aposentadoria e Pensão e da Fundação Casa Popular, estabelecendo uma nítida distinção dos indivíduos e dos espaços urbanos.

Todas as propostas perpetuavam uma interpretação extremamente negativa das favelas, que indicavam sua eliminação, como um câncer ou uma doença contagiosa. Eliminação essa que podia se expressar a partir de parâmetros diferenciados, através da 'limpeza' e da 'ordem' (como propunham os sanitaristas e os urbanistas), da doutrinação (como desejavam os religiosos e os agentes sociais) ou da extinção pura e simples (como almejavam os políticos). Apontavam, como justificativa, benefícios diretos para a cidade e para a população, mesmo os projetos mais abrangentes e com propósitos diversificados, como a abertura da avenida Brasil, na década de 1940, que ressaltava melhoramentos para as comunidades localizadas ao longo de seu trajeto, com destaque para Manguinhos. A noção de progresso implícita no discurso de sua inauguração associava, quase

que automaticamente, a construção dessa avenida às melhorias e transformações necessárias àquela população, como se o domínio da técnica fosse suficiente para reverter o quadro adverso, o que caracteriza o pensamento da maioria dos planejadores urbanos.

Os projetos que marcaram o período após 1980, de caráter urbanístico ou habitacional, traziam um novo alicerce político, com propostas de incorporação das favelas ao corpo da cidade, pautadas pelo direito à cidadania, que, na realidade, buscavam sustentação política para os diversos grupos que passaram a assumir estas comunidades como espaço de atuação eleitoral.

A presença de instituições e empresas, como a Fiocruz, Correios e Telégrafos (ECT), Empresa Brasileira de Telecomunicação (Embratel), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Cooperativa Central de Produtores de Leite (CCPL), Refinaria de Petróleos de Manguinhos S. A. e a fábrica de cigarros Souza Cruz, denota uma característica histórica da configuração de Manguinhos e imediações como região industrial. Apesar de explicitadas em alguns projetos oficiais, as propostas que delineariam este perfil para o bairro não foram levadas a cabo por programas governamentais. Na verdade, corresponderam a iniciativas particulares e pontuais de empresários ou do próprio governo, contribuindo para a manutenção da atual precariedade deste espaço. Recentemente observa-se a desativação de várias empresas e instituições que abandonaram a área, devido à associação entre panorama econômico desfavorável e os constantes conflitos e invasões que marcam o período.

A carência de planejamento e investimento urbano, habitacional e social, voltados para a área, além das conjunturas econômicas adversas, colaborou, certamente, para estimular, sobretudo nas últimas três décadas, processos de invasão e de ocupação, apoiados, principalmente, no pressuposto construído historicamente de que a favela configura-se como um espaço mantido à margem da cidade, regida por normas e regras diferenciadas de ocupação territorial urbana.

A oficialização de Manguinhos como um bairro em 1988, ou a concepção de sua 'evolução' nesta categoria, condição questionada por Maria Lais Pereira da Silva (2005), não alterou a situação das comunidades compreendidas neste espaço delimitado geográfica e administrativamente. A nova configuração de Maguinhos procurou sinalizar que a região, com suas

favelas, a partir de então, estaria 'inserida' na cidade, considerando que um decreto fosse capaz de garantir esta categorização, requerendo que a justificativa técnica e administrativa fosse suficiente.

Alguns projetos oficiais apontam, inclusive, para uma suposta neutralidade política associada à técnica, como se verifica, por exemplo, na justificativa da escolha das áreas contempladas no Programa Favela-Bairro, considerado o maior programa para favelas na cidade, no qual se define que os critérios de intervenção nas favelas seriam de caráter "eminentemente técnico" (Rio de Janeiro, 2003). Manguinhos foi excluído da ação desse programa com a justificativa de tratar-se de um espaço complexo, com ocupação densa, alagado, com péssimas condições socioambientais-sanitárias, e violento, como indicado por vários técnicos que atuaram no programa, como discutiremos adiante. As condições favoráveis e "eminentemente técnicas" deram lugar a interesses políticos adversos e à incompatibilidade orçamentária, assumida como justificativa.

Comunidade, favela ou bairro: diferentes termos para uma única realidade

Uma questão relevante diz respeito à terminologia utilizada para estas áreas excluídas socialmente, que envolve termos como favela, comunidade, localidade ou bairro, que, na realidade, respondem a uma mesma categoria, construída historicamente, que marca a clivagem entre tais espaços e a cidade. Esses possíveis termos, sabidamente, não rompem com a clivagem histórica, que referencia este espaço a um tipo específico de construção e ocupação urbana, irregular, fora dos padrões de racionalidade arquitetônica e muitas vezes ilegal, relacionado à pobreza e problemas sociais. No caso de Manguinhos, a expressão 'comunidade' é assumida, habitualmente, pelos moradores, que, em geral, não reconhecem o termo bairro e se dividem no que se refere à denominação de favela.

A preocupação com o uso do termo 'comunidade' é apontada pelo historiador Marcos Alvito em seu estudo sobre Acari, em que procura evitar a terminologia diante da possibilidade de um entendimento equivocado, que poderia perceber a comunidade como "microcosmo isolado e autônomo" (Alvito, 2001: 53). O sociólogo Luiz Antonio Machado da Silva (2004)

demonstra, também, uma preocupação com o uso do termo em substituição à 'favela', ressaltando, acertadamente, que a mudança não assegura a desconstrução do rótulo criado há mais de cem anos.

Apesar de julgarmos as ponderações extremamente pertinentes, incorporamos o termo comunidade, na medida em que compõe o cotidiano dos moradores, facilmente perceptível nas narrativas de nossos entrevistados e até mesmo da equipe de alunos e técnicos de pesquisa participantes deste estudo. Percebemos, no entanto, o espaço a que a comunidade, a favela ou mesmo o bairro de Manguinhos se refere não como um lugar físico de moradias, fora do ambiente urbano, ou como um "microcosmo isolado e autônomo", e sim como um espaço que busca inserção e legitimidade sociopolítica na cidade, assumindo-o como um campo de luta, inclusive contra o preconceito expresso na terminologia. Esta mudança de denominação, que busca retirar o teor pejorativo aplicado às favelas e dissolver a diversidade de questões sociais a elas vinculadas, não altera, como ressalta a socióloga Licia do Prado Valladares (1999), o cerne do problema.

'Complexo' é outra denominação importante aplicada, no Rio de Janeiro, a estes grupos de moradias. Já foi utilizada para designar a Maré e o Alemão, regiões próximas e com características históricas muito semelhantes às de Manguinhos. Este termo, no entanto, apresenta divergências de entendimento, tanto na origem como na sua aplicação. Segundo Julio César, presidente da associação de moradores de uma das comunidades de Manguinhos, 'complexo' se associa a uma perspectiva de articulação que visa a dar maior poder e organicidade às comunidades no que tange, principalmente, à relação destas com os poderes públicos, havendo, inclusive, segundo ele, a expectativa de criação de uma 'associação das associações'. Uma moradora, entretanto, relaciona o termo com a origem do tráfico de drogas e a atuação da polícia. Para ela, 'complexo' surgiu com a ampliação do tráfico nas comunidades e foi criado pela polícia para identificar as áreas de venda de drogas pelos comandos ou facções. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC),[4] implantado em Manguinhos em 2008, aplica oficialmente a denominação 'complexo' para se referir e delimitar a área.

[4] O Programa de Aceleração do Crescimento foi lançado pelo governo federal em janeiro de 2007, em parceria com os governos estaduais e municipais, e inclui obras de urbanização e habitação em cinco conjuntos de favelas do Rio de Janeiro (Manguinhos, Alemão, Rocinha, Pavão-Pavãozinho-Cantagalo e Preventório).

Ainda no que diz respeito às terminologias utilizadas para distinguir estes espaços, observa-se em Manguinhos, uma singularidade em relação a outros grupos semelhantes. Nenhuma das diferentes comunidades atende pela denominação de favela, tanto oficialmente como por seus moradores. Observa-se o uso de 'parque', 'vila', 'centro de habitação provisória', 'conjunto' e 'comunidade'. A única que atende por 'morro', que no Rio de Janeiro é similar ao termo favela, o Amorim, na realidade está localizada em uma pequena colina, e a denominação refere-se à situação geográfica. Hoje, moradores do Amorim questionam a denominação, por estabelecer conexão direta com a realidade das favelas, o que não corresponde a uma grande parte de sua área, como discutiremos adiante.

O nome de algumas das comunidades são homenagens de caráter oficial a cientistas vinculados a Fiocruz, como Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, a líderes de movimentos populares, como Nelson Mandela e Samora Machel, assim como a um presidente da República, no caso João Goulart. Outras se referem a instituições que foram ocupadas dando origem a comunidades, como Embratel e Conab. Essa última é reconhecida também como Vitória de Manguinhos, termo que faz alusão ao processo de embate, negociação e resistência que resultou na ocupação do espaço da instituição. A comunidade Mandela de Pedra tem sua denominação relacionada tanto ao embate e resistência pela ocupação do espaço, como ao aspecto do terreno pedregoso, que dificultou a instalação das moradias, mas não impediu a ocupação da área.

Imagens e depoimentos compondo uma análise

Fotografias, imagens em movimento e depoimentos gravados foram incorporados na categoria de fonte histórica, com base na idéia da imagem/documento, considerada por Ana Maria Mauad (1996: 85) "como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos deste passado – condições de vida, moda, infra-estrutura urbana ou rural, condições de trabalho, etc.". A gravação em vídeo apresenta a particularidade de reunir num único registro tanto a oralidade dos depoimentos quanto a expressão visual da imagem em movimento: a paisagem, o lugar, o corpo, gestos, olhares etc. Importa ressaltar que entre a narrativa textual e a audiovisual, resultados de uma mesma pesquisa histó-

rica, não existe uma simples transferência de mídia, e sim a constituição de linguagens próprias (Mauad, Serrano & Santos, 2007). Neste sentido, estas fontes podem contribuir para revelar o que o historiador Bernard Lepetit (2001) entende como uma representação rica de uma 'realidade' múltipla, complexa e inesgotável.

Preocupados em retratar esta realidade, as fotos, os vídeos e as gravações dos depoimentos apontam para um campo de reflexão histórica sobre a vivência dos moradores destas comunidades, em que a memória se apresenta como suporte relevante, na medida em que permite que se reconstruam as experiências do passado a partir do presente, incorporando significados e representações expressos pelos depoentes nas suas narrativas.

O cotidiano, os vizinhos, os laços de amizade, as comemorações, as festas, as doenças, as alegrias, as músicas, as tristezas, os perigos e os contrastes estão presentes de forma singular neste conjunto de histórias, em que buscamos perceber a dinâmica da vida, os sentimentos e as representações criadas sobre os processos de mudança e de construção de identidades.

A história de Manguinhos deve ser observada no âmbito do espaço urbano, em particular das áreas periféricas das cidades, onde se revela regularmente um quadro típico da marginalização imposta social e politicamente, no qual o Rio de Janeiro é exemplar, configurando-se como importante lócus de estudo para temas que envolvam cidade, memória, espaços populares, em especial, favelas.

1. Favelas no Contexto da História e da Memória Contemporâneas:

urbanismo e políticas públicas no Rio de Janeiro

Enquanto a minha vaquinha,
tiver o couro e o osso,
e puder com um chocalho
pendurado no pescoço,
eu vou ficando por aqui,
que Deus do céu me ajude
quem sai da terra natal
em outro canto não pára,
só deixo o meu Cariri,
no último pau-de-arara.

"O último pau-de-arara"
Venâncio, Corumbá e J. Guimarães

Estes versos retratam uma história freqüente presenciada nas grandes cidades brasileiras ao longo do século XX. A falta de condições dignas de sobrevivência e a expectativa de que nas cidades, particularmente do Sudeste e Sul do país, se teria mais do que a "vaquinha" tiraram muitos brasileiros de sua terra natal e lançaram-nos na incerteza, sem um "canto" onde parar.

Urbanismo, história e memória

As novas preocupações com a história dos espaços urbanos e a estreita relação do homem com os meios de produção, o ambiente construído e a

própria sociedade se consubstanciaram, inicialmente, durante as duas guerras mundiais, dado o interesse pela geografia e pela história das técnicas, como ressalta Certeau (1995). Ao longo do século XX e início do século XXI, vários estudos de diversas áreas do conhecimento voltam-se para temas que envolvem o espaço urbano e a cidade como questões para investigação. Os termos interior e periferia, cidade e campo, centro urbano e subúrbio, urbano e cidade, cidade e anticidade passam a ser, freqüentemente, utilizados para distinguir os novos e diversos tipos de assentamentos urbanos, distribuídos em escalas territoriais e locais. Destacamos como estudiosos do tema: Lewis Mumford, com trabalhos desenvolvidos entre as décadas de 1930 e 1960; Françoise Choay, na década de 1970, e mais recentemente, entre o final da década de 1980 e meados da de 1990, Marcel Roncayolo e Bernard Lepetit.

A produção brasileira sobre a cidade e as favelas também ocupa importante espaço com vários autores, como Alba Zaluar (2006, 2004), Cristovão Duarte Fernandes (2008), Licia do Prado Valladares (1978, 1999, 2000, 2005), Luiz Antonio Machado da Silva (2004, 2008), Marcelo Burgos (2006), Marcia Pereira Leite (2008), Marcos Alvito (2001, 2004), Sergio Magalhães (2002), Vitor Valla (1985, 1998), que apontam para diversos enfoques compondo um conjunto reflexivo fundamental para a análise das favelas no Brasil.

Para Mumford (1998), as questões referentes às transformações ocorridas nas estruturas urbanas a partir do século XIX estão associadas ao desenvolvimento da industrialização e do capitalismo, que, ao requererem territórios livres para seu desenvolvimento, destruíram as velhas estruturas, ocupando-as com uma densidade superior para a qual haviam sido projetadas, e/ou expandiram a malha urbana em direção às áreas situadas fora dos limites das cidades, constituindo os subúrbios.

Lefebvre desenvolve estudos sobre a cidade moderna, problematizando alguns dos conceitos estabelecidos sobre o espaço urbano. Defende a idéia do "fenômeno urbano" relacionado a um conjunto amplo de práticas sociais, em que inclui as características de cada sociedade e a participação do usuário, que, como ressalta, inúmeras vezes é considerado "um personagem muito repugnante que emporcalha o que lhe é vendido novo e fresco, que deteriora, que estraga, que felizmente realiza uma função: a de tornar inevitável a substituição da coisa, de levar a obsolescência a contento" (Lefebvre, 1999: 171).

Segundo a urbanista Choay e o geógrafo Roncayolo, o urbanismo, como disciplina autônoma, teria nascido justamente para contribuir nas reflexões sobre as alterações ocorridas no espaço das cidades em função da Revolução Industrial. Choay (1996: 10) ressalta que as cidades teriam sofrido "mudanças espontâneas que pareceram decorrer de um cataclisma social incontrolável". Roncayolo (1997), por sua vez, acrescenta que o urbanismo, como ciência, seria fruto de um conflito político, constituído a partir da crítica à construção da cidade contemporânea, reconhecendo-a como um campo de forças, onde as práticas sociais revelam tensões, oposições e contradições em busca de um equilíbrio nunca realizado. Lefebvre (1999: 150) segue o mesmo raciocínio do geógrafo e aponta o urbanismo como "veículo de uma racionalidade limitada e tendenciosa da qual o espaço, ilusoriamente neutro e não político, constitui o objeto (objetivo)".

Numa perspectiva de ampliar a noção de territorialidade, Roncayolo inclui outros saberes como a zoologia, a biologia, a psicologia e a política:

> Assim, a noção de território se inscreve em um campo de consenso, englobando, entretanto, espécies, atividades e níveis de percepção e de organização diferentes. Nos [os historiadores urbanos] resta julgar se pode se estabelecer um contínuo entre os espaços; se pode se tratar nos mesmos termos todos os níveis de territorialidade, do meio ambiente imediato às construções políticas as mais audaciosas e, enfim, se pode se restabelecer os fenômenos sociais coletivos, que suportam, por sua vez, a divisão dos espaços e os sentimentos de pertencimento, seja às exigências biológicas mais comuns aos seres humanos, seja à psicologia individual. (Roncayolo, 1997: 183)

Importantes contribuições para uma história urbana, escrita na perspectiva da nova história, desenvolvida principalmente pelos trabalhos de Lucien Febvre e Fernand Braudel, no início do século XX, influenciaram, nas décadas de 1980 e 1990, as reflexões formuladas por Roncayolo e Lepetit. Para Roncayolo, as representações de cidade constituem-se como um sistema de idéias socialmente compartilhado de modo ora tenso, ora mediado e mais ou menos coerente, por diferentes grupos de atores sociais. A cidade se constrói e é percebida a partir de um constante jogo entre "representações e práticas" individuais e coletivas que interferem continuamente tanto na forma material, física e construída da cidade, como nos comportamentos

sociais e, portanto, nas formas de "representar" a vida em sociedade e a cidade materialmente construída na ação cotidiana (Roncayolo, 1997: 177).

Lepetit, ao ressaltar o papel dos atores individuais na nova história urbana, estaria contribuindo para a formulação de um novo conceito em história que ele chamava de "a dinâmica experimental dos atores sociais e de suas trajetórias" (Salgueiro, 2001: 27). Neste sentido, o autor sugere uma reformulação do papel do historiador, como o único capaz de escrever história, passando a entendê-la como um "sistema de críticas". Para ele e outros pensadores da nova história, a saber, Jacques Le Goff e Pierre Nora,[5] esta passa a contar com uma interdisciplinaridade de processos e contribuições, da mesma forma que as demais ciências humanas, como a antropologia, a psicologia, a lingüística, a geografia, a economia e, sobretudo, a sociologia. O objetivo final de Lepetit é tentar compreender a complexidade da cidade e de sua relação com o espaço, o tempo e o homem.

Os atores e suas trajetórias, nesta tripla relação – espaço, tempo e homem – se tornam relevantes para as pesquisas históricas contemporâneas, em que os debates constitutivos da metodologia de história oral são fundamentais. Neste estudo especificamente, permite o reconhecimento dos processos de inclusão e da possível intervenção dos atores nas comunidades, a partir da identificação com seu espaço e sua história através das diversas versões e sentimentos possíveis.

O uso de entrevistas, como fonte memória, assume papel fundamental nesta investigação diante da concepção de que a narrativa expressa a reflexão sobre o passado a partir do presente, sendo atualizada pelos processos de reconstrução da memória. Esta interrelação entre passado, presente e memória é traduzida por Frank (1992: 67) na afirmativa de que o "presente do passado é precisamente a memória". A memória individual, geralmente formalizada na narrativa, se associa diretamente às relações constituídas no âmbito do espaço social e assume, como referência, a memória coletiva que é compartilhada e múltipla. Esta possibilita o estabelecimento de versões diferenciadas de uma mesma realidade, articuladas aos processos de construção de representações e de identidade. Como ressalta Pollak (2006: 38),

[5] Jacques Le Goff, historiador da *École des Annales*, sucedeu a Fernand Braudel em 1972 à frente da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* e publicou, sob a direção de Pierre Nora, a coletânea *Faire de l' Histoire*. Paris: Gallimard, 1974, em 3 tomos: 1. *Nouveaux Problèmes*; *2. Nouvelles Approches e 3. Nouveaux Objets*. Em 1976, desta vez assistido por Roger Chartier e Jacques Ravel, publica em forma de dicionário, *La Nouvelle Histoire*, lançada em português pelas Edições 70, Lisboa, em 1977.

a memória, não se refere "somente à vida física da pessoa" ou dos grupos, configurando-se como um fenômeno construído, que sofre flutuações em função do momento em que está sendo expressa, sendo resultado de um "verdadeiro trabalho de organização". A narrativa, desta forma, se constitui como a expressão individual de um trabalho em que passado e presente se articulam e projetam o futuro.

Sobre as singularidades da memória, Nora (1993: 9) destaca a permanente mudança a que está sujeita, estando "aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações", acrescentando que sua relação com a história compreende "uma operação intelectual e laicizante, que demanda análise e discurso", o que, para o autor, diferencia as duas operações. A análise histórica de um grupo de entrevistas, como é o caso aqui em estudo, permite perceber como o passado é incorporado e como possibilita ao indivíduo estabelecer uma relação pessoal com o presente, articulada com a vida na comunidade. Diante das diferentes experiências e conjunturas de ocupação de Manguinhos, bem como das características individuais, as narrativas expressam relações também diferenciadas, principalmente entre as gerações. Apesar de individual, a narrativa toma como referência o espaço social onde se insere, a partir da reconstrução das vivências através de um exercício calcado na memória.

Ao se constituir como uma fonte para a leitura histórica, a memória carreia os significados e as representações, elaborados individualmente, apresentando para o processo de reflexão intelectual, uma variedade de versões e sentimentos, que, para Frank (1992), legitimam a transformação da memória em objeto da história. Absolutamente subjetiva, múltipla e seletiva, a memória traz para o tempo presente diversos panoramas de uma realidade, que não se constituem como verdades, mas, sim, como versões, que podem retratar, inclusive, divergência de dados ou disputa de poder e busca de processos de legitimidade.[6] Neste sentido, principalmente no

[6] Sobre a memória, vinculada à história, há uma bibliografia bastante extensa, desde os clássicos – Halbwachs (1990); Le Goff (1977, 1884, 1990, 1996); Le Goff e Nora (1974); Pollak (1989, 1992, 2006); Rousso (1996) – aos estudos mais atuais – Frank (1992); Portelli (1996a, 1996b, 1997); Thompson (1992); Thomson (1997); Voldman (1996). São também relevantes várias obras de pesquisadores brasileiros, como Amado e Ferreira (1996); Ansart (2004); Alberti (2004); Alberti, Ferreira e Fernandes (2000); Araujo e Fernandes (2007); Bosi (1979); Ferreira (1994a, 1994b, 1996); Khoury (2001); Mauad (1996); Maud, Serrano e Santos (2007); Montenegro (1992); Montenegro e Fernandes (2001); Simson (1997).

que se refere à disputa, observa-se, também, a produção de uma memória oficial ou memória nacional, que se constitui como um tipo de memória coletiva, em geral, antagônica ou divergente de outras memórias coletivas, principalmente, referentes aos grupos marginalizados e excluídos.[7]

Apesar de trabalharmos neste estudo com a memória sobre o espaço habitado por grupos percebidos, tanto pelo Estado como pela sociedade, como situados à margem da cidade e apontados como um problema para ela, não nos dedicamos a analisar os possíveis conflitos entre memória oficial e popular. Nossa preocupação foi identificar, nas entrevistas, as versões da história coletiva construídas pelos narradores através das memórias pessoais, observando as vivências selecionadas por eles. Estas se configuram como ponto de referência para a construção de uma engendrada história coletiva sobre a ocupação e a constituição das comunidades de Manguinhos, traçada pelos próprios moradores, captada nas entrevistas e confrontadas com fontes oficiais, periódicos de grande imprensa, bibliografia sobre o tema e fontes imagéticas cedidas pelos entrevistados ou pertencentes a arquivos públicos.

A seletividade como crivo da memória está contida naturalmente na narrativa, nunca despida de interesses e subjetividades, que a toma como um mecanismo intrínseco na reconstrução do passado. No caso desta pesquisa, o processo narrativo se vincula, além do próprio tema para o qual os entrevistados foram convidados – a construção de uma história para o bairro de Manguinhos –, à origem do convite a eles direcionado. A Fiocruz, como formuladora do convite, indiretamente já induz a uma determinada postura, na medida em que é uma instituição articulada às comunidades e até mesmo prestadora de serviços e empregadora de mão-de-obra local, o que deve ser levado em conta. Esta questão, no entanto, como inerente aos estudos que incorporam a memória como fonte, deve ser considerada no âmbito da relação estabelecida entre entrevistado e entrevistador e conformada como um espaço de parceria e de confiança entre as partes, constituindo-se como ponto crucial na elaboração de entrevistas que tomam como base a metodologia de história oral.

---

[7] Importantes estudiosos, entre eles Pollak e Portelli, dedicam-se à investigação acerca dos conflitos, das disputas e da dominação de memórias, em que memórias denominadas subterrâneas são indicadas como oponentes à memória oficial.

Associada à seletividade da memória, observa-se a possibilidade de solidificação das versões, ou mesmo a mudança destas, na medida em que as narrativas se distanciam do acontecimento, que é reconstruído no presente, a partir de elementos que configuram a memória. Com relação a esta característica de solidificação de alguns elementos na história de vida pessoal e da possibilidade de mudanças nas versões narradas, Pollak (2006: 34) pondera que "na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariáveis, imutáveis", tão fortemente solidificados que inviabilizam mudanças, mesmo diante de interlocutores ou da própria ação da palavra.

As interpretações do passado que se consolidam nas versões construídas, de forma consciente ou não, denotam, também, o pertencimento do narrador ao grupo social no qual está inserido e sobre o qual suas lembranças estão referenciadas.

Os esquecimentos e as possíveis divergências entre as narrativas de diferentes depoentes são, também, dados constitutivos das experiências individuais e coletivas e legitimam, como outras características que ressaltamos, a relevância da fonte memória. É importante perceber, no entanto, que a memória coletiva, destacando-se os sentimentos que geram a idéia de pertencimento ao grupo, assume, ainda, a preocupação com a coesão interna e a defesa das fronteiras que o grupo tem em comum, no qual se inclui o território físico e afetivo onde vivem (Pollak, 2006). Território físico, de fronteiras delimitadas e abstrato no campo afetivo, estas comunidades apresentam na exclusão social sua mais forte marca explicitada nas narrativas.

Concepções e perfis das favelas no Brasil

A denominação 'favela', substituída muitas vezes pelo termo comunidade, localidade, e mais recentemente associada à configuração de bairro, está relacionada a um determinado conjunto de características. Refere-se a um espaço constituído por habitações aglomeradas, em geral ilegais, instaladas em locais com poucas vias carroçáveis e vários becos e vielas, com serviços públicos precários (água, luz, esgotamento sanitário e pluvial, escola, atendimento médico, transporte, lazer). A grande maioria das construções encontra-se fora dos padrões estabelecidos como formais para moradias, utilizando material com características de provisoriedade, contrapondo-se à 'cidade legal'.

O uso do termo favela aparece, na bibliografia corrente, vinculado à origem deste tipo de construção e destes locais e remonta ao final do século XIX, em analogia com o assentamento dos soldados provenientes da Guerra de Canudos, que estabeleceram moradia precária nos morros de Santo Antônio e da Providência (ou Favella), no Rio de Janeiro. Esta última localidade teria sua denominação relacionada tanto a um arbusto típico do sertão nordestino encontrado neste morro carioca, como a outro morro localizado nas proximidades de Canudos, que, igualmente à história no Rio de Janeiro, serviu de assentamento para os combatentes da Guerra de Canudos (Zylberberg, 1992; Zaluar & Alvito, 2004).[8]

O morro da Favella serviu de tema para várias obras significativas, como um quadro da pintora modernista Tarsila do Amaral e uma polca, composta por Passos, Borne e Barnabé, gravada, posteriormente, por Pixinguinha – ambos intitulados "Morro da Favella". A vinculação entre morro e favela inspirou muitas expressões culturais: inúmeros filmes e músicas, além da clara associação com o samba e, particularmente, com as escolas de samba, o que se mantém até hoje. Diversos compositores tomaram a favela como tema e a retrataram de diferentes pontos de vista, desde a idealização romântica à visão mais crítica. Dos sambas de Herivelto Martins (década de 1940), em que se enaltece o "barracão de zinco"; de Hermínio Bello de Carvalho, que ressalta a "beleza do lugar" (década de 1960), até a "cidade partida" do "dia em que o morro descer e não for carnaval", de Paulo César Pinheiro e Wilson das Neves (década de 1990), a favela chama atenção e serve de inspiração. Vários outros autores, como Padeirinho (Oswaldo Vitalino de Oliveira), Jorge Pessanha e Roberto Martins, destacam-se como importantes observadores do processo de constituição das favelas e da relação destas com os demais espaços urbanos, principalmente no Rio de Janeiro, berço do samba e da favela.[9]

O perfil destas habitações populares, construídas ao longo do século XX, está diretamente associado à forma de ocupação da área e à característica da moradia, como permanente ou provisória. Barracos de madeira, zinco ou papelão e prédios de apartamentos compõem, atualmente, a mesma

[8] Alguns autores, como ressalta Valladares (2005), referem-se a povoamentos com as características de favelas antes mesmo da ocupação do morro da Favella, como a Quinta do Caju, a Mangueira e a Serra Morena, ocupados, no entanto, por imigrantes portugueses, espanhóis e italianos, ao contrário das demais 'favelas'.

[9] Sobre a relação entre cancioneiro popular e cidade, ver Nivaldo Vieira de Andrade Junior (2006).

comunidade, apresentando, ainda uma associação sistemática entre favela e ilegalidade da ocupação. Na cidade do Rio de Janeiro, após a década de 1980, seu perfil passou a se vincular fortemente ao tráfico de drogas e aos conflitos armados, o que fortaleceu sua percepção como marginal na paisagem urbana, alterando substancialmente a convivência e as relações sociais no interior destes espaços.

A particularidade de tais formas de organização deu origem a inúmeros projetos e ações públicas, além de incrementar discussões tanto no âmbito administrativo, político e jurídico, como no acadêmico, desde o momento em que estas aglomerações se transformaram em um 'problema' social, urbanístico e habitacional (Valladares, 2005; Gonçalves, 2006; Silva, M. L. P., 2005).

Mesmo diante de projetos diversificados e debates ampliados, as favelas permanecem como espaços diferenciados da cidade, tratadas como constitutivas de uma história particular e marginalizada.

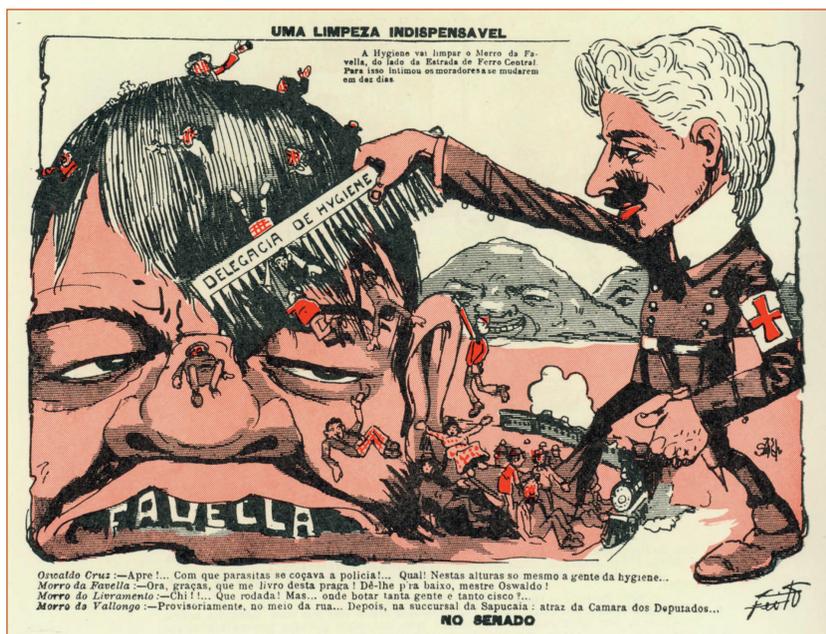
Políticas públicas para as favelas no Rio de Janeiro

Como solução para um problema social, político e jurídico, verifica-se no Rio de Janeiro, ao longo do século XX, a formulação de várias políticas públicas, baseadas em ações tanto de remoção como de urbanização das áreas ocupadas por assentamentos, intercalando propostas tanto de erradicação destes espaços, como de socialização e integração (Burgos, 2006; Gonçalves, 2006). A maioria das propostas significava, para Gonçalves, na realidade, uma política de tolerância "extremamente precária e clientelista", destacando como centro do problema as questões referentes à legalização de moradias que permanecia sem solução. Para Adrelino Campos (2005), a desconstrução do espaço urbano ocupado por populações pobres e marginais através destas medidas, justificadas, em sua maioria, por um discurso de insalubridade e risco ambiental, é o principal resultado da associação de interesses estabelecidos entre Estado e classe dominante, diante da valorização de áreas ocupadas por estes grupos.

As construções em encostas próximas às áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro, associadas à destruição dos cortiços, se intensificou nos primeiros anos do século XX, com as obras urbanas implementadas a partir do governo do prefeito Pereira Passos, passando a ser alvo de debates sobre pobreza

e insalubridade.[10] Contribuiu também para estas ocupações, a ampliação da atividade econômica da cidade, que, ao mesmo tempo que aumentou a oferta de emprego, favoreceu a imigração estrangeira, principalmente a portuguesa, assim como a migração nacional da zona rural e de algumas cidades do Centro e do Nordeste do país, o que se manteve até a década de 1970 (Campos, 2005).

Maria Lais Pereira da Silva (2005) ressalta, ainda, a perspectiva higienista e modernizadora, presente nas primeiras décadas do século XX, que visava à desinfecção das áreas ditas contaminadas, bem como ao controle e à destruição dos cortiços e estalagens como formas de intervenção do Estado, o que favoreceu o início de um processo de ocupação das periferias da cidade através da construção individual de habitações. A charge a seguir, de Falcão (1971: 188), critica a ação de Oswaldo Cruz à frente do serviço federal de saúde, em uma analogia entre a desinfecção individual e a social, equiparando as pessoas a uma infestação de piolhos que devem ser retirados das moradias insalubres (Figura 3).

Figura 3 – Charge "Uma limpeza indispensável"

[10] Vários autores assinalam a relação entre moradia e higiene presentes nas propostas governamentais do início do século XX. Dentre eles, destacamos Benchimol (1990), Chalhoub (2001) e Carvalho (1986).

Somente no período entre 1985 e 2006, observa-se a criação de bairros e regiões administrativas englobando áreas consideradas de favelas, justificada oficialmente a partir de uma preocupação com o gerenciamento do espaço físico da cidade e com a estrutura organizacional dos serviços locais (Alem, 2008). Importa ressaltar que, mesmo inserida oficialmente nas políticas administrativas da cidade, a favela continuou a ser tratada por órgãos específicos, como a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria Especial de Habitação, Secretaria Municipal de Habitação, que elaboravam e implementavam programas igualmente específicos, como o Programa de Regularização de Assentamentos Populares, o Projeto de Urbanização Comunitária/Mutirão Remunerado e o Programa Favela-Bairro.

Ao final da década de 1920 a favela foi, de fato, 'descoberta' pelo poder público, sendo definida em alguns projetos como "lepra" ou "aberração" (Burgos, 2006; Valladares, 2005). O termo lepra foi utilizado, inicialmente, por Mattos Pimenta, em 1926, que formulou propostas de remodelação da cidade do Rio de Janeiro, apresentando a imagem de "lepra da estética". Além da falta de higiene, ressaltava-se, no projeto, o risco à segurança e a agressão à beleza da cidade, como justificativas para a retirada destas construções no espaço urbano (Valladares, 2005). O termo está presente, também, no plano desenvolvido, entre 1927 e 1930, pelo urbanista francês Alfred Agache para o Rio de Janeiro, por solicitação do prefeito Antonio Prado Júnior, que indicava a remoção total das favelas e a construção de vilas operárias para os seus moradores:

> A sua lepra suja a vizinhança das praias e os bairros mais graciosamente dotados pela natureza, desde os morros do seu enfeite verdejante, e corrói até as margens da mata na encosta das serras. Por outro lado, não se pode pensar em sanear essas aglomerações sem concluir uma destruição total. (Agache, 1930: 189)

A terminologia "aberração" foi aplicada às favelas no Código de Obras do Rio de Janeiro, formulado no ano de 1937, que, por serem assim consideradas, não constavam do mapa oficial da cidade, sugerindo-se, inclusive, que deveriam ser "eliminadas" e que se proibissem novas construções ou mesmo a melhoria das já existentes. Uma solução identificada tanto por Mattos Pimenta e Agache, nessa ocasião, foi a construção de habitações

operárias, que originaram, por sua vez, os parques proletários provisórios, (PPP) erguidos na década de 1940 (Burgos, 2006; Valladares, 2005). Esta proposta contemplaria, também, Manguinhos, onde seria implantado um bairro industrial com moradias para operários, como veremos no capítulo seguinte, que trata especificamente da área.

Ainda nessa época, destacou-se como importante personagem no cenário da política habitacional popular no Rio de Janeiro, o médico higienista Vitor Tavares de Moura. Pernambucano, trouxe para a cidade o projeto que formulou, durante o governo de Agamenon Magalhães, de atendimento a albergados em Recife. No Rio de Janeiro, Tavares de Moura atuou, inicialmente, como chefe do Albergue da Boa Vontade, criado por Pedro Ernesto, e mais adiante, já na década de 1940, como médico na Prefeitura do Distrito Federal, na administração de Henrique Dodsworth. Nos primeiros anos dessa década, elaborou um primeiro estudo sobre as favelas da cidade, denominado "Esboço de um plano para estudo e solução do problema das favelas do Rio de Janeiro, para a Secretaria Geral de Saúde e Assistência do Rio de Janeiro" (Moura, 1939), em que ressalta a necessidade de um recenseamento detalhado das favelas, que incluísse não só o tipo de construções, mas a forma de ocupação e o perfil dos moradores.

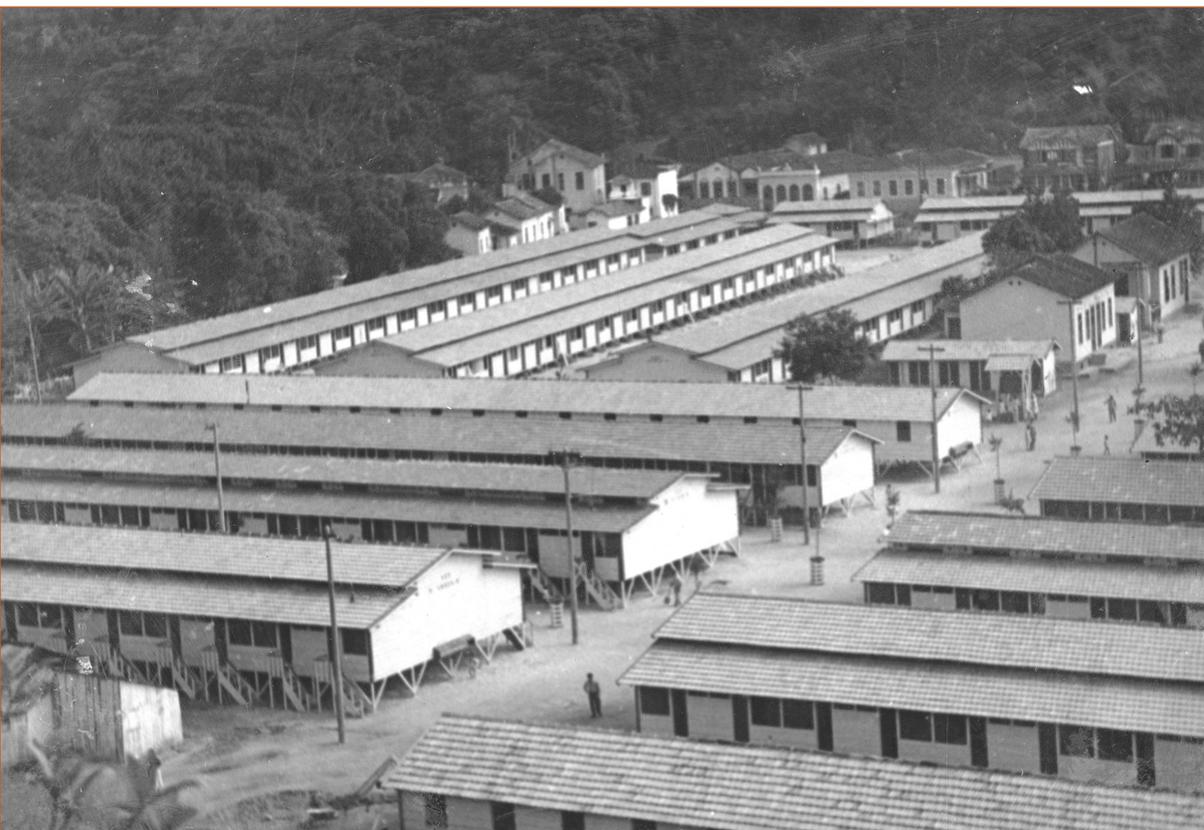
Em seu estudo, intitulado "À margem da batalha", Tavares de Moura (s. d.: 1) define o que entende por favela e traça o perfil de seus moradores:

> Favela é o nome dado ao aglomerado de horríveis casebres separados um dos outros por becos tortuosos e localizado em qualquer parte da cidade, de preferência nos morros e nas encostas, onde se encontra um terreno vago e onde mora uma população heterogênea e desajustada, da qual fazem parte muitos pobres, alguns abastados, outros vivendo à margem das agências de controle social, muitos trabalhadores honestos, muitos doentes e onde morrem muitas crianças e se cometem muitos crimes.

O médico pernambucano refere-se aos moradores como "faveleiros", descrevendo-os como: "todos os que moram nas favelas, uns reagindo contra o meio, ou por ele já vencidos, outros explorando ou sendo explorados, todos sofrendo os terríveis efeitos do ambiente, da área de desintegração social, que é a favela" (Moura, s. d.: 2). A proposta encaminhada por ele sugeria, ainda, a construção de casas "modestas e higiênicas" com caráter de provisoriedade,

prevendo que, com o crescimento da cidade, as casas permaneceriam modestas, e seu moradores se transfeririam para a periferia (Valla, 1998).

Nesse conjunto de propostas então formuladas, pode-se localizar a origem dos parques proletários, cuja construção vinha atrelada a uma postura 'civilizatória', pois os habitantes das favelas não eram identificados como cidadãos, e sim como "almas" necessitadas de uma pedagogia que os civilizasse (Burgos, 2006). Entre 1942 e 1943 foram construídos pelo Departamento de Construções Proletárias (DCP), da Prefeitura do então Distrito Federal, três parques localizados na Gávea, no Leblon e no Caju, abrigando pouco mais de 4.000 pessoas (Brito, 2004; Valla, 1985). Estes conjuntos seguiam o modelo de construção provisória, em madeira, apresentado na Figura 4, extraído de Tavares de Moura (s. d.).

Figura 4 – Parque Proletário Provisório n. 1 – Gávea, década de 1940

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz/Arquivo Vitor Tavares de Moura

A proposta original previa que os parques tivessem um período definido de utilização, mais precisamente, enquanto se construíssem os denominados conjuntos habitacionais ou se urbanizassem as áreas de onde haviam sido deslocados os moradores, sendo, por isso, construídos com material com pouca condição de permanência. Um dos principais objetivos dessas construções era que os seus apartamentos fossem alugados por baixos valores, e que as áreas possuíssem equipamentos sociais, como escola, creche, posto de saúde, centro comunitário, mercado e lavanderia (Brito, 2004).

Esse contexto abrigava também propostas habitacionais direcionadas para grupos específicos de trabalhadores, que não se constituíam como os "faveleiros", com produção e financiamento de moradias pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões e pela Fundação da Casa Popular, além do estabelecimento de nova regulamentação para o aluguel habitacional, o que marcou os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. A formulação da Lei do Inquilinato, em 1942, se, por um lado, ressaltava a habitação como um bem social a ser regulamentado pelo Estado, por outro, rompia com o modelo mercantil de produção de moradias para locação pelo setor privado, favorecendo também a ocupação das periferias das cidades, questão exaustivamente discutida por Nabil Bonduki (1998). Esta visão da habitação como questão social, porém, não incorporou a crescente formação de favelas como uma conseqüência dessas propostas, na medida em que elas ainda eram invisíveis aos olhos governamentais.

Posteriormente, durante as gestões dos prefeitos Hildebrando de Góes (1946-1947) e Ângelo Mendes de Morais (1947-1951), o Departamento de Habitação Popular, oriundo do Departamento de Construções Proletárias, iniciaria a edificação de conjuntos habitacionais, sem o caráter de provisoriedade, em São Cristóvão (Conjunto do Pedregulho – 1946-1960), Paquetá (1950), Gávea (1950-1964) e Vila Isabel (1954).

A partir de meados da década de 1940, percebe-se uma mudança nas orientações políticas acerca das favelas, já que a proposta de remoção de forma generalizada não era mais apontada como uma solução. A intensificação da vida política no país, que marcou o período pós 1945, possibilitou que a favela desempenhasse um papel político importante. Para Guida Nunes (1976: 20-21), naquele momento, descobre-se que a favela "representa uma massa eleitoral numerosa, concentrada em determinadas áreas, com inte-

resses definidos". O político, o candidato ou o organizador eleitoral, como define a autora, passa a se constituir como o "novo 'dono' da favela, que se agrega ao dono do terreno ou das casas", e assume o papel de administrador, distribuindo terrenos aos 'clientes' do candidato, constituindo um eleitorado próprio.

Ainda na década de 1940, em função da politização dos moradores das favelas, a Igreja Católica, preocupada com o avanço das ações políticas de grupos partidários do comunismo sobre as favelas, propôs a criação de uma instituição com o objetivo de controlar a organização desses espaços, a partir de uma atuação diferenciada da que o Estado prestava até então. Foi criada em 1947 a Fundação Leão XIII, que apresentava como finalidade, em seus estatutos, dar "assistência material e moral aos habitantes dos morros e favelas do Rio de Janeiro", através da prestação de serviços de âmbito social, principalmente da manutenção de escolas, creches, ambulatórios e maternidades, além de viabilizar a implantação de estrutura básica como água e luz, acompanhando e, mesmo, controlando o crescimento das favelas (Fundação Leão XIII, 1947: art. 1º).

As discussões em torno da erradicação ou não das favelas direcionaram as propostas formuladas, ainda, na década de 1950, para uma divisão em dois grandes grupos: irremovíveis e removíveis. O artigo do engenheiro Antonio Mollica, do Departamento de Habitação Popular, publicado em 1954, na *Revista Municipal de Engenharia*, discute um projeto de lei concebido para o Distrito Federal, em que se propunha dividir as favelas, de acordo com esta orientação. Segundo o engenheiro, nesse ano, o Distrito Federal apresentava cerca de duzentas favelas, com noventa mil "casebres" e quatrocentos mil moradores. O próprio uso do termo "casebre" revela a distinção entre as habitações dessas localidades e de outras áreas da cidade, num embate entre a cidade formal e a cidade informal (Mollica, 1954: 209). Para Mollica, a solução para o problema deveria passar por uma ação conjunta, que envolvesse autoridades do governo federal, como a previdência social (através da Fundação Leão XIII), a Prefeitura do Distrito Federal e os próprios moradores.

Das favelas irremovíveis, ou seja, as consideradas de "caráter permanente", constavam a do morro de São Carlos e a do morro da Mangueira. As caracterizadas como removíveis incluíam as favelas da avenida Niemeyer (atual Vidigal), Praia do Pinto, Catacumba e avenida Brasil. Entre estas, a da

Praia da Pinto (localizada no Leblon) e a da Catacumba (na Lagoa Rodrigo de Freitas), de fato, foram removidas nos anos seguintes. A explicação para o estabelecimento de diferenças entre os dois grupos se baseava no fato de as removíveis não oferecerem "conforto aos seus moradores" e estarem situadas em "locais perigosos, insalubres ou que prejudicassem a beleza paisagística da cidade". O projeto apresentava medidas "paulatinas, mas definitivas", para solucionar o problema das favelas (Mollica, 1954: 208). Para aquelas que não necessitassem de remoção, as propostas incluíam, entre outras intervenções, abertura de vias de acesso, obras de contenção de encostas e de infra-estrutura, como canalização de água e esgoto e iluminação pública, além da construção de serviços de apoio, como mercados, ambulatórios, creches, áreas de lazer e posto policial.

O destino das favelas, indicadas no projeto como removíveis, consistia na sua extinção, com a transferência dos moradores para outros locais com fixação definitiva, com acompanhamento da Fundação Leão XIII, Fundação Casa Popular e dos Institutos e das Caixas de Pecúlio e Aposentadoria. Nas localidades onde se situavam estas favelas não seria permitido o surgimento de novas moradias com as mesmas características, sob pena de demolição. A extinção da favela da Praia do Pinto, seguindo este projeto, contribuiu para formar parte das comunidades de Manguinhos, como veremos mais adiante.

O que chama atenção na proposta formulada por Mollica é o fato de incluir a participação da iniciativa privada e do próprio morador, prática que se tornaria comum somente nas décadas seguintes, com a criação das associações de moradores nas favelas. A iniciativa privada (fábricas e grandes oficinas) seria responsável pela doação de terrenos ou, mesmo, pela construção de imóveis para abrigo das famílias. Aos moradores seriam ofertados descontos na compra de materiais de construção e, também, a legalização da posse da moradia. A Prefeitura, além de fornecer áreas urbanizadas para a construção das casas, ofereceria, ainda, apoio técnico (Mollica, 1954). A idéia lançada pelo decreto de que existia uma diferenciação entre as favelas certamente contribuiu para que as comunidades questionassem os projetos de extinção de algumas delas e incentivou os moradores a lutarem pelos seus direitos.

A proposta de Mollica não se diferenciava substancialmente das demais que também acenavam com remoção das favelas. Ignorava a realidade

social, a vida familiar, as relações estabelecidas entre as pessoas, a distância do trabalho, a escola, o preço do aluguel ou das prestações. Como aponta Vitor Valla (1985: 295), as categorias "urbanização" e "participação" marcam propostas como esta. A "urbanização" cabia aos técnicos com seus projetos oficiais, que, em geral, se distanciam dos anseios da comunidade, como veremos em relação à Manguinhos. A "participação" ignorava o processo atuante da população em busca da solução do problema de moradia, desde a construção até a manutenção do espaço e da infra-estrutura criada comunitariamente nestes grupos.

Ao longo das décadas de 1940 e 1950, vários órgãos foram criados com ações específicas nas favelas do Rio de Janeiro, como os mencionados Departamento de Habitação Popular (1946) e Fundação Leão XIII (1947), além da Cruzada São Sebastião (1955), do Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (1956) e da Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal, adotando políticas sociais direcionadas a estes grupos, discutindo, inclusive, a própria categoria de favelado (Burgos, 2006).

A Fundação Leão XIII, por um lado, preocupava-se em impedir a ação do Partido Comunista nas favelas; por outro, assumia ações alternativas à pedagogia populista do Estado Novo. Em contraponto às ações repressivas, criou centros de ação social em diferentes favelas com uma proposta de caráter assistencialista através da formação de lideranças comunitárias. Atuou em 34 favelas, entre 1947 e 1954, procurando neutralizar o discurso ainda reinante, desde o tempo dos cortiços, que pautava a favela como lugar do vício e da promiscuidade e como refúgio de criminosos (Chalhoub, 2001).

A Cruzada São Sebastião, organizada por iniciativa de Dom Helder Câmara, em 1955, apresentava uma proposta e uma atuação distinta em relação à questão das moradias e da infraestrutura das favelas (Burgos, 2006; Valladares, 2005; Valla, 1985). O apoio da Igreja à Cruzada de forma pedagógica e assistencial traria, também, um caráter moral à discussão, inclusive, na tentativa de impedir a remoção de algumas favelas, como a do Borel, do Esqueleto e da Dona Marta, o que seria duramente criticado pela burocracia pública. Tanto a Fundação Leão XIII como a Cruzada exerciam controle sobre as associações de moradores, apesar de a Cruzada, em alguns momentos, se posicionar como interlocutor entre elas e o Estado (Burgos, 2006).

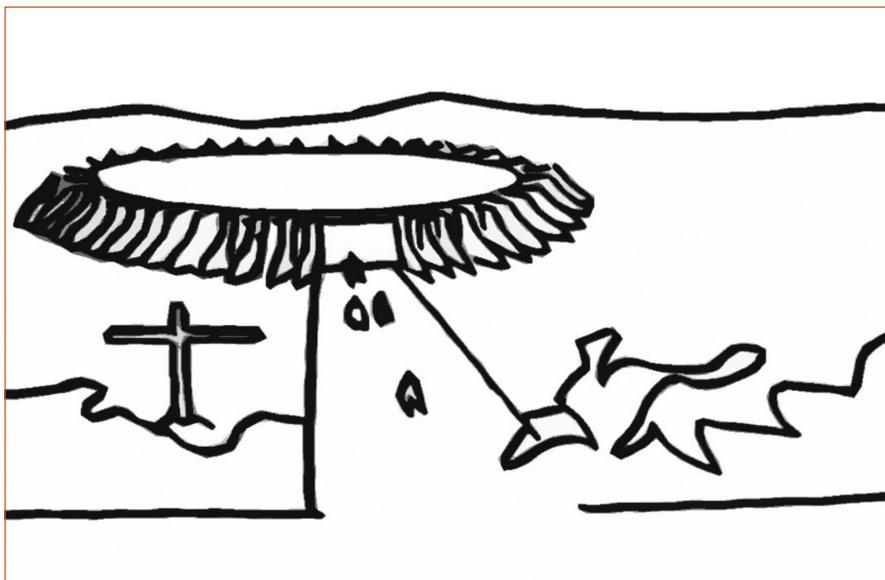
Neste contexto, os moradores das favelas se tornariam atores políticos e reivindicariam sua participação nas políticas públicas, através de órgãos de representação local, como as comissões de moradores criadas nos morros Pavão/Pavãozinho, Cantagalo e Babilônia, para impedir a remoção completa e autoritária dos moradores.

A fim de minimizar a ação da Igreja, o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA) passou a estimular a criação das associações de moradores das favelas. Na verdade, saía a Igreja e entrava o Estado. Na negociação com os moradores, em troca da urbanização das favelas, Negrão de Lima, então prefeito do Rio de Janeiro (1956-1958) passaria a exercer maior controle sobre as associações, gerando cumplicidade entre o poder público e as lideranças locais (Burgos, 2006).

Como exemplo da mudança de perspectiva com relação às favelas, mediante a política formulada, no âmbito do governo federal, de incremento à construção de habitações, observa-se a trajetória do SERFHA, que passou a ser subordinado à Coordenação de Serviços Sociais, sendo gradativamente desativado.

No que diz respeito às possíveis obras de reurbanização em Manguinhos, nesse momento, observa-se a retificação do rio Faria-Timbó e a construção da Igreja de São Daniel – O Profeta, projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer e localizada no Parque São José,[11] seguindo o *croquis* ilustrado na Figura 5. As duas obras ocorreram durante o mandato do primeiro governador do estado da Guanabara, José Sette Câmara Filho, em sua curta gestão de sete meses, no ano de 1959.

[11] Este parque hoje compõe parte do Parque João Goulart e do CHP2 (Centro de Habitação Popular 2), constituindo uma área contígua denominada, por alguns moradores, como Manguinhos.

Figura 5 – Igreja São Daniel – O Profeta, Parque João Goulart/Manguinhos

Na década de 1960 consolidou-se um movimento antifavelas, protagonizado pelo jornalista Carlos Lacerda, primeiro governador eleito do estado da Guanabara (1960-1965). Propôs uma distribuição do espaço urbano, claramente balizada pelo interesse do mercado imobiliário, direcionando a ocupação do subúrbio à indústria e às classes mais pobres, promovendo a destruição de 27 favelas e transferindo 41.958 pessoas (Valladares, 1978). O governo do estado liberou 3% da arrecadação para obras de melhoramentos em favelas, atuando em duas frentes de ações: remoção, como a favela do Pasmado em 1964, e transferência de moradores para outras áreas da cidade, com a construção na época da Cidade de Deus e das vilas Kennedy, Aliança e Esperança (Burgos, 2006). Para as obras de remoção dos moradores, Lacerda assinou um acordo de financiamento com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid, na sigla em inglês) e, em 1962, criou a Companhia de Habitação Popular – Cohab-GB (Burgos, 2006). Estes conjuntos, diante principalmente da falta de infra-estrutura e de legalização do espaço, ao longo dos anos seguintes, foram ampliados e se transformaram em grandes grupos de favelas, com arruamento irregular, serviços públicos precários e instalação de poder paralelo por traficantes de drogas e grupos policiais.

Com relação aos serviços públicos, em particular à distribuição de energia elétrica nas favelas, desde 1948 esta era comercializada por alguns moradores, que passavam a deter um poder específico sobre a comunidade e particularmente sobre este serviço. A partir de 1963, com a criação da Comissão Estadual de Energia (CEE), o Estado estabeleceu mais uma forma de controle sobre as comunidades populares, nomeando comissões locais para administrar a comercialização da energia elétrica. Estas comissões exerceram uma forte influência política nas favelas, criando, em muitos casos, rivalidade com as associações de moradores, o que para Gonçalves (2006) significava "dividir para reinar".

As entrevistas realizadas com moradores de Manguinhos retratam muito bem esta questão referente ao poder das comissões sobre a distribuição e ligações clandestinas de energia elétrica ou de rede de TV a cabo, conhecidas informalmente como "gato" e "gato net", com o aspecto desordenado, como se verifica na Figura 6.

Figura 6 – Ligação clandestina em uma das comunidades de Manguinhos, 2009

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

O fornecimento de água e, sobretudo, o esgotamento sanitário e de águas pluviais, constituem sérios problemas nessas comunidades, que, em geral, acabam incorporando como um fato natural lançar o esgoto no rio, como bem coloca Gleide Guimarães, que morou ao longo de sua vida em várias comunidades de Manguinhos e atua em pesquisa desenvolvida no Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM), da Fiocruz, ao afirmar que:

> o esgoto do Rio de Janeiro, eu acho que não é um sistema muito bom. Acho que em qualquer lugar a gente vai encontrar vala, esgoto sendo jogado *in natura* dentro do rio. Então eu começo a não estranhar isso – o que é horrível – não estranhar quando vejo esgotos jogados dentro do rio. Começo a achar isso aceitável. Infelizmente! (Guimarães, G., 2004)

Assim como as ligações de energia elétrica clandestinas e improvisadas, o lançamento do esgoto *in natura* nos rios são medidas tomadas devido à ausência do Estado no gerenciamento do espaço urbano, como apontaremos insistentemente ao longo do texto.

O governo seguinte, Negrão de Lima (1965-70), apesar de apresentar-se como opositor a Lacerda, defendendo a urbanização das favelas, caracterizava algumas delas como irrecuperáveis, não viabilizando o título de posse do lote aos moradores e estabelecendo forte controle sobre as associações de moradores. A política de remoção, então adotada, mantinha a mesma lógica do governo anterior e respondia diretamente à especulação imobiliária, já que as favelas ditas irrecuperáveis estavam localizadas em regiões de desenvolvimento do mercado imobiliário, em geral na Zona Sul da cidade.

Para assentamento da população removida, investiu-se na instalação de conjuntos habitacionais e centros de habitação provisória – os CHPs. Os antigos parques proletários provisórios (PPPs), construídos nas décadas de 1940 e 1950, foram agregados a esta proposta, recebendo, inclusive, a partir de 1969, a denominação de CHPs, sob a administração da Fundação Leão XIII, que desde 1962 havia sido incorporada à estrutura do estado da Guanabara, vinculada à Secretaria de Serviços Sociais.

Esta Secretaria, mediante as legislações de 1967 e 1969 (decretos n. 870 e n. 3330, respectivamente), passou a regulamentar de forma rígida as associações de moradores, estabelecendo um vínculo direto entre elas e o governo do estado, seguindo os parâmetros do governo militar. Como

destaca Gonçalves (2006: 9), a legislação de 1967 determinava que cabia às associações estabelecer o cadastro dos moradores e proibir novas construções, o que simbolizava "um prolongamento do Estado dentro das favelas, conseqüentemente, retirando-lhes o caráter contestatório".

Nesse contexto, os CHPs funcionariam como local temporário para assentamento de famílias retiradas de favelas, enquanto aguardavam remoção definitiva para os conjuntos habitacionais. Segundo Claudia Trindade (2006: 76), tais construções ficavam no "meio do caminho" entre a remoção, a instalação e a localização geográfica, "já que podemos considerar a Zona da Leopoldina, onde o CHP2 foi instalado, como meio do caminho em relação aos distantes conjuntos habitacionais da Zona Oeste da cidade".

No final da década de 1960, as construções destinadas a assentamento popular, inclusive os PPPs construídos na década de 1940 – Gávea, Caju, Leblon –, o CHP em Manguinhos e o Parque São José, igualmente em Manguinhos, da década de 1950, passaram a compor um quadro único de CHPs. Foram criados ainda os CHPs em Ramos, Nova Holanda, Paciência e Andaraí. Neste novo quadro, receberam uma numeração de 1 a 9, obedecendo à ordem em que foram construídos, seguindo, em geral o padrão mostrado na Figura 7.

Figura 7 – Parque Proletário da Gávea, década de 1950

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Alguns desses conjuntos foram de fato provisórios, como é o caso do CHP1 (Gávea), extinto em 1975, do CHP2 (Caju) e do CHP3 (Leblon), desativados entre 1969 e 1970 (Trindade, 2006). Outros, apesar de enquadrados na mesma política de habitação, atendiam a uma dinâmica de constituição própria, de caráter corporativo. O conjunto Casa da Moeda, localizado em Vila União, por exemplo, foi destinado a funcionários da instituição, e o Parque São José foi construído pela Fundação das Pioneiras Sociais, para funcionários da Prefeitura. Este parque apresentava construções em alvenaria, que se aproximavam de um tipo de proposta de caráter mais permanente. Conforme nos relatou Gleide Guimarães (2004), referindo-se às diferentes formas de construção na área, "tem uma coisa interessante no CHP2. Ele tem casas de alvenaria com forro, com telhado; as casas no modelo original têm dois quartos, sala, cozinha, banheiro, varanda e quintal com uma área de serviço".

Com a extinção dos três primeiros CHPs, estabeleceu-se uma nova numeração para os demais centros de habitação, e os CHPs conhecidos pela numeração 4 e 5 originaram, respectivamente, o Parque João Goulart e o CHP2, localizados em Manguinhos.

Na década de 1970, foram criados o Projeto Rio e o Programa de Erradicação de Favelas (Promorar), que visavam, segundo o então ministro do interior Mário Andreazza, a solucionar os problemas das habitações sub-humanas, as favelas e as palafitas, urbanizando-as, quando fosse possível, erradicando-as quando fosse 'caso perdido' (Valla, 1985), incluindo nas propostas, a transferência do título de propriedade aos moradores, o que não ocorreu (Pessoa, 2006; <www.favelatemmemoria.com.br>).

O Promorar no estado da Guanabara contava, desde o anúncio de sua implantação pelo secretário de Planejamento, com uma defasagem no que diz respeito à disponibilidade de verbas e de apartamentos. Para o projeto seria necessário, inicialmente, um total de seis mil casas, para a remoção de sete favelas incluídas na "Prioridade Um", o que era distante das 1.200 disponibilizadas pela Cohab. O maior obstáculo indicado para a implantação desse programa era a "baixa renda dos favelados", que, para ocupar os apartamentos já construídos, do tipo C, necessitariam ter renda equivalente a três salários mínimos. Tal patamar ficava distante da realidade desta população, alcançando naquele momento somente cinco

por cento das seis mil famílias incluídas no programa como caráter de urgência (Não vai..., 1973).

Quanto ao Projeto Rio, este havia sido originalmente idealizado por Jânio Quadros, em 1961, sendo retomado pela Superintendência de Urbanização e Saneamento (Sursan) em 1965, no governo Carlos Lacerda (Projeto Rio, 1979) e, mais uma vez, por Chagas Freitas em 1979 (Pessoa, 2006).

Em junho desse mesmo ano, Andreazza, anunciou a implementação do Projeto Rio, apoiado nas propostas anteriores, que tinha como finalidade sanear a orla da baía de Guanabara, entre o Caju e os rios Sarapuí e Meriti, em Duque de Caxias. O objetivo principal era a erradicação das áreas de palafitas e envolvia seis favelas da Maré. O projeto incluía o aterramento de todo esse local para a construção de casas para os moradores retirados das palafitas, a instalação de rede de esgotos e de água, a construção de equipamentos sociais e da avenida Guanabara, e a regularização da propriedade dos terrenos (Pessoa, 2006; Projeto Rio, 1979).

Com o processo de redemocratização do país, buscava-se a retomada dos direitos civis e vários programas de governo preconizavam a regularização da propriedade e realização de obras urbanísticas nestas comunidades, porém continuavam distanciados da realidade local, acarretando, em conseqüência, como analisa Gonçalves (2006: 10), "a superdensificação das favelas e a permanência da mesma precariedade jurídica", na medida em que "as intervenções públicas dissociaram, sistematicamente, melhorias urbanísticas e instauração de uma legislação urbanística local". Fica, então, patente a relação direta entre a ocupação do solo urbano, crescente a partir de então, e a permissividade do Estado, diante tanto das obras de urbanização como da liberação dos títulos de propriedade, pois estaria admitindo a existência da favela e das habitações construídas mesmo que ilegalmente. Para os moradores, a urbanização descarta o perigo das remoções em massa, apesar de não ter sido solucionada plenamente a questão fundiária. A maioria das populações assentadas em Manguinhos não recebeu títulos de propriedade, valendo a urbanização como sua garantia, como discutiremos no capítulo seguinte.

O retorno ao direito de voto, na década de 1970, coloca as classes populares como importantes personagens na arena política, e o discurso que busca legitimar as políticas sociais toma corpo e ocupa estes espaços através

de propostas de melhorias em troca de votos para cargos políticos. A questão da legalização da terra urbana para estas populações foi apontada em vários projetos, na década seguinte, incluindo o usocapião, proposto pela Secretaria Municipal de Planejamento do Rio de Janeiro, em 1981 (Tabak, 1981), e pelo governo federal, a partir de 2000.

Ainda na década de 1980, o governador Leonel Brizola, eleito em 1983, com forte apoio das classes populares e um discurso populista, incorporou às políticas estatais várias reivindicações através das associações de moradores, que foram, mais uma vez ao longo do governo, aproximadas do poder estatal. Os projetos apresentados relativos à urbanização propiciaram uma mudança na estruturação física das favelas, estimulando os moradores de grande parte das comunidades a substituírem os barracos por casas de alvenaria. Foi criado o Programa Cada Família um Lote, que previa regularizar a propriedade do solo, tanto público como privado, em virtude do aumento das invasões detectadas como fruto de projetos de urbanização implementados, sem uma política simultânea de legalização de propriedade, como ressalta Gonçalves (2006). Foram implantados ainda em várias favelas, inclusive em Manguinhos, projetos como o Programa de Favelas da Companhia de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Proface/Cedae) e o Programa de Iluminação Pública.

Estes projetos acarretaram também uma multiplicação de 'ações de despejo' nas favelas, por parte dos donos das moradias, dada a possibilidade de legalização do lote para o morador ou de indenização para o proprietário, que na maioria das vezes não tinha como comprovar a propriedade e, por isso, optava por assumir a categoria de morador.

A regularização fundiária continua sendo um problema, por tratar-se de áreas em geral públicas e por requererem gastos por parte do futuro proprietário na legalização em cartório e no pagamento de imposto predial e de serviços, como coloca Marcia Garrido (2009).

A Constituição de 1988 propiciou autonomia financeira aos municípios, apregoando-lhes a responsabilidade pela organização do espaço urbano. Em certa medida, esta prerrogativa foi incorporada pelo governo municipal do Rio de Janeiro, através do Projeto de Urbanização Comunitária/Mutirão Remunerado. Este, implantado em 1989, era vinculado à então Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) e mantido com recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social (Fundo Rio), como fruto de

um projeto anterior de mutirão não remunerado que não se viabilizou por não gerar renda à população.

Para Maria Lucia Petersen, conhecida como Lu Petersen, defensora do projeto, "esta primeira etapa de transformação das favelas em bairros populares (...) foi um instrumento de construção conjunta (...) um espaço de trocas entre o saber técnico e popular" (Rio de Janeiro, 2003). Esta iniciativa, de caráter pioneiro, na opinião desta arquiteta e urbanista, trazia em seu cerne elementos que seriam depois retomados pelo Programa Favela-Bairro (Petersen, 2008). De fato, a estruturação da Secretaria, composta pela área social e a de execução de obras, envolvendo desenvolvimento urbano e social, meio ambiente e educação sanitária e ambiental, teria sido a semente do projeto implementado, posteriormente, na gestão do prefeito César Maia.

O Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro[12] delimitou áreas de Especial Interesse Social, visando a estabelecer padrões para a urbanização, ocupação do solo e regularização urbanística e fundiária. Para a Prefeitura, o Plano Diretor "possibilitou a formatação de uma política habitacional abrangente e a criação da Secretaria Municipal de Habitação". Cabe lembrar que, mesmo considerada como uma política abrangente que preenchia "de forma definitiva as lacunas deixadas pelo Mutirão Remunerado" (Rio de Janeiro, 2003: 61), esta não incorporou integralmente as favelas cariocas, inclusive Manguinhos.

O Programa Favela-Bairro foi encaminhado pelo prefeito César Maia, em 1993, como uma das proposições formuladas pelo Grupo Executivo de Assentamentos Populares (Geap) e concretizado pela então criada Secretaria Municipal de Habitação. Foram alocados vultosos recursos em obras urbanas a partir de acordo estabelecido com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em duas etapas, a primeira em dezembro de 1995 e a segunda em maio de 2000 (Burgos, 2006). Esta instituição, inclusive, considerou o Favela-Bairro "projeto estrela", premiando-o como o Projeto do Ano de 1998 (Magalhães, 2002: 108).

Para o arquiteto e urbanista Sérgio Magalhães, um dos mentores do Favela-Bairro, este tinha dois objetivos centrais, reduzir o déficit urbano e

[12] Este plano foi instituído pela lei complementar n. 16, de 4 de julho de 1992, e dispõe sobre a política urbana do município, estabelece diretrizes para as favelas urbanizáveis e as removíveis, criando como instrumento as áreas de especial interesse social.

realizar a integração social. Para ele, significaria, "de um lado, a integração do já construído, de outro, a construção de novas moradias em acordo com a legalidade urbanística". A integração social – "condição da plena cidadania" – se daria com a presença de serviços públicos nas favelas, em especial a segurança, e seria responsável por fazer com que as favelas fossem incluídas nos mapas oficiais da cidade (Magalhães, 2002: 102, 104), que, como ressalta Garrido (2009), "eram manchas em branco".

Na tentativa de atender aos seus objetivos, o Favela-Bairro buscou parceria com outros projetos desenvolvidos pela Prefeitura, como o Morar Legal, voltado para a regularização de loteamentos, o Morar sem Risco, que objetivava o reassentamento de famílias, o Morar Carioca, cuja principal ação era incentivar a melhoria da qualidade da moradia, apostando na construção em alvenaria, o Novas Alternativas, que pesquisava soluções de caráter inovador e, finalmente, o Bairrinho, que atuava nas favelas de menor porte. Estes projetos receberam financiamentos estrangeiros, como do BID e da Come Noi – uma organização não governamental (ONG) italiana (Menezes, 1997).

Em 1994, o Programa Favela-Bairro iniciou suas atividades em favelas de médio porte (500 a 2.500 domicílios), não incluindo Manguinhos, considerada como grande favela, o que a colocava fora do âmbito de ação do programa. Mesmo na segunda etapa do projeto, quando se ampliou a quantidade de domicílios, Manguinhos não foi incluída, com a justificativa do grande volume de verbas necessárias para a sua implantação na área.

Segundo Petersen (2009), Manguinhos apresentava "problemas muito complicados", com bolsões de pobreza, alta densidade demográfica, o que acarretaria demolição de moradias, e com um tráfico de drogas dos mais "truculentos" da cidade. Garrido (2009) reitera as dificuldades técnicas indicadas por Peterson e acrescenta que Manguinhos exigia alternativas de engenharia muito complexas, ressaltando a peculiaridade do solo, a extrema ocupação, inclusive em áreas não edificantes, a necessidade de drenagem do terreno e de construção de elevatória que conduzisse o esgoto sanitário para uma estação de tratamento, além da necessidade de reassentamento de parte das famílias. O imperativo de se drenar o terreno para a viabilidade de projetos de urbanização em comunidades como as de Manguinhos, principalmente nas áreas de CHP2, Vila Turismo e João Goulart, foi também ressaltada por José

Stelberto Soares, engenheiro sanitário, que atou na Prefeitura, coordenando o Programa Pró-Sanear. Para ele, sem drenagem há estagnação nas áreas baixas, como é o caso de Manguinhos, e a água pluvial acaba sendo lançada na rede de esgoto, causando entupimento da tubulação (Soares, 2009).

Um ponto polêmico do Favela-Bairro – estimular a melhoria da construção – pode ser interpretado como incentivador do adensamento das favelas, juntamente com as obras de abertura e alargamento de ruas, que teriam permitido acesso a áreas antes de difícil alcance, especialmente as de proteção ambiental, outro ponto caro ao programa. A segurança pública, um dos pontos centrais do projeto, na realidade, foi subestimada diante das novas relações de poder que se implantaram nas comunidades populares, a partir da década de 1990. Nesse período cresceu a atuação dos chamados poderes paraestatais comandados por banqueiros do jogo do bicho – os 'bicheiros' – e por traficantes de drogas, que transformaram as favelas em espaços de poder e comércio paralelo, independente da adesão dos moradores.

A predominância dos projetos arquitetônicos e urbanísticos sobre os sociais, especialmente sobre os que envolviam planejamento participativo, no Programa Favela-Bairro, foi alvo de crítica de Lu Petersen. Para ela teria ocorrido, também, um "descompasso" entre os Planos de Ação Social Integrada e as obras realizadas, mantendo distante o diálogo com as comunidades locais. Acrescentamos a este descompasso e, obviamente, ao não alcance pleno dos objetivos dos projetos governamentais, o fato de ignorarem os poderes paraestatais e a predominância de representantes deles nas associações de moradores, atrelados, inclusive, ao Estado como representantes da Prefeitura nas comunidades, informal ou formalmente.

No período que se inicia em 2000, verifica-se um amplo processo de ocupação através de invasões, na medida em que estas indiretamente favoreciam a aquisição de moradias populares. O governo federal, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, em 2001, sancionou o Estatuto da Cidade, que em seu texto estabelecia regras para regulamentação do uso da propriedade urbana, justificando-o "em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos bem como do equilíbrio ambiental",[13] a partir da "regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de

[13] Lei n. 10.257, de 10/7/2001. Regulamentava os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelecia as diretrizes gerais da política urbana.

baixa renda". A proposta previa a desapropriação de imóveis que permanecessem por mais de cinco anos ociosos, ao longo dos quais era oferecida ao proprietário a possibilidade de vender ou construir e, no caso de não lhe ser dado utilização predial ao longo do período, incidiria sobre o imóvel um valor de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo, sendo, então, destinado para assentamento (Brasil, 2001).

A arquiteta Ermínia Maricato, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, analisa o contexto no qual o estatuto foi elaborado, afirmando que este "mexe em uma questão nodal da sociedade brasileira que é o patrimonialismo", dado o grande lucro especulativo e fundiário nas mãos de poucos, e apresenta uma das soluções para a questão habitacional nas cidades brasileiras, que seria baratear o custo da terra para torná-la acessível à população empobrecida, que ampliava sua ocupação em áreas de risco e de proteção que não interessavam ao mercado imobiliário (Montenegro, 2001: 17).

Tanto a regularização fundiária como a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda não acompanharam o crescimento das áreas de favela, dos loteamentos irregulares e clandestinos e a ocupação de imóveis e de terrenos desocupados. Em Manguinhos, facilitado pelo poder instaurado pelo tráfico de drogas, iniciou-se uma progressiva invasão e ocupação de terrenos e prédios de empresas públicas e privadas, o que causou forte impacto nas comunidades locais, com significativo crescimento populacional e transferência das indústrias e empresas para outros lugares fora de Manguinhos. Houve também ocupação de áreas ditas de risco, como as margens de rios, proximidade às torres de energia elétrica e à adutora da Cedae, em muitos casos com a perspectiva de ganho de moradia ou de indenização, como já foi abordado.

As comunidades de Manguinhos se depararam, ao longo do século XX e início do XXI, com diversas conjunturas e políticas urbanas e habitacionais, apresentando diferenças entre elas e em relação aos demais espaços de ocupação popular do Rio de Janeiro. Como bairro de subúrbio ou de habitações precárias, pequenas vilas ou aglomerados violentos, prédios de alvenaria ou habitações improvisadas, estas comunidades apresentam histórias muito específicas e singulares além de constante crescimento e mudança em suas estruturas e perfis. O tráfico de drogas ilícitas, que hoje tem lugar na maioria das favelas cariocas, também pontua a história destas

comunidades, umas com maior ênfase que outras, se articulando também a estes processos de invasão e ocupação para moradia.

No capítulo seguinte buscaremos estabelecer conexão entre as políticas urbanas e habitacionais traçadas no âmbito federal, estadual e municipal e o processo de ocupação em Manguinhos, apontando as particularidades de cada uma das doze comunidades analisadas.

2.

Manguinhos: um século de projetos urbanos, ocupações e invasões

Numa vasta extensão
onde não há plantação
nem ninguém morando lá
cada um pobre que passa por ali
só pensa em construir seu lar.
E quando o primeiro começa
os outros, depressa, procuram marcar
seu pedacinho de terra pra morar.

E assim a região sofre modificação
fica sendo chamada de Nova Aquarela
e aí o lugar então passa a se chamar favela.

"Favela"
Padeirinho – Oswaldo Vitalino de Oliveira – e Jorge Pessanha

Os compositores Padeirinho e Jorge Pessanha contam a história de uma das 'novas' favelas criadas ao longo do século XX, na cidade do Rio de Janeiro. É na Mangueira, mas poderia ser em Manguinhos. O desejo de um lar, de ocupar uma terra onde não havia nada, de marcar um pedacinho para morar e de construir um 'lugar', fez surgirem vários 'lugares' que passaram a se chamar favela. Na história contada nestes versos, como em Manguinhos, fica latente a ausência do Estado, que aparece, em geral, depois que a "região sofre modificações" e "passa a se chamar favela".

Projetos urbanos e demarcação da área

A constituição das comunidades da área de Manguinhos teve início nos primeiros anos do século XX como fruto, originalmente, de ocupações individuais ou coletivas de fazendas produtoras de gêneros alimentícios que abasteciam a cidade ou mesmo de espaços públicos.

A partir da década de 1940, observa-se um intenso movimento de ocupação das encostas, das margens dos rios e das áreas de manguezal aterradas, a partir da migração de outras regiões do país, principalmente do Nordeste e de zonas rurais, e deslocamentos internos na própria Manguinhos e de outras comunidades próximas, onde ocorreram incêndios ou inundações. Tiveram, também, papel importante para o aumento populacional da região as políticas habitacionais implementadas na cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 1940 e 1960. Vários projetos governamentais impuseram deslocamento de populações, principalmente da Zona Sul, para regiões distantes, menos valorizadas e sem estrutura urbanística e emprego, o que provocou, posteriormente, o retorno delas para áreas mais próximas do centro da cidade, como Manguinhos. Identifica-se, ainda, a construção de conjuntos habitacionais provisórios, como medidas paliativas para as classes populares, indicadas como 'problemas' para a cidade, que acabavam transformados, em sua maioria, em habitações definitivas.

No espaço reconhecido como Morro do Amorim, Parque Oswaldo Cruz ou, simplesmente, Amorim, comunidade mais antiga da região, detecta-se, ainda, uma ocupação típica das primeiras décadas do século XX, de origem portuguesa, característica dos subúrbios cariocas. Observa-se, também, no Amorim, funcionários do então Instituto Oswaldo Cruz (IOC), hoje Fundação Oswaldo Cruz, que ali se instalaram devido à proximidade do local de trabalho ou à possibilidade de conquista de emprego na instituição. A área oficialmente denominada Vila União apresentou, também, uma pequena ocupação a partir de 1913, iniciada por um migrante português, através de contrato de aluguel com a União/Ministério da Justiça, muito antes da configuração e da designação de Vila União, o que só ocorreu depois da década de 1950.

A profunda migração e o deslocamento interno na cidade favoreceram, além do crescimento das favelas, a desproporção entre oferta de mão-de-obra

e de emprego, agravados pelo descaso do Estado com relação a estas questões. O morador de uma das comunidades de Manguinhos, Josué dos Santos, é um destes brasileiros que vivenciou esta história e nos contou em entrevista: "sou natural de Pernambuco, de um lugar por nome de Timbaú dos Mocós. Lá tinha muita fome, muita miséria. Meu pai perdeu tudo: plantações, gado, bode, cabra... Resolvemos procurar um lugar melhor, então viemos para o Rio, a família inteira" (Santos, J. F, 2004).

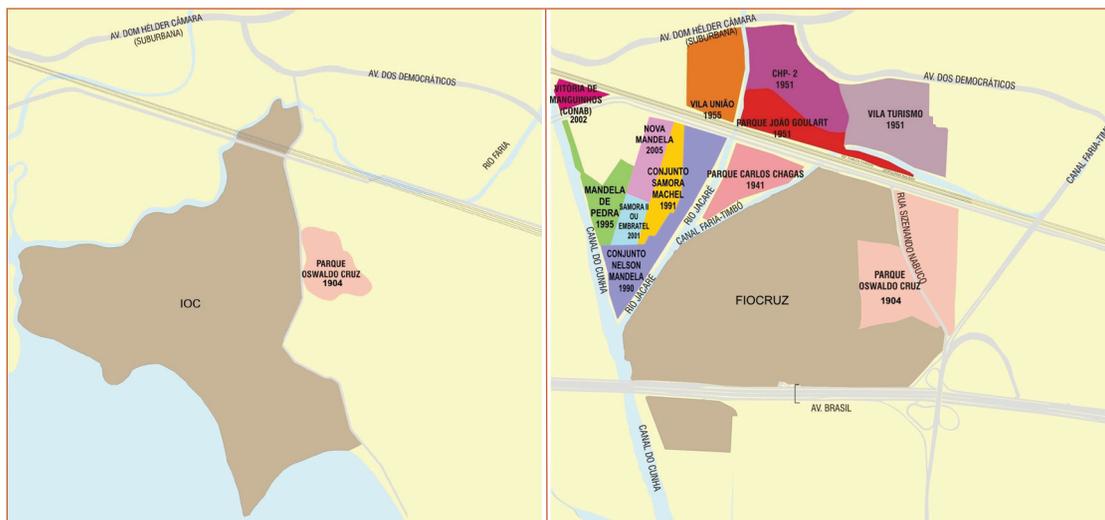
A evolução física da área mostra como a cidade foi se expandindo para esta direção e como, a partir de um lento processo, a região, então considerada distante da cidade, passou a ser uma extensão de seu território. O acesso se fazia, primeiramente, pelas linhas de trem,[14] pelo litoral, ainda próximo, e pelo rio Faria, ambos navegáveis à época. Antes da abertura das avenidas Leopoldo Bulhões e Brasil, na década de 1940, estas vias eram as únicas a permitir o acesso à localidade.

Na Figura 8, apresentam-se dois momentos, distantes por um século, que permitem perceber como estava estruturada a área de Manguinhos nos primeiros anos do século XX, e como essa se anuncia em 2008, antes da implantação do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC-Manguinhos).[15]

---

[14] No último quartel do século XIX, a freguesia de Inhaúma era percorrida pela Estrada de Ferro D. Pedro II, atual Central do Brasil, inaugurada em 1858, pela Estrada Rio d'Ouro, que começou a funcionar em 1876, pela Cia. Leopoldina Railway, iniciada em 1884, e ainda pela Estrada de Ferro Melhoramentos do Brasil, de 1893. As estações da Penha, Bonsucesso e Ramos foram construídas pela Cia Leopoldina em 1886. A Parada do Amorim, hoje denominada Manguinhos, foi oficializada, como estação, somente em 1910 (Oliveira *et al.*, 2003; ver também o *site* do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense (IPAHB), <www.ipahb.com.br/transpor.php#riodouro>.

[15] Mais adiante, ao longo do texto, apresentaremos mapas referentes aos distintos períodos de ocupação que foram identificados na pesquisa como marcos cronológicos para a análise.

Figura 8 – Manguinhos, 1904 e 2008

Ao longo de um século, percebe-se na comparação entre os dois mapas, profunda mudança na ocupação da área. Onde havia apenas algumas casas esparsas compondo o Parque Oswaldo Cruz, o Instituto Soroterápico Federal,[16] rios em seu trajeto original e uma estrada de ferro, hoje se visualizam doze comunidades, rios com trajetos retificados, a avenida Brasil e a Fiocruz.

O então Instituto Soroterápico, instalado na propriedade de Rosa Alexandrina de Freitas, em 1899, foi a primeira instituição a ocupar uma parte destes terrenos, como mostrado na Figura 9, onde se observa o castelo mourisco, uma vasta área de manguezal e, à direita, o Morro do Amorim. O instituto enfrentou, durante os primeiros anos de funcionamento, dificuldades para o deslocamento de seus funcionários, devido à distância do centro da cidade onde morava a maioria deles e aos parcos transportes, o que facilitou a ocupação de seus terrenos.

[16] Este teria a denominação alterada para Instituto Oswaldo Cruz, em 1908, e seria, desde sua criação, responsável pela fabricação de alguns soros e vacinas, devido à localização afastada do centro da cidade, o que se justificava pelos preceitos científicos da época.

Figura 9 – Vista aérea do Instituto Oswaldo Cruz, 1913

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

A relação entre moradia e trabalho no IOC começou a ser alterada com a reforma urbana de Pereira Passos, quando a população que compunha as camadas mais pobres e habitava a área central da cidade foi deslocada, afastando-se do mercado de trabalho original, o que favoreceu o surgimento, naquele momento, dos bairros do subúrbio carioca. O IOC, assim como outras empresas e indústrias que viriam a ocupar a região se beneficiaram do aumento da oferta de mão-de-obra, ao mesmo tempo que auxiliaram a implantação de algumas comunidades que ali se fixaram em busca de trabalho e moradia.

O Morro do Amorim, vizinho mais antigo e mais próximo do instituto, é um retrato dessa forma de ocupação, cujo processo originou, inclusive, disputa entre a instituição e moradores pela posse dos terrenos limítrofes. A demarcação da área do instituto somente foi oficializada em 1948, com as propostas de urbanização de Manguinhos, que incluíam a questão fundiária.[17]

Em 1917, o então diretor do IOC, Carlos Chagas, implementou um processo de negociação entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e o governo federal, para obtenção da posse definitiva do terreno da antiga fazenda, incluída, naquele momento, nas propostas de saneamento e urbanização da região. Estas negociações estavam inseridas em um projeto maior, desenvolvido no

[17] Ofícios n. 1.336, de 4/11/1948, e n. 1.554, de 3/12/1948. Instituto Oswaldo Cruz. Acervo Departamento de Arquivo e Documentação (DAD/COC/Fiocruz).

âmbito do Ministério de Viação e Obras Públicas, que tinha como objetivo urbanizar toda a região limitada pelos rios Meriti e Guaxindiba, ou, melhor dizendo, entre o litoral da baía do Rio de Janeiro e a serra dos Órgãos. Este foi iniciado em 1910 e interrompido em 1916. Ao ser retomado em 1922, passou a incluir a urbanização da área de Manguinhos e, conseqüentemente, a demarcação dos terrenos do instituto.

A proposta apresentava como justificativa acabar com os "mangues e brejos putrefatos [que] infesta[va]m de malária e verminose a própria Capital da República", transformando seus pântanos e áreas alagadas em terrenos secos, salubres e irrigáveis, além de permitir seu povoamento sistemático (*Brazil Ferro-Carril*, 1922: 818). Buscava-se, desta forma, evitar o processo de favelização que já se delineava como um 'problema' para a cidade com o povoamento sistemático.

No projeto de 1922, na parte referente à Manguinhos, a Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, responsável pelas obras, deveria entregar como patrimônio federal, para usufruto público, um cais com três quilômetros de extensão; 15 quilômetros de canais navegáveis, com atracação em 30 quilômetros de extensão, comparável à "do maior porto de navegação fluvial do mundo"; uma rede de canais eclusados e rios canalizados com 150 quilômetros de extensão, possibilitando a irrigação de uma "vasta área suburbana e rural do Estado"; a construção de várias pontes e viadutos para permitir a travessia dos rios e canais; a urbanização de uma área de mais de um milhão de metros quadrados, para usufruto do governo federal e de suas repartições. A proposta, explicitamente, incluía a área do IOC e das estradas de ferro Central, Auxiliar e Rio d'Ouro e do Cais do Porto, "sem o atual atravancamento da cidade", além da construção de uma estrada de rodagem entre a capital e a Raiz da Serra em Petrópolis, "com 40 quilômetros de extensão, permitindo a ligação entre o Rio de Janeiro e as mais longínquas povoações do Estado do Rio de Janeiro e de Minas, já servidas pela conhecida estrada União e Indústria" (*Brazil Ferro-Carril*, 1922: 819).

Em contrapartida, a firma receberia um patrimônio formado por terras urbanizadas de terrenos secos e salubres, anteriormente alagados e "empestados por endemias", que seriam destinadas a viabilizar a instalação de empresas de comércio e indústria, facilitada pela oferta de transporte marítimo, fluvial e terrestre e pela proximidade da região portuária, contribuindo para

o povoamento de toda a área, futuro mercado produtor e consumidor de exploração "pastoril, agrícola e industrial" (*Brazil Ferro-Carril*, 1922: 819).

O instituto, por sua vez, deveria ceder à Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense a área alagada e sujeita à ação de maré até "trinta metros da linha de preamar média", bem como os terrenos sólidos anexos à estrada de Manguinhos. A empresa se obrigaria, em contrapartida, a ceder ao instituto uma área cercada por muros, mais próxima à linha férrea, aos rios Jacaré e Faria-Timbó, que media 124.776 m². Além disso, se responsabilizaria por todas as obras necessárias que implicassem a demolição e a construção de instalações pertencentes ao IOC, além da abertura de duas novas estradas de terra, com cinco metros de plataforma, para acesso aos edifícios do instituto, se comprometendo, ainda, a restabelecer o campo de futebol e suas dependências.[18]

Enquanto o aterramento era realizado, a área continuou em evidência nas propostas de urbanização e ocupação da região, viabilizando o crescimento dos subúrbios após o surto imobiliário, que se verificaria na década de 1930 (Benchimol *et al.*, 1988).

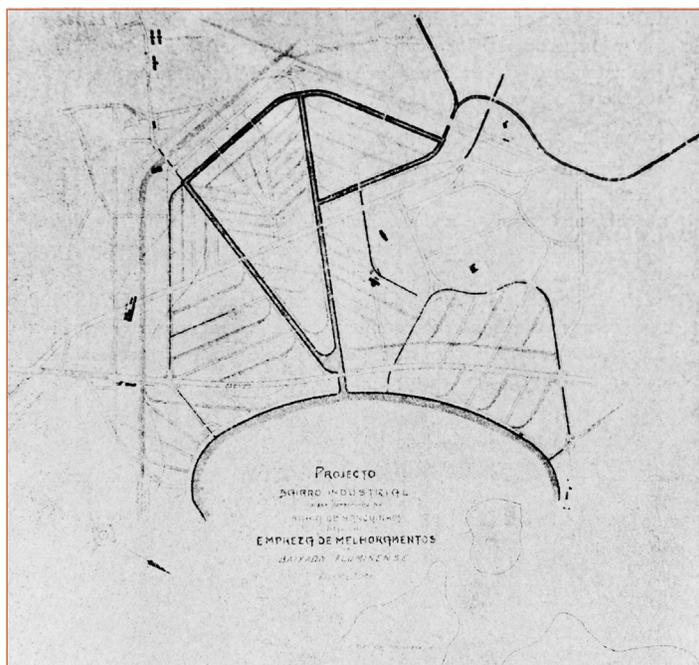
De fato, as várias propostas de urbanização apresentadas para Manguinhos demonstram a percepção desta área como espaço estratégico para o crescimento da cidade e consolidação dos subúrbios, especialmente destinados a atividades industriais. Em 1927, foram formuladas, para Manguinhos, duas propostas voltadas para a implantação de um bairro industrial. Uma constava do Plano de Melhoramentos para o Rio de Janeiro, de Alfred Agache, e a outra incorporava as propostas de urbanização anteriormente formuladas pela Empresa de Melhoramentos. Os dois planos, como discutimos no capítulo anterior, destacavam o crescimento das favelas e propunham a construção de vilas operárias, incluindo Manguinhos, além da construção de vias de acesso à cidade.

A mesma Empresa de Melhoramentos realizou uma concorrência e recebeu, então, quatro projetos: de Aristides Figueiredo, da própria empresa, de Jerônimo Alencar Lima (dono da empresa, mas concorreu como engenheiro civil autônomo) e outro de Jorge Macedo Vieira, que foi o escolhido.

[18] Termo de ajuste entre o Instituto Oswaldo Cruz e a Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense. DAD/Fiocruz, Fundo IOC, seção de Administração, série Administração Geral, 25/2/1922.

Para o engenheiro sanitário Saturnino de Britto, a proposta do engenheiro Aristides Figueiredo era a mais completa. A empresa, talvez na tentativa de se mostrar isenta na escolha, encarregou Vieira, vencedor da concorrência, da elaboração de um quinto plano, que atendesse, sobretudo, a melhorias no arruamento e no estabelecimento das vias férreas. A circulação no bairro industrial contaria com a articulação dos transportes marítimo, ferroviário e por terra. Quanto a essas últimas, tanto o projeto de Figueiredo quanto o de Vieira previam a abertura de duas vias, ambas na direção norte-sul: uma batizada avenida do Norte, próxima ao cais do litoral, e outra que se desenvolveria mais próxima à linha da Estrada de Ferro Leopoldina. As duas avenidas teriam, no projeto de Vieira, 32 metros de largura e, por sugestão de Britto, 35 metros.

Na Figura 10 (Oliveira *et al.*, 2003: 87), que retrata a proposta elaborada por Vieira, observa-se a retificação do litoral e dos rios e a projeção de uma linha litorânea denominada avenida do Norte, que originaria a futura avenida Brasil.

Figura 10 – Projeto de Jorge Macedo Vieira: "Bairro Industrial de Manguinhos", 1927

A viabilização desses acessos enfrentaria dificuldades impostas pelo terreno, formado por mangues, de um lado, e por serra, do outro. Para contorná-las, Britto (1944: 258) apresentou sugestões, tais como:

> No caso de Manguinhos, grande parte do terreno vai ser obtida por aterro; morros que existem serão escavados até onde o preço do serviço seja compensador, salvando-se desta violência à natureza o morro onde se ergue o Instituto Oswaldo Cruz ou de Manguinhos, onde no projeto antigo [o de Figueiredo] e no substituto [o de Vieira] por feliz idéia formar-se-á um parque.[19]

Nos mapas localizados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, referentes à primeira metade da década de 1920, o contorno do litoral pertencente ao IOC não aparece explicitado, assim como o trecho correspondente ao da avenida do Norte, revelando a indefinição quanto à demarcação das terras do instituto, em conseqüência da abertura de uma possível estrada que cortaria aquela região. A avenida do Norte é indicada nestes mapas por linhas tracejadas, que, segundo normas de desenho técnico, referem-se a um projeto ainda a ser construído.

De fato, entre 1926 e 1928, seriam abertas duas estradas ligando a capital federal à cidade serrana de Petrópolis e às demais regiões de Minas e a São Paulo, ambas inauguradas no governo de Washington Luiz (1926-1930). Entretanto, percebe-se que as duas seguiram o leito das ferrovias da Leopoldina e da Central do Brasil, ignorando a proposta original referente à avenida do Norte. A proposta garantia a proximidade com o litoral, dada a conformação do terreno em manguezal, especialmente no trecho em frente ao IOC, o que somente se efetivaria com a abertura da avenida Brasil, na década de 1940.

O trecho de ligação entre Petrópolis e o centro da cidade do Rio de Janeiro, que atravessa Manguinhos, ficaria conhecida durante vinte anos, até a abertura da avenida Leopoldo Bulhões, em 1941, como parte da estrada Rio-Petrópolis. A avenida Suburbana, como é identificada, apesar da

---

[19] O parque a que se refere Britto teria recebido projeto paisagístico da Empresa Sommers Arquitetos Associados, por volta de 1925. Entretanto, segundo nota na revista *Brazil Ferro-Carril*, de dezembro de 1916, a Prefeitura do Distrito Federal estaria empenhada em iniciar a execução de parte do projeto de um bosque para Manguinhos, objetivando permitir que a Superintendência de Limpeza Pública começasse o aterro para o saneamento da área, depois de encerrado o contrato com a firma alemã Gebrueder Goedhart A. G. (Costa, 2006).

denominação atual de Dom Helder Câmara, também se configura como uma das delimitações do bairro de Manguinhos, tendo sido aberta em 1923, como estrada da Penha.

O plano de melhoramentos, formulado pelo urbanista Alfred Agache no mesmo período, reafirmava a proposta de Vieira de criação de um bairro industrial na região de Manguinhos, com previsão para a instalação de fábricas e de moradias operárias. Agache entendia o zoneamento como uma estratégia de planejamento urbano que permitiria a manutenção do valor da propriedade e do caráter de uma determinada área, sem 'invasões' por outras construções que pudessem alterá-lo. Neste sentido, o urbanista propôs a divisão da cidade do Rio de Janeiro em cinco áreas: a zona central e comercial, a zona industrial e do porto, a zona de residência, a zona suburbana e a zona de espaços livres e reservas arborizadas.

Uma das razões para que esta área, incluída no que se denominava Baixada Fluminense, fosse indicada como bairro industrial era a proximidade com o centro da cidade e a região portuária. Igualmente contribuía o fato de que toda a região, sugerida para abrigar a zona da indústria e do porto, apresentava-se com obras de saneamento e urbanização desde os primeiros anos da década de 1920, como vimos. O plano de Agache descrevia como "novos bairros industriais de Manguinhos" a zona compreendida desde a Praça Mauá até aquele ponto da baía.

O próprio Agache (1930: 183) justificou assim a escolha:

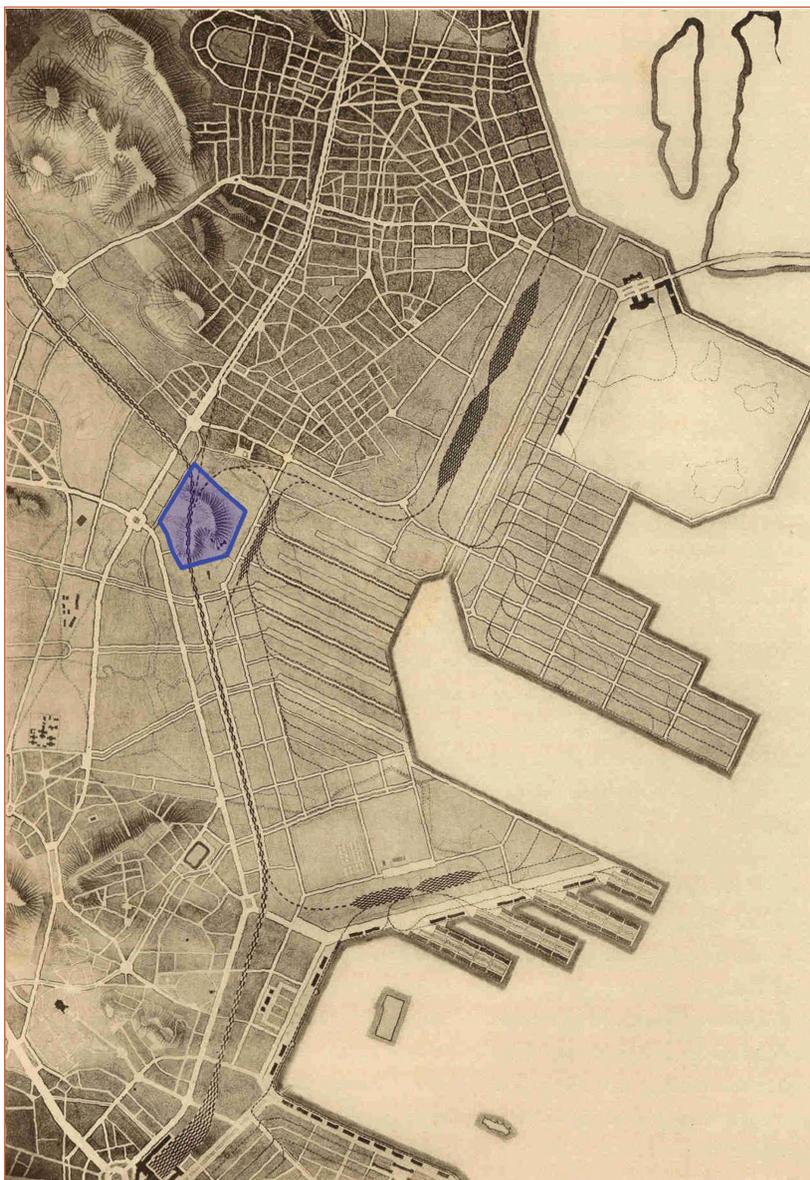
> A implantação do bairro industrial do Rio de Janeiro na Baixada Fluminense permite precisamente satisfazer à maior parte das exigências indispensáveis: o bairro industrial se encontrará na proximidade do centro comercial, ao mesmo tempo em que estará isolado pela disposição topográfica do lugar e realizará a junção indispensável entre as vias de transportes terrestres e marítimos, além de que a sua superfície é suficientemente vasta para alojar numerosas usinas e o preço do terreno bastante módico para permitir a aquisição fácil dos locais necessários às suas oficinas.

A adequação do terreno para a implantação da zona industrial proposta, compreendida pela enseada de Manguinhos e pelos braços de mar que separavam as ilhas de Sapucaia, Bom Jesus, Pinheiro etc., ocorreria a partir do seu saneamento e do aterramento (com a terra proveniente do

arrasamento do morro do Pedregulho), criando uma superfície de cerca de 6,5 quilômetros quadrados, segundo o próprio Agache.

Na criação da zona industrial, respeitando outros projetos, o urbanista chamava atenção, ainda, para a vantagem que sua proposição traria para o setor econômico, para os meios de transporte e para a melhoria do tráfego de veículos nas demais áreas da cidade. Para ele, uma proposta não podia estar desvinculada da outra: “A partir do centro comercial, a reorganização da rede de vias férreas e da trama das artérias principais da circulação [estava] intimamente ligada ao preparo de um bairro industrial” (Britto, 1944: 182). A região de Manguinhos apesar de estar destinada, em sua grande parte, à zona industrial, compreenderia áreas de residência para os trabalhadores das indústrias e dos portos e áreas livres, configurando-se claramente como uma área suburbana. Como podemos apreciar na Figura 11 (Agache, 1930), o litoral seria redesenhado para ampliar a região portuária, transformando Manguinhos em um local de intensa atividade econômica com aumento significativo do fluxo de transportes viários e marítimos, reduzindo a área do instituto praticamente à colina principal, observada ao centro do mapa.

A proposta para a bacia de Manguinhos resultou no aterramento do litoral e na retificação dos rios, seguindo os trabalhos iniciados em 1922, no entanto, sem acompanhar os desenhos de Vieira ou Agache, tampouco a proposta de constituição de um bairro industrial com residências populares.

Figura 11 – Projeto para o bairro industrial/Plano Agache, 1930

Em 1935, o projeto de construção de um aeroporto para a capital federal também acabou por envolver as negociações para a demarcação das terras do instituto. Havia duas propostas de local para abrigá-lo, uma indicando o trecho litorâneo aterrado na década de 1920 e outra indicando a Ponta do

Calabouço, onde hoje se localiza o aeroporto Santos Dumont. Esta indefinição inicial acabou por obrigar a retomada das negociações com o IOC que, naquele momento, estava sob a direção do cientista Cardoso Fontes. Nessa região não se construiu um aeroporto, e sim um aeroclube, com instalações mais modestas destinadas a uma escola de aviação. A parte a ser ocupada pelo aeroclube tomou como linha divisória as terras da instituição e a avenida do Norte, indicada no projeto elaborado por Agache para o bairro industrial, em 1927, e que seria aproveitada para a abertura, em 1939, da variante da Rio-Petrópolis, futura avenida Brasil (Figura 12).

Figura 12 – Vista da avenida Brasil, no sentido Penha-Centro, com o aeroclube à esquerda e o Instituto Oswaldo Cruz à direita, década de 1940

Acervo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Outros acordos acerca da urbanização da área de Manguinhos seriam ainda propostos envolvendo áreas do IOC, como uma parte do terreno da instituição que havia sido desmembrada para a instalação da sede do escritório da Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense. Esta permaneceu instalada naquele local, mesmo depois da rescisão do contrato feito com o governo federal em 1932, e ainda durante o ano de 1933, até a criação da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, estabelecida para continuar as obras a cargo da extinta empresa. A comissão manteve o escritório em Manguinhos até sua transferência para o centro da cidade, e a construção foi alvo de disputas

entre a empresa, o IOC e a Prefeitura, conforme se observa em relatório apresentado a Olympio Ribeiro da Fonseca, então diretor da instituição (Relatório, 1949). Esta almejava a posse do terreno para a instalação do Hospital Abrigo Torres Homem, construído entre 1937 e 1938 para tuberculosos, administrado inicialmente pelo Departamento Nacional de Saúde Pública e transferido à Prefeitura do Distrito Federal entre 1941 e 1942.

A posse deste terreno seria novamente incorporada às discussões sobre o delineamento da área do IOC a partir de 1948, já na gestão do quarto diretor da instituição, Henrique Aragão, quando foi lavrado o Termo de Entrega ao instituto de dois terrenos, demarcando e oficializando, definitivamente, a sua área em Manguinhos, onde se incluía o percurso definitivo da avenida Brasil. A última etapa da obra de abertura da avenida, finalizada somente em 1947 (Figura 13), e que correspondia ao trecho litorâneo em frente ao instituto, certamente contribuiu para o atraso e o término das negociações para a demarcação dos limites do IOC (Costa, 2006).[20]

Figura 13 – Visita do presidente Getúlio Vargas às obras de abertura da avenida Brasil, década de 1940

Acervo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

[20] A avenida Brasil teve inaugurações parciais ao longo da década de 1940: em novembro de 1944 foi inaugurado o trecho entre Benfica e a rua Lobo Júnior; em fevereiro de 1946, o trecho entre a Lobo Júnior e Parada de Lucas. Finalmente, em abril de 1947 foi entregue ao público o trecho entre São Cristóvão e Manguinhos. Entre 1950 e 1954 a avenida Brasil passaria por obras de duplicação, ganhando vias laterais e a conformação que possui hoje.

A abertura da avenida Brasil, que teve grande influência no adensamento populacional da região, tinha como justificativa não apenas facilitar a ligação da capital federal às demais cidades do país e permitir o acesso ao norte da cidade, como beneficiar a população dos subúrbios. Estavam igualmente presentes as noções de 'progresso' e de melhoria para os que viviam ao longo de seu percurso, como se observa na reportagem do *Correio da Manhã*, de 11/4/1941, que anuncia que "os mangues que tanto prejudicam (...) vão desaparecer, beneficiando consideravelmente as populações que se aglomeram por todo subúrbio da Leopoldina" (*apud* Costa, 2006).

A justificativa para a construção da avenida foi apresentada em um folheto lançado durante as obras da via que chamava atenção para seu traçado, descrito como "magnífico", ressaltando que valorizaria e embelezaria a região. O documento destaca ainda que os lugares poluídos ou insalubres, maltratados e abandonados, como era apresentado o espaço, seriam "transformados em recantos belíssimos e habitados". Como justificativa para a abertura da avenida, foram elencados oito tópicos descritos ao longo do texto original, entre os quais se destacavam o saneamento da região e o adensamento populacional da área, ainda considerada pouco habitada ou mesmo abandonada face às suas condições geográficas, além da ampliação da zona industrial da capital (Costa, 2006: 235).

Em uma das ilustrações do referido folheto (Figura 14), podem-se ver o traçado proposto para a avenida e a lista de obstáculos que deveria ser vencida para a sua instalação, como as características topográficas e sanitárias da área.

As variáveis que compõem este cenário dizem respeito, ainda, aos projetos habitacionais propostos para Manguinhos que estavam articulados às propostas relativas aos meios de transportes, a saber, estradas de ferro, portos, campos de pouso de aviação e estradas de rodagem.

Figura 14 – Folheto referente às obras da avenida Brasil, década de 1940

Acervo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro/Coleção Oliveira Reis

Durante a gestão do prefeito Henrique Dodsworth (1937-1945), simultaneamente às propostas de Vitor Tavares de Moura para a construção de habitações higiênicas, como vimos, foi apresentado, em 1943, o projeto denominado *Park-way* Faria-Timbó[21] como parte do Plano da Cidade do Rio

[21] O *park-way* se diferenciava de outro tipo de via, como as avenidas, por exemplo, por adotar padrões menos retilíneos e mais adaptados às condições topográficas locais, tirando partido da natureza. O *park-way* Faria-Timbó, conforme reportagem da *Revista Municipal de Engenharia*, começa "na área da baixada, na confluência dos rios Faria-Timbó e Jacaré, onde [era] o vazadouro de lixo da limpeza urbana, próximo à estação do Amorim. Seguindo pelo leito alargado dos rios Faria e Timbó, atravessa em nível a Avenida dos Democráticos, interessando-se pelo Jardim Higienópolis, ao longo e na direção das linhas de transmissão da Light até encontrar a Estrada Velha da Pavuna, no cruzamento desta com a Estrada de Timbó. (...) A partir do cruzamento da Estrada Velha da Pavuna, o [*park-way*] se bifurca seguindo cada ramo os leitos respectivos dos rios Faria e Timbó. O primeiro toma a direção de Del Castilho até encontrar-se com a E. F. Rio d'Ouro e a Avenida Automóvel Clube. O segundo se orienta para a estrada da Freguesia (...) em direção às fraldas da Serra da Misericórdia até cruzar novamente a Estrada Velha da Pavuna" (Reis, 1943: 94). Alguns documentos localizados no acervo da COC/Fiocruz também se referem ao *park-way* e suas propostas para o entorno da intituição (Ofício n. 250, de 14/3/1962. Instituto Oswaldo Cruz. Acervo Departamento de Arquivo e Documentação – DAD/COC/Fiocruz).

de Janeiro. Em seu texto apresentava a preocupação em viabilizar a ocupação ordenada da área de Manguinhos, salvaguardando "os interesses dos futuros moradores da região, proporcionando o saneamento, moradia higiênica, a recreação, a economia de tempo no transporte pelo acesso fácil" (Reis, 1943: 95). Este projeto acrescentava, ainda, que a proposta se voltava para a tentativa de "transformar [aquela área], pelo paisagismo, num dos mais atraentes subúrbios cariocas, desde que orientada por um plano de conjunto, e obedecido na expansão natural do uso, o aproveitamento racional dos terrenos" (Reis, 1943: 94). Alguns anos mais tarde, na publicação *O Urbanismo no Rio de Janeiro*, Szilard e Reis (1950: 15) defendiam que "a execução do plano [dotaria] a cidade de um dos mais belos e acessíveis parques ajardinados". A Figura 15 mostra um dos trechos do projeto *Park-way*, referente ao viaduto de Bonsucesso, sobre a avenida Brasil, próximo a Manguinhos, com traços diferenciados das propostas habituais até então, por adotar padrões menos retilíneos e mais adaptados às condições topográficas locais, como ressaltava Reis. Em relação à proposta original do projeto *Park-way* pouco foi viabilizado, principalmente no que tange à questão urbanística e habitacional.

Figura 15 – Imagem de trecho do Projeto *Park-way* Faria-Timbó construído na área de Manguinhos, s. d.

Acervo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Ao contrário do que se queria para Manguinhos – "uma zona digna de figurar entre as melhores urbanizadas", conforme escrevera Reis (1943: 94) – o processo de ocupação, intensificado a partir dos anos 40, e a inoperância do Estado com relação aos problemas habitacionais da cidade transformaram-na em uma das áreas mais carentes em termos de infra-estrutura e organização espacial. Observa-se em Manguinhos, a partir desse período, o início de construções com material precário e aproveitamento das proximidades dos rios para o esgotamento sanitário direto de cada moradia, o que marcou o perfil de várias regiões com as mesmas características. A retificação dos rios Jacaré e Faria-Timbó, uma das poucas intervenções urbanísticas concretizadas na região, e a abertura da avenida Leopoldo Bulhões e da rua Carlos Chagas, sem projetos habitacionais, urbanísticos e sociais, contribuíram para o adensamento populacional e o agravamento das questões a serem enfrentadas pelos moradores. Os poucos projetos oficiais implantados, até meados do século XX, como principalmente a construção dos parques provisórios de Manguinhos, posteriormente transformados em CHP2 e São José, apresentavam soluções aquém do requerido para a questão habitacional, como discutiremos adiante, favorecendo as ocupações por iniciativas individuais.

Na década de 1960, foi solicitado pelo governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda (1960-1965), a elaboração de um plano de desenvolvimento urbano que abarcasse todos os problemas da cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de prepará-la para o, então, distante ano de 2000. O plano foi encomendado ao escritório Doxiadis Associates, do urbanista grego Constantínos Apóstolos Doxiadis, que tomou como base para sua elaboração a 'teoria equística', desenvolvida pelo próprio escritório.

Esta teoria apontava como parâmetros e objetivo estudar os "aspectos físicos, sociais, econômicos e demográficos, ou seja, o habitat, natural dos grupamentos, suas populações, nível econômico, estrutura social e comercial, padrões de uso da terra, distribuição de edifícios de uso comum e instalações, rede de transportes e de serviços de utilidade pública" (Doxiadis *apud* Leme, 1999: 373). A metodologia a ser seguida com base nesse plano, entregue em 1965, considerava três escalas de atuação na cidade, a macro, a meso e a microescala, tendo o conceito de 'comunidade' como norteador dessa hierarquia, e o de zoneamento como balizador da distribuição do espaço

físico. A dimensão de cada comunidade a ser estudada variava em função de sua capacidade de aglutinar grupos humanos em torno de bairros dotados de uma mesma infra-estrutura básica de comércio, instalações públicas e sistemas de transporte, o que, para o projeto, possibilitaria que alcançassem condições de desenvolvimento (Leme, 1999). A principal estratégia centrava-se na questão viária, com maior ou menor impacto em determinadas áreas da cidade, face à posição geográfica e ao diagnóstico. Segundo o estudo das escalas, a região de Manguinhos era considerada um nó viário, devido à sua ligação com a Baixada Fluminense, São Paulo e Minas Gerais.

Como vimos o zoneamento urbano proposto desde a década de 1920 para Manguinhos, tanto nos planos elaborados por Jorge Macedo Vieira e por Alfred Agache, quanto no estudo de Doxiadis, previa para a região a consolidação de um perfil de área industrial e residencial. De fato, sobretudo a partir de 1937, a ocupação da área se configurou com a implantação de indústrias de grande, médio e pequeno porte, empresas prestadoras de serviço e um grande número de residências, em geral bastante precárias (Abreu, 1987). Na realidade, este perfil industrial deveu-se às iniciativas do setor privado, e não propriamente aos investimentos de políticas públicas ou de orientação governamental, como apontavam os primeiros projetos.

As propostas tanto de caráter urbanístico, quanto habitacional, elaboradas entre as décadas de 1920 e 1960, foram alteradas em decorrência das profundas mudanças na condução política brasileira, ocorridas ao longo do período. A instalação do Governo Provisório (1930-1934) causaria inúmeras revisões e tentativas frustradas de implantação do Plano Agache. O golpe militar de 1964, por sua vez, levaria à suspensão do Plano Doxiadis retomado e posto em prática após trinta anos de sua idealização.

Nesse longo período verificou-se uma marcante degradação socioeconômica na área, com intensa ocupação dos terrenos vazios para construção de moradias bastante precárias, e invasão e ocupação de terrenos pertencentes a empresas e indústrias ali instaladas, que abandonaram a região em face do quadro.

A falta de um projeto habitacional e social, assim como a carência de planejamento para urbanização da área ocasionaram em Manguinhos uma demarcação que seguiu uma lógica de ocupação, formulada em geral pelos

próprios moradores, nem sempre resultante de consensos, ao contrário. Como já apontamos anteriormente, a partir das reflexões de Roncayolo (1997), a construção das cidades contemporâneas, como o Rio de Janeiro, se dá de uma forma tensa, como um campo de forças, fruto de práticas sociais igualmente tensas e, mesmo contraditórias, que estabelecem rupturas entre os espaços, mesmo nos muito próximos.

Somente em 1988, pelo decreto de 12 de agosto, é que ocorreu a delimitação de Manguinhos com a conformação de bairro, seguindo novos parâmetros de demarcação da cidade. Esta nova orientação incorporou a área, oficialmente, à malha da cidade, o que não significou uma absorção da favela pelo espaço urbano e pela sociedade. A demarcação oficial do bairro ignorou o processo a que refere Roncayolo – tenso e contraditório – de implantação destas comunidades, constituídas a partir de formas diferenciadas e, em alguns momentos, extremamente conturbadas devido a interesses específicos, localizados, inclusive, fora das comunidades.

Apesar da demarcação e da denominação oficial como bairros cariocas, as favelas podem ser observadas na cartografia da cidade, elaborada em 1990, ainda como áreas brancas, ao contrário das demais, onde as edificações aparecem com representações específicas, o que reforça o estigma de favela e ressalta o papel do Estado como promotor da representação que se tem destes espaços específicos. Em Manguinhos, observa-se a adoção por alguns moradores de uma referência postal de outros bairros já reconhecidos, como é o caso de Bonsucesso e Benfica. Carlos Cardoso, morador de uma das comunidades, afirmou, neste sentido, que "tem uns [moradores] que não gostam de chamar de Manguinhos. Tem gente que mora aqui e as cartas vêm como Bonsucesso. As minhas não, as minhas vêm todas como Manguinhos". E reafirmou: "para mim aqui é Manguinhos. Em todos os meus documentos está Manguinhos" (Cardoso, 2004).

Comunidades de Manguinhos: políticas públicas, ocupações e invasões

No início do século XX, como já indicamos, Manguinhos era ainda uma área de difícil acesso, em relação ao centro da cidade, constituída por manguezal e por uma pequena extensão de fazendas de produção agrícola.

Começou a ser habitada a partir dessas fazendas, com a conformação de um subúrbio carioca, através, em sua maioria, da venda e aluguel de terrenos, inclusive ilegalmente. No contexto de destruição dos cortiços e remoção de habitações precárias em áreas valorizadas da cidade, iniciou-se a ocupação dos espaços públicos, em geral pertencentes ao governo federal, que constituíam as áreas de mangue à beira da baía de Guanabara, que iriam posteriormente configurar um perfil identificado como favela. Os programas de remoção aplicados às favelas da cidade, que marcaram as décadas de 1940 a 1970, intensificaram a ocupação da área, pois esta se localizava próxima ao centro da cidade, apresentava terrenos vazios e contava ainda com importantes vias de acesso, como a via férrea, a avenida Leopoldo Bulhões, a avenida Brasil e a rua Doze de Outubro, que passou a ser denominada avenida Suburbana e, posteriormente, Dom Helder Câmara.

Apesar dos inúmeros projetos urbanos e habitacionais elaborados para a região, o que resultou, de fato, foi o aterramento de parte da área de mangue, a retificação dos rios e a construção de alguns conjuntos habitacionais, bem como a realização de obras esparsas e de pequeno vulto direcionadas em geral para o saneamento básico.

A profunda migração de vários pontos do país, de áreas diversas da cidade e mesmo no interior de Manguinhos propiciou a constituição de um grupo de comunidades com perfil bastante heterogêneo, com mudanças constantes que acarretam uma reconfiguração constante do território. O projeto original, de transformação da região em uma área industrial, não foi efetivado como projeto governamental, apesar de várias empresas e indústrias ali se instalarem no período entre meados da década de 1940 e o início da de 1990. Atualmente, ao contrário do que foi planejado, a maioria das empresas, localizadas na região, vem transferindo-se para outras áreas, dada à realidade que conjuga, em graus diferenciados, invasão, violência, criminalidade e tráfico de drogas (Schmidt, 2005; Silva, H. N., 2008).

Diante das distintas trajetórias das comunidades, criadas por processos oficiais – no caso dos conjuntos habitacionais e das intervenções urbanística – ou informais – fruto de invasões e ocupações –, nos deparamos com diferentes, porém escassas, possibilidades documentais, o que gerou análises específicas, como será observado adiante.

Identificamos cinco momentos marcantes relacionados à origem destas comunidades, quais sejam: início do século XX – Parque Oswaldo Cruz/ Morro do Amorim ou Amorim; 1941 – Parque Carlos Chagas/Varginha; 1951-1955 – Parque João Goulart, Vila Turismo, Centro de Habitação Provisória 2 (CHP2) e Vila União; 1990-1995 – conjuntos habitacionais Nelson Mandela e Samora Machel e comunidade Mandela de Pedra; 2001-2005 – comunidades Embratel/Samora II, Vitória de Manguinhos/Conab e Embratel/Nova Mandela.

Comunidades de Manguinhos

Comunidade	Ano de ocupação
Parque Oswaldo Cruz/Morro do Amorim/Amorim	1901
Parque Carlos Chagas/Varginha	1941
Parque João Goulart	1951
Vila Turismo	1951
Centro de Habitação Provisória 2 (CHP2)	1951
Vila União*	1955
Conjunto Nélson Mandela	1990
Conjunto Samora Machel	1991
Comunidade Mandela de Pedra	1995
Conjunto Samora II/ Embratel	2001
Comunidade Vitória de Manguinhos/Conab	2002
Comunidade Embratel/Nova Mandela	2005

* A Vila União apresenta uma pequena ocupação iniciada em 1913, quando ainda não era referenciada com esta denominação.

No capítulo seguinte nos dedicaremos a analisar as diferentes trajetórias de cada comunidade de Manguinhos, ressaltando suas peculiaridades e buscando identificar as diferentes políticas governamentais direcionadas para a área.

3.

Comunidades de Manguinhos e suas Trajetórias: de fazendas e manguezal a subúrbio e favelas

A favela nunca foi reduto de marginal
Ela só tem gente humilde marginalizada
e essa verdade não sai no jornal

A favela é um problema social
Posso falar de cadeira
Minha gente é trabalhadeira

Nunca teve assistência social
Ela só vive lá
Porque para o pobre, não tem outro jeito
Apenas só tem o direito
A um salário de fome e uma vida normal.

A favela é um problema social

"Eu sou favela"
Sergio Mosca e Noca da Portela

"Em defesa de todas as favelas do meu Brasil, aqui fala o seu embaixador"! É assim que Bezerra da Silva inicia a gravação desta música. Como migrante nordestino e morador de favela, em seu trabalho, denunciava os problemas sociais dos morros e favelas. Nas comunidades de Manguinhos, originárias de fazendas e de um vasto manguezal, que em cem anos se transformaram em subúrbio e favelas, seus moradores igualmente, através de várias

expressões, delatam problemas, expressam sua indignação e enaltecem sua cultura compondo um conjunto de cinquenta mil "embaixadores".

Morro do Amorim: vizinhança entre um subúrbio carioca e uma favela da Zona Norte

O Morro do Amorim, também conhecido como Parque Oswaldo Cruz, ou simplesmente como Amorim, começou a se estruturar nos primeiros anos do século XX, ocupando uma faixa de fazendas, vizinha às instalações do, então, Instituto Soroterápico Federal (Figura 16). A denominação originou-se do nome da família Amorim, porém alguns documentos e versões construídas na memória popular sobre a origem do local apontam como proprietários da fazenda distintos personagens, como João Dias Amorim, Joaquim Antonio Dias de Amorim, Joaquim Francisco Amorim e João Augusto Pereira de Amorim.[22]

Além da divergência entre as informações com relação ao proprietário das antigas fazendas, o nome da família Amorim aparece mencionado em vários documentos e textos, referindo-se a fazendas que ocupavam uma extensão maior do que a área que hoje é englobada pelo Amorim, que diz respeito apenas à colina. O acervo iconográfico do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro identifica algumas fotografias como "Amorim", retratando o trecho que engloba as comunidades atualmente denominadas João Goulart, CHP2 e Vila União, que correspondia à área de manguezal. As diferentes denominações da área influenciaram, também, as mudanças de nomenclatura da estação de trem, que passou de Amorim, para Carlos Chagas e depois para Manguinhos. Na Figura 17, observam-se a estação do trem, suas primeiras instalações no início do século XX e a vasta área desocupada nas proximidades.

[22] O nome de João Dias de Amorim é indicado no livro *História das Ruas do Rio*, de Gerson (2000: 379) onde o autor se refere a esta localização como: "entre o Abrigo [Cristo Redentor] e a Praia Pequena de Benfica era o Morro do Amorim, de João Dias Amorim, senhor de uma grande carvoaria numa parada da Leopoldina, a Parada do Amorim (futura estação Carlos Chagas), tudo ainda na periferia do velho Engenho da Pedra". O nome de Joaquim Antonio Dias de Amorim consta do parecer sobre o Processo de Desapropriação para o Projeto de Saneamento, publicado pela Inspetoria Federal de Portos, Rios e Canais, em 19/9/1925, localizado no Fundo Ministro Francisco Sá, Arquivo Histórico do Museu da República. A referência a João Augusto Pereira de Amorim nos foi encaminhada por Gabriel Menezes, pelo *site* do LTM. Ele nos informou que sua avó, Palmyra Silveira de Menezes, era neta de João Augusto. Outro nome indicado, Joaquim Francisco Amorim, consta do *blog* de Daniel Soranz, hospedado no *site* da Ensp/Fiocruz.

Figura 16 – Parque Oswaldo Cruz/Morro do Amorim ou Amorim e Instituto Oswaldo Cruz, 1904

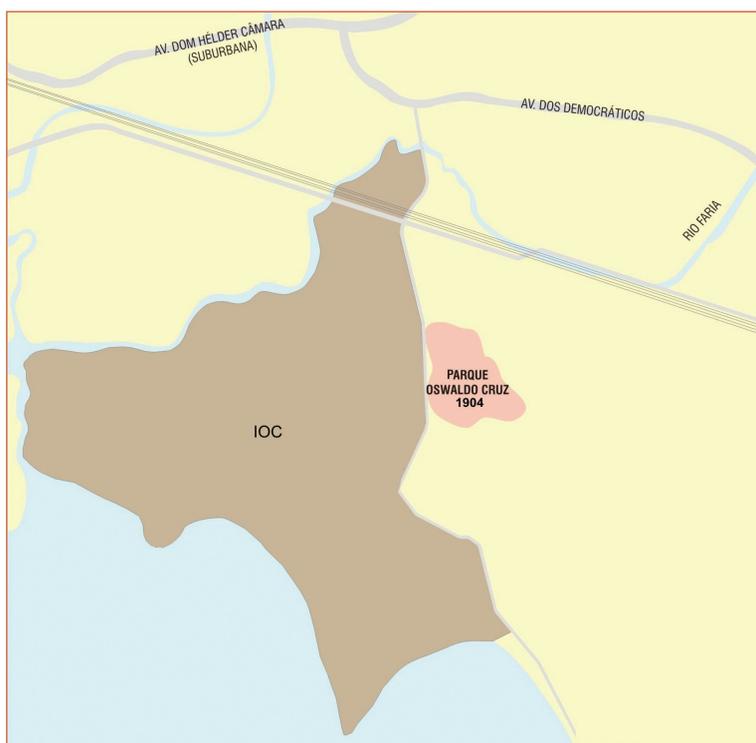



Figura 17 – Estação do Amorim, início do século XX

<www.estacoesferroviarias.com.br>

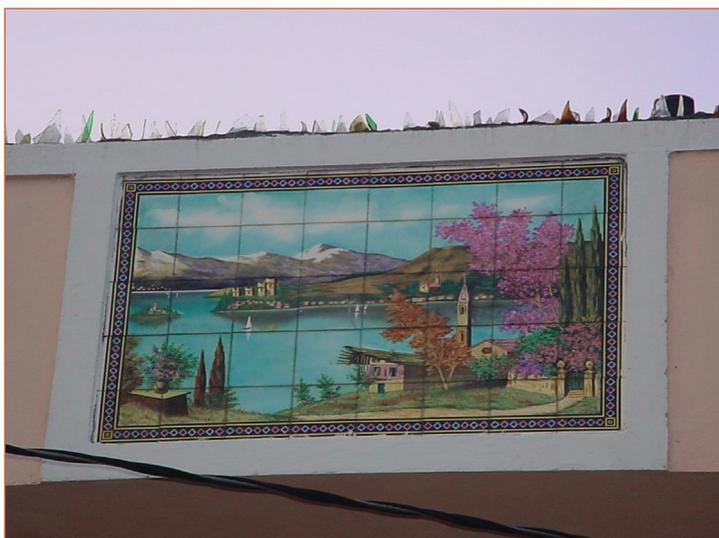
Apesar de incorporado ao grupo de comunidades de Manguinhos, o Morro do Amorim, ou somente Amorim, denominação que assumimos ao longo do texto, forma um núcleo à parte, pois apresenta tipos de assentamentos e de instalações bastante distintos dos outros da região. Deparou-se, ao longo do período, com formas diferenciadas de ocupação referentes a momentos específicos. Uma corresponde à estruturação como subúrbio e

deu-se no início do século XX. Outra diz respeito ao estabelecimento de moradias em terrenos do IOC, seguindo a lógica de habitação de funcionários por proximidade ao local de trabalho, o que perdurou até a década de 1940. Esta, na realidade, associa-se à migração portuguesa, dado que alguns dos migrantes trabalharam também no IOC, conforme a instituição foi ampliando seu escopo de atuação. Mais recentemente, observa-se uma ocupação característica do que se reconhece como favela, inclusive em parte dos terrenos que originalmente pertenciam ao IOC.

A primeira ocupação, favorecida pela abertura da linha de trem, em fins do século XIX, seguiu o modelo de construção e arruamento típicos dos subúrbios cariocas, com forte influência da migração portuguesa, que ocorreu no início do século XX para algumas cidades brasileiras, onde se destaca o Rio de Janeiro. Observam-se ainda neste trecho algumas casas claramente influenciadas pela cultura portuguesa, o que se traduz em residências de um ou dois pavimentos, com telhas de cerâmica, platibandas, janelas em veneziana de madeira, varandas e acessos laterais, e quadros de azulejos, principal referência, com desenhos de São Jorge e/ou paisagens lusitanas, geralmente aplicadas em diagonal na entrada da varanda e/ou acima da janela principal da frente do imóvel (Figuras 18 e 19). Este trecho apresenta como limites o terreno do então IOC, a colina identificada hoje como Morro do Amorim e a Estrada de Manguinhos.

Figura 18 – Amorim, 2009

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Figura 19 – Desenho em azulejo na fachada de uma casa do Morro do Amorim, 2005

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

Alguns moradores reafirmaram a relação entre o Morro do Amorim e o processo de migração portuguesa, que possibilitou a constituição de grandes núcleos e a geração de descendentes, que marca a tipologia carioca. A moradora Elza de Jesus Oliveira (2004) nos narrou que seu pai veio para o Brasil chamado por um tio que já havia migrado de Portugal, destacando como característica a agregação familiar. Ressaltou que: "sabe como é português (...) ele chamou meu pai. Depois veio outro, veio outro". Carlos Cardoso (2004), morador antigo da região, confirmou a origem portuguesa no Amorim: "aqui nessa rua a maior parte das casas era de portugueses, que eu me lembre. Nessa rua eu acho que não conheci nenhum brasileiro dono, eram todos portugueses".

A segunda forma de ocupação, com instalação de moradias em grandes terrenos na parte mais alta do Morro do Amorim, se tornou inclusive um problema para o IOC entre 1920 e 1940. Nessa ocasião, em função das negociações estabelecidas durante as obras de urbanização a cargo da Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, mencionadas anteriormente, tanto a colina quanto a estrada de Manguinhos passaram a ser incorporadas ao terreno do instituto. Diante disso, a instituição estabeleceu a cobrança de

aluguel das moradias ali instaladas, pertencentes, em sua grande maioria, a seus funcionários, o que acarretou disputas entre o IOC e os moradores pelo uso da área. Em 1948, durante a gestão de Henrique Aragão na direção do instituto, em virtude do não estabelecimento de um acordo, a instituição liberou esta parte do terreno, construindo um muro de separação entre ela e as áreas de residência, desde a rua Benedito Lacerda até a confluência com a rua Sizenando Nabuco, atravessando a estrada de Manguinhos.

Com relação a esta etapa da ocupação do Amorim e à possível vinculação direta entre a origem da comunidade e o IOC, há divergências nas versões construídas pelos moradores. José de Carvalho Filho, ex-morador, pertencente a uma das famílias mais antigas da região, constituída por imigrantes portugueses e por funcionários do IOC, como seu tio-avô, seu pai e ele próprio, assim nos narrou:

> Acho que a minha família, com meu tio-avô, foi uma das primeiras daqui do Amorim. Ele veio em 1915-16, não sei, tenho que ver na escritura. Quando eu era rapazola, garotote, com dez, doze anos, já tinha muita gente. A construção do instituto é que deu origem, talvez, a esses moradores daqui de cima, do morro. Ele era praticamente deserto. (...) Não sei explicar como o meu padrinho, esse meu tio-avô que veio de Portugal, comprou o terreno da nossa casa. Ele está no ponto culminante desse morro. Outros terrenos também foram comprados no mesmo local. (Carvalho Filho, 2003)

A versão da moradora Elza de Oliveira sobre a chegada de sua família ao Amorim relativiza a vinculação, estabelecida por alguns, entre a formação da comunidade e o IOC. Seu pai era português e não chegou a trabalhar na instituição. Sobre ele e a chegada da família na atual casa, Elza nos contou que:

> Ele [o pai] era taxista. Uma vez, num posto de gasolina, ele conheceu um senhor. Esse homem perguntou quem queria comprar uma casinha aqui. Meu pai disse: "É pra já." Botou o homem no táxi, veio aqui e gostou. Depois foi buscar minha mãe pra ela ver e ficou. Foi uma bênção meu pai ter encontrado esse senhor. (Oliveira, 2004)

A moradora ressaltou, no entanto, a relação estabelecida entre os moradores e a instituição no que diz respeito à absorção de mão-de-obra,

afirmando que, “quando construíram o Instituto Oswaldo Cruz, a maioria dos moradores daqui foi trabalhar lá. Duas vezes me arranjaram emprego lá, mas meu pai não deixou”. Certamente Elza testemunhou o crescimento do instituto e a relação que se estabeleceu entre este e a comunidade, no que se refere à moradia-emprego, mas não à criação da instituição, que ocorreu em 1900. A origem e a trajetória da comunidade se articulam, na realidade, a uma série de fatores, como já apresentamos, migração portuguesa, subúrbio carioca, emprego no instituto e, por fim, crescimento das favelas.

A questão relativa à legalização da posse da terra nestes terrenos é similar à de várias regiões de Manguinhos, assim como à de outras localidades do Rio de Janeiro, onde os moradores não possuem titulação dos terrenos por ser fruto de ocupação, cujas terras foram loteadas por posseiros e, posteriormente, vendidas ou alugadas. Um trecho do Amorim que pertencia à União teve uma parte doada e outra alugada até meados do século XX. A narrativa de José de Carvalho Filho, a seguir, aponta para uma dúvida que é comum em várias histórias de moradores, em que a versão original se perdeu na memória dos antepassados, atores diretos da história.

> Não sei se foram posseiros que ocuparam o terreno, e depois venderam. Português, sabe como é, é muito controlado nas suas coisas. Meu tio-avô, quando comprou o imóvel, tomou posse, comprou com a escritura do primeiro comprador e do segundo comprador, quer dizer, ele tem três escrituras porque tem a escritura definitiva também. (Carvalho Filho, 2003)

A implantação do IOC pode ser reconhecida, de fato, como um dos fatores originários da ocupação do Amorim, sendo sua área incorporada à vida das pessoas, mesmo aquelas que não possuíam vínculo de trabalho com o instituto. A trajetória de vida de José de Carvalho Filho é emblemática da história do Amorim e desta relação. Ele nos contou que:

> A parte dos fundos do instituto, onde eu nasci e morei, a duzentos metros da minha casa, era um morro pouco habitado. Os terrenos tinham mais de 500 m², com as casinhas isoladas umas das outras. Era um lugar muito bom porque eram pessoas amigas, a maior parte de funcionários do instituto, e eu conhecia praticamente todos os moradores. Aquilo ali pertence ao governo federal, não é uma área livre. (Carvalho Filho, 2003).

O IOC estava agregado à vida dos moradores, mesmo dos que não eram funcionários da instituição. Era um espaço de brincadeira para as crianças, de coleta de água para o consumo, de passagem até o litoral e até de lazer para adultos. Vários dos entrevistados ressaltaram a ausência de fronteiras entre a instituição e os moradores. Como afirmou Vilma Pereira (2004),

> [O instituto] era aberto. Ainda não tinha muro e o pessoal fez o campo de futebol ali. Tinha até torcida, era uma alegria pra gente ver os rapazes daqui jogarem. Outro lazer da gente era andar de bicicleta por dentro da fundação. (...) Esse era o nosso lazer, esse era o nosso mundo. Porque tudo era aberto, não havia muros. Nós íamos ver os macacos, o bicho que tinha lá...

O morador Carlos Cardoso (2004) se referiu ao IOC como extensão da comunidade, confirmando o relacionamento existente antes da construção do muro, como uma marca da memória afetiva com o lugar, afirmando: "A gente entrava lá no prédio, quando era criança. A gente entrava por um lado e saía pelo outro, ninguém falava nada. Não tinha muro, não tinha nada, era livre. (...) Tinha um campo de futebol que era aqui nessa rua. Era tudo aberto". José de Carvalho Filho (2003) complementou a 'viagem' de Carlos pelas lembranças da infância:

> Comecei a estudar no Colégio Bahia, em Bonsucesso, em 1942/43. Quando eu ia para a escola aqui não tinha nada, era um matagal. Eu atravessava por dentro dos terrenos da fundação, do Instituto Oswaldo Cruz. A cerca era de arame farpado, com os moirões, aqueles arames esticados ali. Eu descia por aqui, atravessava onde tem o Pavilhão de Cursos, e não tinha nada, era completamente liso.

A foto de família (Figura 20) denota a relação de afinidade dos moradores com os terrenos da Fiocruz, assumidos como área da comunidade a ser incorporada à história e às memórias preservadas em fotografia, tendo ao fundo à direita o castelo mourisco, prédio principal do IOC, estando a família à frente da cerca instalada pela instituição.

Figura 20 – José de Carvalho Filho e família na estrada de Manguinhos n. 199, década de 1940

Álbum de família

A instalação de moradias de funcionários nos terrenos do instituto até certo momento foi estimulada pela própria instituição. Era de interesse do IOC manter algumas categorias de servidores residindo próximo, ou mesmo nos seus terrenos, como serventes, vigias e porteiros, responsáveis pelos serviços de limpeza, segurança e manutenção das instalações. As residências localizadas no lado direito da estrada de Manguinhos e nas ruas Rosa da Fonseca e Sizenando Nabuco pertenciam ao IOC ou à União (denominadas "próprio nacional"), vinculadas ao Serviço de Patrimônio da União. Os aluguéis das casas eram descontados diretamente do pagamento dos servidores, como mostram os documentos referentes à cobrança destes aluguéis, em que estão relacionados nominalmente os servidores.[23]

A partir de 1942, no entanto, a direção do instituto já expressava preocupação com o processo de delimitação dos terrenos e, por isso, iniciou a instalação de cercas divisórias. Nesse mesmo ano, em resposta à demanda do governo federal sobre as condições da instituição em atender ao esforço de guerra, através da cessão de áreas para o estabelecimento de depósitos seguros para a guarda de material bélico, o IOC informou que para isso seria

[23] Ofícios dos períodos de 1938-1939, 1948-1949 e de 1958. Acervo Departamento de Arquivo e Documentação (DAD/COC/Fiocruz). Ofícios n. 1.336, de 4/11/1948, e n. 1.554, de 3/12/1948. Instituto Oswaldo Cruz. Acervo DAD/COC/Fiocruz.

necessário recuperar áreas que haviam sido ocupadas sem consentimento institucional. Henrique Beaurepaire Aragão, então diretor da instituição, assim se pronunciou em resposta a tal consulta:

> O instituto se acha cercado de casas e em seus arredores estão se constituindo favelas cujos moradores nem sempre inspiram confiança. Convém acrescentar que o terreno do instituto, que tem uma área de 700 mil metros quadrados, é todo aberto e muito facilmente acessível. Já insisti para que fosse cercado, ao menos com uma cerca de arame farpado e agora essa providência se torna mais urgente para melhor garantia do seu valioso patrimônio.[24]

O termo “favelas”, utilizado no ofício em resposta à consulta, denota a preconceito com que estas formas sociais de construção eram vistas pelo poder público, ressaltando que os moradores “organizaram uma ‘favela’ com todas as suas inconveniências sociais sobejamente conhecidas”. O documento denuncia as formas precárias de moradia, a partir de construção de “barracos” no mesmo lote residencial, para obtenção de renda extra por parte dos moradores. E acrescenta que, no seu lugar, a intenção do IOC era construir um bairro residencial para os seus técnicos,[25] aspecto não mencionado na documentação anterior a este período e não levado a cabo, posteriormente.

Uma série de ofícios, datados de 1948 e 1949, retrata a preocupação da instituição em estabelecer um mapeamento para identificar aqueles que teriam direito à moradia e que passariam a ter o valor dos aluguéis descontados diretamente dos vencimentos. Para isso foram indicadas as residências que ainda pertenciam ao IOC ou à União e que, portanto, seriam passíveis de cobrança de aluguel. Concluiu-se que menos de 50 servidores teriam este direito e 13, chamados “intrusos”, não o teriam, além de ter sido determinado que as áreas “perdidas” e “invadidas” seriam passíveis de processos de reintegração de posse.[26] Ao mesmo tempo que legalizava a utilização dos

---

[24] Ofício n. 644, 10/9/1942, de Henrique Beaurepaire Aragão para a Presidência da República. Acervo Departamento de Arquivo e Documentação (DAD/COC/Fiocruz).

[25] Ofício n. 1.336, 1948. Acervo Departamento de Arquivo e Documentação (DAD/COC/Fiocruz). Ofícios n. 1.336, de 4/11/1948, e n. 1.554, de 3/12/1948. Instituto Oswaldo Cruz. Acervo DAD/COC/Fiocruz.

[26] Constam do Acervo Departamento de Arquivo e Documentação (DAD/COC/Fiocruz) diversos ofícios datados de 25/11/1958 (n. 721, 722 e 724) que apontam o pedido de desocupação de um imóvel por parte de seu morador e remetem à União o termo de cessão. Outros documentos indicam imóveis a serem incorporados ao IOC. Não sabemos precisar quais teriam, de fato, sido devolvidos ou não ao instituto.

terrenos, o IOC buscava oficializar a extensão de suas terras junto ao Serviço de Patrimônio da União, processo iniciado na década de 1920.

Alguns dos servidores, ou seus descendentes, envolvidos nesse processo foram identificados por nós e, quando possível, concederam entrevistas. Manuel Francisco, de origem portuguesa e ex-servidor do IOC, foi um dos primeiros a constituir residência na área pertencente ao instituto, na rua Rosa da Fonseca, n. 26. Ele trabalhava cuidando das cabras da instituição, onde era também guarda noturno, sendo contemporâneo de Joaquim Venâncio, também ex-funcionário do instituto, que hoje empresta seu nome à Escola Politécnica da Fiocruz.

Maria das Graças, filha de Manuel, nos apresentou a documentação sobre o aluguel de sua moradia no período de 1947 a 1967. Segundo ela, o pagamento era efetivado diretamente ao Ministério da Fazenda, conforme se observa no recibo referente ao aluguel do imóvel, que foi mantido por sua mãe e por ela, mesmo após o falecimento do pai (Figura 21).

Figura 21 – Recibo de pagamento de aluguel referente à casa de Manuel Francisco à Secretaria de Patrimônio da União, 1947

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
DELEGACIA
EM

GUIA N.º 1 535 Distrito Federal R. Ordinária.

Aluguéis de próprios nacionais 1 947 Cr$ 120,00
Renda extraordinária Cr$,
Total a recolher Cr$ 120,00

O Sr. Manuel Francisco.
vai recolher a importância de cento e vinte cruzeiros.
referente ao aluguel de Janeiro a Março de 1 947, a razão de Cr$ 40,00 (quarenta cruzeiros mensal) do próprio nacional situado na Estrada de Manguinhos n. 26.
L 1D. F. fls 100

Recebedoria do Distrito Federal
Secção de Preparo da Arrecadação
4307 Cr$ 120,00
Pagou 120,00
8/4/47

CONTADORIA SECCIONAL
NA
RECEBEDORIA DO DISTRITO FEDERAL
8 ABR 1947
VISTO
CONTADOR SECCIONAL

SCB em 7 de abril de 19 47

R.D.F. TESOURARIA
8-4-47
Annibal Machado Werneck
Ajudante de Tesoureiro

VISTO

A. Viana.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Atualmente, Maria das Graças ocupa, mediante pagamento de aluguel, a casa que pertenceu à família de José de Carvalho Filho, também ex-funcionário a quem já nos referimos, pois o terreno onde se localizava sua casa foi gradativamente ocupado por outros moradores com aquiescência do pai. Segundo Maria das Graças (2005), seu pai "foi deixando as pessoas fazerem casas aqui dentro do nosso terreno (...). Era uma coisa que era dele, um gesto de bondade. Ele foi deixando um fazer casa, outro fazer casa, aquela coisa toda, ficou esse monte de casa aqui".

Maria das Graças nos relatou, ainda, que não apenas seu pai, mas também sua tia residiam em uma das casas construídas nos terrenos da União:

> Essas casas, dizem que eram da União, como essa casa aqui do lado, da vizinha. (...) Minha tia morava ali, na estrada de Manguinhos, 18. Então, lá, também, a casa era um casarão que era dividido para três famílias. Minha tia morava numa parte, na outra parte morava a vizinha do lado, que era a dona Olga. (Maria das Graças, 2005)

Em diversos trechos do seu depoimento, percebemos como a localidade se constituiu seguindo a representação que se tem de favela, o que marca a tendência da terceira forma de ocupação desta comunidade, mesmo que alguns trechos da área mantenham a característica original. Com a política de remoções de outras favelas da cidade e a redução do poder aquisitivo da população, esta região começou a ser ocupada densamente por barracos, transformados, ao longo da década de 1980, em habitações de alvenaria, seguindo a lógica de estruturação de outras áreas da cidade. Quanto a esta mudança e à forma de ocupação deste trecho, a moradora Elza de Oliveira (2004), nos disse: "Ali cresceu muito! Eu conheci aquilo ali com umas dez ou quinze casas, e agora tem milhares de casas lá dentro, casas de dois ou três andares, com terraço e tudo".

Maria das Graças, reafirmando a narrativa acerca de seu pai, relatou o processo de ocupação, em que os primeiros proprietários das casas foram cedendo uma parte da área das moradias para parentes próximos (filhos) e depois para parentes mais distantes (sobrinhos), que, por sua vez, foram acrescentando novos andares e chamando outros parentes para coabitar, adensando a ocupação original. Ilustrou esta afirmativa com o exemplo de uma casa vizinha.

> Você vê como é que cresceu aqui. No [número] 26 eram dois portugueses, agora você vê quantas casas tem aqui, tem uma aqui, tem outra. E depois um fez pra o filho, em cima, outro fez, entendeu? (...) Você vê, no lugar de uma casa ele fez pra ele (...) a esposa fez pra filha, depois deixou uma sobrinha, depois a filha fez em cima, entendeu? (Maria das Graças, 2005)

Esta forma de ocupação expressa relações de solidariedade típicas de tais organizações sociais. Vilma Pereira (2004), também moradora, expôs sua vivência, relatando que "os becos ficaram cada vez mais estreitos porque a gente não tem noção dessas coisas, só vai ver depois. As pessoas querem mais é um lugar pra fazer sua casa, uma casa pra morar. E vale a pena".

É importante salientar, ainda, algumas características da organização do espaço reconhecido como favela, que define o perfil deste trecho do Amorim. O endereçamento postal da área, por exemplo, refere-se a uma das moradias situada na rua principal, sendo o nome do morador de fundamental importância para a localização de sua residência no centro da comunidade. Vilma dos Santos Pereira (2004) ilustrou esta questão com um exemplo: "Moro na Rosa da Fonseca, 106; 106 é ali! Você vai, entra no 106, tem mil casas. (...) Eles dão o nome da rua principal. Então se diz que mora na Rosa da Fonseca, 106, quando se chega lá não encontra a pessoa".

Na realidade, os becos e ruas internas têm identificação própria, escolhida por seus habitantes, que optaram por nomes de artistas, músicos e personalidades brasileiras, a partir, segundo Vilma, da sugestão de um antigo presidente da associação de moradores, conhecido como Jangada. Ela, assim, nos contou:

> Tem um beco lá em cima que se chama César de Alencar. Ninguém gosta de César de Alencar! E não aceitam, e dizem que é Sizenando Nabuco, não sei que número. Cidinha Campos eles já aceitam. De cantores, de músicos: Cartola, Dircinha Batista, Linda Batista, Dalva de Andrade... Tem Jamelão... Beco Jamelão também ninguém põe quase. Porque é um beco tão curtinho que eles botam a Rosa da Fonseca, 122. É logo ali na entrada. Eles também não gostam de botar Jamelão. Tem Roberto Carlos, tem Vila Lobos, tem Cidinha Campos, que não é artista, mas é jornalista... Só de celebridades, pessoas famosas. E eu acho bom também porque as pessoas não esquecem. (Pereira, 2004)

A Figura 22 ilustra a rua Orlando Silva, neste trecho do Amorim; na Figura 23 destaca-se a entrada da rua Chico Buarque de Holanda, com placa confeccionada pela comunidade, como todas as demais. Pode-se também perceber algumas características da precária urbanização da comunidade, como a falta de canalização de águas pluviais, a estreiteza da rua e a inexistência de calçada.

Figura 22 - Rua Orlando Silva, no Amorim, à esquerda o muro da Fiocruz, 2009

Figura 23 – Rua Chico Buarque de Holanda, no Amorim, 2009

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Vilma Pereira (2004) reiterou as observações acerca do saneamento dos becos e ruas da localidade, acrescentando que:

> O nosso saneamento é péssimo ainda. Aqui tem mesmo água, luz e esgoto muito ruim, muito deficiente, enquanto que as outras favelas têm outras coisas. Eu sei que cresceram mais em relação a muita coisa. Aqui hoje a gente ainda tem a briga da água porque de vez em quando fica todo mundo sem água. Lá em cima então, tem pessoas que carregam água o dia todo! Aqui na parte de baixo não.

Quanto à pavimentação das ruas Vilma nos informou, ainda, que:

> A maioria dos pisos dos becos é cimentada. Isso foi da época da associação. Não estou muito por dentro disso, mas sei que à noite chegava um bocado de material. Aí todo mundo da comunidade ia botando de beco em beco. Foi na gestão do presidente Jangada (...). O Jangada trazia tudo à noite. Eu sei que ele arrumava à noite. Agora, de onde vinha eu não sei. Cada dia era num beco. Eu só sei que todo mundo ficava esperando com sua pá, enxada, pra cada um ajudar a cimentar o seu beco, ajudar a espalhar o concreto que já vinha pronto. Era resto de obra, não sei se do metrô ou de outra obra que fizeram aí. Eu quase não via isso porque era à noite, quando eu via já estava tudo espalhado. E foi assim que conseguiram cimentar tudo, senão ainda estava como era antes.

A iniciativa dos moradores, com relação às melhorias de suas localidades, denota, mais uma vez, a ausência do Estado, o que contribui para caracterizar o perfil destas comunidades, lidando com improvisação de obras na área externa às casas que deveriam ser assumidas como obras públicas. Como nos apontou Gleide Guimarães, moradora e pesquisadora deste estudo, durante a entrevista com Vilma Pereira (2004):

> Esse tipo de história é um tanto comum na região. No CHP2 tem uma rua asfaltada que foi sobra da usina de asfalto que tem na Francisco Bicalho. Aí tem um cara que mora na comunidade e trabalha com o deputado tal, que é candidato a deputado, que é funcionário de lá, e pra ganhar voto da comunidade traz o resto da obra de lá pra cá. E era resto mesmo. Trazia pra cá, asfaltava a rua e ganhava a simpatia da comunidade.

Como vimos no início da análise sobre o Amorim, esta é uma área subdividida, com características bastante particulares. O trecho mais seme-

lhante aos bairros do subúrbio carioca apresenta, inclusive, atualmente, uma perspectiva de mudança em seu perfil. Várias casas e terrenos vêm sendo transformados em galpões, ocupados por empresas ou pequenas indústrias, o que pode ser confirmado pela narrativa de Carlos Cardoso (2004).

> Isso aqui ficou ruim porque virou uma zona industrial. (...) É um barulho que ninguém suporta. (...) Onde tem todos esses galpões antes eram casas que moravam portugueses. Ali do lado tem uma escola de segurança. Era de um português também. Aqui tudo era casa, não tinha galpão nenhum, nada, vieram depois, muito depois. Com a construção da avenida Brasil, da Leopoldo Bulhões, veio mais gente, mais comércio. Aqui mudou muito. Só nessa rua deve ter uns 28 galpões, todos alugados.

É interessante perceber que, a partir do ano de 2000, ao contrário do que ocorreu em outras comunidades, inclusive na área mais conhecida como Manguinhos (CHP2, João Goulart e Vila Turismo), onde se observa ocupação e invasão de indústrias e terrenos particulares para instalação de moradias, o Amorim sofreu o processo inverso, com implantação legal de empresas onde, originalmente, existiam casas (Figura 24).

Figura 24 – Galpões no Amorim, 2009

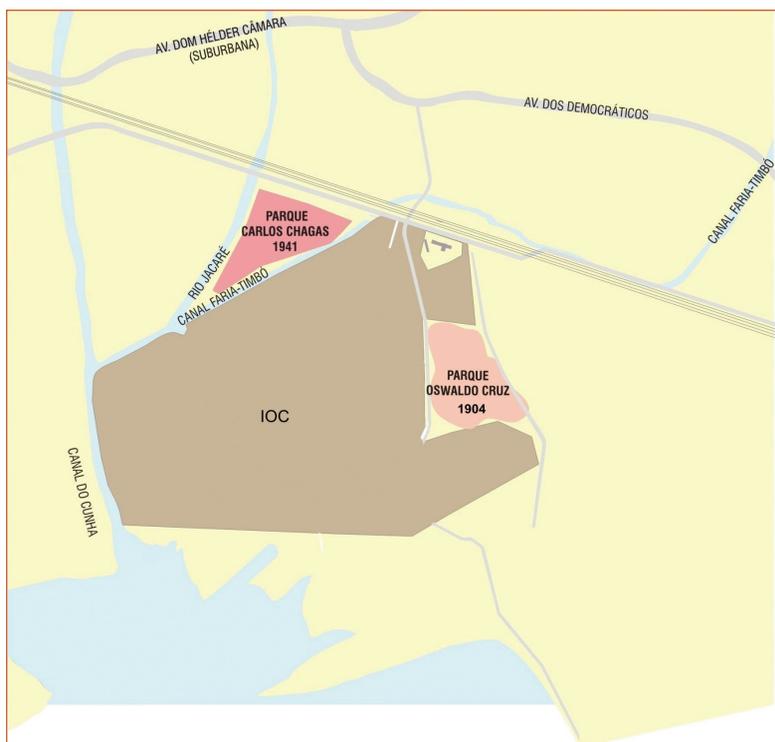
Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Apesar das mudanças em um trecho que passa, de fato, a assumir um caráter empresarial, percebe-se que as moradias mais recentes aproximam-se bastante do perfil que se desenhou para a descrição de favelas. Esta denominação é rejeitada, no entanto, por uma parte dos moradores, principalmente pelos residentes na área mais alta com ocupação mais antiga. A característica de favela, não absorvida, no entanto, por todos, favorece afirmativas como a de Carlos Cardoso (2004), que mora na parte portuguesa/empresarial: "Eu não gosto nem que digam que isso aqui é morro, ainda mais favela!". E complementou, esboçando sua relação de afetividade com o local onde vive: "Tenho orgulho de morar aqui. E ainda tem outra, moro perto da cidade".

A afirmativa de Carlos Cardoso, rejeitando as expressões 'morro' e 'favela', refere-se à imagem atual que se construiu para a favela carioca, fortemente atrelada ao comércio ilegal de drogas, à violência e à criminalidade, inclusive policial. Apesar de Manguinhos ser um bairro identificado com esta forma de violência, algumas de suas comunidades, como o Amorim, não foram ocupadas, ao menos de forma conflituosa, por facções criminosas, como nos apontou Wilma Pereira (2004): "O lugar aqui é muito bom. Muito calmo, muito família, todo mundo se conhece, todo mundo se dá bem. Não tem violência, não tem tráfico de droga". E acrescentou: "Deus passeia por aqui".

Parque Carlos Chagas/Varginha: primeira ocupação do manguezal

A área identificada como Parque Carlos Chagas, referência a um cientista do IOC, também conhecida como Varginha, teve a ocupação iniciada na década de 1940, em meio aos projetos de urbanização, como o mencionado saneamento da Baixada Fluminense. Na realidade, este projeto se resumiu à retificação dos rios e aterramento do litoral, alterando a característica de manguezal, o que possibilitou o alojamento de barracos, em geral sobre palafitas, na margem dos rios Jacaré e Faria-Timbó, cujo encontro delimita atualmente a Ilha das Cobras, área que foi densamente povoada e hoje abriga uma praça. Nesse período, foi também aberta uma pequena rua, com o nome de Carlos Chagas, cortando ao meio a área que havia sido delimitada pela retificação dos rios. A Figura 25 mostra estas mudanças e apresenta as alterações estabelecidas no desenho do litoral e nos terrenos do IOC.

Figura 25 – Comunidades de Manguinhos e Instituto Oswaldo Cruz, década de 1940

Igualmente ao Morro do Amorim, esta área apresenta uma subdivisão referente não só ao espaço, como à própria origem, com instalação gradual da população. Começou a ser ocupada por moradores provenientes de diversas regiões da cidade e de outros estados. Nicolina Laia (2004), oriunda de Acari, esposa de João Felipe dos Santos, migrante de João Pessoa, contou-nos sobre sua chegada: "Dava medo da gente morar aqui. Era muito mato, mato mesmo, com um capinzal grande à beça (...) não existia campo [de futebol] nem existia Ciep [Centro Integrado de Educação Pública Juscelino Kubitscheck], nada, era só matagal".

A Figura 26 retrata o início da instalação da comunidade na margem direita do rio Faria-Timbó com uma área ao fundo ainda desocupada. Em primeiro plano, à esquerda, visualizam-se o terreno da Fiocruz e, ao fundo, a Refinaria de Petróleos de Manguinhos S. A. e o conjunto habitacional Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho).

Figura 26 – Terreno do Instituto Oswaldo Cruz e o
Parque Carlos Chagas/Varginha, s.d.

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

As moradias bastante precárias, em forma de palafitas e próximas às margens dos rios, sofriam as conseqüências das constantes enchentes, com a falta de escoamento da água, como nos narrou João Felipe Silva (2004):

> Perdemos tudo na enchente, em [19]60. Ela chegou a uma altura de quatro metros d'água. Acabou com tudo o que a gente tinha. A porta dos fundos arrebentou e a água carregou tudo. Só ficou o estrado da cama. O estrado 'engadanhou' na porta e ficou... com aquela lama, com cobra, com rato, e foi um sufoco pra gente tirar. A gente morou quase um ano assim, no estrado da cama. A gente sofreu, mas graças a Deus, nunca... Nós não tínhamos dinheiro pra comprar colchão nem nada. Tinha uns caixotes, e a gente botou cada caixote assim... com umas caixas de cerveja, e a gente dormia ali em cima.

Quando João Felipe e Nicolina já tinham dois filhos, sofreram outra enchente e foram abrigados no hospital próximo. Sobre o episódio João Felipe nos contou:

> Aqui a gente sofreu duas enchentes. A gente já tinha o Jorge e a Fátima. Eu saí com um, ela saiu com outra. Fomos lá para o [hospital] Torres Homem, que era ali do lado da Fiocruz, do lado da Ensp [Escola Nacional de Saúde Pública]. Naquela subidinha ali. Era o hospital de

> tuberculosos. (...) Peguei ela, ela pegou o menino e eu a menina, e fomos, ficamos a noite toda lá. Eu nem lembro mais, mas acho que foi em 62 [1962].
>
> A gente ainda continuou morando lá na época dessas enchentes, lá atrás. A gente não podia fazer outra coisa, não. Aí eu falei assim: "Olha, eu não vou comprar móvel porque vai dar outra enchente e a gente vai perder tudo". (Silva, J. F., 2004)

A narrativa de João Felipe ilustra a ausência do Estado no processo de constituição destas localidades naquele momento, tanto no que diz respeito à questão da urbanização, quanto ao que se refere aos aspectos habitacionais e fundiários ligados à propriedade do solo urbano. A possibilidade de remoção, que marcou as décadas de 1960 e 70, representava uma grande ameaça para estas populações, acarretando um desinteresse em investir na própria moradia, mesmo que tivessem condições financeiras de fazê-lo.

Na década seguinte, com o processo de redemocratização do país, da politização de uma parte da sociedade brasileira e do estabelecimento de eleições diretas, esta população foi destacada como importante personagem, dada a possibilidade de converter seus problemas em votos para políticos que buscavam ascensão através da solução paliativa de problemas habitacionais e urbanísticos.

A remoção de comunidades populares instaladas em áreas valorizadas da cidade, somada à migração advinda de áreas próximas e de outras regiões, ocasionou o adensamento populacional em locais de menor valor especulativo, como Manguinhos, acarretando agravamento das condições de moradia dessas populações.

Em algumas localidades, as associações de moradores, assim como os próprios moradores individualmente, como é o caso do Parque Carlos Chagas, passaram a controlar os espaços ainda disponíveis, com a justificativa de que estariam evitando que se transformassem em 'favelas', demonstrando a visão diferenciada entre áreas internas das mesmas comunidades. Sobre estas invasões e a distinção deste trecho em relação à área identificada como favela, João Felipe nos disse:

> Se não fosse pelo pessoal que já morava aqui, isso aí era uma favela, porque o povo invadiu umas quatro, cinco vezes. A gente não deixava,

> não! A gente pedia, coisa e tal... Vinha a polícia, vinha esse pessoal dali dos Correios, e não deixavam. Eles chegaram a marcar terreno para os barracos. Deus me livre de ali se tornar favela! Eu não estaria aqui, porque aí já ia virar bagunça, porque ia ser favela aqui. E ali, no Brizolão [Ciep], invadiram umas cinco vezes. (Silva, J. F., 2004)

A Varginha apresenta uma trajetória que se cruza, desde a década de 1960, com a história de uma das quadrilhas mais organizadas de assalto a bancos e seqüestros, que, em função da repressão a estes tipos de crimes, passou a organizar o comércio ilegal de drogas. Uma das casas da comunidade chegou a ser ocupada para depósito de armas e drogas e refúgio de traficantes, transformando a área em importante pólo de irradiação da violência, somada à falta de segurança policial (Lima, 2005).

A partir da década de 1980, principalmente nas duas gestões do governador Leonel Brizola (1983-1987 e 1991-1994), verificaram-se algumas mudanças na infra-estrutura da comunidade que alteraram seu espaço físico. O traçado estreito deu lugar a ruas largas e de fácil acesso, transformando, significativamente, o perfil da comunidade. A abertura das vias colocou em evidência as ruas internas e dificultou, em um primeiro momento, a permanência das facções criminosas, ligadas ao tráfico de drogas, que já haviam, inclusive, ampliado sua rede para outras comunidades dentro e fora de Manguinhos.

Foi aberta e pavimentada uma rua margeando o rio Jacaré, denominada Beira-Rio, que se liga à rua Carlos Chagas através da rua Jacaré, ambas alargadas e pavimentadas. As construções sobre palafitas que seguiam os rios até a Ilha das Cobras, ilustradas na Figura 27, foram completamente removidas, assim como as vielas e becos.

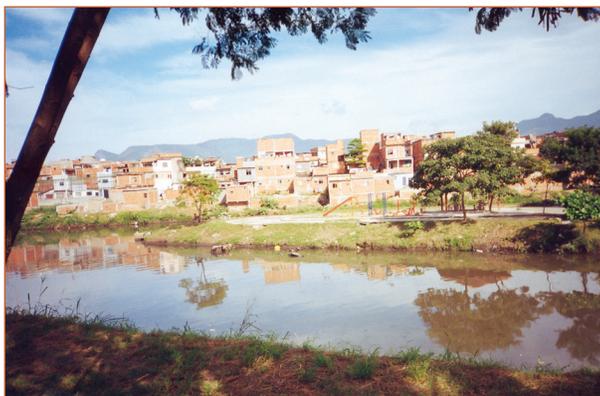
A junção da rua Beira-Rio e a Oswaldo Cruz, que margeia o canal Faria-Timbó, com o espaço entre Varginha e a Ilha das Cobras, foi transformada em uma pequena praça (Figuras 28 e 29).

Figura 27 – Ilha das Cobras, Varginha, década de 1970

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

Figura 28 – Praça da Ilha das Cobras, Varginha, à esquerda conjunto Nelson Mandela, 2003

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

Figura 29 – Vista da Praça da Ilha das Cobras a partir do terreno da Fiocruz, ao fundo o conjunto Nelson Mandela, 2003

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

As obras realizadas nesta área, no entanto, não previram medidas como a dragagem dos rios e do terreno e a instalação de rede de esgoto, que continua a ser lançado no leito do rio. A moradora Josefa Tangina Silva fez uma comparação com a favela do Jacaré, onde foram executadas obras com este objetivo, e nos disse:

> O esgoto da gente vai pra dentro do rio. (...) Mas, se dragasse o rio, ficaria melhor, se fizesse bem fundo, do jeito que a gente pediu. Tem muito lixo. A água entra no esgoto, não cabe dentro do ralo e sai fora pelas paredes... Os canos são fundos, aí, quando a maré enche, já viu, a água vai... onde tiver buraco vai entrando, vai estourando as casas. Um tempo atrás era um pouco melhorzinho. Se fizesse esse rio do jeito que a gente falou, as coisas iam melhorar um pouco, o rio ia ficar puro. (Silva, J. T, 2005)

Foram instalados também na área, o Centro Integrado de Educação Pública (Ciep) Juscelino Kubitscheck e alguns equipamentos sociais, como o Centro Comunitário de Defesa da Cidadania (CCDC), o Centro Municipal de Atendimento Social Integrado (Cemasi) e uma creche, além de terem sido realizadas obras no campo de futebol Rio-Petrópolis. A implantação destas instituições e as obras de urbanização deram a Varginha um perfil diferente das outras comunidades da região, não só no que diz respeito ao acesso aos serviços sociais, como ao traçado mais ampliado da área ocupada.

Além disso, para os moradores, as mudanças, em um contexto contrário às remoções em massa, favoreceram a consolidação de um tipo de moradia de melhor padrão de construção, apesar de não ter sido solucionada a questão fundiária.

Este projeto respondia a uma expectativa de inibir a atuação dos grupos ligados ao tráfico de drogas e de tornar Varginha um modelo de intervenção pública e social, a ser aplicado em outras comunidades similares na cidade do Rio de Janeiro, o que não ocorreu. Inicialmente a iniciativa, de fato, inibiu a ação do tráfico na comunidade, mas na década seguinte, vários episódios de confronto entre traficantes, atingindo inclusive prédios da Fiocruz, apontam para uma mudança desta realidade (Goulart, 1993).

Ainda na década de 1980, uma área da comunidade, localizada na avenida Leopoldo Bulhões, ao lado da sede da Associação dos Caminhoneiros do Rio de Janeiro (Ascarj), que se encontrava desocupada, foi doada à Prefeitura para assentamento. Um incêndio ocorrido ainda no final da década, no Parque João Goulart, situado no lado oposto da avenida, apressou o projeto, obrigando a instalação provisória, na localidade, de uma parte da população em barracas de lona. O grupo foi, em seguida, transferido para barracões construídos em madeira e na década seguinte, mais uma vez, deslocado para os recém-criados conjuntos Samora Machel e Nelson Mandela, também em Manguinhos, e para o Parque das Missões, no município de Caxias.

A demolição destes barracões favoreceu um segundo processo de ocupação, organizado pelo grupo insatisfeito com a transferência, dando origem a uma querela que envolveu vários grupos. Na disputa pelo terreno havia as pessoas que estavam alojadas e não pretendiam abandonar o local, a associação de moradores de Varginha, que queria construir ali a escola de samba da comunidade, ou mesmo uma praça, e a Ascarj, que desejava ampliar sua área de ocupação. Em decorrência, originou-se uma pequena comunidade, denominada Green Ville (Figura 30), em uma área isolada de Varginha, apesar de estar localizada em terreno contíguo. O nome era uma alusão à telenovela "A indomada", exibida no ano de 1997, em que pessoas de uma cidadezinha nordestina se esforçavam para falar inglês, tentando ostentar uma classe superior.

A moradora Consuelo Guimarães, durante entrevista com Gleide Guimarães (2004), ressaltou que os moradores de Green Ville não se iden-

tificam com Varginha, e sim com a comunidade de Nelson Mandela, devido à sua origem com migração recente e à caracterização como um conjunto habitacional, ao contrário de Varginha, que se constitui, principalmente, de moradores mais antigos, com uma migração que data da década de 1950 e com origem vinculada ao perfil de favelas.

Figura 30 – Entrada de Green Ville, 2004

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

Na década seguinte alguns dos equipamentos ali instalados foram desativados, ou mesmo ocupados, sem que fosse dada seqüência aos investimentos promovidos pelo próprio poder público. Apesar de ter sido foco de obras de urbanização substanciais, a carência no saneamento básico e principalmente na drenagem do terreno continuam acarretando problemas em períodos de chuvas, com alagamentos em ruas e casas.

A despeito disso, Varginha hoje se configura como uma das áreas mais valorizadas destas comunidades. Por iniciativa dos moradores, as casas foram remodeladas e a margem do rio Faria-Timbó, arborizada.

Alguns lembram o vínculo de solidariedade construído em Varginha e apontam as marcantes mudanças na história da área, que atualmente dificultam a constituição de novos traços de relacionamento, que nas gerações passadas teriam sido estabelecidos desde a infância. Fátima Gomes (2005),

apesar de comentar as mudanças, destacou os laços de afinidade e nos disse: "Eu vou de um lado pra o outro e paro pra falar com todo mundo... pra cumprimentar". Ressaltou, ainda, a importância da afinidade entre os moradores, que na sua geração foi construída desde a infância, relacionando o fato à liberdade e segurança que tinham quando eram crianças, relembrando que:

> Naquela época podia-se brincar de amarelinha, de pique-bandeira... Isso me dá saudade. É uma história muito boa que hoje em dia a gente já não vê mais tanto nessa comunidade, como em outras comunidades. Hoje se vê os pais alertando os seus filhos pra que não fiquem na rua! Infelizmente.

Acrescentou, em tom de saudade e poesia, que "brincar na rua, ficar à vontade... Nada é melhor do que um passarinho voando. Eu tiro uma criança como um passarinho. Um passarinho gosta de viver voando, correr! A alegria de uma criança é viver bem, e à vontade. Hoje você não mais vê isso". Fátima associou o vôo do passarinho a alguns trabalhos educativos desenvolvidos pela Fiocruz na comunidade, e nesse sentido nos contou:

> O meu pai tinha um armazém e então eles [profissionais da Fiocruz] se concentravam ali pra os projetos de teatro. Traziam cursos profissionalizantes pra cá. (...) Fechava essa rua pra brincadeiras. Por exemplo, no Dia das Crianças, fechava a rua e "Vamos brincar", "Você trabalha com jogos"... O professor Mendonça nos levava pra o teatro no Catete. Aonde tinha teatro ele nos levava. Lona da Ilha, também a mesma coisa. Quer dizer, foram coisas boas que aconteceram aqui. (Gomes, F. R. S., 2005)

Josefa Tangina da Silva (2005), outra moradora, estabeleceu também uma comparação entre o passado e presente a partir de um enfoque diferenciado, lembrando que: "Antigamente a gente plantava aipim, cenoura, abóbora, plantava de tudo aqui. Era uma beleza, só que agora mudou um pouco. A terra não dá mais nada, tá ruim, aí fizeram essas obras todas para as crianças, fizeram essas creches".

Esta visão da Varginha vem sendo substituída, mais uma vez, pelo retorno dos confrontos em torno do comércio ilegal de drogas .

Parque João Goulart, Centro de Habitação Provisória 2 e Vila Turismo: migração, ocupação e provisoriedade

As comunidades do Parque João Goulart, Centro de Habitação Provisória 2 (CHP2) e Vila Turismo podem ser observadas em conjunto, devido à proximidade espacial e à lógica político-social que favoreceu o início do processo de densificação deste espaço, no período entre 1951 e 1955. O grupo compõe a área originalmente identificada como 'Manguinhos', denominação ainda hoje reconhecida pela maioria dos moradores da região, apesar de legalmente referir-se a uma extensão maior. A estrada de Manguinhos marca a separação entre Vila Turismo, CHP2 e a parte do Parque João Goulart próxima ao rio Faria-Timbó e à estrada de ferro. O CHP2 e o Parque João Goulart apresentam algumas diferenças em suas estruturas marcadas pelas características dos conjuntos habitacionais originais e pela especificidade de algumas ocupações. A Figura 31 permite visualizar estas comunidades, além das outras duas instaladas anteriormente na área – Parque Oswaldo Cruz e Carlos Chagas.

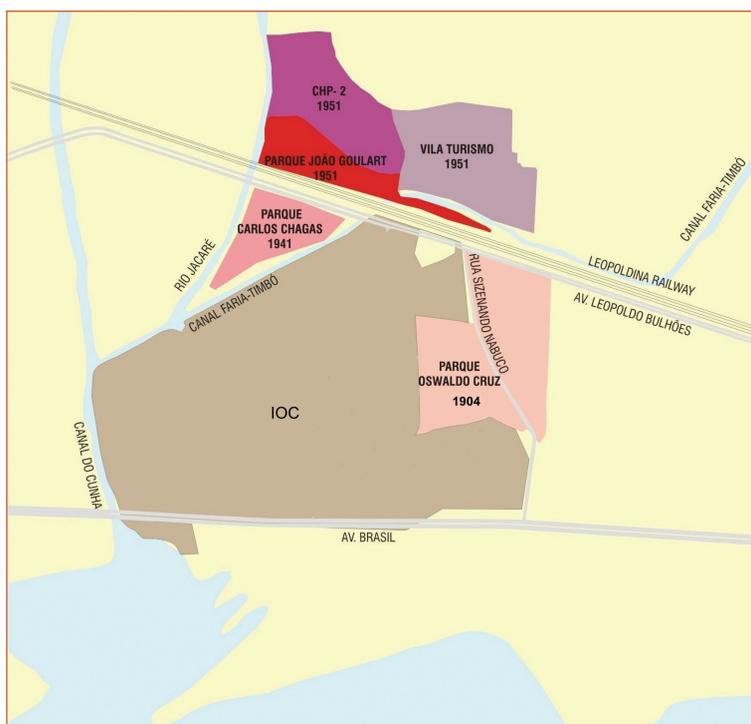
Figura 31 – Comunidades de Manguinhos e Instituto Oswaldo Cruz, 1951

A trajetória das três comunidades está relacionada ao fluxo de ocupação desencadeado por vários fatores. Entre eles, destacam-se: a conjuntura política; a migração populacional de outras regiões da própria cidade, de outros estados e mesmo do interior de Manguinhos; a política governamental de remoção de favelas de outros pontos mais valorizados da cidade; a instalação de conjuntos habitacionais, além do início da industrialização da área (viabilizada logo depois da Segunda Guerra Mundial), e a absorção da mão-de-obra de baixo custo e espacialmente concentrada. Também contribuiu para a ocupação da área a abertura de eixos viários e estradas, como as avenidas Leopoldo Bulhões e Brasil, a rodovia Rio-Bahia e a nova rodovia Rio-São Paulo, que possibilitou a circulação de pessoas e mercadorias no meio urbano e, principalmente, entre os estados e municípios (Abreu, 1987). Grandes problemas de infra-estrutura marcam a história destas comunidades, como a adutora da Cedae e a rede e as torres de alta tensão da companhia de energia elétrica Light que cortam a região, além da precariedade do esgotamento sanitário e pluvial.

Figura 32 – Trecho da adutora da Cedae sobre o rio Jacaré, ao fundo moradias da Vila União, 2005

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

As áreas em torno da adutora, assim como da rede e das torres de alta tensão são, ainda, de risco e foram ocupadas durante algumas décadas por grupos populacionais parcialmente removidos no início da década de 1990. A Figura 32 ilustra uma parte da adutora e expõe o risco a que a população continua se deparando tanto pela precariedade das instalações, com um

visível vazamento na conexão, como pela proximidade das moradias, diante de um possível rompimento da tubulação. Uma parte da rede de alta tensão atravessa estas comunidades (Figura 33), expondo também a população a acidentes, o que já constituiu um quadro de maior gravidade, quando alguns grupos se instalaram na área em torno das torres.

Figura 33 – Torres de alta tensão da companhia de energia elétrica Light, 2009

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

A instalação de empresas nesse período não é resultado de nenhum programa governamental de incentivo à industrialização na área, conforme discutimos no capítulo inicial. Ao contrário, articula-se ao movimento autônomo, compatível com a conjuntura do pós-guerra, e facilitado pela abertura,

principalmente, da avenida Brasil. Além de indústrias, observa-se também, a instalação de empresas estatais, como o então Departamento de Correios e Telégrafos em 1942 (hoje Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S. A. em 1954, da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) em 1982 e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

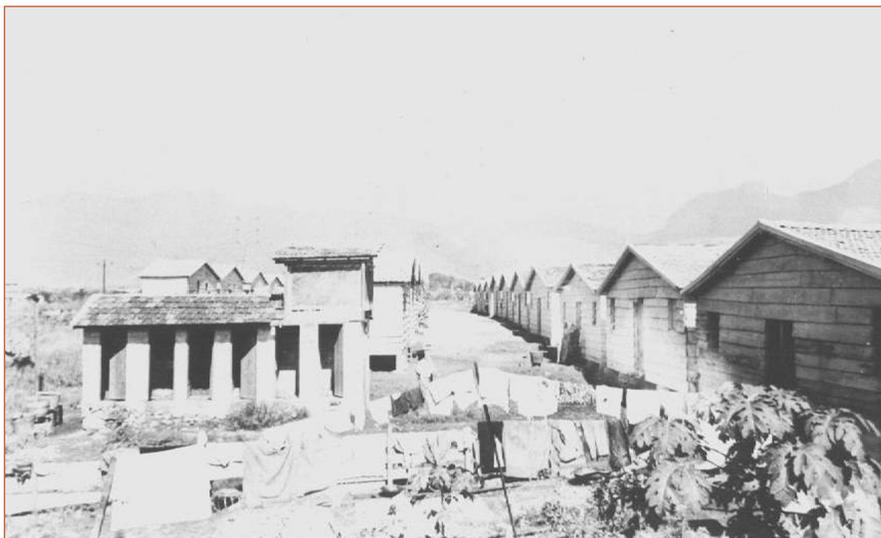
O período inicial da instalação destas comunidades se deu por iniciativas individuais, com a ocupação das margens dos rios e dos manguezais, que apresentavam, inclusive, bancos de areias com pequenas praias, que favoreciam a construção de moradias, facilitada pela proximidade das avenidas dos Democráticos e Suburbana (hoje Dom Helder Câmara). O trecho conhecido como Prainha, localizado entre as duas avenidas e próximo ao rio Jacaré, foi um dos primeiros a ser ocupado na área.

Maria Aparecida Guimarães, moradora da região desde o final da década de 1940, nos descreveu algumas características do local reconstruídas por sua memória: "Aquele pedaço de Manguinhos, no CHP2, era tudo brejo, manguezal, não tinha casa. A gente ia lá e entrava na lama pra apanhar rã". A estrada de ferro e uma pequena rua que cortava as comunidades também lhe marcaram as lembranças: "A estradinha, que hoje em dia é a estrada de Manguinhos, era só um caminho que chegava na estação. A estação era antiga, tinha que descer dois degrauzinhos pra subir no trem, a 'Maria Fumaça', que era um trem de pau" (Guimarães, M. A., 2004).

Além da industrialização e da abertura das avenidas Brasil e Leopoldo Bulhões, a implantação destas comunidades está relacionada às ações da Fundação Leão XIII, que foi bastante marcante na área. Esta instituição se responsabilizava pelo deslocamento e assentamento das favelas de áreas centrais e mais valorizadas da cidade, como Esqueleto,[27] Caju, Praia do Pinto, Cachoeirinha, Catacumba e Rocinha, para outros locais, como Manguinhos, com base nas propostas governamentais de instalações provisórias, com modelos similares ao observado na Figura 34. Alguns conjuntos habitacionais foram construídos na década de 1950, como resultado da política de reformulação dos antigos parques proletários provisórios da cidade, a partir

[27] Esta favela se originou da invasão e ocupação das estruturas abandonadas do que seria o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em seu lugar foi instalada a Universidade do Estado da Guanabara (atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Uerj), durante o governo Negrão de Lima (1965-1971).

dos quais foi criado um quadro único de centros de habitação provisória (CHPs). Na década seguinte, com a extinção de alguns deles, foi constituída uma nova ordenação numérica, permanecendo, em Manguinhos, o CHP2 e o Parque João Goulart.

Figura 34 – Modelo de centro habitacional provisório construído em Manguinhos, s. d

Acervo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Em conseqüência das várias formas de ocupação das áreas do Parque João Goulart e do CHP2, observam-se diversificadas estruturas de moradias, mesmo as oriundas dos conjuntos, em madeira e alvenaria, como se pode perceber nas Figuras 35 e 36.

Em Vila Turismo não se construíram conjuntos nos moldes dos CHPs, mas foram vários os tipos de ocupação. Uma parte, que originou as ruas Gregório de Sá e Santana do Livramento, foi loteada pela Prefeitura, no início da década de 1950, para assentamento de cerca de 70 famílias oriundas da Ilha de Sapucaia, que compunha o arquipélago aterrado para instalação da cidade universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foram construídas casas de madeira pelos próprios moradores, que, a partir da década de 1970, as substituíram por alvenaria, diante da iniciativa governamental de não remoção das favelas cariocas. Poucas casas ainda mantêm o estilo da década de 1970, a maioria já foi reconstruída e

apresenta crescimento, tanto horizontal, ocupando o terreno em torno da casa, como vertical (Figura 37).

Figura 35 – Grupo de moradias em madeira e alvenaria no Parque João Goulart, 2005

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

Figura 36 – Moradias de alvenaria no Parque João Goulart, 2009

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Figura 37 – Vila Turismo, 2009

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Outra área, à margem do rio Faria-Timbó, foi ocupada também na década de 1950, de forma individualizada, acompanhando o crescimento das favelas que marcou o período, com casas construídas com material precário, ameaçadas constantemente pelas chuvas e enchentes. Era conhecida como "Cá te espero" ou "Rola pinico", por causa da falta de rede de esgoto e da precariedade das condições sanitárias. Os moradores deste trecho, de outras regiões e de favelas que estavam sendo removidoas, como Catacumba, Praia do Pinto e Esqueleto, no final da década, ocuparam uma área pertencente à Marinha, utilizada como campo de futebol, próxima à avenida dos Democráticos e contígua ao grupo de moradias do loteamento da Prefeitura.

A moradora Nazaré Alves de Jesus nos narrou o processo de ocupação que acabou ocorrendo depois de várias tentativas frustradas por repressão policial. Depois de instalada, rapidamente afluíram pessoas de vários outros locais que acabaram dividindo os lotes e vendendo parte dos terrenos e mesmo os barracos. Segundo detalhou Nazaré de Jesus (2009),

> Aí começou o pessoal marcando os terrenos... Aí foi a primeira vez... O 'Choque' apareceu. Naquele tempo não era patrulhinha, não, era o Choque do Exército, (...), [era] a Cavalaria (...). Aquela Cavalaria

> com chicote, ainda dando chicotada. Naquele tempo era assim, dando chicotada. Aí todo mundo saía correndo, eu, inclusive, saía correndo também... e [eles] dando chicotada. Pegava em alguém, outros saíam correndo, outros até eles levavam (...). Aí todo mundo se acalmava, todo mundo ia embora pra casa, não fazia nada, puxava os fios (...). Aí deu um tempo assim, de um mês e pouco, começou todo mundo a marcar o terreno. Aí de novo, a Cavalaria vinha em cima do cavalo e dando chicotada, todo mundo saindo correndo (...). Aí, terceira vez. Aí todo mundo marcando, cada um marcando seus pedaços. Mais uma vez a Cavalaria veio, terceira vez. Todo mundo correu. Aí passou mais um tempo de uns dois meses (...). Aí eu marquei dali, onde tem esse beco (...) até chegar lá na ponta, que tem a casa do meu sobrinho até hoje. Aí a Cavalaria não veio mais (...) e o meu irmão fez o barraquinho dele.

Outra ocupação, próxima a esta área foi organizada por um grupo de moradores que constituíram um espaço denominado inicialmente Vila Democrática. Paulo César Moreira (2008) assim narrou o processo de ocupação no qual teve participação ativa:

> Aí começamos a projetar, unimos as famílias e tal, os moradores, as pessoas, (...) uma coisa bem organizada... Nos reunimos lá na igreja de Santa Bernadete, com o apoio do padre Sebastião – por isso a importância de alguns padres progressistas. Os madeirites, a gente conseguiu na época em que o carnaval era feito com aqueles madeirites, a divisão ali da Passarela do Samba era de madeirite. (...) Fomos lá, pegamos o madeirite, ou compramos uma quantidade. (...) Fizemos todo o trabalho dentro da igreja. Projetamos, por exemplo, (...) cada porta, janela, tudo lá dentro, com a quantidade certa de famílias, tudo dentro, lá atrás da igreja. Com data, super organizado, data certa, tudo, e os contatos que a gente tinha (...). Aí marcou o dia da ocupação: já tinha o carro, tinha tudo, cada um já sabia onde ficar, seu espaço, suas ferramentas, tudo super organizado, aí ocupamos lá, a Vila Democrática.

As Figuras 38 e 39 mostram o processo de ocupação descrito por Paulo César, expondo a luta reivindicatória por moradia em Vila Turismo, observando-se habitações em madeira e alvenaria, em fase de construção.

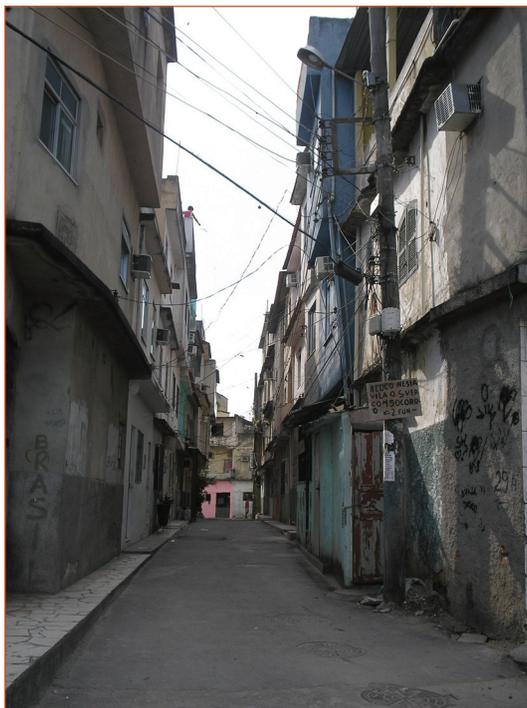
Figura 38 – Trecho de Vila Turismo no momento da ocupação, s. d.

Imagem cedida por José Wellington Araújo, professor da Ensp/Fiocruz

Figura 39 – Trecho de Vila Turismo no momento da ocupação, s. d.

Imagem cedida por José Wellington Araújo, professor da Ensp/Fiocruz

Esta ocupação posteriormente transformou-se em uma rua, e as casas construídas de madeira e de forma precária foram modificadas por alvenaria (Figura 40). A denominação de Vila Democrática não foi incorporada pelos moradores, sendo conhecida como rua Projetada.

Figura 40 – Rua Projetada, Vila Turismo, 2009

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

A denominação Vila Turismo, criada pelos moradores, refere-se ao fato de esta localidade apresentar grande circulação de pessoas que ocupavam as moradias com a expectativa de conseguir um espaço. Segundo Paulo César Gomes Moreira (2008), morador da comunidade desde 1959, era uma ocupação com "pessoas que vêm pra fazer turismo (...) entram e tal, depois ficam esperando acontecer. Chegam aquelas pessoas que não têm nada a ver e vem fazer turismo. (...) Tentando arrumar um espaço e tudo o mais, mas, no fundo, até têm outro espaço pra morar e faz daquilo ali um turismo". Esta forma de ocupação é muito comum nestes tipos de comunidades, onde a propriedade da terra, ou o direito à moradia, pode ser alcançada a partir da construção de casas, mesmo com material precário.

O caráter de provisoriedade das construções e a falta de investimento do Estado favoreceram a ocupação da área, permanecendo esta marca na relação da população com o espaço, devido à insegurança quanto à mora-

dia, o que dificultou o estabelecimento de uma relação identitária com o local onde vivem, no que diz respeito a este espaço especificamente. Consuelo Nascimento, moradora da região, durante a entrevista com Gleide Guimarães, relacionou a falta de identidade com a desmotivação para um possível investimento na melhoria da habitação. Embora suas observações se dirijam especificamente para o CHP2, elas podem ser aplicadas a algumas comunidades vizinhas, cuja trajetória é muito semelhante. Falou-nos, nesse sentido, que:

> [O CHP2] era um lugar provisório. As pessoas não têm muita identidade. Não tem investimento de ninguém. Por isso é o único lugar de Manguinhos que ainda tem casa de madeira. (...) O processo de ocupação do CHP2 foi muito instável. Aqui foi o lugar que tinha mais remoção. Ninguém tinha mais identidade com aquilo lá. Não tem muita aparelhagem. A associação de moradores quase que não existe. As casas são as piores. O saneamento do CHP2 é horrível. (Guimarães, G, 2004)

Em relação à provisoriedade, Gleide Guimarães (2004), mãe de Consuelo, reafirmou que o local "era uma área de triagem", onde não há investimento na moradia, e "a gente encontra muitas destas casas do jeito que elas eram nos anos 50".

Nelson Soares Marques, morador desde 1950 do Parque São José, trecho que hoje está incorporado ao Parque João Goulart, trabalhou para a Fundação Leão XIII, durante nove anos, em reassentamento de famílias provenientes de outras comunidades que passaram por processo de remoção. Atuava na distribuição das casas de alvenaria e sobre isto nos contou:

> Eu entregava as casas. Por exemplo, dez famílias vinham da favela do Pinto: uma com dez filhos, outra com cinco, outra com três... Pegava a casa maior e dava pra família de dez filhos. Se não desse pra arrumar uma grande, tinha que arrumar duas menores. Não podia deixar criança na rua, nem velho, botava tudo direito. (Marques, 2004)

Deusdete Soares, também moradora, relatou que chegou a Manguinhos em 1957, vinda do bairro do Caju, com o marido, para morar em um "barracão de madeira", seguindo o modelo da Figura 41. Ela recorda que a sua casa e a de outras pessoas, igualmente removidas do Caju, coexistiam com

as moradias construídas em alvenaria pela Fundação das Pioneiras Sociais, que compunham o Parque São José, o que revela propostas habitacionais distintas, fruto de diferentes políticas da época, como demonstramos anteriormente. A casa de madeira, segundo nos contou Deusdete, durou até 1991, quando foi substituída por construção em "tijolo e cimento", acrescentando que "era um barraco de sala, dois quartos, cozinha e banheiro. O chão era de terra mesmo. (...) Só em 90, 91 é que eu construí uma casa de cimento" (Soares, 2004).

Figura 41 – Casa de madeira remanescente da época da transferência de moradores da área do Caju para Manguinhos, 2005

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

Outro morador, José Fernandes Luiz, originário da remoção do Caju para a expansão do Cais do Porto, também foi testemunha da implantação destas comunidades com as casas semelhantes à da Figura 41. Sobre o processo de remoção e instalação de sua família em Manguinhos, José nos contou:

> Nós morávamos na comunidade chamada Pau Fincado, que existia em frente ao cemitério do Caju, mais conhecida como comunidade do Arará. (...) Primeiro eles removeram as pessoas pra Parada de Lucas, outras foram removidas pra cá, ao lado da estação em Manguinhos

porque, se não me engano, o terreno em Parada de Lucas já estava superlotado. Eles construíram uns barracos tipo 'bangalô'. Fizeram primeiramente do lado de cá – onde hoje é o CHP2, em frente à Fiocruz, que praticamente ainda não existia. (Luiz, 2004)

Na década de 1960, a Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (Cehab-RJ)[28] construiu na localidade hoje conhecida como CHP2, próxima à avenida dos Democráticos, quatro prédios de tecnologia pré-moldada, além da Escola Olavo Freire e de um conjunto de casas. Um dos prédios, em quatro pavimentos, pode ser observado na Figura 42, que apresenta em primeiro plano os casebres em uma área ainda pouco densa, em comparação ao aspecto atual. Por estarem em terreno aterrado, originalmente formado por mangues, o prédio e a escola apresentaram problemas estruturais devido à instabilidade do terreno e foram demolidos na década seguinte. Nelson Soares Marques destacou em sua narrativa que, quando começaram a aparecer as primeiras rachaduras na junção entre os prédios, os engenheiros da Prefeitura afirmaram que não havia risco, porém o então prefeito teria ordenado a demolição, revelando, assim, uma discordância entre o técnico e o político.

Figura 42 – Trecho do CHP2, década de 1970

Arquivo Nacional/ Acervo Correio da Manhã

[28] A Cehab-RJ foi criada pela lei n. 263 de 29/12/62, com o objetivo de desenvolver a política habitacional e, principalmente, a erradicação das favelas, sob a supervisão da Secretaria de Serviços Sociais, à época, com a razão social de Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara – Cohab-GB <www.cehab.rj.gov.br>, acesso: 12/3/2008).

Percebe-se na Figura 42 o contraste entre o prédio de apartamentos e os barracos de madeira, em uma área denominada Coréia, dado o quadro de violência que já se instalava na área de Manguinhos, em particular nesse trecho, em uma alusão aos conflitos entre as Coréias do Sul e do Norte,[29] ocorridos na década de 1950.

Ainda como marca da história destas comunidades destaca-se a construção, em 1960, da Igreja de São Daniel – o Profeta (Figuras 43, 44 e 45). Com projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer e pinturas sacras de Guignard, a igreja foi tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) seis anos após a inauguração, dado o valor da obra e o estado de abandono que já vinha enfrentando. Foi construída, como parte do conjunto habitacional denominado à época Parque São José, por sugestão da esposa de Sette Câmara, primeiro governador do estado da Guanabara. A inauguração da igreja, nos primeiros dias de dezembro de 1960, representou praticamente o último ato de seu governo, que durou de 21 de abril a 5 de dezembro de 1960.

Figura 43 – Igreja São Daniel – O Profeta, década de 1960

Acervo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

29 A Guerra da Coréia foi travada entre 1950 e 1953 pelo controle de uma nova zona de influência comercial e territorial. De um lado, combatiam a Coréia do Sul e seus aliados, que incluíam os Estados Unidos da América e o Reino Unido; do outro, a Coréia do Norte, apoiada pela República Popular da China e pela antiga União Soviética.

Figura 44 – Igreja São Daniel – O Profeta, 2005

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

Figura 45 – Imagem da Via Sacra, Igreja São Daniel – O Profeta, s. d.

Acervo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

Em 1966 o jornal *O Globo* noticiava a decadência das construções, referindo-se ao Parque São José como "meio conjunto residencial popular, meio favela". Chamava a atenção não apenas para o aspecto em que se encontrava o conjunto, como também para uma suposta negligência na manutenção da igreja, que constava na época, inclusive, do roteiro turístico da Guanabara.

Segundo a matéria, o abandono iniciou-se com a má conservação das ruas de acesso, das placas de sinalização para se chegar à igreja e das próprias residências localizadas ao seu redor, contribuindo para o aspecto de 'favela' (Umidade..., 1966). Em 1967 e 1968, várias reportagens ressaltavam o estado de degradação da igreja e das pinturas da via-sacra (Missa..., 1967; São Daniel..., 1968; Quadro..., 1968; Cupins..., 1968), que foram transferidas do local e estão atualmente desaparecidas, apesar do empenho afirmado pelo Inepac em tentar recuperá-las.

As constantes enchentes assinalaram a história destas comunidades, que, além de se caracterizarem como uma região de manguezal e com os dois rios atravessando a área, situam-se em um nível mais baixo em relação às demais e apresentam um sistema de esgotamento sanitário e pluvial precário e inadequado. Ademais, trata-se de uma área para onde é drenada a água pluvial de várias outras favelas do entorno, além de Manguinhos. É importante notar ainda que o Parque João Goulart é atravessado pelos rios Faria-Timbó e Jacaré, que, por causa da grande quantidade de detritos lançados nos seus leitos e pela inadequação da estrutura das duas pontes que os atravessam, apresentam retenção de escoamento da água em épocas de chuva, o que constitui mais um fator para a ocorrência de alagamento do local.

A enchente ocorrida no final da década de 1950 coincidiu com a obra que estava sendo realizada no leito do rio Faria-Timbó. O fato de estar ainda com o trajeto indefinido na época contribuiu para que o rio transbordasse e invadisse as casas próximas. Outras duas enchentes, em 1971 e 1988, com profundas conseqüências para a área, não deixam dúvidas quanto ao descaso do Estado no que diz respeito à urbanização e à política habitacional, já que a obra no leito do rio não passou de uma solução paliativa e temporária.

Na década de 1980, após várias reclamações da população, foram realizadas obras de canalização do rio pela Prefeitura, com o resultado visualizado na Figura 46. Na mesma imagem, podem-se observar, ainda, à esquerda, um trecho do Parque João Goulart; à direita, uma parte de Vila Turismo, e, ao fundo o CHP2, outro trecho do Parque João Goulart e as torres de transmissão da Light.

Figura 46 – Rio Faria-Timbó, Parque João Goulart e Vila Turismo, 2009

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

O despejo de material proveniente de lixo, de detritos extraídos da dragagem do rio Jacaré e de grande quantidade de aterro contribuiu para a situação insalubre e favoreceu o aumento populacional dada à ampliação da área disponível e aterrada. Estas diferentes formas de aterramento, no final da década de 1980, elevaram o nível do terreno, o que não foi acompanhado, em vários trechos, pelo piso das moradias ocasionando um desnível do interior das casas em relação à rua (Caminho..., 1988). Na Figura 47, observa-se uma casa que não acompanhou o aterramento, ficando abaixo do nível da rua em uma drástica situação de precariedade, tendo sido demolida em 2008.

Figura 47 – Moradia da comunidade CHP2, 2005

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

Alguns episódios de incêndios marcaram, também, a trajetória destas comunidades, como, por exemplo, o que ocorreu em dezembro de 1999, destruindo cerca de duzentos barracos localizados na margem direita do rio Faria-Timbó, em Vila Turismo. A justificativa da assessora da Prefeitura, Silvia Pontes, para o fato de não ter promovido a remoção da comunidade instalada em área de risco, revelou o antagonismo com o governo do estado, ao afirmar que tal medida seria de responsabilidade do programa estadual Pró-sanear, o que, segundo moradores, contestando a justificativa, se destinaria, na realidade, a outras comunidades de Manguinhos (Favela..., 1999). As Figuras 48 e 49 ilustram a área após o incêndio, próxima às torres de alta tensão da Light e à margem do rio Faria-Timbó, já canalizado.

A precariedade desta região de Manguinhos impulsionou os constantes deslocamentos populacionais, como ressaltou Gleide Guimarães, que acompanhou vários momentos da história do local, vivenciado como parte da sua própria trajetória de vida.

> Dali saíram moradores pro conjunto da Cidade Alta de Cordovil, pra estrada do Quitungo, pra estrada do Guaporé. Eu vi muitas famílias sendo transferidas de Manguinhos pra dentro do município, mas pra pontos bem distantes. Agora, o interessante é que essas remoções nem sempre implicavam em que aquele lugar não fosse novamente habita-

do. As famílias saíam, mas as casas continuavam no mesmo lugar e aí entravam outras pessoas pra ocupá-las. (Guimarães, G., 2004)

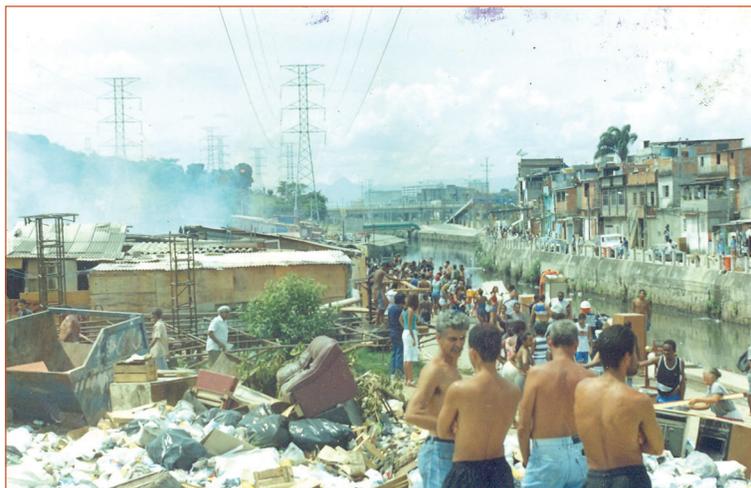
Figura 48 – Trecho de Vila Turismo à margem do rio Faria-Timbó após o incêndio, 1999

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

Figura 49 – Trecho de Vila Turismo após o incêndio, 1999

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

Durante a década de 1980, diante do risco de rompimento da adutora da Cedae, que corta João Goulart, CHP2 e Vila União, as moradias nas áreas do entorno foram removidas. Estabeleceu-se um acordo entre órgãos públicos e moradores, decidindo-se que eles seriam transferidos para comunidades vizinhas, como o Nelson Mandela, no lado oposto da linha férrea, o que gerou intensas discussões e negociações em função da grande quantidade de famílias que já estavam direcionadas para este assentamento.

A assembléia, realizada no dia 10 de maio de 1986 na Escola de Samba Unidos de Manguinhos, com a presença de vários representantes das comunidades, retratou o clima de tensão em torno da remoção e dos problemas habitacionais e estruturais da região. O centro do debate era a remoção dos moradores das áreas de risco, às margens dos rios Jacaré e Faria-Timbó e próximos à adutora da Cedae, mas a situação insalubre de toda a região era insistentemente ressaltada. Nélson Lontra Costa, superintendente do Projeto Mutirão na época e representante da Prefeitura – única autoridade presente, entre as convidadas – ressaltou a inadequação da verba destinada às obras e assinalou a necessidade de ação conjunta entre os diversos níveis de governo, destacando a responsabilidade federal: "Se o BNH [Banco Nacional de Habitação] não vier aqui, vai acontecer uma verdadeira tragédia", referindo-se ao alto risco de rompimento da adutora (Moradores..., 1986). As obras na adutora e a transferência dos moradores das proximidades somente ocorreram no início da década de 1990, com a construção dos conjuntos Samora Machel e Nelson Mandela, onde foram assentados parte dessas pessoas.

As Figuras 50, 51 e 52 retratam a adutora em momentos bastante diferenciados. A primeira imagem espelha a época da construção dos conjuntos habitacionais na década de 1950, as seguintes mostram vazamentos ao longo do percurso e a mesma adutora no final do século XX, permitindo constatar a proximidade entre as moradias e a tubulação desde a época da construção.

Figura 50 – Trecho da adutora da Cedae próximo aos conjuntos habitacionais em construção, década de 1950

Acervo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Figura 51 – Trecho da adutora da Cedae com vazamento aparente, CHP2, 2005

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

Figura 52 – Trecho da adutora da Cedae com vazamento aparente, CHP2, 2005

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

O único projeto do governo municipal voltado especificamente para urbanização desta área, até o início dos anos 2000, foi o Mutirão Remunerado, com ações de saneamento básico diferenciados em três itens, no período entre 1991 e 1994: esgotamento sanitário (1.571 m de canalização), drenagem (138 m) e pavimentação (745 m^2) (Rio de Janeiro, s. d.). Como se pode observar, as obras de drenagem, medida reconhecida por vários técnicos da Prefeitura como fundamental para a solução do problema de enchente em Manguinhos, foram irrisórias. As obras de melhoramento respondiam a problemas pontuais, com canalização e pavimentação de ruas, não resultaram de projetos e programas mais amplos como, por exemplo, o Favela-Bairro, que, como já indicamos, não incluiu Manguinhos.

Na década de 1980, como ações isoladas, foram construídas em Vila Turismo duas obras sociais, uma creche, a primeira localizada em Manguinhos, e o Centro de Cooperação e Atividades Populares (CCAP), destinado a desenvolver projetos voltados para a educação de jovens e adultos, com aulas de inglês, curso preparatório para exame supletivo para o ensino médio, e a fornecer assistência jurídica gratuita aos moradores da localidade. Com financiamento de várias instituições, colabora ainda em trabalhos e estudos, utilizando metodologias de comunicação audiovisual.

As mudanças ocorridas nestas comunidades, principalmente a partir da década de 1980, com a ampliação do tráfico de drogas e a ocupação das favelas como centro de comercialização, ocasionaram uma profunda alteração na vida dos moradores. As atividades de lazer e as formas de integração foram substancialmente atingidas. Maria Aparecida Guimarães e alguns outros moradores recordam-se das festas e apontam o clube do 'seu' Juvenal como um ponto de referência e de socialização. Ela comentou que era perto do local onde se localiza hoje a associação de moradores do CHP2 e próximo à torre da Light. E acrescentou: "Ele gostava muito de samba, de pagode, de festa, de tudo. Ele botava um palco e fazia uma roda de samba. Todo mundo cantava ali. Dia de sábado e de domingo era de festa no Juvenal. Ele fazia angu, feijoada no copo" (Guimarães, M. A., 2004). Alguns moradores ressaltaram que a violência presente atualmente nas comunidades vem impedindo e desarticulando este tipo de atividade, na medida em que a circulação, principalmente à noite, tornou-se perigosa.

Ainda relacionado ao lazer no CHP2, Maria Aparecida lembra-se das festas que aconteciam na chácara da Marlene. "Era o quintal do clube. Era um clube enorme, bom pra caramba! A gente ia pra lá e dançava, curtia muito, pintava e bordava. Sempre tinha festividades". As festas juninas aconteciam no Parque João Goulart, no "campo do Jossi. Lá tinha festa junina, juntava todo mundo. (...) Botávamos um montão de barracas... Era uma festa boa mesmo, muito gostosa".

A escola de samba Unidos de Manguinhos também está incorporada às lembranças festivas das comunidades. Maria Aparecida fazia parte da ala dos compositores da escola, composta, segundo ela, "por trinta e cinco homens e só eu de mulher", sendo chamada até hoje de "madrinha". E acrescentou: "A gente se reunia toda semana, nas terças-feiras. A reunião começava às oito, nove horas, e terminava às dez, só que a gente só chegava em casa à meia-noite e meia, uma hora. Isso era de praxe. Isso durou muitos anos, acho que durou minha mocidade toda, e eu me diverti muito". A história da escola de samba começou como um bloco, mas chegou a desfilar na categoria de escola. Inicialmente as cores dela eram o verde e branco, sendo acrescentada o rosa, quando foi 'batizada' pela escola de samba Estação Primeira de Mangueira. Os integrantes desfilavam também no bloco da Souza Cruz,

empresa de cigarros que tinha uma fábrica na área e empregava moradores (Guimarães, M. A, 2004).

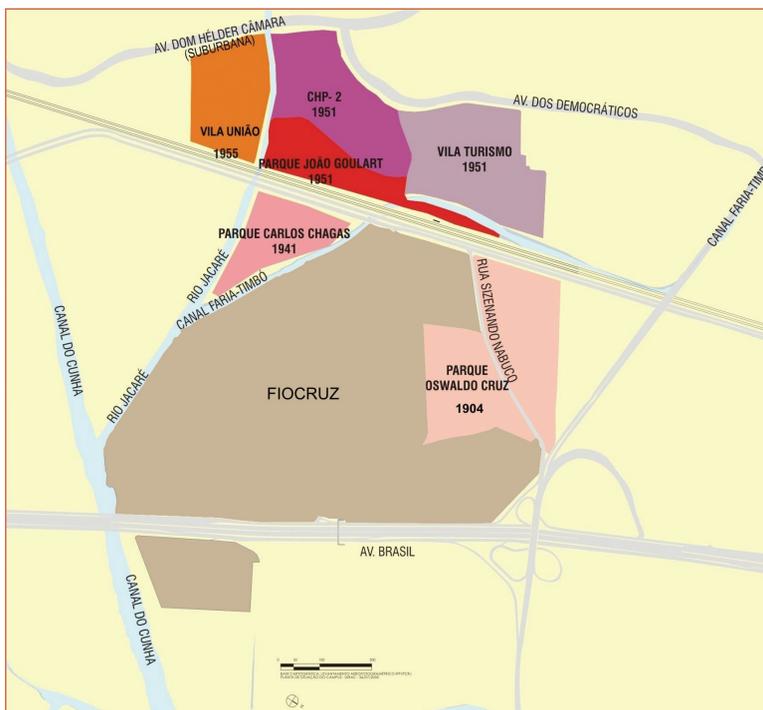
Ainda nas lembranças de Maria Aparecida, que nos apresentou cantando, ao longo da entrevista gravada, uma parte das músicas que compôs em parceria com outros compositores, apareceu o desenrolar das histórias e das vivências nas comunidades e das mudanças no convívio que o tempo e a violência lhes impuseram. Um trecho de uma das últimas músicas compostas por eles diz: "Oh, meu camarada, / mais uma vez, como vai você? / Daquela jornada / eu não posso me esquecer. / Quem marcou bobeira / ficou pra trás / e dessa maneira / o tempo se vai. / As folhas que morrem / não tornam a voltar. / A sua história / ficou no placar. / Naquela marola / que o vento se foi / e dessa história / restou só nós dois. / Naquela marola/ que o vento se foi / e dessa história / só restou nós dois".

Após cantarolar o samba, Maria Aparecida acrescentou "o tempo passa e aquelas velhas amizades vão sumindo, acabando, cada um vai pra um canto. Uns casam, outros morrem, outros mudam... Aquela marola não volta mais e a gente fica com aquela saudade" (Guimarães, M. A, 2004).

Vila União: vizinhança entre ocupação e conjunto habitacional

A Vila União localiza-se do lado oposto do rio Jacaré em relação ao CHP2 e ao Parque João Goulart, mas foi definida como pertencente a Benfica a partir da legislação de 1988, que determina os limites dos bairros da cidade (Figura 53). Apesar da exclusão do bairro de Manguinhos, Vila União foi incluída em nossa análise por causa da proximidade e dos laços entre uma parte dos moradores da área e as três comunidades circunvizinhas (CHP2, Vila Turismo e João Goulart), percebidos em algumas nas entrevistas.

Esta comunidade é um retrato da conjuntura urbana das décadas de 1940 e 1950, em que moradias precárias instaladas em terrenos públicos, conviviam com conjuntos habitacionais construídos para grupos específicos, profissionais ou não, financiados pela previdência social e pela Fundação da Casa Popular, seguindo a política que incorporava a habitação como bem social, regulamentada pelo Estado.

Figura 53 – Comunidades de Manguinhos e Fiocruz, 1955

Segundo o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, de 1992, instituído em 1993, a área da Vila União é delimitada pelo rio, pela linha do trem, pelo Quartel de Subsistência Pandiá Calógeras[30] e pela avenida Dom Helder Câmara, antiga avenida Suburbana, incluindo os conjuntos residenciais de Benfica para os ex-combatentes, Casa da Moeda e Tiradentes e a rua Professor Frias Villar (Figura 54).

Esta definição, no entanto, não corresponde à construída no imaginário popular de Manguinhos e especificamente dos moradores do local, que apresenta, inclusive, versões diferenciadas entre si. Em uma das versões, a área divide-se em dois espaços: os conjuntos habitacionais, que não pertenceriam à comunidade de Vila União, e outro ocupado pelas casas do entorno, denominado propriamente Vila União, referenciado como ocupação e reconhecido como área de favela. Outra definição espacial, defendida pelos

[30] Este quartel foi desativado e em sua área, em 2009, foram construídos novos prédios para abrigar uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), uma escola e um conjunto de residências destinadas a reassentamento de parte da população deslocada em função do PAC-Manguinhos.

descendentes do primeiro morador do local, não inclui a rua Professor Frias Villar, próxima à Dom Helder Câmara, na Vila União, na medida em que quase todas as casas desta rua teriam sido construídas a partir de 1913, antes de a comunidade se constituir. Esta primeira ocupação, apelidada inicialmente de “barracão” e localizada próximo ao quartel, foi implantada por um migrante português, Sr. Costa, que teria construído ali um barraco e uma chácara, mediante pagamento de aluguel ao Ministério da Fazenda.

Figura 54 – Imagem aerofotogramétrica da Vila União, 2008

A denominação, segundo alguns moradores, deve-se à origem do terreno, pertencente à União (governo federal), e somente teria sido criada a partir da ocupação da área em torno dos conjuntos, próxima ao rio e à linha do trem, afinada com os termos ‘vila’ e ‘parque’ empregados para designar as moradias populares das décadas de 1940 e 1950. Este processo de ocupação compõe a lembrança de Augusta da Costa, uma das filhas do Sr. Costa, que nos narrou:

> Meu pai era português e a minha mãe era paulista. Dizem que ele veio pra cá em 1913. (...) Aqui tinha pouca casa. Nem era casa, era barraco. Só tinha onde eu morava, acho que mais uns dois ou três barracos, que moravam outras pessoas. Essas pessoas todas já morreram também. Dessa geração que veio pra cá, só quem existe, por enquanto, sou eu. (Costa, A., 2008)

Segundo a moradora Erzinda da Costa Pereira, parente de Augusta, o barraco era de tábua, pois não se podia construir em alvenaria, o que era fiscalizado regularmente por um funcionário do Ministério da Fazenda. Em suas palavras: "Tinha um fiscal que não dava consentimento pra fazer casas de tijolo porque, a qualquer época [o fiscal] vinha (...). Seu Carvalho vinha todo o mês ver se... Até o movimento que fazia no barraco ele anotava e chamava a atenção do morador" (Pereira, 2008). O controle estabelecido pelo órgão público, nesse momento, para impedir a ocupação definitiva é semelhante ao detectado nas favelas da década de 1950, o que não impossibilitou a instalação de outros barracos.

O endereço original do conjunto de moradias que hoje compõe a rua Professor Frias Villar, segundo a moradora Maria Lúcia Verly da Silva, tinha como referência a rua Doze de Outubro, que passou a ser denominada avenida Suburbana e, posteriormente, Dom Helder Câmara, sendo atribuído o número 1.442 para o conjunto de casas. Após a legalização do fornecimento de luz pela Light, o trecho passou a ser identificado formalmente como rua, com numeração específica para cada moradia.

O processo de ocupação desta área, descrita como rua Professor Frias Vilar, ocorreu em várias etapas e de maneira diferenciada. Em um trecho, o Sr. Costa teria, segundo Augusta, permitido a instalação de algumas famílias. Outro, próximo ao anterior, foi ocupado por iniciativa do próprio quartel, que construiu casas de alvenaria para alguns funcionários, seguindo o modelo da primeira casa da Figura 55, que foi sendo modificado, posteriormente, como se percebe nas demais moradias vistas na mesma foto.

A construção dos três conjuntos que compõem a Vila União obedece a uma lógica diferenciada dos conjuntos habitacionais, como o CHP2 e o Parque São José, ou mesmo da liberação de terrenos para assentamento popular. Simboliza a política implementada nos governos Vargas e Juscelino, que priorizava grupos específicos para os quais se reconhecia que a habitação era uma questão social a ser assumida pelo Estado, como apontado anteriormente (Bonduki, 1998). A Fundação Casa Popular construiu os conjuntos Tiradentes e Casa da Moeda. Este último leva o nome da instituição, sendo destinado a uma parte de seus funcionários. Em meados da década foi construído o Conjunto Residencial de Benfica para os ex-combatentes, conhecido em Manguinhos como Ex-combatentes, destinado a famílias dos

que retornaram da II Guerra Mundial, no fundo do terreno, com instalação de uma praça entre os conjuntos.

Figura 55 – Trecho da rua Professor Frias Villar, Vila União, 2008

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

O conjunto Ex-combatentes marca de forma significativa a memória deste espaço, principalmente no que diz respeito às relações estabelecidas em torno do poder de polícia e da garantia de segurança, já que grande parte dos moradores ainda pertence às Forças Armadas.

A conjuntura da década de 1950, com a construção de habitações para grupos específicos, conviveu com grande ocupação popular dos subúrbios impulsionada por diversos fatores, como migração nordestina, remoção de favelas de outras áreas e diminuição do poder aquisitivo da população, como já apontamos. A área de Manguinhos, que já vinha sendo gradativamente ocupada desde a década de 1910, deparou-se também com um rápido crescimento populacional. O início do processo deu-se ao longo da linha do trem, alcançando as margens do rio Jacaré somente na década de 1970, pois, como nos conta Celso de Freitas (2008), "na beirada do rio a Marinha não deixava ninguém construir (...). A Marinha vinha e tirava".

A partir da década de 1980, as comunidades populares, em geral, tornaram-se visíveis politicamente e buscou-se incorporá-las à cidade, mesmo permanecendo com o estigma de favelas, sendo permitido, ainda que informalmente, a melhoria das moradias, como se observa na Figura 56, que ilustra o processo de substituição gradativa dos barracos de madeira por construções em alvenaria e material de caráter mais permanente.

A instalação de Vila União, em torno de grupos de moradias, como estes três conjuntos, é característica de uma forma de ocupação que visa a utilizar a estrutura destes, como a área de lazer e a escola municipal. A praça no centro dos conjuntos, como a escola, é também utilizada por moradores tanto de Manguinhos, quanto de outras comunidades do entorno, como da favela do Jacarezinho, localizada no lado oposto da avenida Dom Helder Câmara.

Figura 56 – Vila União, trecho junto ao rio Jacaré, s. d.

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

A adutora da Cedae atravessa também a Vila União, como se observa nas Figuras 57 e 58, havendo, inclusive um acesso por uma escada para permitir o deslocamento de pedestres entre os edifícios do conjunto.

Figuras 57– Conjunto Residencial de Benfica, com o acesso sobre a adutora da Cedae, 2008

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Até o início deste milênio, esta área apresentava contato direto com os terrenos das demais comunidades de Manguinhos, tanto pela linha do trem e de uma pequena ponte, como pelo cano da adutora que atravessa o CHP2, Vila Turismo e Vila União, que funcionava como uma passagem de acesso entre as comunidades. Com o avanço dos conflitos entre policiais e traficantes, estes caminhos foram fechados, e a ligação entre elas se mantém somente pela avenida Suburbana. Na Figura 57 observam-se o cano da adutora da Cedae, no trecho sobre o rio Jacaré, e, ao fundo, o Conjunto Residencial de Benfica para os ex-combatentes, com o muro divisor entre o conjunto, a Vila União e o CHP2.

Figura 58 – Adutora da Cedae e Conjunto Residencial de Benfica, 2005

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

As passagens, como as pontes e vielas, conectadas às comunidades de Manguinhos possibilitaram a formação de laços de identidade entre os moradores, constituindo-se como parte de suas memórias e trajetórias.

Alguns depoimentos, no entanto, apresentam uma postura de segregação em relação à moradia e principalmente aos habitantes, diante da diferenciação entre os conjuntos e a área do entorno, identificados com o referencial que se construiu em torno das favelas. Segundo nos contou Maria Lúcia Silva (2008), também moradora antiga, quando criança, existia muito mato e as casas de madeira eram conhecidas como "barracão", o que gerava diferenciação e preconceito pelos moradores dos conjuntos, expresso, por exemplo, nas brigas entre as crianças que, como nos narrou, afirmavam: "Ah, você é do barracão, eu sou do apartamento, tipo assim, você é pobre, eu sou rica".

Esta desavença também é apontada por Celso de Freitas (2008), criado no Ex-combatentes e morador das casas do entorno dos conjuntos em Vila União. Para ele, era tudo a mesma coisa. "Tem gente que tem aquele narizinho em pé, dali da outra rua (...) mas um dia vai todo mundo para o mesmo lugar, todo mundo vai morrer, vai pra o mesmo lugar". Celso defende a igualdade entre os moradores, afirmando: "Eu ficava com raiva quando o pessoal daqui [do Ex-Combatente] falava que o pessoal [das casas] era favelado". Mas, ao mesmo tempo, enfatizava: "Isso aqui é favela de tijolo", expondo a distinção estabelecida entre as diversas favelas, entre as diferentes áreas de uma mesma favela, entre o barraco e a casa de alvenaria e, sobretudo, entre seus moradores.

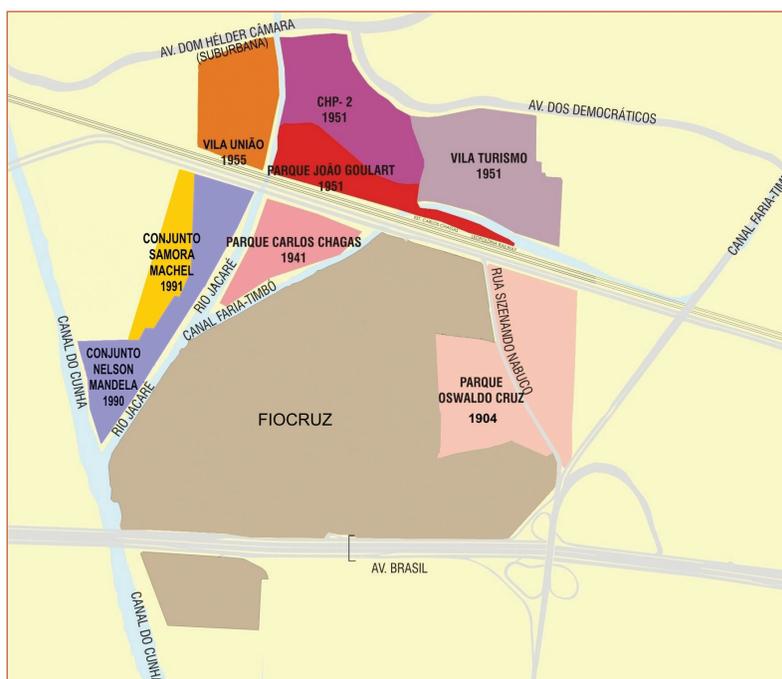
Por um lado, alguns moradores dos conjuntos percebem os vizinhos do entorno com distanciamento, por outro, alguns residentes da rua Professor Frias Villar não se consideram pertencentes à Vila União, na medida em que a comunidade apresenta uma trajetória fortemente vinculada ao conceito que se construiu em torno das favelas, reconhecendo como Vila União as moradias próximas ao rio e à estrada de ferro.

Em relação a esta clivagem, Augusta fez questão de afirmar que o terreno, onde ainda mora com alguns membros da família que construíram outras casas, não pertence à Vila União, não foi fruto de invasão, e que o pagamento do aluguel foi mantido pela família mesmo após o falecimento de seu pai, apesar da configuração estrutural da área como um todo se enquadrar na definição que delineia, em geral, as favelas.

Apesar da proximidade com Manguinhos e das vias de conexão existentes até o início da primeira década deste século, a Vila União e os conjuntos, como apontamos, constituem oficialmente o bairro de Benfica. Este exemplo nos mostra como as políticas públicas e, neste caso, a delimitação das áreas internas da cidade, freqüentemente ignoram os moradores e os laços de sociabilidade e de identidade construídos por eles. Mesmo pertencendo formalmente a Benfica, a Vila União continua apresentando Manguinhos e Jacarezinho como referência de comércio, lazer, serviços de saúde, bem como laços de amizades entre parte dos moradores.

Nelson Mandela e Samora Machel: conjuntos da Prefeitura e espaços ocupados

Os conjuntos habitacionais Nelson Mandela e Samora Machel (Figura 59) apresentam uma trajetória bastante articulada entre si, apesar de se distinguirem no que diz respeito tanto ao processo de ocupação como ao perfil atual de cada comunidade, inclusive com diferenciação interna.

Figura 59 – Comunidades de Manguinhos e Fiocruz, 1990 e 1991

Ao longo dos primeiros cinco anos da década de 1990, verificou-se uma fase de forte ocupação da região de Manguinhos, tanto encaminhada pela Prefeitura, como fruto de iniciativas individuais ou de grupos, na área delineada pelo rio Jacaré, canal do Cunha e avenida Leopoldo Bulhões, em torno das instalações da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e da Embratel. Inicialmente foram construídos os conjuntos Nelson Mandela e Samora Machel e, em 1995, ocorreu a ocupação de uma parte do terreno da ECT, formando, então, a Mandela de Pedra, que será analisa adiante.

Na Figura 60, pode-se perceber a delimitação dos dois rios, os terrenos da ECT, já parcialmente ocupados pela comunidade Mandela de Pedra, e ainda os prédios da Embratel, antes da desativação e ocupação da empresa que viria ocorrer na primeira década deste século.

Figura 60 – Imagem aerofotogramétrica de algumas comunidades de Manguinhos, 1997

Os terrenos ocupados por estas comunidades foram adquiridos da União pela ECT em 17 de março de 1943, que, por sua vez, vendeu parte da propriedade (avenida Leopoldo Bulhões n. 520), de 51.000 m², à Embratel, em 12 de julho de 1982.[31] A ECT mantém até hoje um entreposto na avenida Leopoldo Bulhões n. 530, mas a empresa de telecomunicações interrompeu as atividades na região em dezembro de 2005 (Engelbrecht, 2006). Importa ressaltar que a aquisição dos terrenos pela ECT estava incluída na formulação do projeto *Park-way* Faria-Timbó do mesmo ano. Estas iniciativas, que previam a venda de terrenos públicos para instalação de indústrias e

[31] Conforme 18º Ofício de Notas, livro 3.496, fls. 141, de 12 de julho de 1982. Acervo Departamento Jurídico Embratel.

empresas, bem como para a realização de projetos de urbanização, como o do *Park-way*, confirmam a elaboração de propostas de políticas públicas voltadas para investimentos na região na década de 1940, o que, no entanto, não se viabilizou como projetos, e sim como ações isoladas.

Estes dois conjuntos habitacionais construídos pela Prefeitura, no governo de Marcelo Alencar, homenagearam lideranças africanas de movimentos contra a segregação social, com os nomes de Nelson Mandela e Samora Machel. A moradora Gleide Guimarães (2004) apresentou sua versão para a origem dos nomes:

> A denominação dos conjuntos não foi dada a nenhum político brasileiro. A inauguração do Nelson Mandela coincidiu com a libertação do Nelson Mandela. O Pedro Porfírio [secretário municipal de Desenvolvimento Social] pegou a idéia e, coincidentemente um ano depois, o Nelson Mandela veio ao Brasil. Então quem deu essa denominação foi a Prefeitura. Como estava na mesma gestão, pra continuar falando de grandes líderes negros no mundo, ele deu o nome de Samora Machel ao conjunto ao lado.

O morador Paulo César Gomes Moreira, porém, apresenta outra versão para a origem dos nomes destas comunidades, da homenagem aos líderes Nelson Mandela e Samora Machel, e da relação do movimento de Manguinhos com as lutas por direitos e igualdade racial. Ele afirmou "que a comunidade é quem dá os nomes", justificando "que os companheiros negros também tinham uma consciência da importância da luta, não só pelas condições de vida, mas também pela luta pela igualdade racial" (Moreira, 2008).

As diferentes versões traduzem as variadas experiências diante de alguns acontecimentos e, como discutimos anteriormente, revelam aspirações, configuram processos identitários e compõem o leque de possibilidades de trajetórias construídas coletivamente.

Estes conjuntos habitacionais têm sua proposta original articulada à idealização de assentamento para moradores da região, em função do risco de acidente na adutora cuja tubulação corta as comunidades João Goulart, CHP2 e Vila União, do lado oposto da linha do trem, como já mencionado. A adutora não era contemplada por reformas desde a década de 1950, e havia apresentado um vazamento em 1983, o que teria, segundo alguns depoentes, compelido a Cedae a pressionar as secretarias municipais de

Obras e Habitação para que estas agilizassem o reassentamento dos moradores da área próxima à adutora. Para este assentamento, que só ocorreu no início da década de 1990, foi escolhido o terreno de propriedade da União, situado entre o rio Jacaré e a Embratel. Em 1986, o secretário municipal de Desenvolvimento Social, Maurício Azedo, havia noticiado o remanejamento, "dentro de pouco tempo", dos moradores da área, levando em conta tanto a possibilidade de rompimento da adutora, como o risco de acidente com as torres de alta tensão da Ligth, considerado por ele "gravíssimo", o que, no entanto, não agilizou o processo, consolidado somente quatro anos depois (Moradores..., 1986).

As enchentes de 20 e 21 de fevereiro de 1988, no Rio de Janeiro, e o incêndio ocorrido no Parque João Goulart, no verão de 1989, alteraram o projeto de instalação dos moradores oriundos do Parque João Goulart e do CHP2, ampliando a população a ser assentada e redirecionando o foco do problema. As ações do governo, no entanto, não responderam à urgência de quaisquer dos problemas, como a manutenção da adutora, em negociação desde 1983, o assentamento dos desabrigados das enchentes e do incêndio e, principalmente, não ofereceu à população a ser atendida nenhuma segurança quanto aos que seriam contemplados no assentamento. Diante da demora na apresentação, por parte do Estado, de uma solução para o problema, o terreno que estava destinado à construção dos conjuntos habitacionais foi invadido. Gleide Guimarães, que morou no CHP2 e participou do processo de aquisição de moradias que deu origem aos conjuntos Nelson Mandela e Samora Machel, ilustrou com sua narrativa os episódios em torno da origem das duas comunidades, articulando-a com outros processos de remoção.

> O terreno (...) acabou sendo invadido por muitos moradores de vários lugares. Do Jacarezinho, do Arará, do entorno mesmo e de outros lugares. Um contava para o outro, então vinha gente até de longe: Bonsucesso, Inhaúma... Aí se criou um problema porque corremos o risco de perder a possibilidade de morar naquele lugar que a gente já vinha negociando desde 83, quando teve um furinho lá na adutora que fez um esguicho de água de 15 metros. A gente ficou com medo de perder a possibilidade de nossas casas serem construídas ali. Porque Manguinhos já tinha sido tão sucateado, que os moradores já estavam cansados dessa história de tirar-nos dali e mandar pra Zona Oeste, pra

> Baixada... E a gente sempre acabava voltando porque mandavam pra lugares que não tinham nada! (Guimarães, G., 2004)

A ocupação a que se refere Gleide permaneceu por pouco tempo, pois o terreno já se encontrava em obras de terraplanagem encaminhadas pela Prefeitura para a construção do primeiro conjunto, o Nelson Mandela. Quando o primeiro lote de casas foi concluído, em 1990, ocorreu uma nova ocupação pelas vítimas do referido incêndio na comunidade João Goulart. Depois de serem retiradas de lá, elas invadiram um terreno próximo, localizado na comunidade Carlos Chagas, ao lado da Associação dos Caminhoneiros (Ascarj), ocupando-o com instalações em barracas de lona, substituídas, posteriormente, por barracões em madeira construídos pela Prefeitura em caráter de provisoriedade, como mencionado anteriormente, quando nos referimos a Varginha, em particular a Green Ville.

Gleide Guimarães (2004) nos chamou atenção para o papel das associações de moradores nesse momento, ao afirmar que:

> Quando nós fomos discutir com as lideranças que coordenavam essa invasão, o consenso que se tirou é que todo mundo estava no mesmo barco. Não era só resolver o problema de quem estava em área de risco por conta da adutora, mas também por conta das enchentes. Então na renegociação para ocupação do terreno, pra convencer as pessoas a saírem, o governo dizia: "Se não sair o pessoal de lá, a gente não constrói nada porque não tem condição". Aí nessa negociação ficou acertado que outras comunidades, de dentro e de fora de Manguinhos, viriam ocupar casas nesse projeto Nelson Mandela, o que acelerou a construção.

O processo de negociação entre a Prefeitura, a comunidade e os órgãos de segurança municipal foi extremamente tenso, como nos narrou Paulo Cesar Moreira (2008), uma das lideranças do movimento:

> Não sei como é que apareceu tanta gente. Chegamos a fazer assembléia com quase quinhentas pessoas. Você tinha que subir, era só uma entradazinha, (...) cada um com enxada, com pá, ia ocupar. A coisa foi acontecendo de uma forma espontânea. Quando eu vi o tamanho da coisa, nós vimos o tamanho da ocupação, o clima, aí começou... (...) Não existia esse planejamento. Existia a vontade de ocupar um terreno pra valer, e aí ganhou aquela dimensão...

A negociação, apesar de tensa, acabou favorecendo a construção de uma parte do conjunto, porém as construções foram extremamente criticadas pela qualidade e o tamanho reduzido das casas.

Em 1991, dando continuidade ao assentamento populacional neste trecho, entre o rio Jacaré e o canal do Cunha, foi construído pela Prefeitura, outro conjunto que seria ocupado após recenseamento. Foi criado, então, o Samora Machel, priorizando moradores das áreas de risco da favela do Jacarezinho, ao longo do rio Jacaré, onde seriam realizadas obras.

Após o cadastramento destes dois grupos de famílias, deu-se o assentamento definitivo nos conjuntos Nelson Mandela e Samora Machel. O grupo que havia ocupado o terreno vizinho à Ascarj, no entanto, se recusou a sair do local e a se mudar para os dois conjuntos, dando origem à comunidade de Green Ville, na Varginha, como descrevemos anteriormente, traduzindo a identidade construída em relação ao local de moradia. O processo de identificação com o local de moradia abarca, também, as relações de solidariedade estabelecidas entre os moradores vizinhos, destacado por Gleide, quando se referiu à implantação do Nelson Mandela. Segundo ela, foi feito um estudo, em que se considerou o critério da vizinhança, e as pessoas tiveram a oportunidade de escolher os vizinhos da rua, o que, para Gleide, facilitou a permanência das pessoas no local (Martins, 2004).

Para o conjunto Nelson Mandela foi reservada pela Prefeitura uma área específica para instalação de quiosques, que, segundo o projeto original, seriam adquiridos por moradores para pequeno comércio. Esta proposta não acarretou o resultado esperado, pois o governo municipal se limitou a entregar as primeiras unidades e não regulamentou o seu uso, sendo o espaço apropriado livremente, alterando a proposta original, o que pode ser observado nas Figuras 61 e 62. Para a área de comércio foi construído, também, um prédio com lojas para ocupação pelos moradores na avenida Leopoldo Bulhões, em frente do conjunto.

Quanto ao tamanho das casas do conjunto Nelson Mandela, João Francisco dos Santos, um dos moradores transferidos do CHP2, nos contou sua impressão: “Quando eu cheguei aqui e vi as casas, eu achei elas pequenas, mas ia fazer o quê? Era um banheiro e um cômodo bom, que a gente dividia com um guarda-vestido”. A Prefeitura, na época, segundo ele, não autorizou a realização de obras nem a venda do imóvel. Complementando

sua narrativa, João afirmou que foi necessário um tempo de negociação com o administrador e um pouco de persistência para aumentar a casa, justificando que a sua moradia no CHP2 tinha sala, quarto, cozinha, banheiro e uma ‘varandinha’, e no Nelson Mandela só ganhou um cômodo (Santos, 2004). De fato, no CHP2, em função da política vigente na década anterior, contrária à remoção de favelas, os moradores transformaram os barracos em casas de alvenaria e puderam ampliar as construções.

Figura 61 – Quiosques no conjunto Nelson Mandela, 2005

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

Figura 62 – Quiosques no conjunto Nelson Mandela, 2009

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

A ocupação do conjunto deu-se antes mesmo das moradias estarem prontas, ainda com as obras do interior delas, e os moradores foram assentados nas casas sem luz. A inadequação do tamanho das casas se reflete também no tipo de canalização de água que não suportou a demanda e estourou com a pressão, sendo refeita, segundo João Francisco, por um mutirão de moradores.

Apesar da orientação, por parte do governo municipal, de que se mantivesse o padrão original e de que possíveis obras deveriam atender à aprovação prévia, verificou-se rapidamente a alteração das casas, o que se pode observar na Figura 63, com ampliação vertical em várias delas.

Figura 63 – Conjunto Nelson Mandela, 2009

Acervo Casa de Oswaldo Cuz/Fiocruz

No trecho às margens do rio Jacaré, em direção ao canal do Cunha, segundo José Ricardo de Araújo, técnico da Prefeitura, construíram-se cerca de 30 casas que foram arrastadas em uma enchente no rio, passando então a ser considerada área não edificante. Foi proposta, segundo Gleide Guimarães (2004), a implantação de um bosque, que não foi levada adiante. A Prefeitura não se incumbiu do plantio, cedendo mudas de árvores para os moradores, que deveriam, então, concretizar a proposta governamental. Esta proposição, coadunada com a proposta de reflorestamento de áreas não edificantes, estava desvinculada das necessidades da comunidade, como ressaltou Gleide.

Após a ocupação oficial, o trecho ao longo do rio Jacaré em direção ao canal do Cunha foi sendo ocupado gradativamente com construções em alvenaria, ao lado de outras com estrutura bastante precária, inclusive em palafitas nas margens do rio (Figuras 64, 65, 66 e 67), instituindo a segunda fase de constituição do Nelson Mandela, distinta da original e com fortes características de favela.

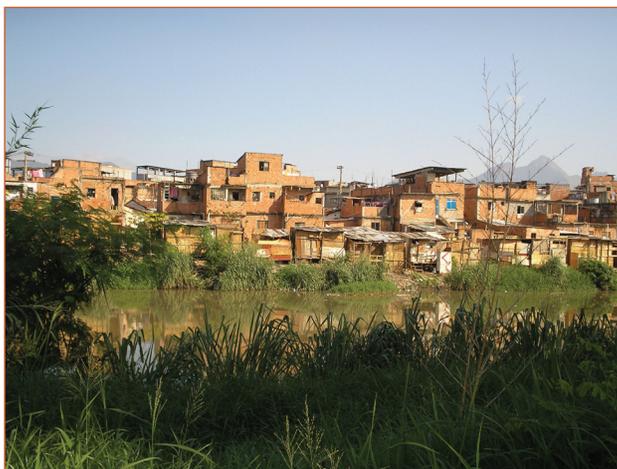
Figura 64 – Moradias do conjunto Nelson Mandela à margem do rio Jacaré, 2009

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Figura 65 – Moradias do conjunto Nelson Mandela no encontro do rio Jacaré com o canal do Cunha, 2009

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Figura 66 – Moradias no conjunto Nelson Mandela em terreno ocupado próximo ao rio Jacaré, 2003

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

Figura 67 – Moradias no conjunto Nelson Mandela, em terreno ocupado próximo ao rio Jacaré, 2009

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

A propriedade da terra constituiu uma questão importante também para estas comunidades. No caso do Nelson Mandela, a proposta formulada era que o conjunto seria construído com recursos financeiros do Banco Interamenicano de Desenvolvimento (BID), negociados a fundo perdido, sem ônus para os moradores, segundo Gleide Guimarães (2004). Entretanto,

posteriormente, "foram realizadas cobranças e a comunidade ficou dividida quanto ao pagamento das casas. Alguns sabiam, mas quem não sabia se apavorou, ficou com medo de ter que pagar e acabou abrindo mão da casa". João Francisco dos Santos (2004) confirmou a versão quanto à divergência nas negociações:

> Logo depois veio uma reunião com a Marlene [assistente social]. A gente ia pagar 10% sobre o salário mínimo pelas casas. O pessoal começou a pagar, mas depois se revoltou e desistiu. Pensaram assim: Perdi minha casa pra ganhar um cômodo aqui, e ainda vou ter que pagar? Também nunca mais cobraram nada...

Para Gleide, esta divergência dificultou a aquisição do título de propriedade, e o fato de morar no local passou a constituir-se como comprovação de posse da moradia. Neste sentido afirmou: "Eu não tenho nenhum documento de propriedade da casa, mas eu posso comprovar que eu moro lá porque tenho contas e tal" (Guimarães, G., 2004). Vários moradores retornaram para o CHP2, insatisfeitos com a moradia ou com a possibilidade de venda ou aluguel da casa.

Segundo Marcia Garrido (2009), arquiteta vinculada à Prefeitura, a regularização fundiária deste tipo de propriedade é bastante complexa, pois envolve custos em cartório e pagamento de impostos, o que acaba provocando o desinteresse do morador para obter o documento e legalizar a moradia.

Inicialmente o conjunto Nelson Mandela era reconhecido como um lugar tranqüilo, porém, ao longo dos primeiros anos deste século, transformou-se em uma comunidade extremamente violenta, dada a ocupação por grupos de traficantes rivais e o constante confronto com a polícia e também para manter o ponto de comércio. O espaço físico, assim como o trânsito de carros passaram a ser vigiados por estes grupos, que chegavam, em alguns momentos, a colocar barreiras com terra, pedras e ferro, para impedir a ação da polícia, o que alterou bastante a disposição original e principalmente a vida na comunidade.

A experiência acumulada com as negociações com a Prefeitura durante a construção da comunidade Nelson Mandela e a insatisfação gerada com o tipo de habitação levaram os futuros moradores do conjunto Samora Machel, a maioria oriundos do Jacarezinho, a estabelecerem maior participação e

acompanhamento, traduzidos em exigências quanto ao tamanho e a qualidade das habitações, como nos apontaram Gleide Guimarães e Consuelo Nascimento, testemunhas do processo.

Comparando estas duas comunidades e aquelas criadas anteriormente em Manguinhos, principalmente o CHP2, João Goulart e Vila Turismo, originadas de processos de remoção, que caracterizavam a década de 1950, Gleide ressaltou que:

> O conjunto Nelson Mandela foi um projeto-piloto, diferenciando um pouco da proposta de remoção de moradores. O que a gente via anteriormente eram moradores retirados daqui e levados pra Zona Oeste e tal, pra algumas casas até melhores, maiores, mas eles não ficavam lá porque eram apenas casas. A intenção do Nelson Mandela, embora as casas não correspondessem à metragem necessária de a gente habitar com qualidade de vida, era de que se construísse um bairro proletário. Ele não tem só casas, na frente dele tem um centro comercial que já nasceu como centro comercial, não foram as casas que se transformaram em tal. O prédio da escola e o da creche já estava lá separado. Depois da Leopoldo Bulhões tem campos de futebol, lá atrás, onde tem uma pracinha meio abandonada, era pra ser na verdade um anfiteatro, com aquelas escadas e um palco no meio. Havia propostas de colocação de uma rádio comunitária e o campo de futebol seria uma quadra polivalente. (Guimarães, G., 2004)

O processo de remoção dos moradores do Jacarezinho para o conjunto Samora Machel enfrentou alguns problemas, pois no Jacarezinho havia uma área constituída de barracos e outra de casas de alvenaria, apesar de localizadas em áreas de risco. Como ressaltou Dulcinéia da Silva Lopes (2005),

> Muitas pessoas levaram prejuízo. Algumas pessoas tinham casas de dois, três andares, com dois, três quartos em cada andar, com cozinha, banheiro, essas coisas todas. A casa aqui [no Samora Machel] tinha apenas 35 m² construídos. Tinha uma área nos fundos e uma na frente, que, com o passar do tempo, virou quarto mesmo para os filhos.

O reassentamento abarcou tanto moradores que não eram proprietários, como os que pagavam aluguel, ou dividiam o espaço com outras famílias, ou ainda residiam em casas cedidas por parentes, como é o exemplo de

Dulcinéia da Silva Lopes, que, em virtude da remoção, mesmo não tento uma moradia própria, recebeu uma casa, como nos contou:

> Muitas pessoas lucraram e eu também lucrei. Eu não tinha casa nenhuma, morava na casa da sogra. Pessoas que moravam nos barracos cá por baixo, perto do campo do Abóbora, e outras que moravam de aluguel, todos lucraram. Quem morava de aluguel também teve direito a uma casa. Todo mundo que morava teve direito a uma casa. (Lopes, 2005)

Este processo de remoção de área de risco, que se repetiu em Manguinhos a partir de meados da década de 1990, acabou gerando um tipo de ocupação com expectativa de ganhar uma casa ou indenização.

O conjunto Samora Machel apresentava poucas áreas livres e não se situava próximo às margens de rios, o que dificultou a ocupação por construções precárias, como ocorreu em Nelson Mandela, apesar de apresentarem a estrutura original bastante alterada pelo crescimento vertical como se observa na Figura 68. Os espaços ocupados depois da construção do conjunto localizam-se na entrada da comunidade, próxima à avenida Leopoldo Bulhões. A Figura 69 retrata uma imagem da praça Maria Emanuela nessa área, vislumbrando-se o tipo de construção em alvenaria com crescimento vertical.

Figura 68 – Conjunto Samora Machel, 2009

Acervo Casa de Oswaldo Cruz

Figura 69 – Praça Maria Emanuela, conjunto Samora Machel, 2003

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

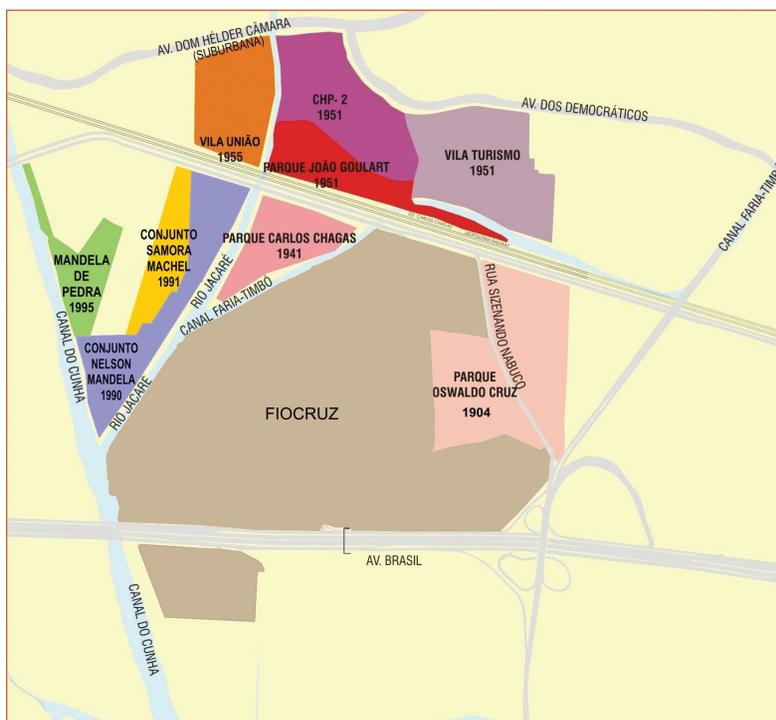
O conjunto Samora Machel apresenta, ainda, uma característica diferenciada do Nelson Mandela, pois as casas foram distribuídas em quadras, o que permitiu a estruturação de pequenas vilas individualizadas (Figura 70). A construção de uma creche sob responsabilidade da Prefeitura também foi uma conquista dos moradores deste conjunto.

Figura 70 – Conjunto Samora Machel, 2009

Acervo Casa de Oswaldo Cruz

Mandela de Pedra: ocupação, pobreza, enchentes e incêndios

A partir de 1995 a área localizada próxima ao conjunto Nelson Mandela, às margens do canal do Cunha, em um terreno pertencente à ECT, começou a ser invadida formando a comunidade Mandela de Pedra, também conhecida como Mandela II, no espaço que pode ser observado na Figura 71.

Figura 71 – Comunidades de Manguinhos e Fiocruz, 1995

Esta ocupação ocorreu, em sua maioria, por iniciativa de indivíduos isolados e, segundo Gleide Guimarães seguia a idéia "de invadir para ganhar casa", baseada no pressuposto de que as pessoas que ocupassem os terrenos seriam cadastradas pelo governo para assentamento, mesmo que em outra comunidade, como aconteceu no início da década de 1990. Várias propostas habitacionais e urbanísticas haviam sido encaminhadas e discutidas com o poder público, inclusive com participação da Fiocruz, não sendo, porém viabilizadas. Construíram-se, então, moradias tanto de alvenaria como sobre palafitas instaladas às margens do canal do Cunha. A rua principal foi

denominada, ironicamente pelos moradores, de avenida Atlântica, como alusão a uma importante rua do bairro de Copacabana, na Zona Sul, área valorizada da cidade.

O terreno ocupado por Mandela de Pedra era utilizado, anteriormente, como espaço de brincadeiras das crianças das comunidades vizinhas, Samora Machel e Nelson Mandela, como nos contou o morador Josué dos Santos Moreira (2004): "Quando eu era moleque, a gente ia brincar lá, ia caçar, matar camaleão, e já tinha aquelas pedras".

A partir de 1995 a denominação das comunidades da área passou a se referir à luta de grupos pela permanência nos espaços invadidos, através da incorporação de parte dos nomes das comunidades vizinhas, ou mesmo da empresa invadida para ocupação dos terrenos. Mandela de Pedra, também conhecida como Mandela II, é uma destas comunidades, que, sendo contígua a Nelson Mandela, carreou parte de sua denominação.

Josué dos Santos Moreira (2004), que, ao longo de sua vida morou em várias comunidades de Manguinhos, participou da primeira ocupação de Mandela de Pedra, que, segundo ele, era originalmente denominada Vila Miséria, diante da realidade ali vivenciada. O nome não se consolidou e foi substituído por Mandela de Pedra, em associação com a característica pedregosa do terreno, que dificultou, mas não impediu a ocupação. Josué descreveu a configuração da área, afirmando que "algumas [pedras] só não foram retiradas por causa do tamanho. Muitas foram enterradas, a gente mesmo enterrou. Cavamos com picareta, com enxadão, pra poder deixar os terrenos planos e construir em cima, fazer os barracos". Gleide Guimarães (2004), discordando de Josué afirmou que "o nome Mandela de Pedra foi uma questão de resistência". As duas versões refletem, certamente, a diferenciada inserção de cada um nas conquistas dos moradores das comunidades e apontam para a importância dos contextos que definem a denominação deste tipo de espaços.

Quando ocorreu a ocupação, a área invadida não era utilizada pela ECT, e a parte lateral e a dos fundos do terreno da empresa não apresentavam muros de delimitação. Segundo alguns moradores, era um terreno baldio com uma construção em ruínas.

Uma jovem moradora, Cristiane Pacheco Pina, nos narrou que seu pai, ao saber do que estava acontecendo, "foi lá, viu que o terreno estava mesmo sendo invadido, aí pegou um pedaço de terra e construiu uma casa". Foi

com espanto que, com oito anos, chegou com o pai ao terreno. Assim nos descreveu: “Lá era muito mato, muita árvore, muitas ruínas, casas desabadas, e uma trilha. Eu me assustei com aquilo: ‘Meu pai, pra onde é que eu estou indo? O senhor está me levando pra o meio do mato, pra eu morar na roça?’ Aí ele: Não, calma, calma, a gente já vai chegar” (Pina, 2005).

Pessoas de diversos lugares tomaram posse de trechos da área, delimitando espaços com madeira, fita, tijolos para cada ocupação. Demarcavam um determinado espaço e construíam com o material provisório que conseguissem, pois o processo teria de ser rápido para que outros não se apropriassem da área. O esgoto das casas, em vários trechos, escoava sem canalização e em outros era conduzido diretamente para o canal do Cunha. A luz, inicialmente bem fraca, foi posteriormente melhorada com a instalação de relógio comunitário, comum neste tipo de localidade (Pina, 2005).

Na realidade, Mandela de Pedra era constituída por dois trechos, sendo um deles conhecido como ‘Batcaverna’, relacionado, diretamente, ao tráfico de drogas em Manguinhos. Alguns moradores indicaram que foi, inicialmente, criada uma espécie de cabana como esconderijo para um traficante, situada nas margens do canal do Cunha. Por ser coberta com uma lona preta, recebeu, então, a designação de Batcaverna. Em seguida outros grupos foram ocupando a área do entorno, avançando nos terrenos da ECT até a avenida Leopoldo Bulhões.

Isabel Cristina Martins, moradora e pesquisadora deste projeto na Fiocruz, acrescentou algumas questões ao processo de constituição desta comunidade. Relacionou-o ao Movimento dos Sem-Teto na Zona Oeste, caracterizando-o como um movimento “das pessoas que vivem invadindo áreas, construindo favelas, criando suas rendas” (Martins, 2004). Na realidade, seriam pessoas originárias de outros locais, que adquiriram experiência no processo de ocupação, conquista e venda do terreno, típica da década de 1990 no Rio de Janeiro. Para Isabel, “são pessoas que têm por especialidade invadir áreas para criar favelas, para criar todo um processo de remoção que, na verdade, não é remoção, é uma forma de indenização”. E acrescentou: “o Mandela de Pedra é o maior exemplo disso” (Martins, 2004).

Como moradora participante das discussões sobre habitação e urbanização na área de Manguinhos, Isabel expõe seu sentimento em relação ao oportunismo de alguns grupos.

> Eu fiquei muito revoltada com o meu romantismo, quando percebi que aqui em Manguinhos também havia essa característica. Aqui também havia os grileiros, os 'gateiros', os vagabundeiros', todos os 'eiros' que em geral são liderados por alguém de dentro de algumas das associações de moradores. (Martins, 2004)

Além disso, algumas comunidades, como ocorreu no Mandela de Pedra, conjugam o oportunismo desse grupo de pessoas com a ineficiência do Estado e a inadequação de propostas oficiais, no que diz respeito à construção de conjuntos cujos custos não podem ser sustentados por alguns moradores. Nesse sentido, Isabel ressaltou a existência de dois grupos diferentes: os oportunistas e os que não possuem renda para adquirir uma moradia.

Com relação ao segundo grupo, ela colocou, ainda, que o problema não se resolve com a remoção e assentamento dos moradores "se eles não tiverem renda. Porque eles vão vender o apartamento deles pra outras pessoas e vão criar uma favela em outro lugar. Como é que eles vão morar naquilo bonito, tudo encanado, sem dinheiro pra pagar as contas?" (Martins, 2004). Há, ainda, os que assumem a responsabilidade com a compra para, em seguida, repassá-la ao real proprietário, já cadastrado para aquisição de outra casa. Desta forma, este acaba adquirindo dois imóveis e procede, então, à venda ou aluguel da segunda propriedade. Existem também os que constroem uma falsa casa durante o processo de realização do cadastro para aquisição da moradia e os que movem uma ação de despejo de casas alugadas para obter indenização através da desapropriação. Como se pode observar, várias situações ilícitas podem ser identificadas neste processo.

Mandela de Pedra é uma das mais insalubres comunidades de Manguinhos. Para o morador Eduardo Alves dos Santos, "é como se fosse um pedaço da África", o que julga ser uma incoerência, pois "nem parece que fica ao lado da avenida Brasil, porta de entrada do Rio" (Um pedaço..., 2004). As Figuras 72, 73 e 74 retratam o quadro de insalubridade da comunidade em 2009, quando uma parte foi demolida para a implantação do PAC, com proposta de alteração deste perfil.

Além do esgoto, canalizado somente na rua principal, que também é a única asfaltada, a população conviveu, até agosto de 2004, com forte emissão de gases provenientes da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S. A., altamente poluidora ambiental, responsável por doenças respiratórias

e epidérmicas. A interrupção das operações de refino é justificada pela empresa devido à alta dos preços internacionais do petróleo na época, e não à violência e às constantes invasões, tampouco estaria relacionada a questões sociais e de saúde pública (Ameaça..., 2005).

Figura 72 – Trecho de Mandela de Pedra, 2009

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Figura 73 – Beco com moradias em Mandela de Pedra, 2009

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Figura 74 – Trecho de Mandela de Pedra às margens do canal do Cunha, 2009

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

A descrição de Dulcinéia da Silva Lopes (2005), agente de saúde do Programa Saúde da Família (PSF), que atua na comunidade e mora no Samora Machel, traçou um quadro de profunda insalubridade: "Eu trabalho numa parte que é palafita, o barraco está dentro do rio. Não tem banheiro. Tem um buraco no qual fazem as necessidades. Aquilo cai direto dentro do rio, aquele lamaçal. E ainda tomam banho ali!".

Acrescentou ainda:

> Você pode colocar dez equipes de Saúde da Família ali dentro, mas não vai conseguir resolver o problema de Mandela de Pedra. Tem um médico, um enfermeiro, uma técnica de enfermagem e seis agentes de saúde. Nós não damos conta e nem vamos dar conta dessa população porque o problema deles é socioeconômico, é ambiental. (...) Fica difícil trabalhar a promoção de saúde numa localidade como Mandela de Pedra, que já é doente.

Isabel Martins, em sua narrativa demonstrou indignidade quanto à situação de saúde a que estão expostos os moradores desta área específica. Apontou seu esforço em participar da mudança do quadro ao longo do

período em que atuou em uma ONG na comunidade, bem como a expectativa de gerar nos alunos consciência crítica e identidade com o local de moradia, ressaltando a realidade vivenciada pelos jovens que moram em Mandela de Pedra:

> Como é que eu vou dizer pra esses alunos, que moram naquelas casas de 10 m^2 no máximo, que o melhor lugar no mundo é o lugar onde eles moram? Eu posso dizer pra eles, dentro do conhecimento, que a gente pode brigar, lutar juntos pra transformar esse lugar num lugar melhor. Agora, o melhor lugar do mundo não vai ser nunca, sinto muito! (Martins, 2004)

Complementou sua narrativa observando a situação de saúde da comunidade, afirmando:

> Não tem como transformar o Mandela de Pedra no melhor lugar do mundo! Não dá, não tem sentido! Com pessoas morrendo lá de tuberculose, de Aids, de alcoolismo, drogas, depressão... (...) As crianças não crescem, não se desenvolvem. As mulheres abortam, quando não abortam espontaneamente, abortam na marra porque não têm outro jeito. Os adolescentes vão morrendo porque estão à toa e acabam no tráfico mesmo. (Martins, 2004)

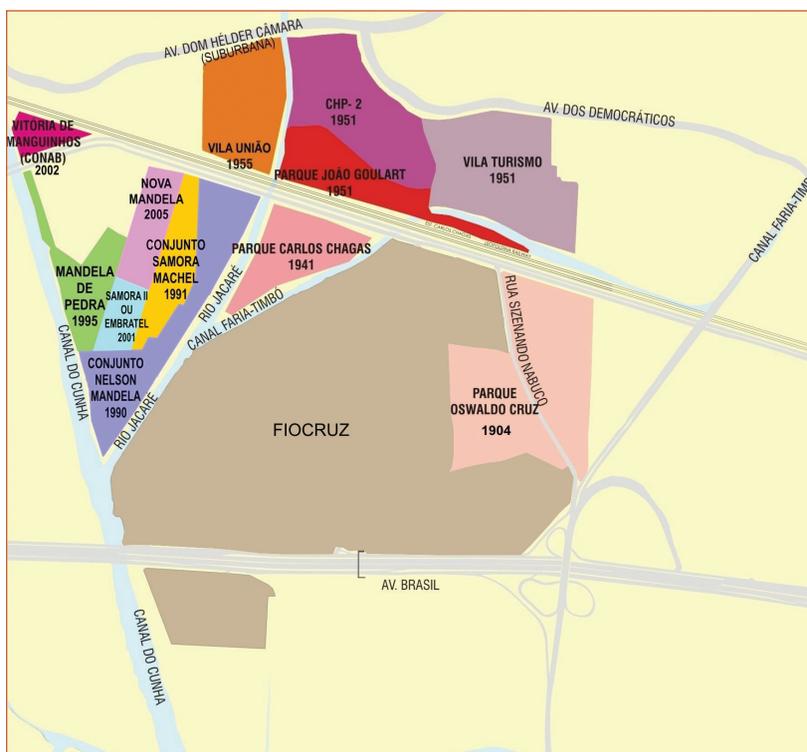
Além da situação de insalubridade, Mandela de Pedra vivenciou incêndios que arrasaram trechos, agravando o quadro de abandono dos moradores, como o que ocorreu em setembro de 2000, cuja destruição pode ser visualizada na Figura 75.

Figura 75 – Trecho de Mandela de Pedra após o incêndio, 2000

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/ Fiocruz

Comunidades Embratel/Samora II, Vitória de Manguinhos/Conab e Embratel/Nova Mandela: empresas desativadas e ocupação instalada

Este grupo de comunidades é fruto de um tipo de ocupação associada à tentativa de garantia de propriedade da terra ou de indenização, seguindo a mesma lógica que orientou a constituição da maior parte das áreas favelizadas no final da década de 1990. Em Manguinhos, nesse momento, observou-se um amplo movimento de apropriação de terrenos e prédios de empresas públicas e privadas, como a Conab e Embratel (Figura 76), na medida em que não existiam mais áreas livres a serem ocupadas e a densidade demográfica permanecia em crescimento.

Figura 76 – Comunidades de Manguinhos e Fiocruz, 2005

A violência instalada, com a ampliação do poder do comércio ilícito de drogas e a desvalorização econômica da região, estimulou a desativação e

a transferência de várias empresas instaladas tanto em Manguinhos, como nos bairros vizinhos de Jacarezinho e Benfica.[32] O processo de desocupação e abandono de prédios, além do estabelecimento do usucapião urbano em 2001, de acordo com a legislação federal que regulamentou a legalização de ocupações e de loteamentos irregulares, favoreceu a ocupação ou sucateamento das instalações originais e o crescimento da densidade populacional em Manguinhos nos últimos anos.

A ocupação de prédios públicos e privados, como da Embratel, da Conab e da CCPL, expõe, mais uma vez, o descaso do Estado diante do déficit habitacional da cidade do Rio de Janeiro, assim como sua incapacidade de formular propostas urbanísticas e habitacionais consistentes, ao menos no que diz respeito a Manguinhos.

Ao contrário do que havia ocorrido nos conjuntos Nelson Mandela e Samora Machel, estas ocupações (comunidades Embratel/Samora II, Vitória de Manguinhos/Conab e Embratel/Nova Mandela) não tiveram a intermediação ou a condução do Estado, na verdade, foram encaminhadas por grupos de moradores e até mesmo por integrantes de grupos ligados ao tráfico de drogas. Na comunidade Embratel, também conhecida como Samora II, da mesma forma que se verificou em Mandela de Pedra, a implantação não foi fruto de proposta do governo, apesar da existência, desde 2000, de negociação entre a Prefeitura e a empresa Embratel para o desmembramento do terreno. A constituição da comunidade Vitória de Manguinhos, denominada também Conab, como nos narrou uma liderança, teria se dado por meio de negociação direta com a empresa, por solicitação do grupo que liderou a ocupação.

A comunidade Embratel/Samora II ocupa uma área contígua à Samora Machel, em terreno que pertencia à Embratel, por isso era conhecida tanto pelo nome da comunidade vizinha como da empresa. Foi organizada, segundo depoimento de alguns moradores, pelas lideranças vinculadas ao tráfico de drogas, que utilizaram inicialmente os prédios para guarda de drogas e, em seguida, passaram para a instalação de casas, cadastrando os interessados, indicando os futuros moradores e coordenando a ocupação.

[32] O processo recente de desocupação da área de Manguinhos por indústrias e empresas foi fruto de instigante análise formulada por Heitor Ney Mathias da Silva (2008) em sua dissertação de mestrado.

O arruamento seguiu um desenho de distribuição física das moradias em becos e vielas se assemelhando a um labirinto, o que beneficia a circulação dos que conhecem a área.

É importante ressaltar que alguns projetos governamentais que se baseiam no alargamento e na pavimentação das vias de acesso ao interior de áreas de favelas procuram facilitar o trânsito e dificultar o tráfico de drogas, a exemplo do que ocorreu na Varginha, na própria Manguinhos, como apontamos anteriormente. Na opinião de um morador: "Quando o governo vem e arruma as coisas, alarga, tira beco, alarga rua, e tal, facilita o trânsito, principalmente de carro" (2005).[33]

Um dos moradores explicou a forma de seleção das famílias contempladas e a participação de traficantes no processo:

> Fizeram uma reunião na praça (...), cadastro tudo direitinho, número de pessoas dentro da casa. Uma casa que tinha mulher, filho e marido podia ficar numa casa menor. Uma casa que tinha uma penca de filharada ficava num espaço melhor (...). E perguntavam às pessoas se elas tinham condição de construir e negociavam o parcelamento do material de construção com as lojas. E então a pessoa que ia para lá tinha a garantia que ia ter o material de construção, mas ela tinha que pagar porque o compromisso era todo alinhavado pela boca. (2005)[34]

A 'boca', como é conhecido, em várias favelas cariocas, o local de venda de drogas, é também, no caso destas comunidades de Manguinhos, o lugar onde várias questões são resolvidas, inclusive problemas pessoais. O mesmo morador nos falou sobre esta relação, exclamando: "A gente pensa no bandido, bandido sanguinário. Ele é tudo isso, mas além de ser tudo isso, ele é também um morador! Sabe das dificuldades das pessoas que estão lá, então tenta dar um jeito" (2005).[35]

Esta discussão é extremamente densa e, como já mencionado, não iremos travá-la neste estudo, mas ressaltamos que parte dos traficantes mora

[33] Esta entrevista não segue os padrões de referência adotados neste estudo para proteger o entrevistado, diante da insegurança que algumas declarações poderiam lhe trazer.

[34] Esta entrevista não segue os padrões de referência adotados neste estudo para proteger o entrevistado, diante da insegurança que algumas declarações poderiam lhe trazer.

[35] Esta entrevista não segue os padrões de referência adotados neste estudo para proteger o entrevistado, diante da insegurança que algumas declarações poderiam lhe trazer.

nas comunidades e participa dos movimentos culturais, induzindo, inclusive, como ressaltou Maria Lúcia Petersen (2008) "novos comportamentos e culturas (vestimenta, música, dança)". Além disso, no que diz respeito ao poder desses grupos diante da comunidade, Petersen acrescentou que eles exercem "um papel que se confunde com o poder". Embora não consigam com isso necessariamente o apoio da população, acarretam uma perda da referência entre "polícia-legalidade-segurança, no sentido mais amplo", na medida em que este papel passa a ser assumido por tais grupos.

Sobre as negociações estabelecidas para a ocupação desta primeira parte do terreno da Embratel, outro morador narrou que:

> A organização da [comunidade] Embratel foi uma coisa bem dura (...) com reunião, investigação... A pessoa que pleiteava a casa dizia onde estava morando. Ela tinha que provar que tinha necessidade de morar, de ter um espaçinho no terreno. Tinha gente que morava no Mandela de Pedra, mas tinha casa no [Nelson] Mandela. Tinha casa no [Nelson] Mandela, mas queria ter a outra. (...) O pessoal aproveitou o cadastro que sobrou de Green Ville. Passaram dois anos lentamente... (2005)[36]

Por imposição dos grupos que coordenaram a ocupação, as casas somente poderiam ser em alvenaria, o que, para alguns moradores, inviabilizou a construção, pois não tinham condições de arcar com o custo, como nos contou um morador:

> Quando eles invadiram, a ordem foi que em três meses construíssem em tijolo. Tem terreno que está até hoje na fundação, não teve dinheiro pra construir! Quem vive de salário mínimo não tem dinheiro pra de repente levantar nem quatro paredes que sejam! Quem levantou, ou se estrangulou de alguma forma ou pegou empréstimo, deu seu jeito pra levantar ou então já tinha esse dinheiro pra fazer isso. (2004)[37]

Além da dificuldade de pagamento, um morador acrescentou que "muitos não puderam ocupar essas casas porque dizem que lá é alagado, que tem muito mosquito, que é lugar de desova, de acertos" (2004).[38] Em virtude de proble-

---

[36] Esta entrevista não segue os padrões de referência adotados neste estudo para proteger o entrevistado, diante da insegurança que algumas declarações poderiam lhe trazer.

[37] Esta entrevista não segue os padrões de referência adotados neste estudo para proteger o entrevistado, diante da insegurança que algumas declarações poderiam lhe trazer.

[38] Esta entrevista não segue os padrões de referência adotados neste estudo para proteger o entrevistado, diante da insegurança que algumas declarações poderiam lhe trazer.

mas referentes à instabilidade das moradias, algumas pessoas abandonaram os terrenos, que foram ocupados por outras. Em nossa primeira visita, em 2005, presenciamos o início da ocupação com poucas casas construídas e poucos moradores instalados, como retratam as Figuras 77 e 78. Em 2008, as casas já estavam mais estruturadas e não havia mais terrenos desocupados.

Figura 77 – Terreno da Embratel/Samora II, 2005

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

Figura 78 – Terreno da Embratel/Samora II com expansão vertical, 2005

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Vitória de Manguinhos/Conab, situada na calçada oposta à sede da ECT e, portanto, também às demais comunidades deste conjunto, resultou da ocupação dos galpões desocupados da antiga Conab. Tal ocupação, iniciada em novembro de 2002, seguiu a lógica específica deste grupo de comunidades, com migração entre as localidades vizinhas. Um grupo da Mandela de Pedra e outro que vivia próximo à linha do trem, por estarem instalados de forma precária e até mesmo em palafitas, decidiram ocupar os galpões abandonados.

Uma liderança deste movimento, Julio César Soares Aragão (2003), fundador e membro-diretor da Associação de Moradores e Amigos de Vitória de Manguinhos, nos narrou o processo de ocupação da área, propondo a divisão e instalação das famílias nos terrenos da Conab aproveitando a estrutura dos galpões.

Antes da ocupação já havia ocorrido uma depredação do imóvel, com retirada do telhado e das janelas, por moradores da Mandela de Pedra, o que, segundo Júlio César, estimulou a ocupação. Os galpões, com paredes altas, e as instalações de água e esgoto existentes facilitaram a edificação de casas menos precárias que as de outras comunidades. As Figuras 79, 80, 81 e 82 mostram parte do perfil da comunidade em 2005.

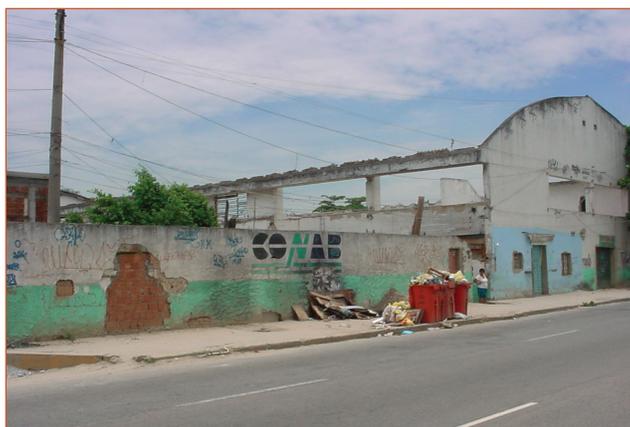
Figura 79 – Fachada da comunidade Vitória de Manguinhos/Conab, 2005

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

Figura 80 – Comunidade Vitória de Manguinhos/Conab, a partir do piso superior de um dos galpões, 2005

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

Figura 81 – Comunidade Vitória de Manguinhos/Conab, 2005

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

As lideranças de Vitória de Manguinhos/Conab organizaram uma associação de moradores que, segundo seus membros, foi legalizada no dia 10 de janeiro de 2003, data assumida como oficial para a fundação da comunidade. Foi elaborado um recenseamento das famílias a fim de organizar a ocupação, com a expectativa de assentar cerca de 1.300 pessoas com uma média de três moradores por casa, o que significaria contemplar aproxima-

damente um total de 450 famílias, o que não correspondeu ao número real, bastante superior. Segundo Júlio César Soares Aragão, a associação buscou não ceder espaço para especulação, porém no início não houve controle, o que gerou diferença no tamanho das casas.

> Quem chegou primeiro pegou a maior área, quem chegou depois ficou espremido nas áreas menores, as piores áreas. E não houve briga, disputa entre as pessoas por causa das áreas porque quem pegou no início, acreditou! Quem veio depois, veio na força daqueles que já estavam aqui. Então os que estavam desde o início têm uma área boa, a área construída é boa, já estão até morando bem. Agora, as pessoas que vieram depois e ficaram com a área mais espremida também são muito felizes porque têm um lugarzinho aqui. (Aragão, 2003)

Figura 82 – Comunidade Vitória de Manguinhos/Conab, com galpão original ao fundo, 2005

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

Ao contrário do processo de ocupação da Embratel, em que ocorreu um enfrentamento entre a empresa e os moradores, no caso da Conab, houve a preocupação, segundo Júlio César, em ocupar a área legalmente, afirmando que foi o próprio presidente da companhia que estimulou o estabelecimento de um processo judicial de reintegração de posse. Explicando o processo, ele acrescentou:

> Os moradores de Vitória de Manguinhos são oriundos de Mandela de Pedra. Os do Nelson Mandela, Samora Machel vieram depois. São pessoas que moravam de aluguel e vieram pra cá, pediram um pedaço pra construir e construíram. Então todo morador daqui é um futuro proprietário, ninguém paga aluguel pra ninguém. (Aragão, 2003).

No momento da ocupação já havia um projeto de doação do terreno para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, com fins de assentamento. Porém, o Estado vem elaborando suas propostas com atraso e, por isso, quando tentaram iniciar a negociação com os moradores, eles já estavam instalados. Como não havia garantia de que os que já estavam no local fossem beneficiados, estes optaram por não desocupar o terreno. Na negociação, segundo nos contou Julio César, indagaram à Prefeitura: "Vai fazer uma obra aqui em quanto tempo? E em quanto tempo vai poder realocar essas famílias aqui?". Como a instituição não apresentasse uma solução, resolveram tomar uma posição: "Então deixa a gente como está, nós vamos fazer a obra aqui e depois vocês entram com a água e esgoto, fora outras coisas" (Aragão, 2003).

A implantação dos serviços públicos, como fornecimento de água, luz e coleta de lixo, foram paulatinamente negociados. O esgotamento sanitário foi adaptado a partir do sistema original da Conab, que já era lançado no canal do Cunha. O atendimento médico ambulatorial e a inscrição da comunidade no Programa de Saúde da Família foram possíveis a partir da criação da associação de moradores, que deu à comunidade uma inscrição municipal (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ) e a possibilidade de legalização das moradias.

As ruas, na realidade, pequenos becos, inicialmente seguiam uma ordem numérica de 1 a 9, de acordo com projeto estabelecido pela companhia de energia elétrica Light, o que foi alterado para nomes de moradores ou de famílias, na busca da construção de uma identidade coletiva: a rua 9 passou a ser chamada de rua Peçanha, a rua 1, de rua Feliciano, local em que a maioria das pessoas pertence à família com esse nome.

A comunidade mais recente, Embratel/Nova Mandela, foi denominada inicialmente Nova Era, mas teve o nome alterado devido à solicitação de representantes da Igreja Protestante, segundo uma das lideranças, Leonardo

Januário da Silva. Originou-se da ocupação de uma área pertencente à Embratel onde ainda não havia moradias, próxima ao terreno da ECT.

Esta área da empresa constituía-se como parte de um projeto de desmembramento do terreno para construção, pela Prefeitura, de mil residências populares. Devido ao indeferimento da proposta em 2003, à interrupção das negociações com a Prefeitura e aos recorrentes roubos e invasões, observou-se uma progressiva desativação das instalações da Embratel. Entre 2006 e 2007, a parte restante do terreno foi também ocupada, ocorrendo, por fim, a doação de todo o terreno ao governo do estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Obras e Habitação, ampliando, assim, a comunidade.

A ocupação desta parte teve início em fevereiro de 2005 e não se manteve inicialmente, pois integrantes dos grupos ligados ao tráfico de drogas da comunidade Embratel tinham a intenção de construir uma vila olímpica no terreno e negociaram sua suspensão. Como a construção da vila não ocorreu, o grupo, liderado por Leonardo, acabou assumindo o lugar para a construção de moradias, sendo indicada a data de 20 de julho do mesmo ano para marcar a fundação da comunidade (Engelbrecht, 2006). Ao contrário do que ocorreu na ocupação da outra área da Embratel, não houve padronização nem exigência para a construção das casas em alvenaria.

A ocupação liderada por Leonardo, que se tornou presidente da então criada associação de moradores, ocorreu através dos fundos da empresa, porém a construção das moradias, em sua maior parte em alvenaria, iniciou-se na área fronteiriça, que tinha pavimentação, canalização de esgoto e um portão de acesso para a avenida Leopoldo Bulhões. A Figura 83 mostra uma visão panorâmica da área, com um dos galpões da empresa Embratel à esquerda e a parte arborizada, que separa este terreno das instalações da ECT, à direita.

As Figuras 84 e 85 mostram a entrada principal da comunidade e a ocupação em torno dos prédios da Embratel. Os galpões originais da empresa, até o início de 2008, não haviam sido totalmente ocupados, pois se tinha a expectativa de aproveitar a estrutura para a instalação de equipamentos sociais e para a associação de moradores da comunidade, que já se encontrava instalada em parte de um deles.

Figura 83 – Comunidade Embratel/Nova Mandela, com um dos galpões da Embratel, 2008

Acervo Casa de Oswaldo Cruz /Fiocruz

Figura 84 – Comunidade Embratel/Nova Mandela, com um dos galpões da Embratel, 2008

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

Figura 85 – Comunidade Embratel/Nova Mandela, 2008

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos/Fiocruz

A segunda parte da ocupação, com moradias precárias, estruturas insalubres e esgoto sem canalização e liberado no piso dos becos e ruas (Figura 86), deu-se na área não pavimentada e foi feita por uma população com menor poder aquisitivo.

A área da comunidade ilustrada na Figura 87 ocupou o entorno da região arborizada, observando-se na imagem à direita uma parte da cobertura dos galpões da ECT.

Figura 86 – Trechos da comunidade Embratel/Nova Mandela, 2008

Acervo Casa de Oswaldo Cruz e Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos /Fiocruz

Figura 87 – Comunidade Embratel/Nova Mandela, 2008

Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos /Fiocruz

A trajetória de Leonardo, liderança deste movimento, é típica de um grupo de moradores da área de Manguinhos, ocupada a partir da década de 1990. Nasceu na comunidade de Varginha, e sua família compôs o grupo que foi assentado em Nelson Mandela, em casas de um único cômodo, onde vivia com a mãe e onze irmãos. Seguindo a rota de alguns moradores de lá, construiu um barraco à beira do canal do Cunha, na Mandela de Pedra, e depois mudou-se para esta área nos terrenos da empresa Embratel, constituindo a Embratel/Nova Mandela.

O argumento para a ocupação dos terrenos, apresentado por Leonardo, era que estava havendo muito tiroteio, que o terreno estava abandonado já fazia muito tempo e que estava se tornando um lugar de risco, com abuso, estupro etc. A decisão de invadir o local foi tomada, segundo ele, por causa de uma enchente, na qual vários moradores de Mandela de Pedra perderam as moradias. Em suas palavras:

> Chegou um tempo que o barraco da Mandela de Pedra foi cedendo, e o que é que aconteceu ali, na margem do Cunha... a situação foi ficando precária (...). Teve uma enchente que nós perdemos tudo. Aí, eu fui e falei: Não, eu vou sair daqui, a gente tem que ir pra um lugar melhor. Porque o barraco era pequeno, e aqui tinha um espaço pra gente poder construir um barraco bom. Aí o que é que eu fiz? Trouxe minha família pra cá (...). Eu fui o primeiro invasor a invadir aqui. Eu vi esse espaço, aí o que é que aconteceu? Quando eu vim pra cá, o pessoal veio junto comigo. (Silva, L. A. M., 2008)

Como outros processos de ocupação, com liderança local, após a primeira incursão, foi feito um cadastramento para verificar a intenção do morador, na medida em que, como já foi apontado anteriormente, é comum a ocupação para o recebimento posterior de indenização no caso de remoção. Segundo Leonardo,

> Deixamos todo mundo invadir, tudo bem (...). Mas chegou um certo tempo, a gente percebeu que ficou muito terreno vazio. Nós procuramos saber, e essas pessoas todas tinham casarão! Eles estavam achando que iam ser cadastrados, para indenização (...). Aí a gente recolheu, anotamos tudo (...) quantos terrenos tinham vazios e cedemos pras famílias que realmente precisavam. (Silva, L. A. M., 2008)

Em sua narrativa, descreveu, ainda, o processo de negociação que envolveu desde o oficial de justiça, o distrito policial, a Embratel e o governo do estado. Classificado por ele como vitorioso, resultou na doação do terreno e no compromisso do governador Sergio Cabral "em fazer um conjunto de apartamentos (...) tirar tudo e fazer uma comunidade" (Silva, L. A. M., 2008).

Não podemos ignorar os diferentes papéis desempenhados pelas lideranças e os diversos acordos traçados para a garantia do *status* alcançado por elas, o que lhes permite o controle do processo. Não temos, no entanto, instrumentos para avaliar as articulações e os acordos firmados para a manutenção destes pactos e a escolha dos moradores, ao longo do período da ocupação, principalmente com a implantação do PAC-Manguinhos a partir de 2008, que se propõe a estabelecer mudanças na situação. Observamos, entretanto, que vários barracos haviam sido construídos rapidamente devido à divulgação do programa e à possibilidade de obtenção de indenização ou aquisição de moradias nas futuras instalações.

De fato, quando finalizamos este estudo toda a área ocupada pela comunidade já tinha sido demolida, inclusive os galpões (Figuras 88 e 89), para dar lugar às estruturas do PAC, com reassentamento da população e construção de equipamentos sociais.

Figura 88 – Obras do PAC-Manguinhos nos terrenos da Embratel, 2009

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Figura 89 – Obras do PAC-Manguinhos nos terrenos da Embratel, 2009

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

As futuras formas de ocupação deste espaço irão alterar o atual perfil, a história e a memória, apresentando uma nova referência para a construção da identidade dos moradores, à qual se acrescentará uma nova realidade.

4. Narrativas, Vivências e Significados: moradores de Manguinhos e suas memórias

Brasil
Tira as flechas do peito do meu padroeiro
Que São Sebastião do Rio de Janeiro
Ainda pode se salvar

"Saudades da Guanabara"
Moacyr Luz, Aldir Blanc e Paulo
César Pinheiro

As narrativas dos moradores de Manguinhos expressam um forte apego pelo seu espaço e pela sua história, mas também explicitam seu descontentamento com a realidade atual das favelas, o preconceito, o descaso do Estado e a violência a que estão sujeitos. As 'saudades de Manguinhos', onde se podia transitar à noite tranqüilamente, onde a escola de samba ecoava refrões, onde as crianças brincavam nas ruas e corriam livremente, aparecem freqüentemente nas memórias reconstruídas. Apesar disso, acreditam que a comunidade ainda pode se salvar e voltar a ter paz sem as balas de fuzil que hoje atravessam e condensam seu ar, como as flexas no peito do padroeiro.

Vivências e significados: as narrativas em questão

As narrativas acerca de Manguinhos foram elaboradas a partir do trabalho desenvolvido entre pesquisadores e moradores da região, o que

possibilitou revisitar as memórias e reconstruir as vivências de alguns personagens que conformam a história deste lugar, buscando construir uma versão histórica deste espaço socialmente configurado.

Pensar a história através de fontes diversificadas nas quais a memória expressa nas narrativas ocupa, por várias vezes, um lugar de destaque, como neste trabalho, significa, sobretudo, dar a ela uma possibilidade de incorporar versões e representações, anulando a possível preocupação em desmenti-las ou reiterá-las. A fonte narrada e a documentação oficial, então colocadas em diálogo, possibilitam uma configuração histórica das diversas conjunturas que conformam o retrato de uma sociedade ou de grupos que a compõem, como é o caso de Manguinhos.

As diferentes versões geradas em depoimentos orais traduzem, ainda, subjetividades, que retratam as vivências e enunciam os significados que os indivíduos dão para suas experiências individuais, a partir da memória que é construída e compartilhada socialmente. A divergência, o esquecimento e a intencionalidade, presentes na fonte oral, tornam-se partes intrínsecas do objeto a ser analisado e podem se constituir como o centro do diálogo a ser travado para a configuração de uma leitura histórica.

Tais características da narrativa são individuais e singulares e configuram-se como interpretações da própria experiência, que, ao ser recordada, é reinventada e ressignificada. Desta forma, o depoimento oral não se consolida no ato de narrar acontecimentos, e sim através de significados acerca deles e das representações construídos individualmente. É o sujeito histórico social que dá corpo à narrativa e permite a reconstrução das experiências do passado a partir do presente, no qual se inclui como partícipe da história de determinado grupo social ao qual se referencia.

O pesquisador, que incorpora o processo narrativo à investigação acadêmica, assume um papel fundamental na reconstrução do passado destes sujeitos históricos, na medida em que cabe a ele a interlocução com o narrador em torno do tema a ser estudado, bem como a análise da configuração sugerida no depoimento. A relação construída entre estes dois personagens orientará o narrador, no que tange não somente à confiabilidade da lembrança íntima e particular, mas também ao estabelecimento de focos dos temas a serem iluminados e reconfigurados.

Ao buscarmos construir uma história para Manguinhos, em que a memória de seus moradores é fundamental para a consolidação deste processo, nos vimos diante da interação de vários sujeitos históricos, de várias versões e de múltiplos significados. A diversidade de 'olhares' e de narrativas sobre as experiências individuais, mesmo direcionadas para um determinado lugar, reflete diferentes realidades e destaca momentos singulares, configurando-se como um conjunto a ser colocado em diálogo no processo analítico. Esta multiplicidade não constitui um somatório, e sim possibilidades de múltiplos olhares aparentemente sobre a mesma realidade, que acabam por apontar focos de interesses distintos, estabelecidos pela vivência e expectativa de cada um com sua própria existência.

As narrativas construídas ao longo da pesquisa tiveram trechos incluídos como fonte para argumentação e análise do objeto em estudo, após transcrição e edição do conteúdo. Esta transposição da linguagem falada para a escrita significa, na realidade, uma adequação entre as duas formas de expressão. A linguagem falada, capturada a partir do depoimento, tem uma estrutura que até mesmo a transcrição mais criteriosa não consegue captar, apresentando interrupções, divagações, repetições e, sobretudo, descontinuidade na formulação do raciocínio. Está, também, envolta em símbolos impossíveis de serem transcritos ou traduzidos na totalidade para textos escritos, como os gestos, a entonação, os olhares e os sentimentos.

Ao se tentar transcrever fielmente o depoimento, o resultado torna-se, em alguns casos, incompreensível e, na maioria das vezes, tedioso, o que sugere a necessidade de editá-lo. A edição de uma entrevista, transformando o depoimento em um texto escrito, constitui-se, na realidade, como reestruturação de uma narrativa, mas que não significa, necessariamente, alteração de conteúdo e, principalmente, de linguagem. Nesse processo de edição, devem-se buscar estratégias de aproximação entre os dois estilos, a fim de assegurar ao máximo a fidelidade ao depoimento oral, garantindo, sobretudo, a identificação do narrador com o novo texto e com seu próprio estilo de linguagem. Tanto a gravação quanto a transcrição e a edição de um depoimento constituem documentos diferenciados, mesmo que muito próximos. A manutenção de palavras e expressões próprias de cada indivíduo, assim como a fidelidade ao conteúdo do que foi narrado são procedimentos que

favorecerão a proximidade do texto editado com o depoimento original, sem, no entanto, negar nossa apropriação do texto narrado (Fernandes, 2001).

A incorporação da narrativa ao texto analítico, fruto do trabalho do pesquisador em exercício, é discutida de forma extremamente fértil por Alessandro Portelli em estudo sobre os gêneros do discurso oral. Neste sentido, defende e afirma que "a história oral se inicia na oralidade, mas é encaminhada (e concluída) em direção ao texto escrito do historiador" (Portelli, 1997: 13).

Entre o depoimento oral, a edição – que busca dar organicidade ao conteúdo – e o texto escrito do historiador, existe um caminho, que, neste trabalho, foi trilhado com muito cuidado e respeito. Buscamos na transposição formular uma adequação de linguagem – da fala para a escrita – destacando a inteligibilidade de algumas narrativas quando transpostas para um documento escrito.

Neste capítulo, procuramos espelhar a diversidade das narrativas através da construção de um pequeno traço biográfico de cada entrevistado e de um texto sumário do conteúdo das entrevistas, destacando pontos que foram abordados em cada depoimento, na perspectiva de delinear as trajetórias individuais e possibilitar a percepção da multiplicidade de olhares e de interesses.

A entrevista configura-se como um documento construído em parceria, que carreia a marca da intencionalidade intrínseca ao pesquisador, que sem dúvida elege temas para a sua construção, e a individualidade do entrevistado, que, consciente ou não, traça a sua trajetória e a do seu espaço.

Memórias na construção de trajetórias de vida: breves traços biográficos de moradores das comunidades de Manguinhos

O conjunto das entrevistas apresenta particularidades, no que diz respeito ao perfil dos entrevistados e às questões apontadas por eles, em função da inserção diferenciada de cada um. Todos eram moradores de Manguinhos: em geral antigos e reconhecidos como bons contadores de histórias, militantes nas ocupações ou dirigentes de associações de moradores, e alguns participantes deste projeto de pesquisa, que foram, também,

incorporados como depoentes, diante do vasto conhecimento e vivência nesta localidade.

Não obstante a questão central pautar-se no processo de ocupação da área, as entrevistas apresentam características e enfoques distintos, que surgiram ao longo dos depoimentos, o que favoreceu a diversificação dos assuntos explanados, dada a inserção e as diferentes vivências de cada entrevistado. Como é habitual neste tipo de trabalho, algumas narrativas apresentam extensa e detalhada história de vida, apontando questões não previstas inicialmente, enquanto outras se direcionam para pontos específicos.

A seguir apresentamos nossos entrevistados, por ordem alfabética do primeiro nome, com uma sucinta biografia e destacamos um conjunto de questões que foram abordadas nas entrevistas. Optamos por não publicar os depoimentos na íntegra, julgando que a divulgação *on-line* no *site* do Laboratório Territorial de Maguinhos (LTM) e a disponibilização das entrevistas, em arquivo sonoro ou transcritas, pela Casa de Oswaldo Cruz (COC), garantem o acesso aos depoimentos integrais a partir de suportes diversificados.

AUGUSTA DA COSTA

Entrevista realizada em 10/11/2008

Dessa geração que veio pra cá,
só quem existe, por enquanto, sou eu.

Nasceu em 1928 na comunidade hoje denominada Vila União, em um trecho onde havia poucos barracos. Continua morando no mesmo local, porém em uma casa de alvenaria, tendo os familiares como vizinhos próximos. Sua mãe era paulista e seu pai, português, veio para o Brasil no contexto de imigração da primeira década do século XX. Divide suas lembranças com Erzinda da Costa e Maria Lúcia Verly da Silva.

Na memória familiar se consolidou a existência da moradia, não tendo sido registrado o tipo de relação que o sr. Costa teria estabelecido com o governo brasileiro, que lhe possibilitou alugar o terreno da União para a construção da casa. Augusta fez questão, no entanto, de afirmar que não se tratava de ocupação, e sim de aluguel, e que a União cobrava somente um

valor fixo pelo terreno. Presenciou as mudanças ocorridas com a chegada de novos vizinhos dos conjuntos habitacionais e da área próxima ao rio e à linha do trem, bem como o surgimento do Jacarezinho.

Descreveu a mudança do endereço para a rua Professor Frias Villar e a incorporação do nome de Vila União. Falou sobre a chácara do pai perto da sua casa e a produção de flores e verduras para comercialização. Narrou-nos alguns momentos da infância e o processo de ocupação da área próxima à sua casa por familiares, por funcionários do quartel vizinho, pelos moradores dos três conjuntos habitacionais e por pessoas oriundas de grupos diversos, relacionando este último processo ao surgimento das favelas na década de 1950 e às medidas governamentais com relação à migração nordestina.

CARLOS CARDOSO

Entrevista realizada em 12/12/2004

Com a construção da Avenida Brasil, da Leopoldo Bulhões,
veio mais gente, mais comércio.
Aqui mudou muito.
Só nessa rua deve ter uns 28 galpões,
todos alugados.

A família de Carlos Cardoso, uma das primeiras a ocupar o Amorim, chegou em 1926, dois anos antes de seu nascimento. Inicialmente se instalou em uma casa no fundo do terreno, onde, cerca de doze anos depois, foi construída a residência atual. Seu pai foi levado até o Amorim por uma pessoa, que, segundo lembranças familiares, o teria apresentado ao morador da casa em frente. Este se dizia proprietário do terreno, que o pai, então, teria comprado, como ocorreu com vários moradores do local.

Fez vários comentários sobre o local, as condições de moradia, os serviços públicos, o transporte, o comércio e a escola, estabelecendo comparação com a atualidade. Falou-nos sobre os vizinhos e as mudanças com a venda recente de algumas casas para instalação de galpões e empresas. Referiu-se também à construção do Abrigo Cristo Redentor e do Instituto Getúlio Vargas. Destacou o tipo de construção antiga das casas, que tinham azulejos

com desenhos de santo ou paisagem na entrada, tipicamente português. Fez referência à ocupação do terreno original comprado pelo pai com a construção de várias casas para os filhos e a neta.

Falou-nos sobre o sonho em ser mecânico, o que foi alcançado: conseguiu o diploma e trabalhou em várias empresas.

Narrou-nos como, durante a infância, a Fiocruz estava incorporada à vida das pessoas, porque não havia muros e os moradores entravam livremente para passear, brincar, jogar futebol. Em sua lembrança, há cerca de quatro anos não paga IPTU, pois o Amorim foi considerado favela e os moradores ficaram isentos do imposto. Carlos, no entanto, não incorporou a classificação de favela e diz que "não gosta nem que digam que Amorim é morro". Observou algumas mudanças na área com a transformação em bairro industrial. Várias casas foram vendidas para este fim, o que não lhe agradou muito.

CELSO DE FREITAS

Entrevista realizada em 19/6/2008

A gente morava num quartinho pequenininho, sabe?
Eram cinco pessoas, sete pessoas dentro daquele quartinho:
meu pai, minha mãe, eu e meus quatro irmãos.
Aí 'vamo' pra um apartamento desse, nosso,
de três quartos, sala, cozinha, banheiro...

Conhecido como 'Velho', Celso nasceu em 1955 no morro de São Carlos, onde a mãe morava. Seu pai, ex-combatente já falecido, veio do Espírito Santo, após regressar da II Guerra Mundial. Em 1957 o pai foi sorteado para comprar um apartamento nos conjuntos residenciais de Benfica para os ex-combatentes e transferiu-se com a família, que se constitui de quatro homens e uma moça. Depois de casado foi morar em um apartamento da Cohab, mas retornou para uma casa que adquiriu na Vila União.

Estabeleceu uma leitura acerca do processo de constituição da Vila União, a partir da instalação da família do sr. Costa, dos conjuntos habitacionais e da migração para ocupação dos espaços livres. Contou-nos,

também, como o quartel foi desocupado e gradativamente saqueado até a recente instalação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para construção de moradias e estruturas sociais. Relatou com detalhes problemas de saúde do pai, o abandono dos ex-combatentes pelo Estado, a procura por um lugar para morar, a mudança para o conjunto, a alegria de morar em um lugar amplo, as dificuldades do pai para manter a família e o pagamento das prestações do apartamento.

Narrou-nos, também, a ocupação da beira do rio e da linha do trem, a remoção para a área da Maré e a construção em alvenaria dos barracos, as torres de alta tensão, que eram originalmente de madeira e depois foram reconstruídas em ferro, os meios de transporte, a constituição do Jacarezinho. Referiu-se às remoções na década de 1960 da Zona Sul para outros espaços, como Cidade de Deus, Cordovil, Quitungo, e ressaltou a diferença entre as casas e os prédios de apartamentos. Lembrou-se também de alguns amigos de infância e os deslocamentos destes por causa das remoções.

CRISTIANE PACHECO LOPES PINA

Entrevista realizada em 4/5/2005

Eu queria que no lugar que eu fosse morar
tivesse mais condições,
que não enchesse a minha casa,
não tivesse queda de luz pra estragar os aparelhos,
uma casa de tijolo...

A mais jovem entrevistada, antes de morar em Manguinhos, na comunidade Mandela de Pedra, viveu em Benfica, no Arará, e em São Cristóvão, com a avó que trabalhava em um colégio e morava no prédio da instituição.

Tinha oito anos quando a família soube que estava ocorrendo uma invasão. Sua lembrança é do quanto ficou assustada quando lá chegou levada pelo pai: "Era muito mato, muita árvore, muitas ruínas, casas desabadas e uma trilha". Ressaltou que era um lugar tranqüilo, que não havia pessoas armadas, consumindo drogas no meio da rua, como na época da entrevista.

Narrou-nos com detalhes a constituição e o crescimento da comunidade, bem como a construção de casas sobre palafitas na beira do rio. Presenciou

enchentes e incêndios e destacou a falta de serviços básicos. O trecho onde mora é conhecido como Barraquinhos ou Batcaverna. Não gosta dos nomes do local, apesar de serem cadastrados pela Prefeitura. Destacou, também, em sua narrativa o papel da associação de moradores e a forma como se elegeu o presidente, que para ela se diz 'presidente', certamente porque foi o primeiro a chegar ao local.

DEUSDETE SOARES
Entrevista realizada em 2/6/2004

Por aqui mais ninguém plantava árvore
porque quando tinha um espaçozinho,
crescia uma casa.

Deusdete e o marido são de Alagoas. O marido veio para o Rio, como vários nordestinos, em busca de um emprego e vida melhor. Ela tinha 23 anos, e ele 32. No início moravam em uma 'cabeça-de-porco' (casa com vários cômodos), até que um incêndio destruiu o local e foram morar na beira da linha do trem, no Caju, perto do Cais do Porto. Em 1957 foram removidos para área conhecida como Manguinhos, em um barraco de madeira e chão de terra, tendo em frente, separados pelo rio Faria-Timbó, as casas construídas pelas Pioneiras Sociais para os guardas municipais. Deusdete e o marido construíram uma 'tendinha' que atendia à comunidade e lhes dava sustento.

Estabeleceu uma comparação entre o Caju e Manguinhos, a disposição das casas e as condições sanitárias. Ressaltou a diferença entre os barracos de madeira e as casas de alvenaria, onde moravam guardas municipais. Narrou-nos que já havia luz e água, porém, mesmo com obras de colocação de manilhas para a saída de esgoto, este continuou a ser lançado no rio Jacaré. Ressaltou, com satisfação, as festas que ocorriam, os bailes no Juvenal, as festas juninas e o compositor Tibira. Fez também várias comparações entre passado e presente na comunidade, com relação às construções, aos jovens, ao atendimento médico, à Fiocruz, aos meios de transporte, às enchentes, à coleta de lixo, às obras de urbanização e à violência.

DULCINÉIA DA SILVA LOPES

Entrevista realizada em 17/3/2005

É muito difícil criar filho nessa localidade.
Você tem que saber criar,
tem que saber conversar muito com os filhos,
muito mesmo, porque senão eles se entregam,
porque [o tráfico] é fácil, dá dinheiro.

Nasceu em Duque de Caxias, no bairro Jardim Primavera e aos quatro anos mudou-se com a mãe para o Jacarezinho. Depois do segundo casamento da mãe, a família migrou para o Nordeste, retornando para o Rio, inicialmente para o Jacarezinho, depois para o morro do Alemão, e Jacarezinho mais uma vez. Com a remoção das casas próximas ao rio Jacaré, Dulcinéia, já casada, mudou-se para o conjunto Samora Machel. Trabalhou quando jovem em algumas fábricas e voltou quando os filhos já estavam na adolescência. Após alguns anos começou a trabalhar em um consultório dentário e depois foi selecionada como agente comunitário de saúde. Finalizou o ensino médio, tornou-se auxiliar e técnica de enfermagem, sendo aprovada no concurso realizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Trabalha como agente comunitária no Mandela de Pedra.

Fez uma longa narrativa sobre sua infância e juventude, a mãe, os irmãos, o padrasto, o tio, as desavenças com a mãe, o irmão e o tráfico, o marido, os filhos. Narrou também as enchentes no Jacarezinho e a transferência para o Samora Machel. Fez comentários sobre seu trabalho na comunidade Mandela de Pedra, com críticas ao governo diante das condições de vida daquela população. Ressaltou a importância da escola e da creche e a falta de condições de saúde destas comunidades.

ELZA DE JESUS OLIVEIRA

Entrevista realizada em 12/2/2004

Aqui, no Morro do Amorim,
nós estamos no céu!

Nasceu no Amorim, em agosto de 1934. Seu pai era português, chegou ao Brasil com 15 anos e foi morar no Estácio, no morro de São Carlos. Depois de casado, segundo ela, teria encontrado um homem, casualmente, que lhe teria oferecido uma casa para comprar no Amorim, semelhante à história de Carlos Cardoso. Entusiasmada, afirmou: "Foi uma bênção meu pai ter encontrado esse senhor". No terreno havia uma casa de estuque, e posteriormente o pai teria construído uma de tijolo.

Narrou que, quando chegaram, os terrenos vizinhos estavam todos ocupados com portugueses e pessoas vindas de outros estados e cidades, como Espírito Santo, Campos. Havia problema com a distribuição de água, que, segundo ela, ainda não estava totalmente resolvido, tendo inicialmente contado com a solidariedade dos vizinhos. O pagamento do IPTU foi abolido das casas que tinham até 100 m^2, pois se caracterizavam como favela, o que foi por ela questionado, apesar de não ter sido contemplada com a abolição do imposto, por possuir um terreno com metragem maior que a estipulada.

Observou o crescimento do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) e afirmou que, por mais de uma vez, teve oportunidade de trabalhar na instituição, mas que seu pai não consentiu. Quanto ao namoro e às regras rígidas do pai, disse-nos: "Meu pai era português, e sabe como é português: se a mosca pousar, já acha que vai tirar um pedacinho".

Acompanhou a construção da avenida Brasil e várias mudanças, como a instalação de farmácia, locadora, mercadinho, 'hortifruti' (comércio de frutas e legumes), além de lanchonete e salão de cabeleireiro. Entre as mudanças, chamou atenção para a venda de algumas casas para instalação de galpões com fábricas ou empresas.

Não gosta que se refiram à parte mais antiga do Amorim como favela, justificando que é "tudo família, não tem boca de fumo. Aqui é ótimo, é um bairro pequeno. Mas bairro pequeno é assim: nem aconteceu ali, já estão sabendo".

ERZINDA DA COSTA PEREIRA

Entrevista realizada em 10/11/2008

Aí tinha um fiscal que não dava consentimento pra fazer casas de tijolo (...) a qualquer época... O fiscal vinha, seu Carvalho...

Nasceu em 1947, no trecho hoje incorporado à Vila União, na rua Professor Frias Villar. Seu pai era mineiro e, depois do falecimento dos pais, foi para São Paulo em busca de emprego e moradia. Migrou para o Rio de Janeiro e casou-se com a mãe de Erzinda, que morava na comunidade de Mandela, e mudou-se para a mesma rua onde vive a família Costa. Partilha suas lembranças com Augusta da Costa e Maria Lúcia Verly da Silva.

Narrou-nos o processo de ocupação depois da década de 1950 e lembrou-se de um grupo de funcionários do quartel que foi assentado após um incêndio em uma favela no bairro do Caju onde moravam. Seu avô teria sido consultado sobre a possibilidade desse assentamento, já que o terreno era alugado no nome dele. Fez comentários sobre a fiscalização do Ministério da Fazenda para a manutenção do barraco e também sobre as casas construídas no terreno do quartel, em particular a do coronel, vizinha às casas da família.

Ressaltou a inexistência de tráfico de drogas em Vila União, devido não só à proximidade da polícia, através dos ex-combatentes moradores do conjunto, como à falta de vias de fuga do interior da comunidade.

FÁTIMA REGINA DA SILVA GOMES

Entrevista realizada em 26/10/2005

A alegria de uma criança
é viver bem, e à vontade.
Hoje você não mais vê isso.

Nasceu na comunidade de Varginha, filha de Nicolina e João Felipe, também entrevistados por nós. Ressaltou a importância dos laços de amizade construídos na comunidade, observando que, mesmo depois de várias remoções, as pessoas voltavam para visitar os amigos ou, ainda, para se

instalarem novamente em uma das comunidades. Falou, com saudades, da infância, quando podia “brincar de amarelinha, de pique-bandeira... (...) É uma história muito boa que hoje em dia a gente já não vê mais”. Comparou o passado com o presente, destacando o uso de drogas e o medo de ‘bala perdida’, o que mudou a vida das crianças e tirou a liberdade de brincar e andar pelas ruas.

Falou sobre os processos de remoção, as obras de urbanização e a construção de serviços, principalmente do Ciep. Comparou as atividades da associação de moradores na época em que atuava como liderança e no presente, ressaltando o distanciamento desta com a comunidade. Destacou a importância de uma associação para aproximar os moradores, através da promoção de atividades de lazer, e para resolver problemas da comunidade. Lembrou, também, com entusiasmo, o trabalho desenvolvido pela Fiocruz, com arte e teatro para crianças, quando era jovem, e ressaltou a importância da atuação da instituição ao desenvolver este projeto sobre a história de Manguinhos, que percebe como uma aproximação da Fiocruz com a comunidade. Descreveu a formação da comunidade de Green Ville, em Manguinhos, e a proposta, formulada na época, para que no local fosse instalada uma praça para as crianças, justificando-a pela maior densidade populacional na Varginha na década de 1980.

GLEIDE GUIMARÃES

Entrevistas realizadas em 8/3/2004, 7/4/2004 e 19/11/2004

> *É muito cruel! Tirar um grupo de pessoas que se conheciam,*
> *que moravam próximas e espalhar na Zona Oeste,*
> *do outro lado do município, sem nenhum apoio,*
> *fica muito difícil sobreviver!*

Gleide chegou a Manguinhos em 9 de março de 1969, com a mãe que estava recém-casada com seu padrasto. Inicialmente foi morar em Vila Turismo e em seguida mudou-se para a casa de uma tia, próximo à avenida dos Democráticos, também em Manguinhos. Aos 16 anos engravidou e foi morar com a sogra, ainda no CHP2, na rua São Daniel, enquanto sua

mãe mudou-se para Santa Cruz. Sua trajetória é semelhante à de outros moradores da região, com forte migração interna na área de Manguinhos, que, após enfrentar alguns episódios de enchentes no CHP2, foram assentados no conjunto Nelson Mandela, mudando-se em 2004 para o Samora Machel.

Narrou vários episódios de remoções que presenciou, em função das inúmeras enchentes e incêndios, e discorreu longamente sobre os dois conjuntos e as negociações estabelecidas para o assentamento, o papel da associação de moradores, o processo de construção, a legalização das casas, o tipo de casas, a denominação dos conjuntos, os quiosques, o comércio, o transporte de ônibus e trem, as ligações clandestinas de luz e TV a cabo, a posição do Estado, a relação das pessoas com o local e a dificuldade de se adaptarem em outras regiões.

Descreveu, também, o processo de ocupação na comunidade Mandela de Pedra e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em Manguinhos, e da favela da Malvina, no Jacarezinho, tecendo comentários sobre as ocupações em geral. Fez observações sobre a Varginha, o processo de urbanização e crescimento depois do incêndio no CHP2 e no João Goulart e a diminuição demográfica, depois da urbanização e remoção de muitos moradores das margens dos rios. Comentou ainda sobre a redução do tráfico na Varginha com as obras urbanas.

Discorreu longamente sobre a Vila Turismo, as enchentes, as remoções, o aterramento das ruas, os problemas de construção, a demolição de prédios em risco, o retorno das pessoas removidas e as mudanças de instalação de sua família entre esta comunidade e o CHP2. Além disso, teceu comentários sobre a forma de ocupação de Vila União, que aproveitou a estrutura dos conjuntos e da região. Falou, também, das comunidades Agrícola de Higienópolis e Vila São Pedro.

Ressaltou a importância da participação da comunidade através dos vários órgãos de representação política e social – dos Centros Municipais de Assistência Social Integrada da Prefeitura do Rio de Janeiro (CEMASIs), das escolas, igrejas, grupos de mulheres, creches, grupos de mães, além do Fórum de Educação Permanente em Manguinhos. Destacou também a comemoração de aniversário de 14 anos do conjunto Nelson Mandela, como um fator de agregação dos moradores.

Entre os problemas das comunidades de Maguinhos, de forma geral, destacou a violência, a falta de escolas, de creches, de canalização de esgoto. Seu entusiasmo com a atuação no movimento sociopolítico na favela mescla-se com um tom de desânimo em relação à falta de participação das pessoas, porém continua atuante e valorizando o trabalho.

ISABEL CRISTINA FERREIRA MARTINS
Entrevista realizada em 31/8/2004; 22/9/2004

Eu tenho alunos do Mandela de Pedra:
como é que eu vou dizer pra esses alunos,
que moram naquelas casas de 10 m² no máximo,
que o melhor lugar no mundo é o lugar onde eles moram?

Sua família é de origem mineira e, no Rio de Janeiro, teve uma trajetória por algumas favelas. A mãe, depois de ser removida do Engenho da Rainha, comprou uma casa na Mangueira. Até os 14 anos passou na Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem). Quando saiu foi morar com a avó e uma tia. Fez teatro profissional e foi pré-candidata à deputada estadual pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Casou e, após separar-se do marido, em 1993, foi morar com o filho na comunidade Nelson Mandela em Maguinhos. Iniciou o curso universitário em Geologia, transferindo-se depois para Geografia.

Narrou-nos trechos de sua vida desde a estada na Funabem, a vida com a família do pai e as divergências entre eles. Estabeleceu comparações entre a Mangueira e Manguinhos, e mesmo entre as comunidades do interior de Manguinhos.

Fez uma longa narrativa sobre a vida em Manguinhos, as drogas, o tráfico, o papel das associações de moradores e do Estado, o problema fundiário, a fome, os problemas de saúde, a precariedade das moradias e dos serviços sanitários, expressando uma forte sensibilidade com os problemas que viu e vivenciou nas comunidades. Ressaltou o papel das ONGs, como a RedeCCAP, e comentou sobre sua atuação nestas instituições, preocupada com o discurso construído em torno da sustentabilidade social e econômica,

através do desenvolvimento do indivíduo em um local com grandes problemas como em Manguinhos.

Criticou de forma contundente a universidade e a segregação social e contou episódios sobre a pesquisa que desenvolveu, o cotidiano e sua inquietação e expectativa em relação à aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos à realidade das favelas.

Narrou seu trabalho na Fiocruz, no Laboratório Terrritorial de Manguinhos (LTM), a participação no Fórum de Educação, no Programa de Educação para Jovens e Adultos (Peja). Expressou sua motivação em sair da favela e suas dúvidas com relação à sua inserção e comprometimento caso vá morar em outro local.

JOÃO FELIPE DA SILVA

Entrevista realizada em 26/4/2004

Esgoto a gente sempre teve aqui, que é dentro do rio.
A gente jogava o esgoto todo pra dentro do rio, e continua assim.

Chegou ao Rio de Janeiro, como migrante da Paraíba, em 1950. Analfabeto, trabalhou na construção civil em obras públicas e em empresas privadas, como a Refinaria de Manguinhos e a Composição de Tintas Sican Ltda (fábrica de tintas). Em 1954 veio morar em Manguinhos, em um barraco, na Varginha, e depois se mudou para um outro na avenida dos Democráticos, onde hoje é Vila Turismo. Conheceu Nicolina, casaram-se e montaram uma 'tendinha', na frente do barraco em Manguinhos, que depois foi transformada em um bar. Durante as obras na Varginha na década de 1980, João Felipe mudou-se para a Pavuna, mas retornou, pois a família não se adaptou.

Fez comentários sobre a origem da Vila Turismo, ressaltando a grande quantidade de pessoas que rapidamente ocupou a área. Contou detalhadamente as várias enchentes que sofreram com o barraco na beira do rio na Varginha. Narrou-nos o processo de ampliação de seu comércio, até construir no mesmo local a casa onde mora e o bar no andar térreo, onde, como lembrou, almoçam vários funcionários da Fiocruz.

Ressaltou que ocorreram várias tentativas de invasão no trecho da Varginha, que os moradores e os funcionários dos Correios impediam. Estabeleceu longas considerações acerca dos serviços básicos, do esgoto lançado no rio, da água escassa e distante, até a canalização e a luz, desde a Comissão de Energia até os relógios particulares.

Lembrou das remoções de outras favelas da cidade para vários locais de Manguinhos, principalmente para João Goulart e CHP2, a ocupação e o grande crescimento gerado. Associou o aumento da violência nas favelas ao processo de remoção e deslocamento de pessoas. Comparou o desemprego quando ainda jovem e atualmente, e assinalou a importância do governo na formação e no emprego, afirmando: "Tem que botar todo mundo pra trabalhar".

O seqüestro e assassinato de Carelli, funcionário da Fiocruz, estão incorporados em suas lembranças sobre a atuação da polícia e a sua participação na comunidade em defesa de alguns moradores.

Fez uma profunda exaltação à favela e exclamou: "Isso aqui é uma riqueza pra mim! Pode me dar um apartamento em Copacabana, onde for, que eu não quero, não saio daqui, não quero".

JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS

Entrevista realizada em 14/12/2004

Aqui, de dia, é assim, parece roça.
De noite é que o movimento pra lá, na rua principal, aumenta.
Mas aqui é bom, é legal.
Se você bota ali um monte de madeira,
tábua, caibro, telha, material de obra, ninguém mexe.

É um dos migrantes do Nordeste que se deslocaram para o Rio de Janeiro na década de 1950. Inicialmente morou na Mangueira e depois se mudou para o CHP2, para uma das casas originais, que tinha dois quartos, sala, cozinha, banheiro, uma varanda e um 'quintalzinho', segundo sua descrição. Chegou a voltar para a cidade natal, mas não se readaptou e em dois meses retornou ao Rio. Foi, então, morar na mesma rua, mas em outro conjunto, criado no governo Lacerda. As casas eram de madeira, construídas

em grupos geminados com parede partilhada entre as habitações, que ele descreveu como perigosas, pois “se pegasse fogo numa casa aqui, elas acabavam até lá, na beira do rio”. Do CHP2, foi removido para uma pequena casa no conjunto Nelson Mandela, para onde foram também vários vizinhos. Na área em que morava, às margens do rio Jacaré, considerada de risco, os barracos acabaram sendo destruídos por várias enchentes.

Fez parte de uma comissão que acompanhou por um período a ampliação das casas no conjunto e foi presidente da associação de moradores. Contou-nos sobre o processo de instalação e crescimento do Nelson Mandela, as negociações para ampliação das casas, as instalações, o comércio, o lazer, as brincadeiras das crianças e sua participação na associação de moradores.

JOSÉ DE CARVALHO FILHO

Entrevista realizada em 10/12/2003

Era um lugar muito bom porque eram pessoas amigas,
a maior parte de funcionários do Instituto [Oswaldo Cruz],
e eu conhecia praticamente todos os moradores.

O pai, migrante português, veio para o Brasil na década de 1910 e morou no Amorim desde a chegada ao país. Ele teria comprado o terreno de uma família de italianos que possuía uma fazenda na área e, em suas palavras, erguera uma casa “muito boa, taqueada, forrada, uma casa mesmo. Meu pai construiu essa casa depois que eu nasci. Ele morava num barraquinho, nos fundos, enquanto construía a casa”. Em 1956 a família foi morar em Higienópolis. Mais tarde José retornou, já casado e com a filha.

Seu tio, também português, trabalhava no IOC, onde seu pai e ele próprio foram trabalhar mais tarde. Começou no instituto com 14 anos, em 6/3/1950, no laboratório do dr. Olímpio da Fonseca, no setor de vacinas. No ano seguinte mudou-se para o setor de fotografia médica, onde se tornou um especialista e, mais tarde, foi transferido para o laboratório da Fundação Rockefeller, no próprio IOC, com atuação nesta mesma especialidade. Aposentou-se em 1977, como agente cinematográfico de microfilmagem.

Para ele, o IOC teria atraído a maior parte dos moradores do local, pois “na área em torno do instituto não existia praticamente nada, era deserto mesmo, para todos os lados”. Descreveu com detalhes a área, o manguezal, a estação de trem, a ponte, a igreja e o terreno do instituto, bem como as transformações com o crescimento da instituição. Expôs também, em minúcias, as mudanças presenciadas na área, como a construção da avenida Brasil e da Linha Amarela, a ampliação da avenida Leopoldo Bulhões e as atividades da Aeronáutica.

Fez comentários sobre a taxa do IPTU, que não é cobrada, pois é um terreno da União e está em área de risco. Quanto aos serviços públicos, segundo ele, a água continuava como um problema; o esgoto, que era lançado nos terrenos da Fiocruz, encontrava-se encanado, e a luz, sempre existiu.

A paixão pela história da Fiocruz faz parte de sua vida no momento, quando tenta escrever um livro com as suas memórias.

JOSÉ FERNANDES LUÍS

Entrevista realizada em 23/11/2004

E ganhei o samba-enredo “Maria Clara Machado: a visita do Jacarezinho ao Reino Encantado” (...). Aquilo que era vida!

Conhecido como Zezé, como fez questão de anunciar, morava inicialmente em frente ao cemitério do Caju, em uma comunidade chamada Pau Fincado, de onde foi removido, por causa das obras de ampliação do Cais do Porto. Parte dos moradores foi para Parada de Lucas, e outra para Manguinhos, segundo ele, para “uns barracos tipo bangalô”. Após uma enchente que derrubou seu barraco, transferiu-se para o Campo do Carioca, próximo à avenida dos Democráticos, em Vila Turismo. Morou em vários outros locais, inclusive fora de Manguinhos, como Santa Cruz e Vila Cosmos. Posteriormente mudou-se para a Penha, para a casa de um filho que teria sido assassinado. Com relação às mudanças, atribuiu as iniciativas à esposa, Aparecida, que para ele “era fora de série. Cismava que queria ir pra outro lugar melhor, e a gente ia”.

Trabalhou em algumas fábricas na região, como ajudante de serralheiro, e na companhia GE (GE Imagination at Work), como serralheiro profissional. Trabalhou também em uma fábrica de luvas e na construção de prédios em Manguinhos.

Descreveu com detalhes a geografia de Manguinhos e a enchente ocorrida enquanto estava sendo realizada a obra de retificação dos rios. Contou-nos sobre a infância, as brincadeiras, e a juventude, destacando vários episódios. Participou da escola de samba de Manguinhos, como compositor, e narrou-nos histórias sobre os vários sambas com os quais concorreu tanto na sua comunidade, com Aparecida – a esposa na época –, como no Jacarezinho.

Fez algumas comparações entre passado e presente, teceu alguns comentários sobre a violência e o uso de drogas, o comércio de alimentos e a ajuda do governo e a distribuição de luz.

JOSEFA TAGINA DA SILVA

Entrevista realizada em 2/6/2005

Só sei que aqui é maravilhoso.
Pra mim isso aqui é uma beleza.

Há trinta e dois anos mora na Varginha. Contou-nos que, quando chegou, havia poucas casas, muito mato e que os moradores plantavam milho, feijão, arroz, abóbora, cenoura, beterraba, nabo. Comentou que, no começo da ocupação, havia *shows* e festas na comunidade, e que o comércio era melhor, pois o número de moradores era maior.

Narrou as mudanças no local, a construção da creche e do "Brizolão" [escola], o processo de ocupação, as enchentes, a remoção. Criticou o trabalho da associação de moradores, que, para ela, não resolvia os problemas, e que vendia e alugava casas. Mencionou sua preocupação com a falta de emprego e citou alguns exemplos de jovens da comunidade que estão desempregados. Apesar da curta entrevista, falou-nos muito sobre uma vizinha, a dona Chiquinha.

JOSUÉ DOS SANTOS MOREIRA

Entrevista realizada em 5/10/2004

Manguinhos é a minha paixão.
Meus últimos dias de vida
vão ser em Manguinhos, mesmo.

De origem nordestina, de Timbaú dos Mocós, em Pernambuco, Josué contou que lá havia muita miséria e que a família havia perdido plantação e criação de bode, cabra e, então, resolveu tentar a vida no Rio de Janeiro, para onde vieram em 1951, afinados com o movimento de migração do Nordeste para as cidades do Sudeste e Sul, que marcou o período. Um tio indicou um barraco na Varginha e a família se instalou. Seu pai trabalhou no IOC, na conservação da estrutura metálica do Castelo. Morou em vários lugares em Manguinhos – como Varginha, Vila Turismo, Nelson Mandela e Mandela de Pedra, da qual participou da ocupação – assim como em outros locais fora de Manguinhos – em Alcântara, Niterói, Piabetá, Parada Angélica – e em Minas Gerais, na cidade de Muriaé. Sua principal atividade é estofador, mas trabalhou em construção civil, em obras públicas.

Contou-nos sobre a infância e as brincadeiras nos terrenos do instituto e do Hospital Torres Homem, os banhos de mar na praia do Flamengo e na Ilha do Governador e as pescarias. Lembrou as festas juninas e as músicas que gostava de ouvir, e a feira de São Cristóvão, que sua mãe freqüentava todos os domingos. O *show* do Juvenal é, também, uma marca importante em sua memória, pois foi lá que conheceu uma das esposas. Participou, como compositor, da Associação Carnavalesca Unidos da Vila Turismo, que se uniu com a Unidos de Manguinhos. Contou-nos sobre o gosto pela música e pelo violão, o que lhe deu o apelido de seresteiro.

Falou-nos sobre os transportes na área e a construção da avenida Brasil, ressaltando que no início era esburacada e perigosa. Descreveu a estrutura do local, os problemas com a canalização de esgoto e a distribuição de luz, destacando as obras do Favela-Bairro, que, para ele, melhoraram muito o lugar.

JÚLIO CÉSAR SOARES ARAGÃO

Entrevistas realizadas em 26/11/2003 e 18/4/2008

(...) mas a história que eu acho...
é que o povo daqui costuma brigar
por aquilo que é dele.
E isso é bonito!

Antes de vir para Manguinhos, para Mandela de Pedra, vivia no complexo da Cidade Alta, em Cordovil. Liderou a ocupação dos galpões da Conab, na avenida Leopoldo Bulhões, e narrou em detalhes o processo de ocupação e as negociações com a empresa, para doação do terreno, e com a Light, para instalação de luz. Contou-nos, também, como se deu a seleção dos moradores para ocupar a área, a criação da associação de moradores e discorreu sobre a proposta de se criar uma associação das associações do complexo de Manguinhos, assim como sobre outras sugestões que poderiam, segundo ele, melhorar a comunidade, como a criação de cooperativas para gerar empregos. Teceu críticas acerca das propostas formuladas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e a atuação de políticos em busca de votos.

Com relação aos serviços destinados à comunidade, nos disse que o destino do esgoto é lançado no canal do Cunha, aproveitando a saída original da própria empresa; a água é captada a partir de uma manilha da Cedae e a conta, rateada entre os moradores. O atendimento à saúde é realizado pela Fiocruz e hospitais da redondeza; e o destino do lixo, na avaliação dele, está muito bom, sendo lançado em *containers* na avenida Leopoldo Bulhões, que são recolhidos periodicamente.

LEONARDO JANUÁRIO DA SILVA

Entrevista realizada em 18/4/2008

Chegou um tempo que o barraco da Mandela de Pedra foi cedendo,
e ali, na margem do Cunha, (...) a situação foi ficando precária.

Nasceu na Varginha, em Manguinhos, em 1977, e sua trajetória coincide com a de vários moradores que se mudaram constantemente em função

de enchentes, chuvas ou em busca de melhorias. Quando tinha 11 anos, uma forte chuva derrubou o barraco onde morava com a família, e foram removidos para conjunto Nelson Mandela. Como a casa era muito pequena, resolveu construir um barraco em Mandela de Pedra, na beira do canal do Cunha, que estava em processo de ocupação. Uma nova enchente, em 2002, derrubou mais uma vez sua moradia, e ele resolveu construir outra casa no terreno da empresa Embratel, no trecho que ainda não se encontrava ocupado. Acabou destacando-se como liderança da ocupação que deu origem à comunidade Nova Mandela.

Narrou com detalhes o processo, o reconhecimento de sua liderança, a demarcação dos espaços, a origem dos moradores, a eleição para escolha do nome da comunidade, o cadastramento dos moradores, as negociações com o governo do Estado, com a empresa, com a polícia e, também, com as lideranças da comunidade Embratel. Teceu também considerações acerca das obras do PAC, as negociações, as reivindicações e o estágio da obra no momento da entrevista.

MARIA APARECIDA GUIMARÃES
Entrevista realizada em 20/7/2004

Hoje a pessoa faz o prato e senta no sofá em frente à televisão.
O pai fala e o filho: "Hum, hum".
A mãe fala e ele: "Tá legal, mãe, valeu".
Eu tinha que viver 63 anos pra ver essa modificação.

Nasceu em Manguinhos, em 1941, no trecho conhecido como Prainha, localizado na esquina de avenida Suburbana com a avenida dos Democráticos. Quando tinha seis anos, a família mudou-se para outro barraco na área próxima à estrada de Manguinhos. Morou em vários locais em Manguinhos e em Santa Cruz. No momento da entrevista estava morando na Penha, de onde se mudou em seguida para a comunidade CCPL, em Manguinhos. Desenvolve atividades para a terceira idade, confecção de tapetes, passeios, festas etc.

Narrou-nos com detalhes como era a área de Manguinhos, o manguezal, a estrada de Manguinhos, o IOC e o posto de saúde, o aeroclube, a avenida

Brasil, o trem, o comércio, a ponte, as casas de madeira, a construção do colégio, as igrejas. Quanto aos serviços básicos, comentou que tinha muita água, que a luz era bem fraca e que o esgoto foi canalizado e lançado no rio. Contou-nos sobre as remoções de várias pessoas de outras comunidades para a área e as mudanças na vida dos moradores com a violência. Estabeleceu comparação entre as comunidades de Manguinhos e o Jacarezinho, que considera mais adiantado. Lembrou com saudades o clube do Juvenal, a chácara da Marlene, o campo da Josi, as festas juninas. Falou-nos também sobre o clube dos escoteiros.

Correlacionou passado e presente, a partir da comparação entre a vida das crianças e dos jovens, que, antes, desde cedo tinham uma ocupação, do papel da religião, do governo e da polícia. Teceu breves comentários sobre os grupos que vendem drogas, que não existiam anteriormente e comentou a diferença na relação entre as pessoas hoje em dia.

Contou-nos com entusiasmo sua participação na escola de samba de Manguinhos, como organizadora, componente da ala das baianas, compositora, e a parceria com o marido na autoria de músicas. Traçou a trajetória de crescimento e desarticulação da escola no momento, a ligação com outras escolas de samba, as reuniões semanais com rodas de samba, a participação da família, o desfile na avenida Marquês de Sapucaí. Cantou trechos de músicas que compôs, associando as letras às suas experiências de vida, destacando o papel do marido nas composições. Apresentou, durante a entrevista, algumas canecas, com estampas comemorativas sobre o samba, e fotografias, que aguçaram suas lembranças, descrevendo os personagens e alguns episódios que as imagens lhe evocaram.

Fez uma leitura das imagens nas fotografias que lhe mostramos sobre alguns lugares de Manguinhos, elaborando uma datação comparativa entre a sua idade e as imagens das fotos.

Narrou, ainda, episódios de enchentes e incêndios ocorridos em algumas comunidades.

MARIA DAS GRAÇAS

Entrevista realizada em 12/5/2005

Meu pai foi o primeiro morador
dentro do quintal da Fundação!
Tinha o apelido de Manuel das Cabras porque
ele tomava conta de cabras na Fundação.

Nasceu no Amorim, em 1951, e continua morando na casa onde viveram seus pais depois de casados. A mãe, de origem mineira, compõe a história dos migrantes do interior do país que se mudaram para o Rio de Janeiro em busca de uma vida melhor. Inicialmente a família foi morar no porão de uma casa no bairro do Catete, em seguida compraram um "barraco" e se mudaram para o Amorim. O pai trabalhou no então IOC, onde era guarda noturno e cuidava das cabras utilizadas nas pesquisas, o que lhe rendeu o apelido de 'Manuel das Cabras'.

Descreveu, com saudades, a relação com o instituto, que na sua infância ainda não apresentava o muro divisório, e o terreno era utilizado como área de lazer para as crianças. Narrou-nos também a utilização da caixa d'água do IOC, onde os moradores abasteciam as casas, além das relações de emprego e os salários da instituição.

Narrou o processo de ocupação do terreno de sua casa por outras pessoas com aquiescência do pai e destacou o pagamento de uma taxa à União, através do Ministério da Fazenda, pelo uso do terreno, que segundo ela não é feito há cerca de dez anos. Descreveu a vizinhança e a ocupação da área por filhos e outros parentes, que se instalaram no seu terreno e nos demais localizados na redondeza.

MARIA LÚCIA VERLY DA SILVA

Entrevista realizada em 10/11/2008

Hoje em dia eu não entro nem no 'Manguinho', nem no Jacarezinho, porque é violento.

Nasceu em 1951, neta do sr. Costa, primeiro morador da região conhecida hoje como Vila União. Desde então mora na mesma área, partilhando da história da criação deste espaço, dividindo suas lembranças com Augusta e Erzinda. A mãe nasceu no mesmo local, e o pai, que era de Bom Jardim, serviu no quartel vizinho como soldado e depois passou a motorista. Depois de casados, permaneceram na mesma área onde nasceu Maria Lúcia.

Lembrou-se do tempo em que o local das casas era conhecido como 'Barracão', da inauguração do conjunto habitacional dos ex-combatentes e da construção de barracos nos terrenos vizinhos à rua Professor Frias Villar, onde ainda mora. Narrou-nos a queixa da mãe ao delegado de polícia diante da nova ocupação e ressaltou o desrespeito do policial ao compará-la à ocupação inicial do terreno iniciada por seu pai. Presenciou, também, o início da instalação de uma fábrica de garrafas e de empresas como a GE e a CCPL (Cooperativa Central de Produtores de Leite), no Jacarezinho.

Narrou-nos, indignada, a tentativa de legalização do terreno e transferência do aluguel para seu nome, após o falecimento da mãe, na qual não teve sucesso.

Afirmou ter pouca relação com Manguinhos, principalmente quando começou o 'tiroteio', o que passou a impedi-la de freqüentar a Igreja São Daniel. No que diz respeito ao Jacarezinho, comunidade vizinha, disse-nos que as compras eram feitas no comércio de lá, mas que depois também começou a ficar perigoso, não só pela violência como pelo movimento do trânsito da avenida dos Democráticos. Presenciou a construção de um conjunto habitacional e da escola Olavo Freire, que foram demolidos. Ressaltou o preconceito dos moradores dos conjuntos em relação aos do trecho onde mora.

Destacou a tranqüilidade da área, relacionando-a à presença dos ex-combatentes e descendentes e à proximidade com a polícia, o que, para ela, dificulta a entrada de traficantes em Vila União. Narrou episódios de tiroteio que atingem as casas e a rua, a partir do Jacarezinho e de Manguinhos.

Comentou sobre as obras do PAC, expressando receio quanto aos novos vizinhos e a possibilidade dos futuros confrontos e tiroteios. Expressou descontentamento e ressaltou a falta de clareza acerca das propostas para a área e do papel de cada esfera de poder envolvida. Critica o Projeto Pró-Jovem e a concessão de bolsas de estudo, pois nem todos vêm-se dedicando aos estudos. Fez também comentários sobre a associação de moradores e o levantamento realizado pela entidade para tentar a legalização dos terrenos.

NELSON SOARES MARQUES

Entrevista realizada em 7/12/2004

Eu tenho um sítio na roça,
podia morar lá,
mas eu vou continuar onde estou.

Nasceu no bairro de Botafogo em 1929, e quando casou foi morar no morro Santa Marta, também em Botafogo. Antes de chegar a Manguinhos, aos 21 anos, morou no Caju durante um ano. O primeiro local onde se instalou em Manguinhos foi o CHP2. Fez comentários sobre a implantação da comunidade, referindo-se a um político que teria 'dado' as moradias. Trabalhou na Fundação Leão XIII, inclusive como administrador da área, e presenciou o crescimento de Manguinhos, apesar do controle estabelecido pela entidade para que não houvesse venda e ampliação das construções. Participou do assentamento organizado pela fundação, fruto de remoções de várias favelas.

Teceu comentários sobre a comunidade, a associação de moradores e o processo de indenização para remoção, o fornecimento de luz, a canalização de esgoto e os problemas de saúde decorrentes das instalações deficientes e dos rios contaminados. Contou-nos sobre sua participação no processo de aterramento, com material retirado das obras do metrô, no local onde foi construída a comunidade Nelson Mandela. Falou-nos sobre a Igreja São Daniel, a construção e ressaltou com indignação, a destruição posterior. Ressaltou o papel da violência instalada na favela como fator de mudança de vários moradores para outros locais.

Narrou também alguns pedidos de melhorias para a comunidade que teria formulado a políticos e criticou alguns governos e seus interesses.

NICOLINA LAIA DA SILVA

Entrevista realizada em 26/4/2004

Até hoje ninguém veio cobrar nada da gente (rindo).
A gente não tem a escritura definitiva.
Nunca a gente pediu o papel na Prefeitura,
nem vieram perguntar nada pra gente.

Mudou-se para Varginha quanto tinha 22 anos, casada com João Felipe, também entrevistado por nós. O casal morou, inicialmente, na comunidade de Vila Turismo, em Manguinhos. Há 27 anos mora no mesmo local, tendo transformado o barraco em casa de alvenaria. Teve sete filhos e trabalhou na 'tendinha' que construíram no andar térreo da casa.

Narrou-nos como era o local e como se deu o processo de ocupação da Varginha e das comunidades do entorno. Falou-nos sobre o atendimento médico na Fiocruz, que é utilizado pela família.

PAULO CESAR MOREIRA

Entrevista realizada em 9/7/2008 e 17/7/2008

Eu, como trabalhador, como uma pessoa da comunidade, do povo,
eu com a minha consciência,
eu ficaria o resto da minha vida indignado
se não houvesse essa participação,
como houve, da Fundação Oswaldo Cruz.

Nasceu no morro dos Prazeres, em 1956, e a família mudou-se para Manguinhos quando ele tinha três anos. Sua mãe, ainda viva, trabalhava no campo, nas proximidades de Petrópolis, até a família vir para o Rio de Janeiro, onde foi empregada doméstica na Zona Sul. Seu pai, nascido em 1911, era de Minas Gerais, de São João da Serra, e trabalhava no Theatro Municipal.

A mãe e os irmãos moravam em uma casa no CHP2, que, segundo suas lembranças, teria sido construída pela Prefeitura. Participou da organização O Grupo Bem Querer, que empregava pessoas da comunidade para a fa-

bricação de bolsas. Quando a fábrica faliu, trabalhou em empresas, vendeu produtos como camelô. Atuou em vários movimentos sociais de favela, junto à Igreja, à Pastoral de Favelas, à Federação de Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj), assim como participou de processos de ocupação de algumas áreas em Manguinhos. Atuou na comunidade com alguns grupos profissionais da Fiocruz. Foi compositor da escola de samba de Manguinhos, como organizador de desfiles, além de participar de um festival da Associação das Escolas de Samba do Rio de Janeiro do qual saiu vencedor.

Referiu-se ao pai com muita admiração e orgulho por seu trabalho como artista plástico. Descreveu as moradias vizinhas na área de Manguinhos, tendo assistido ao crescimento das comunidades e à construção de conjuntos habitacionais. Narrou o processo de negociação para a ocupação de Nelson Mandela, apresentando-se "como uma pessoa que ajudou a construir aquilo" com participação política. Além disso, participou da ocupação de um pequeno trecho que denominou Vila Democrática e atuou no movimento de conscientização da população no que diz respeito à manipulação política.

Ressaltou a atuação da Fiocruz e de alguns profissionais da instituição na comunidade, como Joaquim Cardoso de Melo, Álvaro Matida, José Welington Araújo.

Descreveu com detalhes o movimento para tentar ocupar a área onde foram construídos os conjuntos Samora Machel e Nelson Mandela, as assembléias, as discordâncias e sua atuação na Pastoral de Favelas. Ressaltou a importância do PAC- Manguinhos, a articulação com o movimento popular e a relevância da atuação das comunidades, lembrando alguns momentos de confronto entre elas. Narrou-nos a constituição da RedeCCAP e de várias cooperativas prestadoras de serviços, bem como a atuação da Juventude Operária Católica (JOC) e a relação da militância política com sua vida pessoal.

Narrou o processo de crescimento da escola de samba de Manguinhos e sua articulação com outras escolas, como Mangueira e Imperatriz, comentando também a desarticulação da escola, a falta de financiamento para a manutenção de várias escolas pequenas e o estabelecimento de relações de interesse e vínculo com algum tipo de contravenção. Fez comentários sobre vários sambistas e cantou diversas músicas, tecendo comentários sobre o movimento atual para reviver a escola de Manguinhos. Foi convidado a ingressar na 'Velha Guarda' da escola.

VILMA DOS SANTOS PEREIRA

Entrevista realizada em 16/3/2004

A pessoa fala 'favela' parece que é uma coisa desorganizada.
E as pessoas às vezes não gostam dessa palavra 'favela'.
'Comunidade' já dá uma idéia de organização.
E 'favela' dá impressão de bagunça,
de coisas à toa, de lugar mesmo de marginalidade.

Nasceu em Manguinhos, no Amorim, em 1944. Depois de casada, ao longo de quatro anos, morou em Brás de Pina, Vigário Geral e Caxias. Sua família é original de Santa Maria Madalena, no norte Fluminense, e, quando seu pai veio para o Rio, morou em Niterói e depois no morro de São Carlos, no Estácio. Seu tio foi o primeiro parente a se estabelecer no Amorim.

Descreveu o bairro, os moradores, as relações de vizinhança e ressaltou que os terrenos anteriormente eram grandes e que tinham criação de animais e plantação, o que garantia o sustento da família. Conversou sobre a divisão dos terrenos, a fazendinha no final da rua, o processo de ocupação, a escolha dos nomes dos becos, os problemas com serviços públicos, as ações da própria comunidade para a solução dos problemas coletivos, o atendimento à saúde e a falta de escolas. Fez comentários sobre os blocos de carnaval antigos e referiu-se ao bloco atual, Discípulos de Oswaldo, que realiza os ensaios no bar do Chico.

Comentou sobre a relação e a proximidade com a Fiocruz, o uso do terreno como área de lazer quando era jovem, a construção pela instituição do muro divisório, e sobre o fato de a Fiocruz empregar muitos moradores. Quanto ao lazer na comunidade, citou a praça para brincadeira das crianças, as rodas de samba, os blocos de carnaval, o bar do Juvenal e o futebol. Fez referência à associação de moradores e à falta de integração com as demais comunidades. Destacou a falta de colégio como um grande problema. Ressaltou que não há violência, tráfico de drogas ou assaltos no Amorim. Fez comparações entre o Amorim e as outras comunidades de Manguinhos, principalmente com relação ao tráfico de drogas e à divisão dos terrenos para ocupação.

Narrou-nos sua atuação na associação de mulheres do complexo de Manguinhos e o papel da instituição na comunidade, com oficinas que visam à geração de renda e a organização do Bazar da Solidariedade para auxílio de pessoas com HIV positivo, além do trabalho educativo para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, que as mulheres organizam em articulação com a Fiocruz.

Fez comentários críticos sobre a denominação de favela, explicitando a sua opinião e a da comunidade sobre o assunto.

Considerações Finais

As "histórias de pessoas e de lugares" de Manguinhos e o processo de constituição de suas comunidades refletem uma história secular de um lugar desvalorizado no tempo, deixado quase que completamente ao abandono e à ausência de políticas públicas efetivas. Um lugar fadado a ser um 'não-lugar', um espaço invisível e excluído, onde a gestão urbana se mostrou incapaz de ouvir, principalmente, seus moradores. A luta das diversas comunidades percebida nas falas de nossos entrevistados – os protagonistas desta história – passa justamente pela vontade de não se deixar sucumbir ao rótulo de ser um 'não-lugar' e se mobilizar por ele.

A geração de intensa desigualdade e segregação social, a migração populacional impulsionada pela falta de perspectivas de vida e trabalho em várias regiões do país, assim como a carência, ou mesmo inadequação, de políticas habitacionais, urbanísticas e sociais voltadas para estas populações e a política de remoção de favelas, adotada em especial no Rio de Janeiro, propiciaram, ao longo de um século, a formação de bolsões de pobreza nas grandes cidades.

O contraponto entre as ações estatais, direcionadas para habitação e urbanização das áreas de exclusão social, e o movimento de uma parte significativa da população em busca da conquista de seu espaço em uma cidade que não hesitava em excluí-la, expõe as mudanças que transformaram, conjunturalmente, estes espaços – indicados como manchas brancas, e seus habitantes como invisíveis – em 'pessoas e lugares' visíveis e incômodas para boa parte da sociedade.

Ao contrário do que era esperado, a inércia do Estado possibilitou a conformação de uma 'cidade' com costumes, convivências, hábitos e, sobretudo, culturas singulares, que expressam a múltipla composição destes espaços de origens diferenciadas. De desordeiros, malandros e doentes, passaram a invisíveis seres humanos, apesar de organizados social e politicamente. Nas últimas décadas foram absorvidos e subjugados pelo tráfico ilegal de drogas, que os transformou, aos olhos da sociedade, em contraventores e perigosos, em decorrência da passividade do Estado.

A cidade do Rio de Janeiro constitui-se como um lócus privilegiado na configuração desta 'cidade partida', onde as políticas públicas, por mais de um século viabilizaram, na realidade, o crescimento das favelas, mesmo com um discurso de antagonismo e com várias tentativas de extermínio.

Para Manguinhos, as políticas públicas ora direcionaram projetos de consolidação econômica e social como um pólo industrial, ora o abandonaram alagado nas águas dos mangues e das chuvas intensas, e recentemente o deixaram entregue a grupos armados ligados ao tráfico, tanto de drogas ilícitas quanto de produtos de necessidade básica, como gás de cozinha, energia elétrica e transporte.

Desde a década de 1910 foram elaborados para a área diferentes projetos urbanos e habitacionais, que, no entanto, apesar de sua pertinência, não foram na maioria efetivados. Inicialmente, alguns dos projetos governamentais apontavam para a caracterização deste espaço como uma área de moradia, associada à industrialização. Independentemente da viabilidade e da implantação dos projetos oficiais, observou-se, além da construção de moradias, em sua maioria, precárias em áreas de risco e inóspitas, um movimento espontâneo de implantação de instituições e empresas públicas e privadas, associadas à industrialização, sem que ali se configurasse uma área desenvolvida econômica e socialmente.

Após meados do século, ao lado de uma forte densificação demográfica, projetos e programas governamentais foram direcionados para a habitação, com a construção de alguns conjuntos habitacionais, em geral de estrutura provisória, e para obras de urbanização, com ações pontuais, em alguns casos, inclusive, inadequadas. Tanto os projetos habitacionais como os urbanísticos têm adotado uma concepção central de que as favelas são iguais, ignorando as diferenças sociais e estruturais, historicamente determinadas.

Na elaboração das políticas públicas, importaram, prioritariamente, fatores técnicos e políticos, sendo, em geral, descartadas questões relativas ao processo de socialização, à família, aos vizinhos, à adequação à nova casa e, sobretudo, à desconfiança da população em relação às ações públicas, diante de uma história fortemente marcada pelo descaso do Estado, em que a constituição da identidade do morador com seu 'lugar' foi constantemente ignorada.

Manguinhos, ocupado ao longo de um século, marcado por diversas conjunturas e impulsionado por variados fatores econômicos e sociais, é composto por grupos distintos, reconhecidos, internamente, como comunidades. Essa terminologia, que foi absorvida pela maioria dos moradores da área, acabou por eliminar praticamente a denominação de favela ou morro. Para Licia do Prado Valladares (1999), a mudança de denominação procura dar uma noção de união, escondendo uma grande diversidade de situações sociais e de interesses claramente perceptíveis.

Este estudo nos permitiu observar os diversos perfis e os momentos bastante distintos para uma realidade que, em geral, se busca homogeneizar quando se trata de classes populares, em especial com relação às suas moradias, conformadas em grupos identificados como favelas. Um século de histórias nos apresentou processos diversificados para a constituição do perfil atual de cada uma das comunidades de Manguinhos, que, a partir de um olhar menos acurado, pode significar apenas um "complexo de favelas", como alguns tendem a denominar. Como nos aponta Valladares (1999), esses espaços são interpretados como diferentes de outros considerados 'da cidade': são os locais da pobreza; da cultura exótica; do samba, carnaval, *funk*, *rap*; do subnormal; do crime, do medo, da violência, do tráfico; de uma geografia própria; do homogêneo.

A similaridade entre as histórias dos lugares, as trajetórias de vida, a construção de identidades e a representação elaborada pelos moradores de Manguinhos em torno de seus espaços não oculta os processos singulares que construíram perfis diferenciados para as pessoas e as comunidades. As entrevistas gravadas refletem versões das várias histórias que conformam um século de constituição deste complexo espaço social, visualizando-se um amplo amálgama de representações construídas histórica e conjunturalmente.

A convivência espelhada na forma de vida e moradia se consolida, também, a partir de valores sociais e conceitos externos que incorporam um modelo estabelecido fora das comunidades, possibilitando a criação de espaços diferenciados, como uma 'cidade legal' e uma 'favela' dentro da própria favela. As diferenças de padrões de construção e de hábitos de convivência estabelecem, inclusive, um processo de segregação específico, produzindo diferenciação e distância internas à própria comunidade.

No momento em que encerramos esta pesquisa, o governo federal, em parceria com os estados e municípios, iniciaram a implantação, em vários estados do país, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Manguinhos, buscando alterar o perfil histórico de comunidades brasileiras como as de Manguinhos.

Este estudo preocupou-se com os processos de formação das comunidades de Manguinhos e a relação de suas histórias com a própria história social e urbana do Rio de Janeiro, como um lócus geográfico, cultural e social, e buscou identificar as singularidades de cada uma, na expectativa de reverter o símbolo de homogeneidade dado aos espaços de favela. Procurou-se, igualmente, contribuir para as discussões sobre os processos de luta de cada uma dessas comunidades e para a consolidação de um ambiente socialmente digno e saudável, na intercessão entre a localidade e a Fiocruz, configurando-a como um espaço de reflexão, pesquisa e socialização.

A parceria entre o Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM) e a Casa de Oswaldo Cruz (COC), além destes objetivos, que esperamos ter alcançado, abriu espaço para outras reflexões no interior das duas unidades da Fiocruz que apontam para duas vertentes específicas – o ambiente e a história.

Para nós, autores, este trabalho representou a oportunidade de colocarmos em questão nossas formações de historiador e de urbanista em relação a um universo desafiador enquanto lócus de pesquisa. Mais que um desafio, representou a oportunidade de nos aproximarmos de uma 'realidade' que insistia em nos instigar para que com ela nos comprometêssemos.

Nossas formações possibilitaram compreender uma parte da trajetória destas comunidades e esperamos poder contribuir para que o poder público tenha um olhar mais atento e comprometido para elas. Esperamos que nossos leitores, entre moradores, pesquisadores, cientistas sociais e políticos, se incorporem nesta perspectiva de participação, compromisso e transformação.

Referências

ABREU, M. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Iplanrio, 1987.

AGACHE, A. H. D. *Cidade do Rio de Janeiro: remodelação, extensão e embelezamento - Plano Agache*. Rio de Janeiro: Foyer Brésilien, 1930.

ALBERTI, V. *Ouvir Contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBERTI, V.; FERREIRA, M. de M. & FERNANDES, T. M. *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Cpdoc, 2000.

ALEM, A. Breve relato sobre a formação das divisões administrativas na cidade do Rio de Janeiro – período de 1961 a 2007. *Armazém dos Dados*, 2008. Disponível em: <armazemdedados.rio.rj.gov.br>.

ALVITO, M. *As Cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ALVITO, M. A favela venceu. *Comunicações do Iser*, 59: 23: 110- 116, 2004.

AMADO, J. & FERREIRA, M. de M. (Orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

AMADOR, E. Entrevista. Rio de Janeiro, 8 set. 2005. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

AMEAÇA DE invasão de refinaria: fechamento de Manguinhos pode degradar mais a região. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 ago. 2005. Especial.

ANDRADE JR., N. V. De um 'Céu no Chão' à 'Nova Senzala': a questão das favelas brasileiras vista através do cancioneiro popular. In: ENECULT, 2, 2006, Salvador. Salvador, 2006. CD ROM.

ANSART, P. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, S. & NAXARA, M. *Memória e Ressentimento: indagações sobre uma questão sensível*. (Orgs.) Campinas: Editora Unicamp, 2004.

ARAGÃO, J. C. S. Entrevista. Rio de Janeiro, 26 nov. 2003. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

ARAUJO, J. R. & TOSTES, I. Entrevista. Rio de Janeiro, 16 abr. 2004. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

ARAUJO, M. P. & FERNANDES, T. M. O diálogo da história oral com a historiografia contemporânea. In: VISCARDI, C. M. R. & DELGADO, L. de A. (Orgs.) *História Oral: teoria, educação e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora UFJF, Capes, 2007.

BENCHIMOL, J. L. *et al. Manguinhos: um retrato de corpo inteiro*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz /Fiocruz, 1988.

BENCHIMOL, J. L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical - a renovação urbana do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.

BODSTEIN, R. & ZACAN, L. F. *Monitoramento e Avaliação do Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) Manguinhos.* Relatório de Pesquisa - 2000-2003. Rio de Janeiro, s. d. (Convênio DCS/Ensp/Fiocruz /Inep).

BONDUKI, N. *Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, Fapesp, 1998.

BOSI, E. *Lembrança de Velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, Edusp, 1979.

BRAGA, E. Favela é arrasada pelo fogo. *O Dia*, Rio de Janeiro, 30 dez. 1999.

BRASIL. Estatuto da cidade, lei n. 10.257, de 10 jul. 2001, regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001.

BRAZIL-FERRO CARRIL. Rio de Janeiro, VII: 131, 1916.

BRAZIL-FERRO CARRIL. Rio de Janeiro, XIII: 271, 1922.

BRITO, F. Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular do Rio de Janeiro (1946-1960). In: SEMINÁRIO DA HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 8, nov. 2004. *Anais...* Niterói, 2004.

BRITTO, F. S. *Obras Completas: pareceres*. v. XVI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

BURGOS, M. B. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A. & ALVITO, M. (Orgs.) *Um século de Favela*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CAMINHO fechado às inundações: mutirão aterra ruas na favela de Manguinhos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 abr. 1988.

CAMPOS, A. *Do Quilombo à Favela: a produção do espaço criminalizado*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

CARDOSO, C. Entrevista. Rio de Janeiro, 12 abr. 2004. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

CARVALHO, L. A. *Contribuição ao Estudo das Habitações Populares: Rio de Janeiro, 1886-1906*. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1986.

CARVALHO, P. Esperança de dias melhores. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 jan. 2008a.

CARVALHO, P. Tiroteio em Maguinhos pára trens por 1 hora. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 mar. 2008b.

CARVALHO FILHO, J. de. Entrevista. Rio de Janeiro, 10 dez. 2003. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

CERTEAU, M. D. A operação histórica. *In*: LE GOFF, J. *et al*. (Orgs.) *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

CHALHOUB, S. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. 2. reimp. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

CHOAY, F. Destinos da cidade européia: séculos XIX e XX. *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, 6: 8-21, 1996.

CHOAY, F. *O Urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

COSTA, A. Entrevista. Rio de Janeiro, 10 nov. 2008. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

COSTA, A. C. Incêndio deixa 200 desabrigados. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 abr. 2008.

COSTA, R. G. R. *Entre Avenida e Rodovia: a história da Avenida Brasil (1906-1954)*, 2006. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CUPINS de Igreja Ameaçam Guignard. *O País*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1968.

DUARTE, C. F. Rio de Janeiro, doze décadas de favelas: da invisibilidade à onipresença. In: LUCARELLI, F.; DUARTE, C. F. & SCIARRETTA, M. (Orgs.) *Favela e Cidade*. Napoli: Giannini Editore, 2008.

ENGELBRECHT, D. Como nasce uma favela. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 mar. 2006.

FALCÃO, E. C. *Oswaldo Cruz Monumenta Histórica: a incompreensão de uma época - Oswaldo Cruz e a caricatura*. São Paulo: s.n., 1971. (Brasiliensia Documenta, 6).

FAVELA é arrasada pelo fogo. *O Dia*, Rio de Janeiro, 30 dez. 1999.

FERNANDES, T. M. Edição de entrevistas: da linguagem falada à escrita. *In*: MONTENEGRO, A. T. & FERNANDES, T. M. (Orgs.) *História Oral: um espaço plural*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001.

FERREIRA, M. de M. (Coord.) *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994a.

FERREIRA, M. de M. (Org.) *História Oral e Multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994b.

FRANK, R. La mémoire et l'histoire. *Les Cahiers de l'IHTP* (Institut d'Histoire du Temps Présent), 21, 1992. (La bouche de la vérité? La recherche historique et les sources orales).

FREITAS, C. Entrevista. Rio de Janeiro, 19 jun. 2008. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

FUNDAÇÃO LEÃO XIII. *Estatutos da Fundação Leão XIII*. Rio de Janeiro, fev. 1947.

GARRIDO, M. Entrevista. Rio de Janeiro, 24 abr. 2009. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

GERSON, B. *História das Ruas do Rio*. 5. ed. Rio de Janeiro: La Cerdà, 2000.

GOMES, A. de C. (Org.) *Escrita de si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, F. R. da S. Entrevista. Rio de Janeiro, 26 out. 2005. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

GOMES, V. da S. Entrevista. Rio de Janeiro, 26 out. 2005. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

GONÇALVES, R. S. A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico. *Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade*, 1: 1-23, 2006.

GOULART, G. Balas perdidas atingem Fiocruz em Manguinhos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 nov. 1993.

GUIMARÃES, G. Entrevistas. Rio de Janeiro, 8 mar. 2004; 7 abr. 2004; 13 abr. 2004. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

GUIMARÃES, M. A. Entrevista. Rio de Janeiro, 20 jul. 2004. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1990.

INCÊNDIO deixa 200 desabrigados. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 abr. 2008.

JESUS, N. A. Entrevista. Rio de Janeiro, 20 mar. 2009. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

KHOURY, Y A. Narrativas orais na investigação da História Social. *Revista Projeto História*, 22: 115-140, 2001.

LAIA, N. Entrevista. Rio de Janeiro, 26 abr. 2004. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

LE GOFF, J. Memória. *In*: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. *Memória-História*. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. v. 1.

LE GOFF, J. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1996.

LE GOFF, J. & NORA, P. (Orgs.) *Faire de l'Histoire*. Paris: Grimard, 1974.

LEFEBVRE, H. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITE, M. P. Violência, sociabilidade e risco nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas. *In*: SILVA, L. A. M. (Org.) *Vida sob Cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Faperj, Nova Fronteira, 2008.

LEME, M. C. S. (Coord.). *Urbanismo no Brasil (1895-1965).* São Paulo: Studio Nobel, Fauusp, Fupam, 1999.

LEPETIT, B. *Por uma Nova História Urbana*. São Paulo: Edusp, 2001.

LIMA, F. S. C. História e memória da Varginha: o mito do Comando Vermelho. *Relatório Final*. Rio de Janeiro, 2005. (Programa de Iniciação Científica/Pibic – CNPq, Fiocruz).

LOPES, D. da S. Entrevista. Rio de Janeiro, 17 mar. 2005. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

LUIZ, J. F. Entrevista. Rio de Janeiro, 23 nov. 2004. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

MAGALHÃES, S. *Sobre a Cidade: habitação e democracia no Rio de Janeiro*. São Paulo: Pro Editores, 2002.

MARIA DAS GRAÇAS. Entrevista. Rio de Janeiro, 12 maio 2005. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

MARQUEIRO, P. & SCHMIDT, S. Cresce em 35% número de moradias em favelas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 jan. 2004.

MARQUES, N. S. Entrevista. Rio de Janeiro, 14 dez. 2004. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

MARTINS, I. C. F. Entrevistas. Rio de Janeiro, 31 ago. 2004; 23 set. 2004; 18 out. 2004. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

MAUAD, A. M. Através da Imagem: fotografia e história-interfaces. *Tempo*, 1(2): 73-98, 1996.

MAUAD, A. M.; SERRANO, A. P. da R. & SANTOS, F. D. Vídeo-história e história oral: experiências e reflexões. *In*: VISCARDI, C. M. R. & DELGADO, L. de A. (Orgs.) *História Oral: teoria, educação e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora UFJF, Capes, 2007.

MELO, F.; ONOFRE, G. & PEREIRA, A. *Manguinhos: história de pessoas e lugares*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. CD ROM.

MENEZES, M. Projeto Favela Bairro deu cria: Prefeitura assina convênio com ONG italiana para urbanizar 180 favelas com até 500 domicílios. *O Dia*, Rio de Janeiro, 21 mar. 1997.

MISSA na Igreja São Daniel é um sacrifício duplo por causa do abandono completo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1967.

MOLLICA, A. O problema das favelas do Distrito Federal. *Revista Municipal de Engenharia*, out.-dez. 1954.

MONTENEGRO, A. T. *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992. (Caminhos da História).

MONTENEGRO, A. T. & FERNANDES, T. M. *História Oral: um espaço plural*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001.

MONTENEGRO, S. As bombas já estão montadas. Entrevista com Ermínia Maricato. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 jul. 2001.

MORADORES de Manguinhos vão ser removidos no mesmo bairro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 abr. 1986.

MORADORES não querem sair das margens do Jacaré e Faria-Timbó. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 maio 1986.

MOREIRA, J. dos S. Entrevista. Rio de Janeiro, 25 out. 2004. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

MOREIRA, P. C. G. Entrevista. Rio de Janeiro, 17 jul. 2008 e 9 jul. 2008. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

MOURA, V. T. *Esboço de um Plano para Estudo e Solução do Problema das Favelas do Rio de Janeiro, para a Secretaria Geral de Saúde e Assistência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, nov. 1940.

MOURA, V. T. *À Margem da Batalha*. Rio de Janeiro. Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, s. d. (Mimeo.)

MUMFORD, L. *A Cidade na História*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NÃO VAI ser fácil para o Estado extinguir as favelas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 mar. 1973.

NORA, P. *Les Lieux de Memoire*. Paris: Gallimard, 1984. v. 1.

NORA, P. Entre Memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, 10: 7-28, 1993.

NOVAES, R. C. R. Para falar de favela ou para falar de amor. *Comunicações do Iser*, 59 (23): 9-12, 2004.

NUNES, G. *Rio: metrópole de favelas*. Petrópolis: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, B. T.; COSTA, R. da G.-R. & PESSOA, A. J. de S. (Coords.) *Um Lugar para a Ciência: a formação do campus de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

OLIVEIRA, E. de J. Entrevista. Rio de Janeiro, 12/4/2004. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

PANDOLFI, D. C. & GRYNSZPAN, M. *A Favela Fala: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

PEREIRA, E. da C. Entrevista. Rio de Janeiro, 10 nov. 2008. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

PEREIRA, W. dos S. Entrevista. Rio de Janeiro, 16 mar. 2004. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

PEREIRA, W. dos S. Entrevista. Rio de Janeiro. *In*: MELO, F., ONOFRE, G. & PEREIRA, A. *Manguinhos: história de pessoas e lugares*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. CD ROM.

PESSOA, A. *Manguinhos como Pôde Ser*, 2006. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PETERSEN, M. L. Entrevista. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/entrevista/petersen/petersen_2.asp>. Acesso em: 10 mar. 2008.

PETERSEN, M. L. Entrevista. Rio de Janeiro, 2 abr. 2009. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

PINA, C. P. L. Entrevista. Rio de Janeiro, 4 maio 2005. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3): 3-15, 1989.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, 5(10): 200-212, 1992.

POLLAK, M. *Memoria, Olvido, Silencio*. La Plata: Ed. Al Margen, 2006.

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, 1(2): 59-72, 1996a.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1994): mito, política, luto e senso comum. *In*: AMADO, J. & FERREIRA, M. de M. (Orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996b.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Revista Projeto História*, 15: 13-33, 1997.

PREFEITO entrega casas de conjunto em Benfica. *O Dia*, Rio de Janeiro, 10 abr. 1990.

PROJETO RIO. Como será a remoção. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1979.

QUADRO de Guignard some da Guanabara. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 jul. 1968.

REIS, J. O. Notícia sobre o Park-Way Faria-Timbó. *Revista Municipal de Engenharia*, 10(2), abr. 1943.

RELATÓRIO apresentado ao professor Olympio Ribeiro da Fonseca, diretor do Instituto Oswaldo Cruz, pela comissão designada para dar parecer sobre os terrenos pertencentes a Manguinhos que estão sendo invadidos pela Prefeitura Municipal do Distrito Federal, executadas junto ao Hospital Abrigo Torres Homem, para tuberculosos, 23/11/1949. DAD/Fiocruz, Serviço de Administração, série Administração Geral.

RIO DE JANEIRO**.** Decreto n. 7980, de 12 agosto 1988. Delimita o bairro de Manguinhos. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, 1988.

RIO DE JANEIRO. *Das Remoções à Célula Urbana: evolução urbano-social das favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2003.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Habitação. Coordenadoria de Obras. *Resumo Histórico: Projeto Mutirão - 1984 a 1998*. Rio de Janeiro, s.d.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Cultura. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. *Inventário Igreja São Daniel na Paróquia Santa Bernadette*, s.d.

RIO DE JANEIRO & BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. *Favela Bairro: dez anos integrando a cidade*. Rio de Janeiro, 2003.

RONCAYOLO, M. *La Ville et ses Territoires*. Paris: Gallimard, 1997.

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. *In*: AMADO, J. & FERREIRA, M. de M. (Orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

SALGUEIRO, H. A. Apresentação. *In*: LEPETIT, B. *Por uma Nova História Urbana*. São Paulo: Edusp, 2001.

SANTOS, D. C. L. Entrevista. Rio de Janeiro, 12 maio 2005. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

SANTOS, J. F. dos. Entrevista. Rio de Janeiro, 14 dez. 2004. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

SÃO DANIEL esquecida. O *Globo*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1968.

SCHMIDT, S. Economia ferida pelo medo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 ago. 2005. Especial.

SILVA, H. N. M. da. *As Ruínas da Cidade Industrial: resistência e apropriação social do lugar*, 2008. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SILVA, J. F. da. Entrevista. Rio de Janeiro, 26 abr. 2004. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

SILVA, J. T. da. Entrevista. Rio de Janeiro, 2 jun. 2005. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

SILVA, L. A. M. Solidariedade e sociabilidade violenta: verso e reverso da 'moeda' memória. *Comunicações do Iser*, 59; 23: 104- 120, 2004.

SILVA, L. A. M. (Org.) *Vida sob Cerco: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Faperj, Nova Fronteira, 2008.

SILVA, L. J. da. Entrevista. Rio de Janeiro, 18 abr. 2008. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

SILVA, M. L. P. da. *Favelas Cariocas (1930-1964).* Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SILVA, M. L. V. Entrevista. Rio de Janeiro, 10 nov. 2008. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

SILVA, N. L. da. Entrevista. Rio de Janeiro, 26 abr. 2004. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

SILVEIRA, I. M. *Linha Vermelha: estudo dos planos propostos e da área de impacto - evolução da ocupação e uso da área de estudo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987. (Mimeo).

SIMSON, O. R. de M. von. (Org.) *Os Desafios Contemporâneos da História Oral - 1996*. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

SOARES, D. Entrevista. Rio de Janeiro, 2 maio 2004. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

SOARES, J. S. P. Entrevista. Rio de Janeiro, 22 abr. 2009. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

SOUZA, A. de Entrevista. Rio de Janeiro, 12 maio 2005. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

SZILARD, A. & REIS, J. O. *Urbanismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: O Construtor, 1950.

TABAK, I. Rio tem favelas que podem se beneficiar do usocapião. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 nov. 1981. Primeiro Caderno.

TERMO de Ajuste entre o Instituto Oswaldo Cruz e a Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense. DAD/Fiocruz, seção de Administração, série Administração Geral, 25/2/1922.

THOMPSON, P. *A Voz do Passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, A. Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Revista Projeto História*, 15: 51-71, 1997.

TOSTES, I. Entrevista. Rio de Janeiro, 16 abr. 2009. Projeto História e Memória de Manguinhos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. (Acervo DAD/COC).

TRINDADE, C. P. *Entre a Favela e o Conjunto Habitacional: programa de remoção e habitação provisória (1960-1970)*, 2006. Dissertação de Mestrado, Niterói: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense.

UMIDADE e pouco caso acabam com a Via Sacra de Guinard. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 maio 1966.

UM PEDAÇO da África fica em Manguinhos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 jan. 2004.

VALLA, V. V. Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980. *Cadernos de Saúde Pública*, 1(3): 282-296, 1985.

VALLADARES, L. *Passa-se uma Casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VALLADARES, L. Que favelas são essas?. *Insight Inteligência*, 8: 63- 68, 1999.

VALLADARES, L. A gênese da favela carioca. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(44): 5-34, 2000.

VALLADARES, L. *A Invenção da Favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VOLDMAN, D. Definições e usos. *In*: AMADO, J. & FERREIRA, M. de M. (Orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

ZALUAR, A. & ALVITO, M. (Orgs.) *Um Século de Favela*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZYLBERBERG, S. *Morro da Providência: memórias da favella*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.